

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/342>. Acesso em: 19 set. 2023.

Referência

MOLINA, Mônica Castagna *et al.* (org.). **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre o Programa Residência Agrária: volume II. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017. 476 p. Disponível em:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/342>. Acesso em: 19 set. 2023.



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagem, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

Prefácio

Roseli Salet Caldart

Não tivemos medo de organizar uma revolução. Não tenhamos medo do povo, não tenhamos medo de que se equivoque ao escolher seus representantes [...]. Queremos que o povo dirija o país e seja seu próprio dono... Sempre pensamos, nos velhos termos, que se nos esforçamos e trabalhamos dia e noite pela causa do povo, isto basta. Mas isto não é nada. Nosso trabalho consiste em ajudar realmente o povo a tomar seu destino em suas mãos.

N. K. Krupskaya, 1918

Fiz a leitura deste livro durante o mês de fevereiro de 2017. É o mês do aniversário de Nadezhda K. Krupskaya¹, pedagoga revolucionária que esteve à frente da construção do projeto educacional da revolução russa de 1917. Estamos no ano do centenário da revolução socialista e isso nos inspira a determinadas chaves de leitura.

Vivemos em uma sociedade subordinada aos movimentos da agenda permanente do capital: encontrar novas formas de exploração do trabalho e dos recursos naturais, e de concentração do poder econômico e político. A hegemonia do modo de vida que essa agenda determina é que indica a distância que ainda nos separa da consciência massiva sobre a necessidade de uma revolução socialista.

Todavia, o momento atual pode abrir um novo ciclo no desenvolvimento das contradições da forma social capitalista, dominante e hegemônica, porém em crise estrutural continuada. Em todo o mundo há um avanço devastador das desigualdades e injustiças sociais, de destruição da natureza e do ser humano, revelando a insanidade da lógica de pautar a vida pelas exigências mercantis. Ainda que se criem obstáculos cada vez mais ostensivos à construção de alternativas, especialmente quando tendem a processos coletivos de emancipação do trabalho, as contradições vão-se tornando mais explícitas e a luta de classes continua movendo a história. A questão da agricultura e da produção de alimentos integra esse quadro.

No Brasil, estamos em *estado de golpe*, instaurado pelo desespero dos empresários em aumentar seus lucros em um período de crise estrutural profunda do sistema capitalista no mundo, e temperado pelas características peculiares de atuação das classes dominantes daqui. Agem novamente sob o velho, emblemático e cínico slogan de “ordem e progresso”. O resultado é um retrocesso bárbaro no plano dos direitos sociais e humanos, e das políticas públicas duramente conquistadas pelos trabalhadores em anos recentes, como as abordadas por este livro. A velocidade do recuo das conquistas, e apenas republicanas, muito longe de pautas socialistas, realmente assusta,

¹Nadezhda Konstantinovna Krupskaya nasceu em 26 de fevereiro de 1869 em Petersburgo e faleceu em 27 de fevereiro de 1939 em Moscou, Rússia.

porém também projeta reações mais fortes. A vida colocada em perigo explícito explode na forma de conflitos abertos.

Neste contexto e a partir de nossos objetivos mais amplos, de classe e de humanidade, é preciso pensar sobre cada novo passo em todas as esferas da vida social degradadas pelo capitalismo e postas a nu pela conjuntura, visando ampliar as possibilidades contraditórias de lutas contra-hegemônicas que as crises carregam. O capital se reorganiza para mover as contradições que seu sistema gerou, de modo a encontrar saídas para a crise a seu favor, apresentando seus representantes, empresários e políticos como "salvadores da pátria" e sua lógica de solucionar problemas como a única possível. O nosso grande desafio é fortalecer a organização do outro polo, o do *trabalho*, e nos manter na direção do *longo prazo estratégico*², reabrindo a agenda de transformações sociais mais radicais.

Na esfera da intencionalidade formativa, o caminho que pode levar o povo a *tomar seu destino em suas mãos* passa pela pergunta: a consciência material da situação presente, e dos conflitos de classe que envolve, levará as pessoas a *ficar ao lado da causa da emancipação ou a se alinhar contra ela*?³ A resposta não é óbvia e as ações educativas, forma e conteúdo, podem fazer alguma diferença.

Esta obra trata de processos de educação de camponeses e camponesas no Brasil em um período ainda dominado e hegemônico pela agricultura industrial desenvolvida como parte da lógica de reprodução do capital, porém, talvez até mais do que em outras esferas, com fortes evidências de suas contradições internas e com expressivas formulações de contraponto. Os textos refletem, na forma de resultados de pesquisa, sobre práticas de formação dos profissionais das ciências agrárias desenvolvidas no âmbito da *Residência Agrária*, uma modalidade de curso de especialização que desde 2004 integra o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (Pronea). É uma iniciativa criada no âmbito das relações entre universidade

²MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 38.

³Parafraseando MÉSZÁROS, op. cit., p. 327.

des, movimentos sociais e governo federal, visando à construção de políticas públicas voltadas para o “fortalecimento da relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento”⁴.

A perspectiva assumida na parceria das instituições com organizações de trabalhadores do campo é a de trabalhar pela territorialização da agricultura familiar/camponesa de base agroecológica e dos seus processos formativos correspondentes. Para isso, enfrenta as contradições e tensões próprias da relação com o Estado quando se busca disputar os interesses da classe trabalhadora ainda sob os horizontes políticos de uma forma social dominada pelo capital. Isso é algo vivenciado pela Residência Agrária, bem como pelo conjunto das ações do Pronera desde sua criação em 1998. Na conjuntura atual, diga-se de passagem, a “solução” das tensões tende a ser pela eliminação das próprias possibilidades de fazer essa disputa, o que as lutas do período buscam impedir.

O livro traz um conjunto rico de registros e análises sobre algumas práticas de formação superior de profissionais das ciências agrárias, desenvolvidas nesse cenário e a partir desse programa. É memória viva de processos educativos importantes e busca firmar elementos gerais de compreensão dos dois grandes eixos orientadores da constituição dos cursos de Residência Agrária: a *agroecologia* e a *assistência técnica*. A agroecologia é trabalhada como um dos pilares centrais para o avanço da agricultura camponesa, que é hoje a alternativa do polo do trabalho à agricultura industrial capitalista. Essa construção tem ressignificado a “assistência técnica” ou “extensão rural”, e nesse movimento que possivelmente a “rebatize”, crescem em importância as relações da produção com as questões da educação e da cultura, pensadas todas desde determinados referenciais teóricos e políticos.

Os textos nos remetem a duas dimensões de práticas formativas e seus respectivos sujeitos. Em sua maioria, descrevem conteúdo, método e dinâmica dos cursos de especialização desenvolvidos pelas universidades

⁴MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 679. Ver também na mesma obra: SANTOS, C. A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, p. 629-637.

envolvidas no programa. Ao fazê-lo, trazem junto algumas práticas realizadas pelos estudantes desses cursos, práticas tão ricas e diversas como foi o perfil dos estudantes das turmas do período mais recente a que se referem. São práticas que expressam diferentes identidades coletivas e articulam diferentes esferas de prática social: produção agrícola, comercialização, criações tecnológicas, lutas e direitos sociais, arte, comunicação, questões de gênero, saúde, trabalho pedagógico nas escolas do campo... É uma diversidade que inspira reflexões importantes.

Desde o conjunto da obra, destaco algumas questões que, a meu ver, podem ao mesmo tempo compor uma chave de leitura de cada texto e indicar pontos para uma agenda de trabalho da Educação do Campo que considere o momento atual e o objetivo de contribuir para que *as comunidades camponesas tomem seu destino em suas mãos*.

Uma *primeira questão* se refere a lições do percurso de programas como o Pronera sobre a *configuração organizativa e de gestão de políticas ou de ações de formação dos trabalhadores*⁵. Entendo que uma das lições principais é a de que políticas ou programas de educação que buscam tensionar o Estado no interesse da emancipação dos trabalhadores, ainda que presas aos limites impostos pela ordem do capital que o domina, precisam/podem ser configuradas e geridas de modo a promover ou dar condições para uma atuação *autônoma* dos trabalhadores e suas organizações. As políticas públicas, se pensadas em uma perspectiva contra-hegemônica, não podem substituir a ação dos trabalhadores, mas sim dar suporte ao desenvolvimento histórico da "auto-educação cooperativamente administrada dos produtores livremente associados, inspirada por, e orientada para, a produção e satisfação de suas necessidades genuínas..."⁶.

Do ponto de vista dos trabalhadores, pois, um dos maiores acúmulos de programas/políticas públicas como o Pronera é seu desenho organizati-

⁵Uma síntese de reflexões conceituais a considerar nesta discussão pode ser encontrada em MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo, 2012, p. 585-594.

⁶MÉSZÁROS, op. cit., p. 48.

vo e modo de funcionamento que respeita e dá espaço aos seus diferentes sujeitos (coletivos) para que exerçam sua capacidade de condução do projeto educativo que ajudam a construir. Por isso, o acúmulo que o Pronera produziu até aqui não pode ser destruído por *golpes*, embora a desconfiguração da política seja uma ameaça permanente.

Em relação aos cursos de Residência Agrária, cabe um balanço sobre o que ficará dessa experiência (ou dos processos de ensino, pesquisa e extensão desencadeados a propósito deles) para as universidades, os movimentos sociais e para cada grupo de estudantes, que lhes permitirá continuar o processo formativo para além do programa. E a pergunta mais ampla para nossa agenda é: como desenvolver as relações orgânicas de gestão dos cursos e métodos de formação que ajudem a construir o protagonismo dos camponeses para que continuem seu processo educativo de outras formas, depois dos cursos ou de programas de ação correspondentes?

Uma *segunda questão*, que em alguma medida é um desdobramento da anterior, mas focando os próprios objetivos e a concepção dos cursos, refere-se a um debate ainda mais amplo sobre *qual a educação profissional própria para o desenvolvimento da agricultura camponesa e a agroecologia*. Há muitas dimensões dessa questão que precisam de nossa atenção na Educação do Campo, mas destaco aqui a necessidade de se pensar sobre a armadilha de buscar novos conteúdos sem mudar a lógica instituída da “assistência técnica”: tentar formar técnicos ou especialistas em agroecologia a que se subordinem novamente as famílias camponesas, repetindo a lógica capitalista do trabalho alienado e do controle externo dos processos de produção. É muito importante discutir mais sobre essa questão porque ela afeta o próprio conteúdo das lutas por políticas públicas que temos pela frente⁷.

Formar “especialistas em agroecologia” que pensem os processos produtivos a partir de fora trai a própria perspectiva epistemológica da

⁷Há um debate importante sobre essa questão, na relação com os cursos do Pronera, na tese de doutorado de Clarice Aparecida dos Santos, “Pronera, educação técnico-profissional e Reforma Agrária Popular: um estudo na perspectiva do projeto formativo vinculado aos processos produtivos dos camponeses” (Faculdade de Educação da UERJ, 2016).

agroecologia e facilita a cooptação de aspectos de sua matriz tecnológica pelo capital, que pode (já faz) alocar técnicos com essa formação para seus empreendimentos do "agronegócio verde". Trabalhar para a transformação radical da indústria da agricultura implica formar massivamente os trabalhadores e as trabalhadoras do campo como camponeses apropriados dos conhecimentos sobre o modo de fazer agricultura que ajudem a construir a ciência que o expressa e fundamenta.

Contudo, como resolver essa questão nos poucos cursos que temos conseguido realizar com alguma perspectiva de ruptura com o sistema dominante de educação profissional em agricultura ou de formação dos profissionais das ciências agrárias? Um dos fios puxados por textos deste livro sobre essa questão é o de formar o técnico ou o especialista da área também como um educador, amplo senso. *Extensão ou comunicação?* – já nos indagou Paulo Freire há um bocado de tempo!⁸ Um "pedagogo da produção" preparado para atuar fazendo as mediações que a realidade atual exige, mas com o objetivo consciente de que seu trabalho seja (dialeticamente) superado sem, portanto, criar dependência das famílias camponesas em relação a ele. Porém, essa perspectiva de atuação não é algo que se consiga sem uma forte intencionalidade dos processos formativos nessa direção, mesmo quando os cursos tenham como estudantes os próprios camponeses. Torna-se ainda mais difícil se os profissionais não se colocam o horizonte de ser/trabalhar como camponeses. Não podemos ignorar a força ideológica da tradição cultural estabelecida pela forma social capitalista de uma relação hierárquica e socialmente desigual entre técnicos e camponeses, que reforça a cisão entre trabalho manual e intelectual, entre teoria e prática.

Uma *terceira questão*, pensada na relação com as anteriores e que emerge forte dos textos deste livro, diz respeito à *concepção de conhecimento* que orienta/deve orientar as iniciativas de educação dos camponeses em geral, e a formação dos profissionais das ciências agrárias em particular, considerando os objetivos formativos e sociais que temos. Uma das riquezas (teóricas

⁸FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 11. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001 (publicado pela primeira vez no Chile em 1969).

e políticas) da Residência Agrária, expressa nos textos que compõem este livro, é a de juntar discussões e práticas que costumam aparecer separadas – ou nem aparecem. Várias especializações em Residência Agrária buscaram tratar, no seu próprio desenho curricular, de relações fundamentais para os objetivos formativos que temos: relações entre agroecologia e questão agrária, entre luta pela terra e pela Reforma Agrária, modo de fazer agricultura e camponeses, e entre questão agrária, agroecologia, cultura e educação.

Aprofundar a análise sobre como foram trabalhadas nos cursos estas relações (conteúdo e método) pode nos ajudar a avançar na intencionalidade formativa para apropriação de um determinado modo de produção do conhecimento. Aprender, a partir da materialidade da vida real, as relações entre os fenômenos e suas dimensões que ajudam a compor e que determinam seu movimento é aspecto essencial de uma visão materialista e histórico-dialética do conhecimento. Tal visão está na base de constituição epistemológica da agroecologia camponesa, por sua vez fundamental para transformação da lógica ou do modo de pensar e fazer a “assistência técnica”.

Há uma *matriz epistemológica e formativa* que se compõe nos cursos pela introdução de raciocínios metodológicos que permitem *compreender relações*. No caso da Residência Agrária, o objeto articulador é a própria Reforma Agrária como luta social, como prática produtiva e como formulação política. No projeto de Reforma Agrária Popular dos movimentos sociais camponeses, a luta pela terra se junta com a afirmação da agricultura camponesa e da soberania alimentar, que por sua vez se juntam com a agroecologia e o trabalho camponês associado. A totalidade implica na luta mais radical pela superação das relações sociais de exploração do ser humano e da natureza, e dos processos de alienação do ser humano a que essas relações historicamente correspondem.

No plano do conhecimento, trata-se de buscar ao mesmo tempo compreender a agroecologia em si mesma (o que quer dizer nas suas relações internas de constituição) e como um produto contraditório da realidade agrária desenhada pelo capitalismo. Compreender que a concepção de agricultura na relação de interação entre ser humano e natureza, própria da

agroecologia, traz novas dimensões ao debate da questão agrária e sobre o lugar social dos camponeses. Trata-se de aprender como esses processos determinam e ao mesmo tempo são movidos por visões de mundo e por modos culturais de reprodução da vida cotidiana, e como a educação participa desses processos, como é materialmente condicionada por eles e ao mesmo tempo pode ajudar a transformá-los. Formar nas novas gerações a consciência sobre a necessidade de superar hábitos cotidianos consumistas, individualistas e imediatistas típicos do modo de vida capitalista é um trabalho cultural e educativo necessário ao avanço da agroecologia, como é para a luta pelo socialismo. É sempre bom ter presente como a barbárie capitalista tem entrado com força na esfera da cultura.

A mesma questão se refere às relações entre as diferentes formas de conhecimento e os diferentes lugares e sujeitos da produção do conhecimento. Relações que precisam ser pensadas de modo a não absolutizar, mas tampouco relativizar a importância do conhecimento científico na construção de uma alternativa hegemônica à agricultura industrial capitalista. A partir desse objetivo social mais amplo, trata-se de superar (dialeticamente) o modo capitalista de fazer ciência (como da agricultura, da indústria fabril, da educação, da cultura) e não apenas de convivência ou de respeito aos conhecimentos tradicionais camponeses, mas deixar intactas as relações sociais de produção científica. Precisamos de uma ciência que se vincule aos desafios de construção de uma *república do trabalho*. Em nossa agenda, afinal, cabe incluir o debate sobre qual é o sentido mais radical (materialista e histórico-dialético) do *diálogo de saberes* que constitui o corpo de conhecimentos da agroecologia e que precisa ser potencializado pelas organizações camponesas a favor do seu objetivo de *tomar seu destino em suas mãos*.

E uma *quarta questão* pode ser formulada a partir das reflexões que o livro traz sobre conteúdo e forma dos estudos de agroecologia na educação escolar. O livro trata de cursos de educação superior, mas algumas práticas de Residência Agrária foram realizadas em escolas do campo e por isso nos parece pertinente reafirmar aqui um desafio que está na agenda atual de movimentos sociais camponeses, que é o de *inserir a agroecologia no currí-*

culo da educação básica. Deve-se fazê-lo não com o objetivo de antecipar a formação técnica da juventude para o trabalho na agricultura, mas, ao contrário, para ampliar seu horizonte formativo na direção da desalienação do ser humano, que inclui compreender as contradições e novas possibilidades que existem em torno da atividade vital de produzir e consumir alimentos. Por isso, esta questão passa a compor a agenda de trabalho da Educação do Campo e em alguma medida nos ajuda também no debate geral sobre a formação das novas gerações de camponeses para que possam assumir o comando coletivo dos processos produtivos.

A atuação social e política dos estudantes (da educação básica ou da educação superior), que juntam no seu caminho formativo uma concepção dialética de conhecimento e o exercício real de auto-organização para as lutas e o trabalho coletivo, pode ser uma “medida” importante da justiça de nosso trabalho até aqui.

Este livro nos provoca a pensar sobre essas questões. Sua leitura só pode nos fazer bem.

Porto Alegre, março de 2017.

Roseli Salete Caldart

Setor de Educação do MST

Apresentação

Apresentamos aos leitores o segundo volume do livro *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária*. Trata-se do sexto livro da série resultante do projeto de pesquisa "*Educação do Campo e Educação Superior: uma análise de práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da educação e das ciências agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte*", realizada no âmbito do Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao direcionar estas reflexões ao Programa Residência Agrária, a pesquisa faz um reconhecimento da importância desta ação do Pronera para a construção da Educação do Campo. Iniciado como projeto-piloto em 2004, no âmbito do MDA-INCRA, em parceria com movimentos sociais do campo e universidades das cinco grandes regiões do país, o Residência Agrária foi incorporado ao Pronera em 2008, seguindo uma trajetória de crescimento quantitativo e de acúmulo de experiências no ensino superior de ciências agrárias vinculado a este Programa. Destacam-se, nesse processo, a concepção político-pedagógica que lhe fundamenta, o desafio de trazer os fundamentos metodológicos mais gerais da Educação do Campo para o âmbito da Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A concepção político-pedagógica do Programa Residência Agrária apresentou uma intencionalidade de aproximação dos cursos de ensino superior da Educação do Campo com a realidade concreta dos assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais, tendo como referência projetos e processos de desenvolvimento emancipatórios dos camponeses e demais sujeitos do campo. Por isso, uma das características dessa política é estimular a vivência prolongada de educandos e educadores na própria realidade do campo, de onde surge a ideia de Residência, articulação da formação em ciências agrárias com as múltiplas dimensões que compõem um projeto de vida dos camponeses e a relação dessa ação com outras políticas públicas de desenvolvimento rural. São políticas promotoras de serviços de apoio à assistência técnica e extensão rural, cooperativismo, comercialização, organização sociopolítica, reconhecimento e fomento cultural, estímulo às práticas agroecológicas, que se foram constituindo como marcas do Programa.

Ao mesmo tempo que demarcou como sua área de atuação a articulação entre processos educativos e projetos de desenvolvimento do campo com ênfase na relação Educação do Campo e Assistência Técnica e Extensão Rural, o Residência Agrária buscou assumir um posicionamento crítico desses mesmos processos. Como programa fomentador de cursos realizados entre universidades e movimentos sociais do campo, estimulou a adoção de uma perspectiva, tanto de educação como de desenvolvimento que reconhecesse o papel protagonista dos sujeitos do campo, sua capacidade de lutar por direitos e de se auto-organizar politicamente, de fazer reconhecer sua cultura e seus saberes tradicionalmente produzidos, assim como de produzir permanentemente novos conhecimentos e saberes em diálogo com outros sujeitos, como as próprias universidades e os promotores de ações resultantes de políticas públicas.

Os desafios envolvidos nessa perspectiva de formação levaram a incluir, no grupo de educandos do Programa, profissionais e agentes do desenvolvimento rural e jovens egressos de cursos de educação superior com afinidade com a temática e com a prática da extensão rural, compreendendo que o diálogo e a articulação almejada demandavam o envolvimento consciente dos diferentes agentes de desenvolvimento do campo. Paralelamente, nessa trajetória, foi aumentando o envolvimento também dos próprios sujeitos do campo, egressos de outros cursos da Educação do Campo, indicando um processo de formação continuada dos próprios camponeses, mesmo que ainda em números quantitativos tímidos.

A opção por agregar aos cursos um público que já tivesse vivenciado ou estivesse em vias de vivenciar a atuação profissional no campo como agente de desenvolvimento rural levou o Programa Residência Agrária a se voltar para a oferta de cursos de especialização. Abriu-se, assim, um novo leque de desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos ao se buscar incorporar os princípios e diretrizes mais gerais da Educação do Campo na formação superior, especialmente no nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Dentre os desafios apontados estava a procura por intensa interface entre áreas de pesquisa que tradicionalmente nas universidades, institutos e

escolas técnicas não costumam ser abordadas de forma articulada, como as dimensões da produção agrária associada à organização social e à dimensão cultural da reprodução da vida dos trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. O elemento de ligação entre as diversas esferas foi a pesquisa por modos de produção e relações de produção de períodos anteriores que permanecem resistentes no tempo presente, em contraponto ao modo hegemônico do agronegócio, e que por isso constituem modelos de reprodução da vida e sociabilidade em perspectiva contra-hegemônica, na medida em que apontam para dinâmicas anticapitalistas no âmbito da relação entre ser humano e natureza.

Destaca-se ainda, nessa trajetória do Programa Residência Agrária, sua expansão com base no lançamento da Chamada Pública CNPq/MDA-IN-CRA nº 26/2012. A partir disso, houve uma ampliação do número de cursos de Residência Agrária e do volume de recursos disponibilizados para essa ação, desencadeando uma oferta de 35 projetos de Residência Agrária em 20 universidades federais, envolvendo 1.550 estudantes bolsistas. Para além dos aspectos quantitativos, o lançamento do edital explicitou o potencial de articulação do Pronera e em especial do Programa Residência Agrária com a pesquisa acadêmica, tanto pela parceria com o CNPq, como pela possibilidade de articulação das várias universidades envolvidas no projeto com oferta simultânea de cursos Residência Agrária ao longo do período de vigência do edital, entre 2013 e 2015.

A relação Educação do Campo e pesquisa acadêmica ficou plenamente evidenciada no I Congresso Nacional Residência Agrária com o tema "Universidades, Movimentos Sociais e Produção de Conhecimento no Campo Brasileiro", realizado em Brasília/DF entre 10 e 14 de agosto de 2015. Nesse Congresso, participaram 550 pessoas nas diversas atividades promovidas, dentre as quais 7 Grupos de Trabalho temáticos com apresentação e debate de 294 artigos científicos elaborados pelos educandos dos cursos e seus orientadores.

Em que pese à sua importância acadêmica, os objetivos da formação de profissionais promovida no âmbito do Residência Agrária não se esgotam

com essa produção na forma de artigos científicos, pois buscam estimular o estabelecimento de relações mais profundas e duradouras entre academia e territórios camponeses, seus sujeitos e mediadores, com vistas ao fortalecimento de projetos e processos emancipatórios de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o programa busca fortalecer e materializar a relação universidade e sujeitos do campo com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A apresentação reflexiva de parte da experiência acumulada pelo Programa Residência Agrária aqui proposta teve como eixo central a articulação entre projetos educativos e o seu envolvimento crítico em processos de desenvolvimento do campo. Essa preocupação já estava presente em *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera*, o volume que antecedeu este livro, e que apresentou reflexões e experiências de cursos do programa em diferentes níveis e modalidades. Os cursos buscaram ir além da oferta de uma turma específica e, dessa forma, apontaram para a perspectiva da construção de enfrentamentos mais profundos à hegemonia da formação de profissionais subordinados à lógica e aos interesses do desenvolvimento capitalista no campo. Neste segundo volume, a pesquisa foi dirigida à reflexão sobre os cursos ofertados no âmbito do Programa Residência Agrária que, em sua concepção central, trazem esse tipo de preocupação.

Essa reflexão apoiou-se em cinco perguntas problematizadoras que orientaram os objetivos mais gerais da pesquisa:

- Quais as compreensões teóricas e epistemológicas dos cursos de formação dos profissionais das Ciências Agrárias no âmbito da Educação Superior desenvolvidos conforme os paradigmas da Educação do Campo?
- Quais as especificidades e os desafios que a formação superior em alternância traz para o ensino superior no âmbito da formação dos profissionais das Ciências Agrárias?

- Em que medida os processos de produção de conhecimento desencadeados pelos cursos de formação dos profissionais das Ciências Agrárias, na esfera da Residência Agrária, contribuem para a construção de uma nova matriz tecnológica de produção, de assistência técnica e extensão rural, baseada na agroecologia e soberania alimentar?
- Como esses cursos podem contribuir com a compreensão teórica e empírica do território camponês como produtor de proposições, metodologias, conceitos e teorias?
- Em que medida esses cursos contribuem para o fortalecimento da Educação do Campo como referência teórica, política e metodológica para as políticas públicas, para a pesquisa e para as práticas nas escolas e no mundo do trabalho?

A reflexão sobre essas questões, no entanto, conduz ao reconhecimento de que não basta analisar as concepções teóricas, epistemológicas e metodológicas que embasam a criação e operacionalização do Programa em si. Construídas a partir do diálogo entre os diferentes agentes que constroem a Educação do Campo, especialmente representantes de movimentos sociais, docentes de universidades e gestores do INCRA, as diretrizes do Programa expressam uma intencionalidade que só ganha contornos reais à medida que se transforma em cursos específicos, projetados e executados. A materialidade das experiências configura-se nesse movimento de construção e execução dos cursos levado a efeito pelas mediações das equipes docentes e dos movimentos sociais locais envolvidos na materialização da proposta, das particularidades regionais em termos de projetos hegemônicos e contra-hegemônicos de campo, das lutas de resistência e da presença do campesinato como sujeito político local. Tal protagonismo do campesinato ocorre a partir de sua inserção no conjunto da sociedade e no interior da universidade.

O deslocamento da perspectiva autocentrada da universidade como centro de referência da produção e sistematização dos conhecimentos é considerável, na medida em que a presença na universidade de novos sujei-

tos políticos coletivos implica no desafio da construção de uma agenda de pesquisa decorrente da demanda popular.

Muitos artigos relatam processos de formação umbilicalmente ligados ao processo de organização social, donde se percebe o quão férteis foram os cursos de Residência Agrária para recolocar em pauta a relevância do desenvolvimento de experiências que articulam a educação popular, saberes e culturas tradicionais com a perspectiva de construção do poder popular. O exemplo das Feiras Populares da Reforma Agrária analisadas em três artigos é emblemático, tendo em vista que as feiras visam aproximar a Reforma Agrária do público urbano, permitindo não apenas o acesso ao alimento de qualidade e fornecido diretamente pelo produtor, como também a processos formativos e apresentações culturais que buscam se contrapor aos padrões hegemônicos de representação da realidade.

Os capítulos que compõem o livro procuram trazer reflexões sobre diferentes experiências de cursos desenvolvidos, especialmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sem pretensão de esgotar ou representar o conjunto completo do Programa, mais amplo e complexo. A partir de textos escritos por sujeitos que vivenciaram e construíram essas experiências, busca-se uma apresentação reflexiva de elementos presentes nos cursos do Residência Agrária que contribua para a análise das possibilidades e limites da construção de práticas contra-hegemônicas de formação de profissionais de ciências agrárias no âmbito da Educação do Campo.

O livro tem início com dois capítulos que apresentam os fundamentos teóricos e epistemológicos mais gerais esperados por esse tipo de projeto educativo, presentes, em alguma medida, na formulação da concepção do Programa Residência Agrária e da própria Educação do Campo. O capítulo 1, de Clarice Aparecida dos Santos, e o capítulo 2, de José Maria Tardin e Dominique Michèle Periotto Guhur, tratam, respectivamente, das relações entre educação, trabalho e agroecologia. Com eles, o livro procura explicitar uma concepção de compreensão dos processos educativos e de formação de profissionais que é indissociável das dinâmicas mais gerais do conjunto da sociedade capitalista que, em uma perspectiva materialista e dialética, imbrica capital – trabalho – terra/natureza.

Reconhecer a centralidade do trabalho na produção da existência social leva necessariamente a compreender as múltiplas determinações de uma sociedade hegemônica pela lógica do capital, da necessidade de este explorar o trabalho para sua reprodução ampliada, assim como para transformar a terra/natureza à sua imagem e semelhança. A riqueza de tal perspectiva se completa ao permitir observar que as relações sociais e as relações que a sociedade estabelece com a natureza, em que pese às marcas da hegemonia das forças do capital, também são expressões das lutas de resistência e de emancipação das forças sociais que vivem do trabalho próprio e, desde essa perspectiva, podem estabelecer outras formas de sociabilidade em suas várias dimensões e de relação com a terra/natureza.

São reflexões teóricas que fundamentam uma leitura crítica dos processos educativos que buscam fortalecer perspectivas contra-hegemônicas, a exemplo das experiências de cursos de Residência Agrária analisadas nos capítulos seguintes. Para melhor apresentar as reflexões aportadas nos demais capítulos, eles foram organizados em eixos temáticos. Cada eixo expressa elementos comuns articuladores das reflexões mais específicas apresentadas pelos diferentes autores.

O eixo *Práticas Pedagógicas, Territórios Camponeses e Organização Social* traz cinco capítulos que têm como preocupação comum refletir, no contexto dos projetos Residência Agrária, sobre a construção das relações entre a universidade e os movimentos sociais do campo e suas lutas. O eixo propõe analisar as intencionalidades políticas que embasam essas relações, assim como as experiências pedagógicas, metodológicas e epistemológicas que lhes dão materialidade. Nessa perspectiva, são enfatizadas questões relativas tanto à construção de institucionalidades específicas no interior das universidades que podem garantir processos de produção e legitimação de conhecimentos construídos de forma dialógica, como a presença e participação efetiva da universidade em dinâmicas de produção da vida material e simbólica nos próprios territórios camponeses. Projetam-se, assim, desafios e possibilidades na construção de processos de ensino-pesquisa-extensão que extrapolem os próprios cursos Residência Agrária e fortaleçam as relações entre as universidades e os sujeitos do campo.

O eixo *Matrizes Tecnológicas* traz quatro capítulos que dialogam com as preocupações político-pedagógicas e metodológicas tratadas no eixo anterior, mas se aprofundam nas possibilidades de desdobramentos concretos na forma de metodologias e projetos de ação nos territórios camponeses. Na sua diversidade, mostram como a relação com o cotidiano dos territórios camponeses se desdobra em diferentes temas e dimensões materiais e simbólicas que pautam os processos de construção do conhecimento. Nesse rico processo de reflexão e ação, projetam possibilidades de desenvolvimento de matrizes tecnológicas ligadas tanto à produção material da vida, por meio dos processos produtivos agroecológicos, como da produção de sentidos e valores emancipatórios, por meio da arte e da cultura.

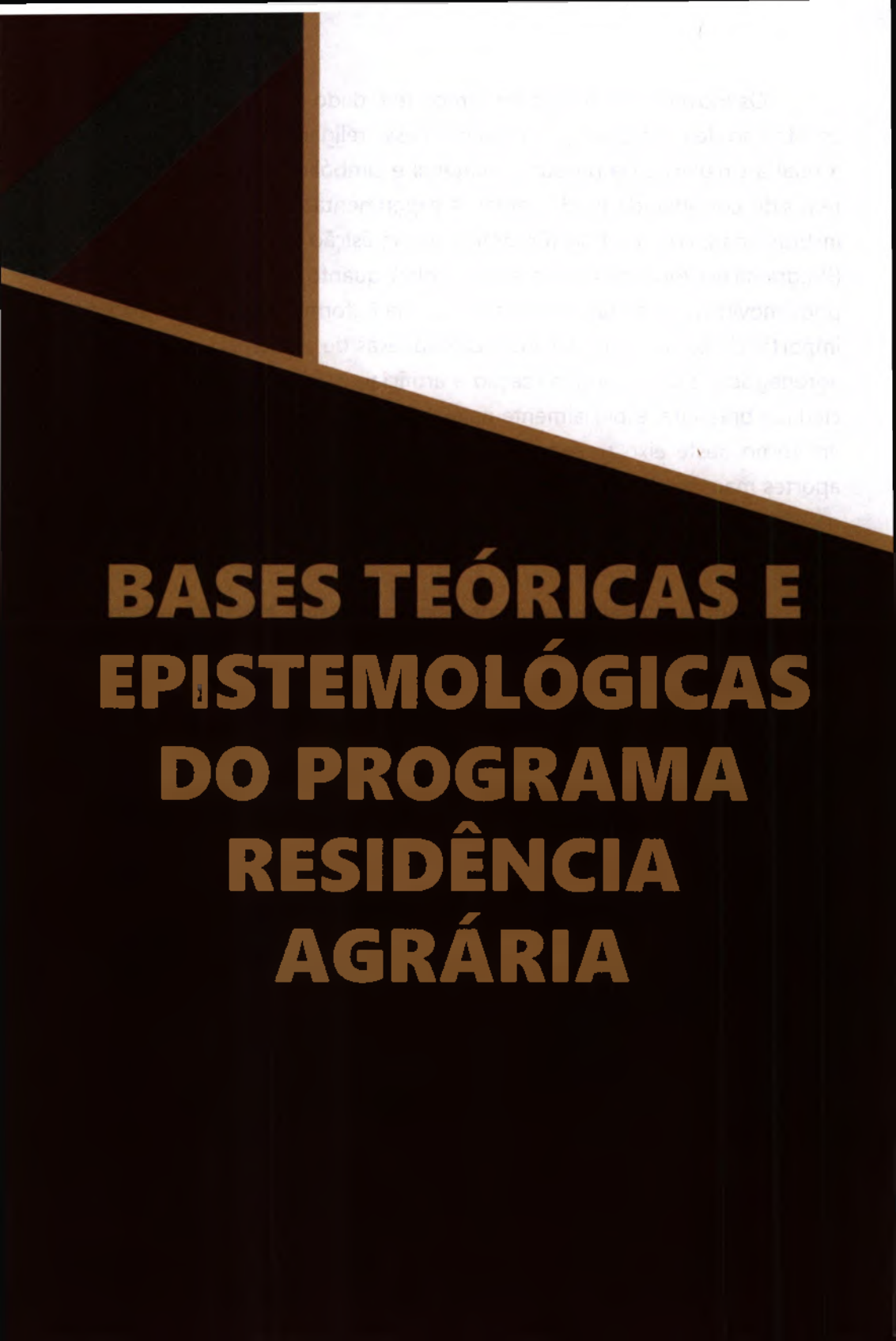
O eixo *Agroecologia, Saúde, Feminismo, Sementes e o Processo de Geração da Vida* dá prosseguimento à identificação de novos temas que emergem quando a universidade se aproxima das realidades do campo por intermédio de projetos de pesquisa e extensão fomentados pelo Residência Agrária. Nos três capítulos que compõem este eixo, o tema geral da agroecologia se expande em relações reflexivas com outros temas, em especial o feminismo e o protagonismo das mulheres do campo na preservação e construção de conhecimentos e práticas próprias do campesinato voltados ao cuidado com a saúde, com a alimentação e com a vida. Sem ignorar que todas essas dimensões da existência também são disputadas pelo capital em seu processo de mercantilização generalizada e expansiva e, por isso, sujeitas à desestruturação, as reflexões expressam possibilidades de como as universidades podem apoiar, legitimar, resgatar e fortalecer esse protagonismo feminista como caminho para a construção de processos emancipatórios no campo.

O eixo *Feiras da Reforma Agrária, Agroecologia e Relação Campo e Cidade* procura enfatizar uma reflexão fundamental: a de que a Reforma Agrária não é um problema apenas dos camponeses sem terra, mas do conjunto da sociedade brasileira. Desde essa compreensão, a experiência de diálogo entre sujeitos do campo em suas lutas e territorialidades com os acadêmicos da universidade, que está na base dos cursos Residência Agrária, mostra-se como ensaio privilegiado de um diálogo que se requer mais amplo, envolvendo o conjunto dos trabalhadores e grupos sociais populares do campo e da cidade.

Os movimentos sociais do campo têm dado importância crescente à construção de processos que fortaleçam essa relação campo-cidade, para a qual a circulação da produção material e simbólica do campo na cidade tem sido considerada fundamental. A experimentação tanto de programas institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), quanto os de iniciativa dos próprios movimentos sociais, como as Feiras da Reforma Agrária, tem ganhado importância como parte das lutas camponesas de resistência ao avanço do agronegócio e da homogeneização e artificialização da alimentação da sociedade brasileira, especialmente na cidade. Os quatro capítulos articulados em torno deste eixo trazem reflexões sobre esses temas, seja a partir de aportes mais gerais das formulações e experiências dos movimentos sociais nacionalmente, seja na sua vinculação direta com processos de estudo e de projetos de ação desenvolvidos por cursos Residência Agrária.

Enfim, o conjunto dos quatro eixos de análise articuladores dos diferentes capítulos que compõem este livro busca apresentar uma visão reflexiva sobre os desafios da expansão da educação superior do campo, bem como as formas e estratégias vivenciadas pelos coletivos que se propuseram a enfrentá-los. Ao convidar os próprios construtores dessas experiências para elaborarem suas análises, a pesquisa procurou dar voz aos próprios sujeitos envolvidos nessa construção e apresentar suas especificidades na forma de capítulos. Ao estimular a sistematização coletiva dessas experiências articuladas neste livro, espera-se contribuir para colocá-las em diálogo entre si e com outras experiências, fortalecendo o projeto político de formação contra-hegemônica de profissionais das ciências agrárias e sua vinculação com os processos emancipatórios dos sujeitos do campo.

As organizadoras e os organizadores



**BASES TEÓRICAS E
EPISTEMOLÓGICAS
DO PROGRAMA
RESIDÊNCIA
AGRÁRIA**

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses

Clarice Aparecida dos Santos

**Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação
humana e à restauração revolucionária da relação
metabólica sociedade-natureza**

José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses

Clarice Aparecida dos Santos¹

Introdução

O presente texto versará sobre a concepção de formação profissional contida na estratégia desenvolvida pela ação “Residência Agrária” como parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Trabalhar com esse princípio – a concepção na estratégia – remete a uma totalidade que atende aos requisitos de uma educação emancipatória na perspectiva de classes, neste caso, a dos camponeses como classe trabalhadora do campo.

Analisar do ponto de vista teórico uma ação realizada, ainda que em uma perspectiva temporal muito próxima (a grande e última ação do Programa foi a do Edital CNPq-MDA/INCRA nº 026/2012), constitui um desafio importante para que, por um lado, não se percam as intenções e as motivações que levaram o Pronera a realizá-la. Por outro lado, também é importante para que se afirme na história o próprio movimento e acúmulo presente no momento mesmo da decisão e de toda a movimentação para edificá-la. Esse movimento e acúmulo fazem parte de um projeto coletivo, tributário de um outro de sociedade, antagônico ao sistema do capital e necessariamente um projeto educativo que contém o seu devir.

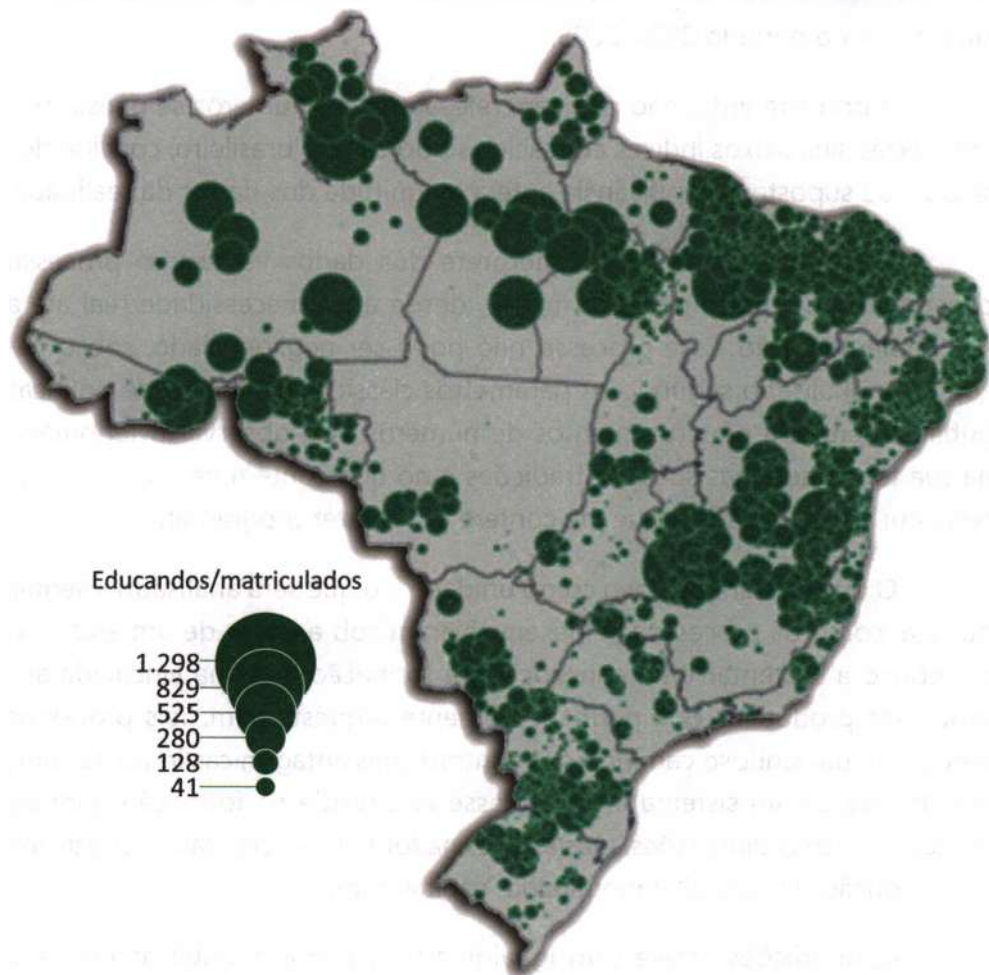
O acúmulo diz respeito ao fato de que, desde 1998, ano da criação do Programa, já se arquitetava uma sólida edificação da formação profissional dos assentados da Reforma Agrária em todos os níveis. A II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (II PNERA), publicada em 2015, demonstrou essa afirmação em números e territorialidade.

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

O mapa a seguir ilustra o panorama dessa formação profissional:

Figura 1: Educandos em cursos do Pronera (1998-2011)

**Mapa 3.2.1 -
Educandos/matriculados em cursos do Pronera por município de origem dos educandos (1988/2011)**



Fonte: II PNERA, IPEA/INCRA, 2015.

A Pesquisa comprovou que no período entre 1998 e 2011 mais de 170 mil pessoas se formaram pelo Pronera, a maior parte nos cursos da Educação de Jovens e Adultos (alfabetização e escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental). No nível médio, envolvendo as modalidades “técnico concomitante”, “técnico integrado” e “profissional pós-médio”, foram 65 cursos envolvendo cerca de 7.379 pessoas. No ensino superior, a graduação aparece com 42 cursos, 3.323 pessoas, além da Pós-Graduação com 12 cursos de Especialização, alguns deles da primeira versão do programa Residência Agrária no período 2004-2005.

À primeira vista, não parecem relevantes tais números se pensarmos em relação aos baixos índices educacionais do campo brasileiro, concluindo-se por sua suposta insignificância ante a magnitude dos dados da realidade.

Entretanto, exige-se do intérprete dos dados verificar o processo constituído no âmbito dessa formação, desde a sua necessidade real até a sua implementação. Esse processo não pode ser negligenciado, sob o risco de ser analisado segundo os parâmetros clássicos da análise de políticas públicas centrada em cruzamentos de números sem observar o fenômeno na sua totalidade, nas suas contradições e no que contém de novo, no que constitui a sua unidade e que lhe confere um caráter programático.

O que contém de novo como unidade é o que será analisado a seguir, ou seja, como os processos se desenvolveram sob a égide de um arcabouço teórico a sustentar uma concepção de formação humana vinculada aos processos produtivos que permanentemente a questionam. Tais processos percorrem um sinuoso caminho das contradições antagônicas impostas pela hegemonia de um sistema cujo interesse não reside na formação humana em todas as suas dimensões, mas apenas na formação necessária à produção e reprodução do capital, denominada “capital humano”.

Contradições atravessam igualmente as políticas públicas pela sua própria natureza, pois incidem definitivamente sobre a correlação de forças que está na sociedade. Não foi sem conflitos institucionais de toda ordem que se instituíram tais políticas. As forças da conservação, da manutenção dos privilégios dos ricos e do capital sobre o orçamento público estão pre-

sentos em cada normativo legal do Estado brasileiro. Enfrentá-los no âmbito institucional, ou seja, de dentro do Estado, para colocar uma pequena parcela a mover-se pelos trabalhadores constitui uma determinação em que é preciso combinar a ação de massas dos movimentos camponeses com a ação institucional, a ação na burocracia do Estado.

Os elementos estruturantes da estratégia do Residência Agrária em relação aos assentamentos da Reforma Agrária

Existe uma saída do labirinto perigoso das contradições antagônicas desse sistema? Onde estão as lacunas a serem expostas e quais são as alavancas eficazes a serem acionadas no interesse da mudança sistêmica necessária? Esses são os problemas sobre os quais agora devemos nos debruçar (MÉSZÁROS, 2015, p. 87).

A ação Residência Agrária foi criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2004, por meio da Portaria INCRA-MDA nº 57/2004, e iniciou sua execução com cinco projetos-piloto desenvolvidos em âmbito regional, integrando uma rede de universidades trabalhando entre si. Foram convidadas, pela Região Norte, a Universidade Federal do Pará (UFPA); pela Região Nordeste I, a Universidade Federal do Ceará (UFC); pela Região Nordeste II, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); pela Região Centro-Oeste, a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat); pela Região Sudeste-Sul, a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Residência Agrária tem por objetivo “adotar uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares”, segundo Molina e Sá (2014, p. 90).

Originalmente, a ação visava à qualificação dos estudantes das Ciências Agrárias que estivessem interessados em uma formação para atuar na política de assistência técnica nos assentamentos e comunidades rurais. Integrava a ação um Curso de Especialização com bolsas para estudantes (desde o último semestre da graduação, para a realização de estágio de vivência nas comunidades) e docentes das instituições de ensino superior.

A então Coordenadora Nacional do Pronera, na Apresentação de livro publicado por ocasião dos 10 anos do Programa, fez um balanço daquela experiência, observando que o Residência Agrária deve

[...] articular os conhecimentos necessários à Reforma Agrária como eixo de projeto de desenvolvimento, sua relação com educação e com educação profissional. Também, para enfrentar os limites da baixa especialização no trabalho do campo, que compromete a produtividade do trabalho. Para pensar novas relações de trabalho e a organização da produção, novas tecnologias para a pequena produção e produção em escala, com base na agroecologia e na cooperação e, acima de tudo, para enfrentar os próprios limites organizativos dos camponeses e contribuir para a consolidação da organização social, essencial no desenvolvimento (MOLINA et al., 2014, p. 9).

A ação teve uma interrupção de seis anos, em razão de ter sido a principal atingida pela proibição do pagamento de bolsas. Quando foi novamente autorizado o pagamento de bolsas por lei aprovada no Congresso Nacional em 2012, o Pronera, em conjunto com a Coordenação de Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates) do INCRA, mobilizou orçamento e apoio político da direção da autarquia para alavancar uma ousada iniciativa de (re)colocar o Residência Agrária na agenda das universidades.

Em 2012, data do relançamento da ação², o Brasil contava com mais de um milhão de famílias assentadas em uma área superior a oitenta e sete milhões de hectares de terra. Tal realidade aponta possibilidades concretas de ruptura das relações capitalistas nesses territórios, tanto pelo contingente

²É necessário registrar que tratamos de relançamento da ação, pois originalmente foi lançada em 2004 como projeto-piloto, tendo passado por um período de revisão, avaliação interna do INCRA, para ser retomada em 2012.

populacional envolvido quanto pela representatividade em termos de dimensão territorial. Não pensar as condições em que essa possibilidade possa se desenvolver significa apenas mudar as terras de mãos (ainda que não seja pouco significativo num quadro de elevados índices de concentração de terras nas mãos de poucos donos) para seguir com o mesmo e histórico processo: a mobilização de imensos contingentes populacionais para os negócios capitalistas no campo.

Mészáros analisa que toda a produção da humanidade sob a ordem sociometabólica do capital nada mais é do que mercadoria, pela "centrifugalidade necessária de seus microcosmos materiais, os quais são esperados para garantir as condições de reprodução social como um todo" (MÉSZÁROS, 2015a, p. 17).

A perspicácia de tal afirmação não está em si mesma, mas em como ela efetivamente se manifesta na realidade. Grande parte dos assentamentos de trabalhadores rurais no Brasil não superou a lógica sociometabólica a que se refere Mészáros, ainda que a nova condição de assentados tenha-lhes permitido novas formas de se relacionarem com a terra e o território, especialmente no que se refere a novas formas de produzir e o que produzir, incluindo as relações de trabalho.

Pensar e agir sobre os elementos que organizem a superação dessa ordem significa elaborar o projeto formativo dos camponeses em torno de um projeto de campo em que o próprio modo de organizar o trabalho e os processos produtivos sejam formadores de uma nova ordem.

O processo formativo é um desses elementos de mediação necessária para elevar os desafios de sua imediata resolução a um patamar de compreensão na sua totalidade diante das múltiplas determinações que o compõem.

Nessa perspectiva, é que o diálogo permanente com os movimentos sociais populares que organizam a luta pela Reforma Agrária torna-se fundamental, uma vez que não se revela possível na nossa perspectiva teórica e política fazê-lo de dentro das instituições para fora. Esse processo material da política de assentamentos articulado com um acúmulo político-pedagó-

gico, construído em mais de uma década de relações engendradas e amadurecidas dentro do Pronera, provocou mudanças importantes a respeito da concepção de políticas públicas tanto para as instituições públicas quanto para os próprios movimentos sociais populares.

Desse permanente diálogo é que brotam os desafios trazidos da materialidade para a concepção de um projeto formativo dos camponeses, a ser materializado na política pública. Daí emergem categorias que aportam contribuições para a organização de uma estratégia, porque se articulam em coerência com a inexorável disputa de poder que se estabelece ao se tomar a decisão de enfrentar o problema do projeto de campo nas suas várias dimensões.

As categorias com as quais trabalhamos dizem respeito à **“propriedade econômica, a capacidade de ativar os meios de produção e de comandar os processos de trabalho”** (POULANTZAS, 2000, p. 33, grifos nossos).

As três categorias apontadas por Poulantzas requerem apreciação na sua indissociabilidade, pois não se limitam a apontar soluções imediatas, mas oferecer indicadores a serem considerados para a permanente reflexão sobre os processos em curso, a fim de aperfeiçoá-los na perspectiva das transformações necessárias de interesse e necessidade dos trabalhadores.

A propriedade econômica em questão é a posse da terra na condição de assentamento. É a condição objetiva para que seja efetivamente estabelecida a possibilidade de enfrentamento com o modelo hegemônico, desde que atendidas duas condições: a) desenvolver a capacidade de mobilizar todos os recursos disponíveis (políticos, econômicos, laborais e formativos); b) organizar os processos de trabalho e cooperação de maneira a que sirvam à produção de riqueza e promoção humana e social das comunidades em equilíbrio com a natureza.

Para tanto, o processo formativo dos trabalhadores camponeses está desafiado a cumprir o dever de organizar os conhecimentos e o método necessários àquele fim. Essa é a estratégia que dá sentido ao Residência Agrária à medida que, se articulado a outras ações (Assistência Técnica e Extensão

Rural - ATER, Programa Terra Forte, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), forma uma espiral positiva de ações em torno do alcance da estratégia.

Todavia, este debate deverá ainda ser aprofundado e mais bem compreendido. Trata-se aqui de compreender os elementos do processo formativo dos camponeses desde o polo do trabalho, na perspectiva da negação e da destruição da ordem sociometabólica do capital. Negação e destruição implicam, ao mesmo tempo, em construção de um projeto educativo que contenha em si os enunciados da nova ordem a ser construída.

Processo formativo e projeto educativo dos camponeses³

Considero pertinente esclarecer a distinção entre processo formativo e projeto educativo no âmbito do texto para não suscitar dúvidas, embora a utilização ora de um conceito, ora de outro seja necessária para qualificar processos que, no meu entender, contêm diferenças.

Já temos suficiente elaboração científica, inclusive na base legal que sustenta o sistema educacional, de que o processo formativo dos trabalhadores e, neste caso, dos camponeses é o processo da vida toda, do trabalho, da cultura, das lutas, da organização, da produção, enfim realiza-se independentemente da condição de escolarização dos trabalhadores.

Associo-me, nesse entendimento, aos estudiosos do tema que consideram os conhecimentos necessários ao trabalho com a terra, com a natureza, com os animais, para daí se reproduzirem como camponeses, como conhecimento científico, dada a complexidade de mecanismos físicos e mentais

³Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116-130 apud CARVALHO; COSTA, 2012, p. 115).

mobilizados para a realização de seu trabalho. Todos os recursos constituem seu processo formativo: são os conhecimentos práticos da experimentação, da observação, do planejamento da produção (seja para o autossustento da família, seja para a comercialização), da cronologia do tempo do plantar e colher, de colocar uma galinha para chocar ou uma vaca para cruzar, a saber, da tecnologia envolvida no trabalho do campo.

Contudo, no âmbito do sistema do capital e no caso do campo, subjugado à hegemonia do modelo e da tecnologia associada ao agronegócio, o processo formativo encontra-se capturado por suas leis. Encontra-se sociometabolizado, de acordo com Mészáros (2015a), porque produtor de riqueza social, ou seja, nada que diga respeito à produção de riqueza está imune à configuração do capital.

Os ideólogos do sistema do capital instituíram no imaginário da sociedade e dos próprios camponeses uma classificação para o campo como sinônimo de atraso. Assim o fizeram, em parte, para desconstituir esse lugar, eliminá-lo do ideário das gerações como lugar de vida e transformá-lo em lugar de produção de mercadorias. Porém, o atraso atribuído ao campo tem ainda outra conotação, e ela está vinculada à necessidade de eliminar o processo formativo próprio da natureza do seu trabalho, que induz a um processo formativo de classe quando os camponeses começam a se reconhecer nas suas práticas, no seu trabalho, como portadores de conhecimentos, produtores de tecnologias.

A artificialização dos processos de produção por meio dos adubos químicos, venenos, transgênicos, entre outros, altera substancialmente a relação dos camponeses com a terra e com a natureza, aniquilando seus conhecimentos ancestrais e determinando a dependência tecnológica em face das grandes corporações que controlam os negócios da agricultura em âmbito mundial. Esse processo contém alto potencial formativo, à medida que se assenta sobre os progressos da tecnologia e se reproduz pelos seus extraordinários efeitos sobre a emancipação do trabalho braçal e penoso do campo.

No entanto, insiste Marx (apud LOSURDO, 2015, p. 300) que essa humana "capacidade científica objetivada", a tecnologia e seus prodigiosos resultados, não é tão óbvia assim.

Enquanto a ciência continuar a ser obrigada a servir ao capital, o desenvolvimento tecnológico não será de modo nenhum sinônimo de riqueza social. [...] A história real demonstra que tal desenvolvimento tecnológico, no âmbito da sociedade capitalista, pode ter consequências catastróficas para as classes subalternas.

Aos ideólogos do sistema do capital, essa variável do processo formativo é fundamental para seus intentos, uma vez que lhes interessa como condição fundamental para a acumulação a disposição de contingentes populacionais com limitada e flexível capacidade de assimilação da maquinaria capitalista e suas tecnologias no campo, porém alienados dos resultados do seu trabalho e, portanto, disponíveis à exploração.

Alienados, porque não questionam os meios de trabalho a que se refere Marx, que "constituem-se monopólio do capital, inclusive o monopólio sobre as fontes de vida" (MARX, 2012, p. 26), persistindo as condições de "subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual" (p. 30 e 31).

A imprescindível luta dos camponeses pela condição fundamental para a realização de sua existência, a terra, e pela ruptura da base fundamental da exploração e da alienação inaugura um novo processo formativo, ao mesmo tempo que estabelece as bases para um novo projeto educativo de ruptura da formação na perspectiva do capital humano e na afirmação da perspectiva da formação humana pelo trabalho. Para Barata-Moura (2015, p. 7), "é na medida em que trans-formam, que trabalho e educação, na unidade de um mesmo movimento, *formam*".

Entende-se o projeto educativo como inseparável do processo formativo no âmbito da institucionalidade, da intencionalidade formativa, do domínio dos instrumentos e mecanismos de compreensão e crítica às práticas, dos conhecimentos sistematizados, do estatuto da dúvida, da incerteza, da provisoriidade da verdade e principalmente da certeza da possibilidade de inventar novas formas de viver, produzir, existir como classe.

O caráter da construção desse projeto enuncia seu próprio conteúdo na inseparável equação entre conteúdo e forma. A afirmação da construção

do processo *com* os trabalhadores, neste caso com os camponeses e suas organizações, enuncia que se trata de um projeto *dos* camponeses. Considero relevante essa afirmação para remarcar que a melhor e mais revolucionária concepção de educação dos trabalhadores estará sempre sujeita às armadilhas da ordem do capital a ele subjugada (ainda que aparentemente se anuncie o contrário) se não estiver sob o comando dos trabalhadores e de suas organizações de classe. Se não estiverem vinculados a seus processos de trabalho, aos processos produtivos por eles engendrados, que desafiam e tensionam permanentemente seu processo formativo.

Assim, foram as experiências educativas formuladas e sistematizadas pelos educadores-teóricos (porque pensaram sobre sua prática educativa), como Pistrak⁴, Krúpskaya⁵ e Shulgin⁶, nas primeiras décadas do século XX durante a Revolução Russa. Foram processos educativos elaborados e realizados diante de grandes desafios, como o desenvolvimento da capacidade produtiva, mas também intelectual dos trabalhadores, em meio a um processo revolucionário de transição para o socialismo.

No caso do Residência Agrária, aprendeu-se muito das referências de processos desenvolvidos em algumas escolas de assentamentos, do processo formativo não formal/não escolar realizado pelas organizações populares do campo. Aprendeu-se também a partir da conjunção dessas organizações com as universidades naquilo que podemos denominar de “testamento de práticas”, práticas essas que vão se constituindo em legados que ocasionalmente, se a correlação de forças permitir, legitimam-se no campo da política.

O processo formativo dos camponeses assentados, como resultado de grandes e decisivas lutas, conflitos e enfrentamentos de toda ordem, exige um novo projeto educativo para responder àquelas duas condições para o enfrentamento da hegemonia do capital (no campo) e a construção de um novo polo de poder, quais sejam: ativar os meios de produção e comandar

⁴PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵KRÚPSKAYA, N. La educación laboral y la enseñanza. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

⁶SHULGIN, V. N. Rumo ao politecnismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

os processos de trabalho. “A luta de classes é chamada, mais uma vez, a contrastar esses processos” (LOSURDO, 2015, p. 301).

Buscamos nos referenciar no princípio educativo do trabalho que, a nosso ver, sintetiza o que buscam os camponeses organizados em torno de um novo projeto de campo e um novo projeto educativo como condições essenciais para a superação da condição alienante do trabalho.

Para Marx, a mediação de primeira ordem – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana [...], e absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pelo trabalho (FRIGOTTO, 2010a, p. 37).

Por se tratar de projetar o novo de dentro da ordem do capital, a relação entre trabalho e educação, e entre projeto educativo e processos produtivos está atravessada por contradições. Desse modo, a condição fundamental é o rompimento da separação entre a ciência (como trabalho intelectual) e o trabalho manual.

Em seu documento *Que educação profissional, para que trabalho e para que campo?*⁷, o MST declara:

Como parte de uma política de desenvolvimento sócio-territorial, a Educação Profissional do Campo deverá incluir a produção e socialização de tecnologias próprias à agricultura camponesa do século XXI. Isso significa pensar a formação profissional para o trabalho do campo numa outra lógica, porque não se trata de preparar para o mercado de empregos nem mesmo para o trabalho assalariado; trata-se de formar profissionalmente trabalhadores que produzem (ou que estão lutando e se desafiando a produzir) sua existência desde seu próprio território (MST, 2007, p. 12).

⁷Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul. Iterra, Veranópolis/RS, junho de 2007.

Frigotto (2010b, p. 14) refere-se à “natureza da relação entre educação e processo produtivo, uma vez que capta a existência do vínculo, mas não de forma direta e imediata, mas indireta e mediata”, ao dizer que “o específico da escola não é a preparação profissional imediata. Sua especificidade situa-se no nível da produção de um conhecimento geral” (p. 169) que se articula com o “desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção **em diferentes níveis e mediações**, guardando uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista” (p. 177, grifos nossos).

Nessa compreensão, a vinculação entre projeto educativo e processos produtivos ganha importância na medida em que a forma como se organiza o processo produtivo – o que se produz, como se produz e como se organizam os processos de trabalho – revelará muito do seu conteúdo formativo.

Procuramos estabelecer critérios desde a seleção dos projetos a serem apoiados pelo Programa Residência Agrária e mesmo ao longo de seu desenvolvimento pelas universidades, que indicassem a intencionalidade do projeto educativo que estávamos a estimular.

Assim, algumas exigências foram estabelecidas, dentre as quais a vinculação entre os processos de trabalho nos quais estivessem envolvidos os estudantes dos cursos de Pós-Graduação com a pesquisa como lugar de sistematização entre o trabalho intelectual e o trabalho no campo. Além disso, exigiu-se a produção de novos conhecimentos pelos próprios camponeses, em resposta às questões emergentes desses processos, de seu *que fazer*, elemento crucial em vista dos grandes desafios identificados e das estratégias levadas a cabo, no sentido da afirmação e sustentação de um projeto de campo a partir dos interesses e necessidades dos camponeses.

Procurou-se assegurar nas linhas de pesquisa a formação integral envolvendo todas as dimensões do ser humano como parte desse projeto, abarcando temas associados diretamente à produção, como agroecologia, cooperação, economia solidária, compras públicas, além das áreas de comunicação, artes, direito e meio ambiente. Alguns projetos se desenvolveram na interdisciplinaridade, envolvendo duas a três das áreas, de acordo com os desafios de cada realidade.

Conforme Mészáros (2002, p. 113), "as formas e os recursos [...] se alteram de acordo com a modificação das relações de forças no país e no exterior devido à mudança nas circunstâncias históricas". Desse modo, ainda que vivamos na atualidade uma profunda alteração na relação de forças desfavoráveis aos trabalhadores, podemos afirmar que, por meio do Programa, desenvolveu-se efetivamente um processo formativo *com e dos* trabalhadores, sustentado e estruturante de um projeto educativo dos camponeses.

Referências

BARATA-MOURA, J. O trabalho da educação. **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, n. 20. p. 5-21, 2015.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária**. Relatório. IPEA-IN CRA, 2015.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. de A. Campesinato. In: CALDART et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 115-122.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010a, p. 25-41.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. de. Educação superior do campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: MDA, 2014. p. 90-116. (Série NEAD Debate 22).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Que educação profissional, para que trabalho e para que campo? **Documento do seminário sobre educação profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul**. ITERRA. Veranópolis/RS, (Mimeo), 2007. 14p.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ଅଧିକାରୀଙ୍କୁ କାର୍ଯ୍ୟରେ ଉତ୍ସାହିତ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

କାର୍ଯ୍ୟକ୍ରମର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza

José Maria Tardin¹

Dominique Michèle Perieto Guhur²

Introdução

"Agora eu sei que a agroecologia não tem volta", afirmou serenamente Ana Maria Primavesi ao final do seu terceiro dia de trabalho voluntário na ELAA - Escola Latino-Americana de Agroecologia em 2006 (KNABBEN, 2016, p. 452).

Num curtíssimo lapso de tempo, pioneiros intelectuais nos anos 1980 ao estudarem sistemas agrários camponeses na América Latina sistematizaram as bases do que nominaram "agroecologia" (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 59-66). Tão logo foi sendo apreendida, exponenciada e qualificada em seu marco político, conceitual e metodológico por diversas forças sociais, a partir do ano 2000 passou a ser posta na estratégia e plataforma política nacional de Movimentos Sociais Populares do Campo no Brasil e articulações internacionais dos povos do campo de que tomam parte, cabendo aqui destacar a CLOC/Via Campesina¹, sem dúvida corroborando com aquele momento catártico da querida amiga dos povos do campo, Ana Maria Primavesi.

As organizações membros da CLOC/Via Campesina estão conscientes de que são portadoras de saberes e práticas históricas "agri-culturais" (TARDIN, 2012, p. 180-188) que diferentes povos do campo forjaram nas suas relações sociais em coevolução² na e com a natureza de cada lugar.

¹Técnico Agropecuário, graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e membro da Coordenação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA).

²Agrônoma, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e integrante da Coordenação Político-Pedagógica da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Ao constituírem coletividades e sociedades humanas e seus respectivos “agroecossistemas” (MONTEIRO, 2012, p. 67-73; GLIESSMAN, 2000, p. 61), objetivaram seus modos de ser e de estar no e com o mundo em crescentes relações com as sociedades em geral, portanto influenciando e simultaneamente sendo influenciados nessas relações.

Nesse realizar-se historicamente, desenvolveram e acumularam por gerações modos de ser agri-culturais dialeticamente sinérgicos e antagônicos nas relações dentre si e na e com a natureza. Portanto, não cabe dar vazão às versões idealistas que vislumbram um passado “harmônico”³ dos grupos humanos nas suas relações na e com a natureza. Tampouco, tal “harmonia” fora plasmada nas relações sociais de outrora. Trata-se, sim, de continuado processo de hominização e humanização indelevelmente contraditório que persiste nas nossas relações e, por sua vez, no nosso aprendizado contemporâneo. Não só a natureza da natureza se faz em processos concorrentes, antagônicos e complementares (MORIN, 2005), frisemos, da qual o gênero *homo* é parte em coevolução, como as relações sociais se dão contraditoriamente.

Assim, em seu devir histórico vão imprimindo suas marcas na natureza, “tendo essa como mediadora às suas relações e comunicações entre si e com ela própria” (SOUZA, s.d. apud TARDIN, 2012, p. 181). E, com isso, humanizam a natureza, na medida em que imprimem nela seus objetivos e a resolução prática de situações em benefício da satisfação das suas necessidades humanas. Esse quê fazer simultaneamente alcança a ordem imaterial, levando-os a expressarem suas subjetividades por meio das artes, teorias, ciências, religiões, ideologias, cosmovisões, etc. (TARDIN, 2012). Nas palavras de Fiori, no Prefácio que escreveu para “Pedagogia do Oprimido”, a “‘hominização’ não é adaptação: o homem não se naturaliza, humaniza o mundo. A ‘hominização’ não é só processo biológico, mas também história” (FREIRE, 2005, p. 13). Como ser natural que é, reiteremos, humaniza o mundo humanizando a si – se faz ser histórico e cultural.

Na CLOC/Vía Campesina, foi em 2009 no Instituto de Agroecologia Latino-Americano - IALA Paulo Freire, na Venezuela, onde se deu o primeiro Encontro de Formadores e Formadoras em Agroecologia como parte de um longo processo que seguiu sendo promovido por La Vía Campesina nos de-

mais continentes, proporcionando o intercâmbio de experiências, o estudo e o debate direcionados à formulação de uma concepção comum de agroecologia, a exemplo do feito na elaboração da concepção de soberania alimentar⁴.

Quando da realização da sua VI Conferência Internacional em junho de 2013, a Comissão Internacional sobre Agricultura Sustentável Camponesa publica o caderno "De Maputo a Yakarta, 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina", no qual traz o acúmulo desse amplo processo internacional de experiências e decisões teóricas e políticas da compreensão comum da agroecologia como expressão de uma cosmovisão, embora não se tenha chegado até o presente a uma síntese.

As notas aqui se referenciam especialmente a aspectos desse acúmulo internacional, ao mesmo tempo em que apontamos elementos atuais a partir das experiências, estudos e debates que se têm dado no amplo processo social camponês e nas escolas e cursos de agroecologia da CLOC/Vía Campesina na América Latina e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no Brasil, tanto na abordagem da agroecologia como na análise da ação do capital no campo. Agregam-se também considerações particulares de responsabilidade exclusiva dos autores.

A agroecologia emerge em dadas práxis camponesas e de povos originários em "diálogo" (FREIRE, 1967, p. 107; 2005, p. 89-96) de saberes no encontro de culturas⁵, em suas objetivações agri-culturais, com as quais interagem contemporaneamente determinadas práxis acadêmico-científicas. Nessa interação, a agroecologia possibilita que as mundividências camponesas problematizem o universo intelectual-acadêmico-científico e sejam por ele problematizadas.

O capital – ordem social desumana e de depredação da natureza

Ao reconhecer que as relações humanas na e com a natureza se dão num macrosistema de coevoluções dialeticamente sinérgicas e antagônicas, na CLOC/Vía Campesina tem-se conduzido a agroecologia conscientemente

na direção de potencializar a reconstrução ecológica da agricultura como devir camponês, como modo de ser e estar no e com o mundo – como modo de vida –, no interior das contradições, antagonismos e dos conflitos com a forma “agri-cultural” hegemônica do capital sobre o campo – o agronegócio – e a humanidade planetariamente – o capitalismo.

Nesse sentido, é imperiosa a necessidade de, ao mesmo tempo em que se vai reconstruindo agroecossistemas e territórios agroecológicos cada vez mais sustentáveis, que se realizem pesquisas, estudos, debates que qualifiquem a compreensão da ordem social burguesa – o capitalismo – nas suas formas históricas e atuais de exploração do trabalho humano e de depredação da natureza. A agroecologia demanda, assim, uma apreensão histórica, societária e planetária, e não só singular, particular e específica do campo e do campesinato.

Faz-se mister nesse esforço coletivo apropriar-se da crítica da economia política – nas palavras do professor José Paulo Netto, “a ciência fundante da economia burguesa”⁶ – empreendida por Karl Marx e Friedrich Engels e o marxismo, de modo a apreender as manifestações estruturais do capital no ordenamento das relações sociais e suas determinações nas relações na e com a natureza. É necessário apreendê-las como fundamentos necessários ao entendimento das manifestações atuais do capital, tanto quanto para a elaboração programática e a ação estratégica que conduza à superação do capitalismo, fazendo emergir uma ordem social superior propulsora da emancipação humana e consciente da dimensão ecológica da vida.

O mesmo vale dizer da necessidade da crítica às experiências socialistas inauguradas pela revolução russa em 1917, as quais, sem exceção, não se fizeram capazes de alterar as rotas societárias hegemônicas ao não associarem aos objetivos da emancipação humana a dimensão ecológica da vida. Da magnitude de tais experiências, havemos também de apreender lições desse impasse histórico.

Nesse sentido é que CLOC e Vía Campesina se colocam como protagonistas no enfrentamento ao capital no campo e objetivam a agroecologia como devir histórico positivo do campesinato, revitalizando-se nas suas cosmovisões em diálogo crítico com o materialismo histórico e dialético, e as ciências.

Sabe-se também que a agroecologia e outras expressões de agricultura ecológica e natural não estão isentas das disputas, seja dos detentores do capital que delas vem-se apropriando como oportunidade de negócios, seja de segmentos diversos da sociedade – ambientalistas, acadêmicos, pesquisadores, consumidores, entre outros, que muitas vezes se orientam por concepções e posicionamentos contrários às lutas camponesas que são efetivadas em permanente combate consciente ao capital.

O tema ambiental-ecológico está na agenda da burguesia necessariamente como oportunidade mercantil. É próprio do capital sua realização pelo mercado – tempo-espaço das relações sociais onde se materializam as trocas mercantis –, e não pode ser de outra forma. A realidade capitalista está circunscrita à necessidade da realização da mais-valia: $D - M - D'^3$. Tudo o que estiver fora dessa relação tempo-espaço e dessa equação não participa e não cabe na contabilidade do capital.

O capital, sendo uma relação social histórica e, enfatizemos, sempre e necessariamente uma *relação social violenta*, dado que se realiza pela exploração da força de trabalho alheia, opressão de classe, alienação, estranhamento, reificação, fetichização, divisão social do trabalho, propriedade privada dos meios de produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, faz plasmar no âmbito planetário, independentemente das vontades pessoais, suas determinações, que ordenam o ser social nas suas relações de produção e reprodução social, e por sua vez nas suas relações na e com a natureza.

A força dessas determinações materiais que constituem e derivam da estrutura social incidirá diretamente sobre os indivíduos e a coletividade humana na “produção das ideias, das representações, da consciência” que

[...] está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. Também as fantasmagorias [*Nebelbildungen*] no cérebro dos homens são sublimações⁷ necessárias do seu processo de vida material empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica, e toda outra [*sonstige*] ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, não

³D = dinheiro; M = mercadoria; D' = dinheiro acrescido de mais-valia.

conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia [*Selbständigkeit*]. Não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. **Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência** (MARX; ENGELS, 2009, p. 31-32, grifo nosso).

Evidenciamos, então, que a desumanização e a propulsão à depredação da natureza têm suas causas nas determinações do capital, sendo seu objetivo não a satisfação das necessidades humanas "genuínas, universais, naturais" (FOSTER, 2005, p. 242), mas a valorização do valor, ou seja, a necessidade da sua permanente reprodução ampliada, $D - M - D'$ (MARX, 1988a, p. 165-175).

Não há solução humana e, conseqüentemente ecológica, sob a ordem social burguesa. Sob a égide do capital, "a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio" (MARX; ENGELS, 2008, p. 18), ou seja, as forças produtivas se convertem em forças destrutivas, dada a contradição insolúvel posta nas relações sociais de produção e reprodução mediadas no seu metabolismo na e com a natureza.

Entre outros aspectos esclarecedores das implicações estruturais do capital sobre a natureza, registremos a concorrência, que é a expressão mais superficial de toda a produção mercantil e capitalista, à qual correspondem impactos que se originam nos níveis *intra-ramos* de produtores que oferecem mercadorias similares, entre ramos de produção diferentes e, por último, em sua forma mais individual e elitista, como *lucro monopolístico* (FOLADORI, 2001, p. 169-170, destaques do autor).

A tais manifestações da concorrência, corroboram a degradação e depredação da natureza, a necessária e permanente reprodução ampliada do capital que se efetiva na circulação do dinheiro, bem expressa na fórmula $D - M - D'$, onde D' é maior que D , a qual revela que a quantidade de dinheiro a mais sempre pode ser maior, e, portanto, tal satisfação é sempre parcial, e o objetivo (obter dinheiro a mais), ilimitado (FOLADORI, 2001, p. 167).

Portanto, somente se verificam ações parciais do capital em algum grau ecologicamente sustentável, uma vez que “a ‘ecologia’ tem que ser rentável (desde o ponto de vista capitalista) para que possa ser realizável. Os limites do capitalismo e, portanto, sua irracionalidade intrínseca, não são outros que a necessidade do capital de sobreviver e reproduzir-se” (COGGIOLA, 2006, p. 13 apud GUHUR, 2015, p. 289).

Justamente por essa irracionalidade intrínseca é que outras manifestações estruturais de amplo impacto social e ecológico se fazem objetivar, como a obsolescência programada amplamente aplicada na produção, sobretudo de bens de consumo de massa, e o consumismo condicionado pelo produtivismo. São bens que não só geram mais detritos e poluição, degradação e depredação da natureza, mas simultaneamente se apresentam como novas oportunidades de negócios – a reciclagem, por exemplo.

Na especificidade da agricultura, a teoria da renda da terra analisa os efeitos da aplicação do capital no solo, elucidando a especificidade derivada do fato de que a terra é um meio de produção monopolizável, heterogêneo e não reproduzível à vontade, impondo ao capitalista o pagamento do aluguel ou a forma antecipada de renda capitalizada, quando proprietário da terra. A heterogeneidade do solo, tanto no que diz respeito à sua localização geográfica quanto no que se refere à sua fertilidade natural (ou historicamente acumulada), repercutirá na constituição da renda diferencial da terra, e toda essa situação conduz em grande medida para a depredação e a conseqüente degradação do solo, determinando a sobre-exploração do solo e, onde possível, o movimento de expansão da fronteira agrícola e suas conseqüências gerais por sobre os biomas e populações tradicionais (FOLADORI, 2001, p. 180-188).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, tem-se as primeiras iniciativas de magnitude internacional em relação à conservação da natureza, sendo um marco a criação da IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e a definição da ONU - Organização das Nações Unidas em sua declaração de 1957, designando-o como o Ano Geofísico Internacional, dando início à medição sistemática da concentração de dióxido de carbono na atmosfera no observatório de Mauna Loa, no Havaí. Todavia, é a partir dos

anos 60 e 70 que vem ocorrendo no meio institucional e das sociedades a generalização da consciência de que o ser humano afetou e segue afetando a biosfera de forma radical, provocando consequências que podem pôr em risco a sua própria vida (FOLADORI, 2001, p. 115).

O mesmo autor lembra a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Homem ocorrida em Estocolmo, Suécia, em 1972, que declarou a industrialização, a explosão demográfica e o crescimento urbano como os principais problemas relacionados ao meio ambiente, proclamando "o direito dos seres humanos a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as futuras gerações". Outro marco destacado por Foladori foi o relatório "*Our common future*" (Nosso futuro comum), da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development), coordenada por Gro Harlem Brundtland. O relatório foi encomendado pela Assembleia Geral da ONU na perspectiva de criar uma "agenda global para a mudança", que cunhou e divulgou o termo *desenvolvimento sustentável* (FOLADORI, 2001, p. 116, destaques do autor), debate que se impõe à crítica da agroecologia e será retomado adiante.

A continuada tomada de consciência em escala planetária dos impactos antrópicos na biosfera e a emergência de amplo processo social e lutas populares motivadas pela "questão ambiental" se farão espriar na Rio 92, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e concomitantemente na ampla manifestação social e popular, o Fórum Global. Essa crescente tomada de consciência em âmbito mundial repercute tanto nos sistemas institucionais, notadamente através da ONU, como nos meios científico, acadêmico, midiático e empresarial.

É especialmente por intermédio da ONU que se fará a vulgarização de uma dada acepção de sustentabilidade, na qual subjazem os interesses das elites capitalistas e dos Estados imperialistas, ocultando-os numa generalização que iguala cada pessoa e nação na responsabilidade pela degradação e depredação da natureza, exigindo atitudes ecologicamente sustentáveis dos indivíduos, dos empresários e dos Estados.

Tal influência, esclarece Guhur (2015, p. 285), leva a que “boa parte do debate ambiental contemporâneo acaba por se perder na perspectiva dualista de oposição entre humanidade e natureza, que restringe o problema a uma questão de valores”. Dando sequência a essa reflexão, a autora afirma ainda que essa despolitização da ecologia se reflete em “um discurso pomposo e vazio, com o qual se constrói o mito reacionário de que, diante da degradação ecológica, toda a humanidade é igual em responsabilidade (sem distinção de classes ou países) e estaria unida pelos laços indissolúveis de interesses comuns de sobrevivência” (COGGIOLA, 2006, p. 15 apud GUHUR, 2015, p. 285).

Esses aspectos indicados aqui já nos bastam inicialmente para validar a assertiva no interior da CLOC/Via Campesina que situa a agroecologia como parte do labor camponês consciente do desafio histórico e contemporâneo da sua participação protagonista na revolução social pela emancipação humana, incluindo a “restauração revolucionária da nossa relação metabólica com a natureza” (FOSTER, 2005).

Cosmovisão e epistemologia – diálogo de saberes no encontro de culturas

As organizações e Movimentos Sociais Populares do Campo e de povos originários membros da CLOC/Via Campesina são portadores de múltiplas cosmovisões dentre incomensuráveis cosmovisões presentes na diversa população que habita o campo desde milênios. Elas são em cada cultura e território o ápice mais fino das raízes que revelam e resguardam identidades e orientam suas mundividências autopoieticas. Tal qual a dinâmica meristemática das raízes que simultaneamente sustentam e renovam continuamente a vida das plantas, dinamicamente as cosmovisões sustentam e se renovam nas práxis autopoieticas de cada povo e coletividade humana, dialeticamente influenciando e sendo influenciadas nas relações sociais e pelo meio em que interatuam. Essas múltiplas cosmovisões contêm as bases do conhecimento oriundo das práxis particulares que as orientam e podem se renovar nos campos de possibilidades que são postas por suas exteriorizações e objetivações em cada tempo histórico, no mesmo sentido formulado por Fernando

Pessoa: “A verdadeira novidade que perdura é a que retoma todos os fios da tradição e os tece fazendo um motivo que a tradição não pode tecer” (PETERSEN; TARDIN; MAROCHI, 2002, p. 1)⁸.

A consciência de ser portadora desse diverso e incomensurável legado e patrimônio cultural (e agri-cultural) também se revela quando no 1º Encontro Latino-Americano dos Formadores e Formadoras de Agroecologia da CLOC/Vía Campesina declara-se: “La agroecología es parte de nuestra ancestralidad y de nuestra manera dinámica y racional de ser parte de la naturaleza” (LA VÍA CAMPESINA, 2013, p. 19-20). Registremos que ao final do encontro definiu-se pela realização do 2º Encontro na Guatemala, país com ampla população campônia maia e que destacadamente contribuíra com sua cosmovisão nos debates, acentuando sua relevância e evidenciando lacunas por serem retomadas no esforço coletivo assinalado.

Nesse âmbito, há um vasto campo de diálogo em curso nos processos de intercâmbio, de formação e educação, e de lutas promovidos pela CLOC/Vía Campesina. Indiquemos, por exemplo, as cosmovisões dos seguintes povos: a dos Guarani, expressa em geral na configuração da “Terra Sem Males”; a dos Povos Andinos, no “Sumak Kawsay” – Quechua, e no “Suma Qamaña” – Aymara, traduzido no “Bem Viver”; a Zapatista, expressa no “Popol Wuj” – livro sagrado Maya K’iche’ (BARBOSA, 2016); a do povo Duwamish, pronunciada pelo Cacique Seattle, em 1854, nos Estados Unidos da América (CACIQUE SEATTLE, s.d.), como aquela transmitida por Chico Mendes na carta que escreveu em 28 de outubro de 1988, menos de dois meses antes de ser assassinado.

Nessa longa jornada do *Homo sapiens* pelo continente que se impôs chamar de América, agregam-se distintos povos que, num movimento pluri e intercultural sem precedentes, ampliaram e diversificaram com suas particulares cosmovisões o legado e o patrimônio agri-cultural – etnias europeias, africanas e asiáticas.

As mútuas inferências que seguem emergindo nos processos de relações diretas oportunizados pela CLOC/Vía Campesina demandam, por sua vez, maior esforço de apreensão e sistematização por parte dos seus processos educativos escolares e formativos populares como desafio epistemológico e político.

Há que considerar também apreender lições das experiências auto-destrutivas levadas a cabo por determinados povos. Nesse domínio, o campo clássico na América, pode-se assim dizer, dada sua radicalidade e ampla e popularizada divulgação, é a experiência do povo habitante da Ilha de Páscoa (WIKIPÉDIA.RAPANUI, s.d.) no Pacífico, posteriormente conquistada e anexada ao Chile. Pode-se também recorrer ao ocorrido com o Povo Anasazi (WIKIPÉDIA.ANASAZI, s.d.), que desenvolveu amplos conhecimentos arquitetônicos e agrícolas, sendo reconhecido que, por depredar as bases ecológicas do território sob seu domínio (hoje, parte do sudoeste dos Estados Unidos da América e noroeste do México), colapsou, autoextinguindo-se em guerra interna.

Quando nos referenciamos na epistemologia, dada a hegemonia de uma certa acepção de ciência amplamente questionada (HEISENBERG, 1996; CAPRA, 2000, 2002a, 2002b; ALTIERI, 2002; MORIN, 2005; ROLO, 2015), apesar das pesquisas e considerações já postas pelos pioneiros acadêmicos e cientistas da agroecologia, segue sendo necessário o preâmbulo de reiteração do legado agri-cultural indelével das cosmovisões. Necessário para evidenciar, do ponto de vista do Movimento Social Popular campônio, a abrangência de suas visões de mundo que corrobora com aquela crítica, bem como para protagonizar cooperativamente nos processos sociais agroecológicos e populares que atuam pela transformação radical da sociedade contemporânea na perspectiva da emancipação humana que inclui a “restauração revolucionária da ruptura metabólica da relação sociedade-natureza” (FOSTER, 2005).

É recorrente destacar na pessoa de Justus von Liebig, a partir do livro publicado em 1840, “A química orgânica em sua aplicação à química agrícola e à fisiologia”, o fundador da ruptura das bases do conhecimento que orientavam a “agricultura húmica” (WAKSMAN, 2012), iniciando assim a era da agricultura de base químico-mineral, e daí ser vulgarmente nominado de “pai da agricultura química”. Todavia, outros pesquisadores também vinham alcançando descobertas fundamentais à área, a exemplo de Friedrich Wöhler, que também atuou em cooperação com Liebig, e que, entre outras descobertas no âmbito da química inorgânica, desenvolveu a síntese da ureia (WIKIPÉDIA.FRIEDRICH WÖHLER, s.d.), e o botânico Carl Ludwig Sprenger (MUSEU VIRTUAL LIEBIG, s.d.), que formulou a lei do mínimo⁹, largamente reconhecida como postulada por Liebig, quando este na verdade a reiterou e popularizou.

John Bennet Lawes, empresário inglês, desenvolveu ampla pesquisa de fertilização de plantas e fundou a Estação Experimental Rothamsted em 1843, ano em que também criou o método de solubilizar rocha fosfatada, iniciando a produção industrial de fertilizantes minerais (WIKIPÉDIA.JOHN BENNET LAWES, s.d.; FOSTER, 2005, p. 212). Vale registrar que cinco anos após é que se dá a institucionalização do que conhecemos hoje como agronomia, com a fundação do Instituto Nacional Agrônômico de Versailles, França (UFOPA, 2012). Atenemos que, em termos formais, pode-se dizer que a “agronomia” tem apenas 169 anos, enquanto as agriculturas, algo superior a 10 mil anos.

Teremos a emergência da microbiologia do solo em 1876, quando R. W. Warrington demonstrou o processo biológico da nitrificação no solo e, em 1890, S. Winogradski isolou dois grupos de bactérias, nitrossoma e nitrobacter, responsáveis pelo processo da transformação da amônia em nitratos – a nitrificação (SENGIK, 2003, p. 3).

Assim, Primavesi e Primavesi afirmam que, no início,

[...] a agricultura extensiva desenvolveu técnicas isoladamente, convencida de que o solo fosse tão somente um suporte inerte. Não se conhecia, ou ao menos não se considerava, a microvida e se a considerava, julgavam-na, igualmente, um fator isolado, sem relação com os demais. Robison mostrou pela primeira vez, o íntimo entrosamento entre a raiz e a estrutura do solo e Scheffer Winogradsky, Frank e Rubin, entre a raiz e os microrganismos, enquanto Sekera, Kubiëna e Russel mostram claramente a relação entre a estrutura do solo e microrganismos (PRIMAVESI; PRIMAVESI, 1964).

Artur e Ana Maria Primavesi relacionam amplas referências daqueles que desenvolveram as bases dos conhecimentos da biologia e microbiologia do solo, da sociologia vegetal, entre outros âmbitos, nessa fundante área da agricultura e decisiva para a agroecologia.

Ainda no século XIX surgiram as descobertas feitas por Gregor Michael Mendel no âmbito da genética, abrangendo a produção de plantas híbridas, a fecundação artificial e, em 1865, apresentou sua grandiosa descoberta, as leis da hereditariedade, que regem a transmissão dos caracteres hereditários (WIKIPÉDIA.GREGOR MENDEL, s.d.).

Os exemplos citados ilustram o dinamismo científico a partir do início do século XIX, no qual tanto a química orgânica e inorgânica como a física mecânica vão ser amplamente desenvolvidas, impulsionando saltos enormes no desenvolvimento tecnológico capitaneado no processo capitalista, que vai ao final do mesmo período apresentar sua forma imperialista, superando a forma concorrencial. A ciência aqui já está hegemônica pelos interesses do capital.

Como esclarece Rolo,

Regendo a organização destes espaços especializados (da produção – os cientistas, da transmissão – os professores, e o do consumo – da ciência, a sociedade), como um maestro que não aparece em cena, há um quarto ator, de quem pouco se fala nos manuais de ciência: o financiador da pesquisa científica – na sociedade contemporânea, o capital – que, através de todo tipo de pressões, define os rumos dos projetos científicos segundo seus interesses. No interior de um campo de relações marcado pelos conflitos de classe, este quarto ator, seja diretamente ou pela via do Estado, é quem dita o sentido do empreendimento científico – coisa que se faz pela busca sem tréguas de inovações tecnocientíficas para serem inseridas no mercado (2015, p. 2).

Dadas as limitações de conhecimentos e sobretudo de desenvolvimento tecnológico, esse primeiro período da expansão da agricultura capitalista irá se valer do saqueio de materiais orgânicos acumulados mundo afora para a reposição da fertilidade agrícola, a exemplo do guano de aves nas ilhas do Pacífico na América do Sul, mas também de animais marinhos, como focas e leões marinhos nas regiões polares, como de morcegos e aves acumulados em cavernas. Nesse mesmo movimento, com o esgotamento das fontes naturais orgânicas, vai-se em 1879 voltar ao saqueio das fontes naturais de nitrato de sódio acumulado sobretudo nas regiões de deserto ou áridas do Chile, Peru, Bolívia e Argentina, mais conhecido como salitre do Chile.

Nesse período, há uma forte sensação na Europa e Estados Unidos de crise na agricultura associada à fertilidade natural do solo, que vai sendo agravada apesar dos avanços que vão sendo alcançados no âmbito da ciência do solo. É no período de 1850 a 1860 que o próprio Liebig, analisando o que ocorria especialmente na agricultura, mas também identificando a cres-

cente antítese ecológica entre cidade e campo, vai tecer forte crítica ecológica do desenvolvimeto capitalista (FOSTER, 2005). Sua produção intelectual e científica é conhecida por Engels e Marx, e vai apoiar várias das considerações de Marx no livro "O Capital", no qual afirma que "um dos méritos imortais de Liebig é ter desenvolvido, do ponto de vista da ciência natural, o lado negativo, isto é, destrutivo, da agricultura moderna" (MARX apud FOSTER, 2005, p. 218). Ao ter em consideração o processo de saqueio internacional de fontes naturais para a reposição da fertilidade do solo, Marx observou nos "Grundrisse" (1857-1858) que o "mero fato de as sementes, o guano, e assim por diante, serem importados 'de países distantes' indicava que a agricultura no capitalismo havia cessado de ser 'autossustentável'", que ela "não encontra mais as condições naturais da sua própria produção, dentro de si, de fonte natural, espontânea, e à mão, mas [que] estas existem como uma indústria independente separada dela" (MARX apud FOSTER, 2005, p. 220). Ainda apoiado em Liebig, na sua agudez intelectual, afirmará que:

[T]odo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador" (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219, grifo nosso).

Retomando alguns destaques das transformações na agricultura industrial, é no século XX, via ciência e tecnologia, que se alcançará produzir substitutos sintéticos aos insumos orgânicos naturais, a exemplo do feito por Fritz Haber e Carl Bosch em 1909, que padronizam a reação química para a obtenção do amônio líquido, base para a produção de fertilizantes nitrogenados e explosivos. Em 1939, inaugura-se a era dos agrotóxicos com a produção dos inseticidas organoclorados. Seguem os avanços na genética que permitirão a obtenção dos híbridos, variedades agrícolas e raças de animais, além do mega salto com a biologia molecular, proporcionando com as biotecnologias notadamente a produção dos cultivos transgênicos. Emerge a física quântica, com incomensurável impacto filosófico, epistemológico e possibilidades

tecnológicas, e segue-se com a informática, a robótica, a nanotecnologia e a biologia sintética, estas duas últimas áreas em processo inicial de aplicação agrícola. Dá-se a financeirização da agricultura, completando a conformação do agronegócio (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 81-87) como expressão atual do capital no campo, não só ampliando quanto complexificando o desafio da práxis revolucionária que suplante a ordem social burguesa e instaure uma nova ordem social capaz de liberar ilimitadamente os processos de emancipação humana e restauração do metabolismo sociedade-natureza.

Tendo assinalado anteriormente alguns aspectos da crítica da revolução científico-industrial em sua aplicação na agricultura, que enuncia seus impactos destrutivos nas suas bases ecológicas e sobre ampla população camponesa tradicional, é também na Alemanha que Julius Hensel, contemporâneo e opositor de Liebig, vai desenvolver pela Europa uma ampla base empírica de pesquisa e divulgação da sua proposta de agricultura de base ecológica a partir da reposição da fertilidade do solo com o uso de pó de rochas, e publicar em 1893 o livro "Pães de Pedra" (LANDGRAF; RESTREPO; PINHEIRO, 2003). Oitenta anos depois da obra de Liebig, Hensel vai suscitar o primeiro sistema institucional de reação contemporânea na agricultura, no que podemos nominar de "reconstrução ecológica da agricultura" (KHATOUNIAN, 2001, p. 25-30), a "biodinâmica" proposta por Rudolf Steiner em 1924. Esse sistema também acompanha na educação o método da Pedagogia Waldorf e, na saúde, a Medicina Antroposófica, estabelecendo o primeiro sistema de certificação para seus produtos.

Esse movimento, que contará em 1940 com a contribuição de Albert Howard ao publicar na Inglaterra o livro "Um testamento agrícola", passará a nominar-se de "agricultura orgânica". No mesmo período no Japão, entre 1930 e 1940, por iniciativa de Mokiti Okada e com a decisiva participação de Masanobu Fukuoka, autor de "Agricultura Natural, Teoria e Prática da Filosofia Verde", vai ser estabelecido o sistema denominado de "agricultura natural". Na França, destaquemos quatro proposições. André Voisin desenvolverá ampla pesquisa na produção de bovinos e sua relação com as forragens e o solo, estabelecendo um sistema de manejo do gado e da pastagem. Em

1957, publica seu primeiro livro, "A Produtividade do Pasto" e posteriormente "Dinâmica das Pastagens", e seu sistema ficará popularizado como "pastoreio racional Voisin". Dez anos depois, Francis Chaboussou publica "Plantas Doentes Pelo Uso de Agrotóxicos - Novas Bases de Uma Prevenção Contra Doenças e Parasitas - A Teoria da Trofobiose", concebendo o sistema conhecido como "teoria da trofobiose". De 1960 a 1974, Claude Aubert dará prosseguimento e ampla divulgação ao que ficou estabelecido como "agricultura biológica", inicialmente desenvolvida pelo suíço Hans Peter Müller nos anos 30 e, em seguida, tomada na Alemanha por Hans Peter Rush. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Artur e Ana Maria Privamesi, divulgados primeiramente no livro "A Biocenose do Solo na Produção Vegetal" de 1964; no ano seguinte, o livro "Deficiências Minerais em Culturas - Nutrição e Produção Vegetal"; em 1980, Ana publicará "O Manejo Ecológico do Solo". São contribuições ímpares para uma percepção do solo como organismo vivo e especial orientação ao manejo dos solos nas regiões tropicais.

Estamos já no período das efervescências ambientalistas, naturistas e de agriculturas ecológicas, estas já bem presentes no mercado, numa conjuntura de crise do petróleo, que afeta profundamente a agricultura convencional amplamente dependente dele. Nos Estados Unidos da América, o governo determina a elaboração de estudos para a identificação de sistemas agrícolas de base ecológica, que vão ser denominados coletivamente de "agricultura alternativa", vindo a ser publicado por John Pesek em obra com a mesma denominação em 1984, e exercerá ampla influência nos meios técnicos, e no Brasil alcançará forte adesão, sobretudo por organizações não governamentais.

Nesse âmbito das reações, os anos 1980 são muito promissores, fazendo emergir também o sistema da "permacultura" proposto por Bill Mollison na Austrália. Tal sistema, que virá a público com o livro "Introdução à Permacultura", enfatiza o estabelecimento de agroecossistemas sustentáveis por meio da simulação dos ecossistemas naturais com priorização das culturas perenes, agrega inovadoramente a arquitetura e a engenharia civil de base ecológica, e aborda também a realidade urbana, orientando a construção de cidades ecologicamente adaptadas. Concomitantemente emerge na América Latina a "agroecologia", sistema proposto inicialmente pelo chileno

Miguel Altieri, que amplia sua popularização com a publicação em 1983 de "Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa". Logo em seguida, com a contribuição de Stephen Gliessman, dos Estados Unidos da América, e de Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina Navarro, Espanha, lançando suas bases epistemológicas e metodológicas, a agroecologia segue acrescida da contribuição de grande número de cientistas e acadêmicos pela práxis camponesa, e do que se constitui como movimento agroecológico dinamicamente ativo internacionalmente.

Esse desafio histórico demanda a agroecologia, e desde sua aplicação prático-técnica mais específica e o seu referencial filosófico e epistemológico particular, com o qual orienta àquela ação e sua leitura crítica da relação sociedade-natureza, há que se agregar a contribuição de teorias abrangentes da ecologia geral do planeta e do ser humano em particular. A esse respeito, aqui destacamos as seguintes postulações: de James Lovelock, em colaboração com Lynn Margulis, apresentadas no livro "Gaia: um novo olhar sobre a vida na terra" (1979); de Margulis, a teoria da "endossimbiose", também conhecida como "simbiogênese", publicada em 1998; e com versão em português de 2001, a teoria da "autopoiesis" de Humberto Maturana e Francisco Varela (1980); a "teoria das estruturas dissipativas" apresentada por Ylia Prigogine, que pode ser conhecida nas obras em português "O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza" (1996) e "As leis do caos" (2002).

A agroecologia está situada em bases holísticas e sistêmicas, ao que acrescentamos a exigência "da postura tanto materialista quanto dialética" (FOSTER, 2005, p. 31), dado que a "correção das nossas visões de mundo, a confirmação da nossa razão, está estabelecida ao transformarmos o mundo e a nós mesmos neste processo. É este processo de contradição e transcendência, e o despojamento da alienação, que consistiu a essência da dialética" (FOSTER, 2005, p. 17). Considere-se que "a meta é entender e desenvolver uma visão ecológica revolucionária de suma importância para nós hoje: a que associa a transformação social com a transformação da relação humana com a natureza de modos que agora consideramos ecológicos" (FOSTER, 2005, p. 13), e agroecológicos, como especificidade primeva do campesinato. A magnitude dessa demanda extrapola o referencial filosófico e epistemoló-

gico particular da agroecologia, como vimos demonstrando, e se qualifica no mutualismo dialógico problematizador com as diversas cosmovisões camponias e as vastas áreas do conhecimento popular e institucionalizado.

Na brevidade deste resumo, pretendemos ilustrar que a agroecologia, em que pese a especificidade do seu referencial epistemológico e metodológico já bem estabelecido nas obras de seus primeiros postuladores e notoriamente apresentado por Susanna B. Hecht (apud ALTIERI, 2002, p. 21-51) e Richard B. Norgaard e Thomas O. Sikor (apud ALTIERI, 2002, p. 53-83), mas aberto em sua atualização e ampliação em curso, consiste em uma área do conhecimento de abrangência holística e sistêmica, portanto atualíssima e desafiadora. Para além do posto pelos demais sistemas de agriculturas que privilegiam sobretudo as dimensões ecológica, econômica e mercadológica, e ora derivam para sistemas filosóficos idealistas e religiosos, a agroecologia vai em certa medida reconhecer e questionar algumas determinações da estrutura das relações sociais como necessárias ao entendimento adequado dos agroecossistemas e suas relações externas. É sobretudo por essa particularidade que é assumida, sem exclusão das demais, pelos Movimentos Sociais Populares do Campo na CLOC/Via Campesina, como orientação que qualifica sua práxis política no enfrentamento ao capital-agronegócio e no estabelecimento prático de agroecossistemas cada vez mais sustentáveis.

É considerando esse objetivo estratégico que, para a CLOC/Via Campesina, a aceção de agroecologia se assenta na relação dialética das cosmovisões e epistemologias à qual agrega o materialismo histórico-dialético como referencial filosófico e científico decisivo para a apreensão crítica da história e da sociedade burguesa, incluídas as agriculturas, sem o que ela não passa de mais uma "alternativa" domesticada e palatável no interior dessa iníqua e insuportável ordem social.

Do coacervado a Lucy e Luzia: sucessão ecológica, coevolução e o ser social

O conceito de sucessão ecológica¹⁰ é fundamental como ponto de partida, de desenvolvimento e de chegada na apreensão agroecológica da

realidade e orientação à sua prática. É um macroconceito que permite alcançar uma articulação holístico-sistêmica dos processos ecológicos – particularidades e dinamismo das interações e conexões dos fenômenos abióticos e bióticos (“causalidades dadas”) –, os processos sociais – particularidades e dinamismo das interações e conexões tipicamente humanos (“causalidades postas”)¹¹ – e suas interações e conexões integralizadas no metabolismo sociedade-natureza. O que didaticamente se separa em História Natural e História da Sociedade pode se configurar em um referencial analítico que vislumbra a totalidade como processo, no qual o que temos em realidade é a História, pois que natureza é natureza – o que também somos *a priori* –, e sociedade é natureza e cultura – práxis humana em seu metabolismo socioecológico. Das análises de Foster, apreendemos que, para Marx, na obra “O Capital”, Vol. 3, tal separação é própria da sociedade burguesa e nos mantém na pré-história, dado que nessa ordem social nos constituímos numa força alienada e hegemonicamente depredadora da natureza. Desse modo, somente na sua suplantação, quando então estaremos na História, é

[...] que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele como um poder cego; realizando-o com o mínimo gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à sua natureza humana (MARX apud FOSTER, 2005, p. 224, grifo nosso).

O lamentável é que, igualmente na ecologia como nas ciências humanas, é comum manter tal realidade uma em instâncias separadas, mas também, ainda pior, incomunicáveis. Assim, é praxe na ecologia abordar e desenvolver o conceito de sucessão ecológica, isentando a emergência, desenvolvimento e protagonismo dos primeiros homínidos e do gênero *Homo*, de Lucy a Luzia. No máximo, pode aparecer como depredador na atualidade, promovendo a desflorestação e implantando a agricultura capitalista da revolução verde (ODUM; BARRETT, 2008, p. 368-370), ou seja, o gênero *Homo* limitado, arbitrário e equivocadamente como espécie “*money*”. Permanece no conceito de sucessão ecológica o pressuposto de movimento, dinamismo, transformações, mas se isola o estudo do gênero *Homo* na

ecologia humana, perdendo assim a visão holística, sistêmica, materialista e dialética, que pode permitir a apreensão complexa da História, mesmo que de um ponto de vista da ecologia.

No âmbito pedagógico, verifica-se nesses termos ao conceito de sucessão ecológica o potencial de orientar reflexões e tomada de decisões em processos que pretendam a inter e a transdisciplinaridade, a exemplo da formação por área do conhecimento ou da politecnia¹², presentes no sistema pedagógico das escolas do campo sob gestão dos Movimentos Sociais Populares do Campo articulados na CLOC/Via Campesina no Brasil e no seu processo atual de estudos e elaborações visando à generalização do ensino da agroecologia a partir da escolarização fundamental até a Pós-Graduação.

Desde uma noção geral até um conhecimento cada vez mais abrangente da ecologia cósmica – dos processos mais pretéritos do cosmos, da Via Láctea, do sistema solar, da Terra –, muito nos permite alcançar crescentemente em consciência o quanto, em nossa relevância como espécie individuada e ser social, somos também minúsculos, constituídos e constituintes no complexo abiótico-biótico em suas interações e conexões, e saltos ontológicos. Essa consciência de que “Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia – são nossos irmãos. As cristas rochosas, os sumos da campina, o calor que emana do corpo de um mustang, e o homem – todos pertencem à mesma família” (CACIQUE SEATTLE, s.d.). Tal cosmovisão antecipa e é reiterada no âmbito da ciência no século XX, em que os sistemas abiótico e biótico compartilham a mesma base química majoritariamente constituída de hidrogênio (H), hélio (He), carbono (C), oxigênio (O), nitrogênio (N), enxofre (S) e fósforo (P). Além disso, ao alcançarem crescentes verificações no nível subatômico, vislumbrou-se o movimento perene das subpartículas que não encontram barreiras ou qualquer padrão de limites nas relações abióticas-bióticas. Verificou-se também que, ao penetrarem no nível mais elementar das células, todo o universo biótico está inscrito pelas combinações das mesmas bases constitutivas do DNA – a guanina se liga com a citosina e a

adenina se liga com a tiamina. Somos, sim, uma única família na intrincável unidade molecular que conforma o universo vivo e o não vivo, e no mesmo código genético no universo vivo. Aí estão as bases elementares em que se assenta a relevância do que nominamos hoje de *princípio da precaução*, que Seattle também anunciara aos homens brancos: “Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: Tudo quanto fere a terra – fere os filhos da terra” (CACIQUE SEATTLE, s.d.).

Apesar dos 500 anos passados desde Copérnico, seguimos mergulhados em um senso comum perturbado e perturbador corroborado pela narrativa de Abraão, a qual, desde sua base e toda a gama de possíveis manipulações a ela agregadas, exerce bloqueios nefastos à consciência ecológica e humanista de indubitável pertencimento cósmico, tão requerida na atualidade.

Em se tratando da vida, em que pese o emaranhado de hipóteses em que se situa o conhecimento, a ideia de uma evolução pré-biótica já é amplamente aceita no meio científico, estando suas raízes profundamente lançadas na física e na química básicas, originando há 3,9 bilhões de anos as primeiras protocélulas, também nominadas de coacervados (WIKIPÉDIA. HIPÓTESE DE OPARIN E HALDANE, s.d.; FOLADORI, 2001, p. 30-32), e que transcorridos uns cem milhões de anos se tenha estabelecido a única ou toda uma população de células da qual descendem todas as posteriores formas de vida sobre a Terra (CAPRA, 2002, p. 31-44).

É no percurso de mais de 3 bilhões de anos que as primeiras células passaram por um desenvolvimento evolutivo profundo, literalmente comprometido com a evolução de suas partes funcionais. Margulis complementa:

Na época em que as algas e animais marinhos apareceram, os micróbios já haviam desenvolvido todas as principais adaptações biológicas: estratégias variadas de transformação de energia e alimentação, movimento, sentidos, sexo e até mesmo cooperação e competição. Havia inventado quase tudo do moderno repertório da vida, com exceção, talvez, da linguagem e da música (2001, p. 92, grifo nosso).

A ampla diversidade de espécies alcançou seu momento há uns 600 milhões de anos, e desde então a vida rastejou pela terra, plantas florescen-

tes apareceram e se tornaram a vegetação dominante, e todos os insetos, peixes, répteis, aves e mamíferos também surgiram (MARGULIS, 2001, p. 92).

Nossa ancestral mais conhecida, Lucy (*Australopithecus afarensis*), nos seus 3,2 milhões de anos (presume-se que 3 milhões de anos antes dela é que tenham surgido nossos primeiros ancestrais), e Luzia (*Homo sapiens sapiens*), nossa ancestral “brasileira” nos seus 12 mil anos, indicam o quanto é relevante e necessária a captura desse processo natural na dinâmica da sucessão ecológica e seu protagonismo posto em coevolução, e na particularidade da agroecologia, no estabelecimento das agri-culturas e em nossos saltos ontológicos¹³ como seres sociais.

Podemos metaforicamente assinalar que o “Éden” já estava dado à Lucy e sua espécie, e como toda a gama de espécies que virão a constituir o gênero *Homo*, foram do “Jardim”, não expulsos e condenados ao trabalho, mas extintos, não pela força “onipotente, onipresente e onisciente”, mas pelas incessantes transformações cósmicas, telúricas e biológicas num macrossistema em coevolução. Luzia não recebeu uma herança sustentável para se deleitar numa “terra onde corre leite e mel”, mas resultante do mesmo longínquo e perene movimento de transformações dado na natureza, já com marcas indelévels de sua própria espécie – *Homo sapiens sapiens*.

Na História Natural, o perene sistema de coevolução, reitera Foladori, demonstra “uma curta distância entre a vida e a não vida, o que se choca com o senso comum do ser humano, que coloca grande distância diante do restante dos seres vivos e muito mais em relação à natureza inorgânica” (2002, p. 31). Como escreveu Lovelock: “Não há uma distinção clara na superfície da Terra entre matéria viva e não viva. Existe apenas uma hierarquia de intensidade que vai do ambiente ‘material’ das rochas e da atmosfera até as células vivas” (apud FOLADORI, 2001, p. 31).

Sabedores e conscientes estamos de que nem Lucy nem Luzia são propriedades emergentes de “pedaços de costelas”, mas exemplares incontestáveis de seres dados na História Natural e cada vez mais autopoieticos – produtores de si – em coevolução no intrincado macrossistema de interações

e conexões cósmicas, telúricas e biológicas, no qual se materializam e objetivam distintos saltos ontológicos, e em tempo bem próximo se constituindo em ser social – História da Sociedade Humana.

Ao nosso estilo brasileiro, recorreremos ao extraordinário artista Chico César, que canta lindamente “Mama África, a minha mãe, é mãe solteira...”, nos leva ao belíssimo Vale do Rift, berço universal do fenômeno *Homo*, onde muito antes dele literalmente se levantou Lucy, já que é capaz de assumir postura ereta, emergindo muito depois o primeiro exemplar do gênero *Homo* – a espécie *habilis* –, já capaz de elaborar artefatos de pedra e talvez de ossos de animais. E adiante ter-se-á a espécie *erectus* – por se posicionar completamente ereta, mas que, vale destacar, é reconhecida como “ladrão do fogo”¹⁴, aquele que alcança o conhecimento em como iniciar o fogo e usá-lo sob seu controle – mais um salto marcante na diferenciação cultural ante as demais espécies, sendo a primeira espécie que vai migrar da África para a Ásia e Europa. Outras espécies emergirão e talvez por volta de 200 mil anos nosso ancestral direto dará seus primeiros passos e conviverá com outras espécies, notadamente a *neandertalensis*, com a qual até mesmo terá relações sexuais, passando também a constituir o genoma *sapiens*.

Luzia, arbitrariamente tomada aqui como marco da emergência das agri-culturas, dado que viveu no período das primeiras criações das agri-culturas que vinham sendo postas por distintos povos posicionados em distintos ecossistemas, é também um marco na polêmica dentre as teorias que pretendem explicar a jornada humana no planeta e sua chegada ao novo continente, a “América”.

Alcançada essa capacidade agri-cultural, podemos dizer que, a partir desse salto ontológico sem precedentes, dada a envergadura das possibilidades humanas que coloca, teremos o continuado estabelecimento criativo dos sistemas agrários cada vez mais complexos, com o que se efetivam as capacidades ao sedentarismo, à produção de excedentes, à urbanidade, à divisão social do trabalho, configurando os distintos modos de produção, até a atualidade hegemônica no modo de produção capitalista em tensão, conflito e antagonismo com as primeiras experiências do modo de produção socialista.

A atividade fundante do ser social que vimos nos constituindo é o trabalho implicado diretamente no mais remoto até os atuais saltos ontológicos,

[...] mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte, etc. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 43).

Portanto, para alcançar a devida apreensão do ser social desenvolvido e para nosso interesse neste momento, há que recorrermos à categoria de práxis:

[...] verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, constituindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo* e *autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (NETTO; BRAZ, 2010, p. 44, destaques e grifos dos autores).

As objetivações agri-culturais marcadas na História, aqui entendidas como uma das manifestações no macrossistema da sucessão ecológica para que se possa vislumbrar articuladamente o metabolismo sociedade-natureza, implicam na particularidade da agroecologia que tem no conceito de agroecossistema sua unidade básica de análise, alcançar neste âmbito a materialidade e imaterialidade das práxis campônias, entendendo que

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a própria natureza... Ele [o processo de trabalho] é a condição universal da interação metabólica [*Stoffwechsel*] entre o homem e a natureza, a perpé-

tua condição da existência humana imposta pela natureza (MARX, 1988a apud FOSTER, 2005, p. 221).

E não somente o trabalho é a condição universal da relação homem-natureza, como já alertado, mas toda a gama de objetivações ideais – cosmovisão, ética e moral e seus princípios e valores, estética – expressa nos variados modos das artes –, espiritualidade, religiosidade e religião, objetivos, expectativas, frustrações.

Como já mencionado anteriormente, cabe assinalar que indicativos da violência estrutural da sociedade burguesa produzem a desumanização ao efetivarem deformações e impedimentos à práxis emancipatória – esta que permite aos homens e mulheres se reconhecerem como autoprodutores e criativos –, constituindo o fenômeno da alienação. Netto e Braz destacam que

[...] a alienação é própria de sociedades onde tem vigência a *divisão social do trabalho* e a *propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem* (2010, p. 45, destaques dos autores).

Por tais determinações próprias da sociedade burguesa é que a alienação é interposta e generalizada nas relações sociais, condicionando as objetivações humanas materiais e ideais, donde a sociedade “e seus membros movem-se numa *cultura alienada*”, passando “a estimular regressões do ser social” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 45, grifos dos autores).

O mais remoto processo abiótico permanece indelevelmente na constituição do presente cósmico, telúrico e biológico. Portanto, é necessário apreender o feito dado e os desdobramentos postos pelas espécies anteriores até a *H. sapiens sapiens*. Considerando que desde algum tempo esta se faz presente em todos os ecossistemas planetários – tundra, taiga, florestas temperadas, florestas tropicais, pradaria ou estepe, savana, deserto, marinho, água doce, e vagueia em distâncias cósmicas, dotado de contínua e ampliada capacidade ao conhecimento e à produção tecnológica, a espécie *H. sapiens sapiens* se diferencia radicalmente no conjunto biótico, não só

biologicamente, mas como ser social, e realiza impactos não só hominizadores-humanizadores sobre si, mas também deletérios, desumanizadores, que interatuam dialeticamente na gama dos processos ecológicos que confluem na constituição do planeta. Essa espécie que, desde a revolução industrial e crescente urbanização, tem sido cada vez mais potente e veloz na depredação da natureza, precisa entender que não são os agroecossistemas que coevoluem, mas, sim, os seres humanos que coevoluem constituindo agroecossistemas como suas objetivações agri-culturais, como protagonistas capazes da consciência de si e para si no seu pertencimento cósmico.

Agroecologia e sustentabilidade: da crítica ao desenvolvimento sustentável à perspectiva da emancipação humana

A agroecologia implica de forma direta e necessária a sustentabilidade. Sua meta-base é proporcionar conhecimentos que orientem a objetivação de agroecossistemas com crescente sustentabilidade. Dado que os agroecossistemas são objetivações das práxis de sujeitos humanos, há que se captar suas exteriorizações e objetivações materiais e imateriais, demandando da agroecologia interagir em um amplo campo de conhecimentos e se expressar em diversas dimensões que orientam a avaliação qualitativa da sustentabilidade.

No processo de formação e educação em agroecologia iniciado em 2005 no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST e nas escolas técnicas no Paraná, passou-se a uma conformação das dimensões dando conta de expressar não a práxis agri-cultural em geral, mas a práxis do sujeito social histórico camponês, consciente de si e para si no seu protagonismo na sociedade. Um sujeito histórico portador de projeto de sociedade em disputa na ferrenha luta de classes. É nesse universo de luta incessante que tal sujeito em sua situação e posição de classe orienta sua práxis agroecologicamente, do que emergem os variados níveis de sustentabilidade, que pode ser avaliada na sua temporalidade considerando as dimensões cultural, social, política, ideológica, de classe, ética, ecológica e econômica.

Com essa gama de dimensões, pode-se dizer, concordando com o comumente posto por agroecólogos, que a sustentabilidade diz respeito à “capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). No entanto, não só extrapolamos como superamos tal acepção, que também se restringe a propor “a construção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da aplicação dos princípios da agroecologia” (CAPORAL, COSTABEBER, 2002), evidenciando que a categoria central da sustentabilidade, sendo esta a expressão temporal das objetivações agri-culturais, passa a ser, no lugar do “desenvolvimento sustentável”, a emancipação humana que inclui a apreensão consciente da dimensão ecológica da vida.

Portanto, na Declaração do Encontro no IALA – Paulo Freire em 2009, afirma-se:

[...] que la Agroecología es necesaria para que los pueblos garanticen la soberanía alimentaria y energética para la emancipación humana, además, la agroecología es vital para el avance de la lucha de los pueblos para la construcción de una sociedad en donde no haya la propiedad privada de los medios de producción y de los bienes naturales, sin ningún tipo de opresión y explotación, cuyo fin no es la acumulación (LA VÍA CAMPESINA, 2013).

A acepção de sustentabilidade, desde quando foi posta pioneiramente pela Comissão Brundtland, a serviço da ONU, foi subordinada à ideologia do desenvolvimento. Tal postulação não só mantém subjacentes o ideário e a perspectiva desenvolvimentista do progresso contínuo e ilimitado, como não identifica sujeitos sociais em particular e coloca o termo “desenvolvimento” como um autômato, um sujeito em si, capaz de realizar a satisfação das “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades”. Além disso, ao não qualificar o termo “necessidades”, oculta a “necessidade” vital da ordem social burguesa – a continuada e desimpedida reprodução ampliada do capital – numa pretensa necessidade em geral.

O generalismo indicado acima orientará os posicionamentos e documentos oficiais dos países membros da ONU e dos seus organismos, como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultu-

ra), além do Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, agências de cooperação internacional, organizações não governamentais e mídias. Tal acepção genérica vai ser vulgarizada e popularizada mundo afora com o acréscimo de três qualificativos, nos termos em que o **“desenvolvimento sustentável”** é aquele **“socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável”**. Recorre-se aos termos “justo”, “viável” e “sustentável” sem qualquer qualificação do que sejam, sendo apresentados como meras consignas sensibilizadoras de mentes acríticas.

Cada um desses termos vem depois de três outros em separado – “socialmente”, “economicamente” e “ecologicamente” –, indicando esferas isoladas em si, em que uma há de ser “justa”, outra, “viável” e uma outra, “sustentável”. Vê-se ainda que o termo “sustentável” está isolado como condição do termo “ecologicamente”, enquanto aos dois outros cabe a condição de “justo” e “viável”, fragmentando ainda mais o que finalmente concebe-se como “desenvolvimento sustentável”. Essa fraseologia intencionalmente elaborada e vulgarizada num constructo vocabular pomposo compõe hegemonicamente o imaginário ideológico de ampla parcela da humanidade, atendendo plenamente aos objetivos burgueses – ocultar seus interesses e necessidades na universalização igualitarista e idealista do desenvolvimento e do progresso contínuo em prol do bem comum, sustentável.

Uma resposta síntese e cabal a esse arcabouço ideológico foi posta por Leonardo Boff durante a 6ª Jornada de Agroecologia em 2007, na cidade de Cascavel/Paraná, quando literalmente profetizou: “Não queremos o **desenvolvimento sustentável**, queremos a **Vida sustentável**”¹⁵.

Aquela ideologia da sustentabilidade vai dar justificação e base geral de orientação ao capital na ampliação de um campo de negócios à sua reprodução ampliada, seja potencializando a mercantilização da natureza, seja agregando “valor” à produção “diferenciada – sustentável”. Todavia, a exponenciação dessa oportunidade demandará elaborações “científicas” e políticas continuadas no âmbito da economia política não só para orientar os investidores capitalistas, mas também os governos e legisladores na formulação de políticas públicas e marcos regulatórios adequados aos seus

interesses. A ecologia, ou seja, a natureza, vai sendo posta *pari passu*, onde rentável – como produto ou como serviço à sua proteção e conservação – na contabilidade do capital.

Um preâmbulo do debate econômico faz-se necessário aqui, dado que o fundamental já está postulado nos séculos XVIII e XIX, período em que na reflexão teórica já está posta ampla e profunda crítica de Marx e Engels e do marxismo à economia política clássica de Adam Smith, David Ricardo e seguidores, as quais reiteram o trabalho como a fonte de produção do valor. Em contrário a esta, no último quarto do século XIX a “revolução neoclássica” ou “marginalista” na economia assume interpretar a dinâmica econômica pela utilidade como fonte do valor e, além disso, acentua um desvio do interesse geral das nações para o restrito universo da dinâmica da empresa, numa substituição da macro pela microeconomia. A esse respeito, Foladori acrescenta:

Segundo esta teoria, clara representante dos interesses econômicos imperialistas, o mercado, por meio dos vaivéns da oferta e da demanda, atingia o ótimo na alocação social dos recursos, com o qual desapareceram as contradições de classe presentes na economia política clássica e mais agudamente no marxismo; aquelas eram substituídas pela harmonia social do mercado. A definição de economia também mudou. Do estudo da produção ou da geração da riqueza, passou ao da distribuição dos recursos escassos para a satisfação de necessidades ilimitadas (FOLADORI, 2001).

À proposição neoclássica, cumpre converter “as necessidades ilimitadas do capital (a busca do lucro) em necessidades ilimitadas da sociedade em seu conjunto, e os recursos escassos com que o capitalista devia organizar sua empresa em recursos escassos da sociedade humana como um todo” (FOLADORI, 2001), generalizando para a humanidade o que é condição exclusiva de uma classe social – a burguesia.

Sob a influência desse campo teórico, toma-se enfática e repetidamente a ideia de “recursos escassos para a satisfação de necessidade ilimitadas” como sustentáculo de vertentes conservacionistas que jamais assumem reconhecer as implicações estruturais postas nas relações sociais como fundantes do metabolismo sociedade-natureza.

Nos anos 1980, enquanto no âmbito acadêmico se configuravam as bases científicas da agroecologia, também se formulavam as bases da ecologia política e da economia ecológica. São áreas do conhecimento que demandam maior atenção da CLOC/Via Campesina, tendo em vista as possíveis qualificações à sua aceitação de agroecologia, compreensão dos sistemas agrários e orientações ao estabelecimento de agroecossistemas cada vez mais sustentáveis. Também demandam atenção, ao se considerar seus possíveis limites explicativos do metabolismo sociedade-natureza hegemônico e a superação necessária das determinações que impõem a alienação e sua manifestação na “des-humanização” e depredação da natureza.

Para uma apreensão inicial dos seus conteúdos, Martínez-Alier sintetiza:

A ecologia política estuda conflitos ecológicos distributivos, constitui um campo criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais. O enfrentamento constante entre meio ambiente e economia, com suas vicissitudes, suas novas fronteiras, suas urgências e incertezas, é analisado pela economia ecológica. Trata-se de um novo campo de estudos criado por ecólogos e economistas cuja pretensão é ‘levar a natureza em consideração’ não somente em termos monetários, mas, sobretudo, em termos físicos e sociais. A economia ecológica coloca no centro da sua análise a incomensurabilidade de valores (MARTÍNEZ-ALIER, 2012).

O autor citado identifica no movimento ecologista ou ambientalista três vertentes principais, a saber: “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”, sendo afiliado a esta última vertente, que reconhece diversos elementos comuns com as anteriores, mas também as critica.

Martínez-Alier informa que a vertente do “culto ao silvestre” é reconhecida como pioneira em termos de autoconsciência e de organização, e seu enfoque é o “da defesa da natureza intocada, o amor aos bosques primários e aos cursos d’água”, e mais adiante passa a incorporar a ciência da ecologia. Essa corrente não coloca em questão o crescimento econômico como tal, e se mostrou ativa por ocasião da Rio 92.

A vertente do “evangelho da ecoeficiência” manifesta preocupações com os efeitos do crescimento econômico, seja sobre a natureza ou sobre

a economia na sua totalidade, postulando o “desenvolvimento sustentável”, a “modernização ecológica” e a “boa utilização” dos recursos (MARTÍNEZ-ALIER, 2012). O autor propugna que já está em curso uma nova revolução industrial capitaneada, por exemplo, por corporações transnacionais e por gestores públicos como base do que nomina “capitalismo natural”, sistema que “reconhece a interdependência fundamental entre a produção e o uso do capital produzido pelo homem, por um lado, e a conservação e o fornecimento do capital natural, por outro” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS; 2004). Estes autores identificam uma vanguarda na burguesia empresarial já posta a ganhar mais dividendos com a “sustentabilidade”, uma vanguarda intelectual a seu serviço no âmbito da ciência e da tecnologia desenvolvendo produtos e serviços “ecoficientes” (sustentáveis), base propulsora do “capitalismo natural”. E ainda reconhecem a supremacia dos países “industrializados”, também posicionados na vanguarda dentre as nações, como capazes e em condições de operar tal empreendimento revolucionário. Explicitam, assim, a concentração e centralização do capital como lei eterna e insuperável no interior das relações sociais da ordem social burguesa.

Em suas idealistas benevolências caritativas sociais, P. Hawken, A. Lovins e L. H. Lovins recomendam ainda que as “sociedades precisam adotar objetivos comuns a fim de aumentar o bem-estar social, os quais, porém, não devem ser a prerrogativa de nenhum sistema de valores e de crenças específicos. O capitalismo natural é um desses objetivos”. Assim, vejamos quão magnífico o é: “Sem ser conservador nem liberal na ideologia, ele apela para ambas as posições. Sendo um meio, não um fim, longe de preconizar um resultado social particular, possibilita muitos”. E convocam um ente geral abstrato e apolítico para estar acima, à frente, portanto, na vanguarda da vanguarda, para operar tal revolução em prol de toda a humanidade – atual e futura – e a natureza: “Portanto, por variadas que sejam as visões esposadas pelos diferentes partidos e facções, a **sociedade** pode empenhar-se hoje mesmo a favor da produtividade dos recursos, sem aguardar a solução das disputas políticas” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2004, p. 18, grifo nosso).

Já a corrente do “ecologismo dos pobres”, conforme Martínez-Alier, “assinala que desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores

impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos". O autor demonstra o quanto "os países industrializados dependem de importações provenientes do Sul para atender parcela crescente e cada vez maior das suas demandas por matérias-primas e bens de consumo" (2012). Reconhece os povos indígenas e camponeses em seu protagonismo histórico e de coevolução, muitas vezes sustentáveis com a natureza e asseguradores da conservação da agrobiodiversidade, como lhes indica um amplo campo de possível aliança com setores populares urbanos, destacando a luta popular nos Estados Unidos pela justiça ambiental, que se ergue como movimento social organizado contra casos locais de "racismo ambiental". Afirma que "esta corrente recebe apoio da agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e, em alguma medida, da ecologia urbana e da economia ecológica. Também tem sido apoiada por sociólogos ambientais". Vai também abrir pela economia ecológica uma nova proposição da teoria do valor, confrontando-se com as correntes econômicas que a antecedem, já mencionadas anteriormente.

Em que pese a ampla contribuição teórica e política, Martínez-Alier assinala que "estamos antevendo a pouca distância o crescimento de um movimento global pela justiça ambiental que poderia conduzir a economia a uma adequação ecológica e à justiça social" (2012, p. 20), ou seja, o autor expressa otimismo e parece acreditar numa solução rousseauriana – um contrato social global que estabeleça um convívio social e dentre as nações justo e harmônico com a natureza – a plenificação do iluminismo, semelhante ao propugnado pela ONU, "uma agenda global comum".

Ponderemos ainda que tanto os propositores do "capitalismo natural" quanto do "ecologismo dos pobres", no emaranhado de suas boas intenções (os primeiros, mais para os ricos, e os últimos, para os pobres), ingenuamente ignoram ou intencionalmente ocultam o limite do alcance histórico da ordem social burguesa, ou seja, a cidadania política – seu máximo marco societário, estado humanizador possível, mas restrito a uma minoria em termos de humanidade. Limite este em que o ser humano tem seu máximo estado de ser como cidadão, assegurado a alguns poucos e prometido a cada qual na máxima jurídica, genérica e abstrata que afirma: "todos são iguais perante a lei".

Outra corrente que se coloca francamente na crítica às anteriores denomina-se “ecossocialismo”. Está vinculada à tradição marxista e marxiana, resgatando desde os primeiros escritos de Marx e Engels sua crítica do capital, que inclui os enunciados pioneiros da crítica ecológica ambiental que esse sistema já materializava nas relações sociais e sobre a natureza – a ruptura metabólica posta nas relações sociedade-natureza – e as postulações fundantes do que hoje concebemos como sustentabilidade. O “ecossocialismo” afirma a incapacidade inerente do capital em superar a alienação e a depredação da natureza, dado que se alimenta e se reproduz da apropriação privada do patrimônio público e da exploração do trabalho alheio, associada à imposição do valor de troca por sobre o valor de uso como condição à obtenção do lucro. Reitera que somente numa sociedade de produtores livremente associados se pode promover a contínua emancipação humana e dirigir racionalmente o sistema social para a produção da satisfação de suas necessidades humanas em bases sustentáveis. Reconhece a magnitude histórica das experiências das revoluções sociais de base socialista ao mesmo tempo que tece sua crítica na perspectiva de compreender seus limites quanto a seus impactos na depredação da natureza. Em seu manifesto, a corrente ecossocialista afirma:

O ecossocialismo retém os objetivos emancipatórios do socialismo da “primeira época”, ao mesmo tempo em que rejeita tanto os objetivos reformistas da socialdemocracia quanto as estruturas produtivistas das variações burocráticas do socialismo. O ecossocialismo insiste em redefinir a trajetória e objetivo da produção socialista em um contexto ecológico (OLIVEIRA, 2003).

Registremos que a presença do “ecossocialismo” evidencia que as questões ecológicas, ambientais, a agroecologia e a sustentabilidade se constituem campos abertos na apreensão da realidade social e na proposição de estratégias às suas superações dentre os marxistas, em que uns ignoram, outros negam, outros as reconhecem. Esse contexto não é diferente no interior dos Movimentos Sociais Populares do Campo da CLOC/Via Campesina e é largamente difuso nas suas bases sociais.

Registremos aqui que é próprio da ideologia burguesa a ocultação,

propriedade que também se estende à “ciência” contábil a seu dispor, haja vista que sua função subjacente é registrar para ocultar, típico da mesquize e astúcia em que opera a institucionalidade burguesa no assento da sua pretensa legalidade. Assim é que a contabilidade do capital recorre a um eufemismo também pomposo – **as externalidades** – com o que não lhe diz respeito o que se passa “fora” do seu sistema de produção-circulação das mercadorias. O pauperismo de grandes contingentes humanos, a poluição, contaminação e depredação da natureza têm por essa ideologia a justificação das suas causas transferidas aos indivíduos, e seus custos – isto é o que importa ao final –, transferidos para a sociedade de forma direta, ou inscritos nas rubricas do orçamento público estatal, constituindo-se em subsídio de grande monta. Isso basta para evidenciar a falsidade da contabilidade do capital privado, que opera isento daquele ônus, e quando se vê contingenciado por normas e leis, tais custos são totalmente repassados para os preços das mercadorias. Diga-se de passagem, na atualidade carimbar mercadorias com certificados de “ecologicamente sustentável” e “socialmente justo” aufere sobrepreços, assegura nichos de mercado sobrevalorizados e faz no interesse do capital privado seu “desenvolvimento economicamente viável”.

Ampla discussão das externalidades em defesa do “ecologismo dos pobres” pode ser vista em Martínez-Alier, acrescida de esclarecedores argumentos da “incomensurabilidade” dos *bens da natureza e dos processos ecológicos* – nominados de “serviços ambientais” ou “serviços ecológicos” –, tomando estes como externalidades “positivas”, incluindo também os “valores intrínsecos não monetários – da natureza e da sociedade”. O autor paradoxalmente acaba por aderir à “solução” que expressa na frase: “Uma vez tomada a decisão, as gorjetas passam a ser bem-vindas” (2012, p. 191), desde que a bem dos empobrecidos.

Já a corrente “capitalismo natural”, que também reconhece as dificuldades da valoração monetária dos bens da natureza e dos serviços ambientais, mas a toma como necessária para uma correção das externalidades “negativas”, propõe medidas ao estilo keynesiano, em especial a “tributação” sobre elas e a suspensão de todo tipo de subsídio, e para as externalidades

“positivas”, a premiação e políticas públicas de incentivos, o que pode ser amplamente conhecido em Hawken, Lovins e Lovins (2004).

Vemos que ambas as correntes de pensamento seguem ao pé da letra as proposições de fundo oriundas das postulações formuladas a pedido da ONU.

É nessa mesma esteira do capital que Caporal e Costabeber (2002, p. 75-80) desenvolvem seus argumentos sobre as “multidimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia” como pretensa base epistemológica para a aferição da sustentabilidade e orientação ao “desenvolvimento rural sustentável”. De mãos dadas, desliza na mesma esteira uma miríade de organizações não governamentais e instituições “filantrópicas” felizes com as gorjetas recebidas das instituições de “cooperação” internacional público-privadas e estatais, e diretamente de empresas, pelo bem imenso que promovem aos pobres ensinando-lhes a melhor cuidar do planeta Terra.

Na versão de sustentabilidade oriunda da ONU, indicam-se os macroproblemas da crise ambiental centrando-se em três temáticas: a superpopulação, a escassez de recursos e a poluição do meio ambiente, ou seja, esferas apresentadas como *limites externos* ao capital. Porém, na verdade, são problemas ambientais da sociedade humana resultantes da sua organização econômica e social, na qual qualquer problema aparentemente externo se apresenta *primeiro* como um conflito no interior da sociedade humana, sendo esta diferenciada, conflituosa, que interatua com seu entorno a partir de classes sociais e grupos em aliança e em oposição, com possibilidades e interesses diferentes e muitas vezes opostos (FOLADORI, 2001, p. 101-102).

Nesses mesmos termos se apresenta a cosmovisão da qual CLOC e Via Campesina inconscientemente e conscientemente são portadoras e renovadoras, em sintonia com a perspectiva da “vida sustentável”, ao que se somam as postulações de Engels e Marx, os quais categorizam o processo societário e diferenciam seus sujeitos, indicando os aspectos-chaves da ordem social burguesa responsáveis pela ruptura do metabolismo social com a natureza. Engels destaca em “Anti-Dühring” que:

A abolição da antítese entre cidade e campo não é meramente possível. Ela se tornou uma necessidade direta da própria produção industrial, assim como se tornou uma necessidade da produção agrícola e, além disso, da saúde pública. O presente envenenamento do ar, da água e da terra só pode cessar com a fusão da cidade com o campo, e só essa fusão vai alterar a situação das massas que agora definham nas cidades, permitindo que o seu excremento seja usado para produzir plantas em vez de doenças (ENGELS apud FOSTER, 2005, p. 244).

Ora, é próprio do capital as aglomerações urbanas sem precedência na história, e a prevalência das suas formas industrial, comercial e financeira sobre a agrícola, e que sua reprodução demanda proximidades, entre outras, a das massas desempregadas, pauperizadas, constitutivas do exército industrial de reserva, que nos dias atuais são equivocadamente categorizadas de "os excluídos", feito que Netto seguidas vezes tem criticado, pois que cabe ao capital dela dispor em dado lugar para seu uso oportuno. Portanto, estar na periferia e amontoados urbanos precarizados e sem trabalho "digno" não caracteriza a exclusão, mas a própria forma da "inclusão" posta pelo capital.

A antítese e prevalência urbana acima indicadas são reiteradas por Marx (apud FOSTER, 2005, p. 219):

A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronto com uma sempre crescente população industrial amontoadas nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida.

Isto resulta em esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país. Esta falha irreparável é mais uma vez explicitada quando Marx reafirma a constatação de que

A produção capitalista congrega a população em grandes centros e faz com que a população urbana tenha preponderância sempre crescente. Isto tem duas consequências. Por um lado, ela concentra a força-motivo histórica da sociedade; por outro, ela perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob

a forma do alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... Mas, ao destruir as circunstâncias em torno desse metabolismo... ela impede a sua restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social, e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento da raça humana... (MARX apud FOSTER, 2005, p. 219).

Na mesma força e lucidez das considerações anteriores, retumba na atualidade o pronunciamento feito pelo Cacique Seattle:

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo o que necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de a conquistar, ele vai embora, deixa para trás os túmulos de seus antepassados, e nem se importa. Arrebata a terra das mãos de seus filhos e não se importa. Ficam esquecidos a sepultura de seu pai e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe – a terra – e seu irmão – o céu – como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelha ou miçanga cintilante. Sua voracidade arruinará a terra, deixando atrás apenas um deserto (CACIQUE SEATTLE, s.d.).

A mercadoria – DNA do capital –, posta como fetiche nas relações sociais da ordem social burguesa, é outra expressão material da insustentabilidade no âmbito da agricultura, assinalada por Marx em “O Capital”, Volume 3, como segue:

O modo pelo qual o cultivo de determinadas lavouras depende das flutuações dos preços de mercado e as mudanças constantes do cultivo com estas flutuações de preço – todo o espírito da produção capitalista, que é orientada para os lucros monetários mais imediatos – é contraditório com a agricultura, que precisa se ocupar com toda a gama de condições de vida permanentes exigidas pela cadeia de gerações humanas (MARX apud FOSTER, 2005, p. 230).

Nesse contexto, destaquemos que a agricultura está posta no seu devido lugar e relevância ao que pode se propor forjar de sustentabilidade, seja no campo como em termos planetário e de humanidade, como a atividade “que precisa se ocupar com toda a gama de condições de vida permanentes exigidas pela cadeia de gerações humanas”, algo por completo fora do alcance dos objetivos, interesses e capacidades da ordem social burguesa, estando para além dessa sociedade as possibilidades de dar o “tratamento

côncio e racional da terra como propriedade comunal permanente”, sendo esta “a condição inalienável para a existência e reprodução da cadeia de gerações humanas” (MARX apud FOSTER, 2005, p. 231).

A análise do capital desde seu DNA – a mercadoria – e toda a ampla gama de objetivações exteriorizadas na ordem social burguesa é que permite vislumbrar de forma correta os limites e impedimentos à emancipação humana e seu direcionamento consciente do metabolismo social na e com a natureza, de modo que nos cabe recorrer a Marx uma vez mais para um alcance superior e também fundante da acepção de sustentabilidade que indubitavelmente seja assumida nos processos revolucionários contemporâneos:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens. Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou o conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dono da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como “boni patres famílias” (bons pais de famílias) (MARX apud FOSTER, 2005, p. 231).

Com as compilações e suas parcas considerações articuladoras, indicamos claramente as bases do que está implícito nas cosmovisões presentes na CLOC/Via Campesina, aqui sendo arbitrariamente resumida como “a vida sustentável”. Portanto, estamos diante das bases teóricas superiores para um posicionamento consciente, crítico e capaz de melhor nos orientar no que fazemos em nossa jornada histórica e contemporânea, por forjar a emancipação humana com a inclusão da dimensão ecológica da Vida.

Nessa perspectiva, o debate prima pela compreensão do campesinato do século XXI em sua situação contemporânea, dialeticamente alienado e libertário, em conexão histórica com sua tradição de pelo menos dez mil anos de campesinação do planeta Terra, como criador e recriador das “agriculturas”, que por suas relações sociais mediadas na e com a natureza seguiu transformando o mundo e a conformação do ser social, alicerçando e sustentando o levantar das sociedades humanas.

Faz-se necessário, portanto, tomar conscientemente a problematização posta pelo companheiro Ademar Bogo: “Por isso, perguntamos não apenas sobre que tipo de camponeses devemos ser? Mas também que tipo de camponeses a terra e a natureza precisam que sejamos?” (2009, p. 18). O questionamento nos remete à sensível consciência do intrincado, inseparável e perene amálgama humano-natureza.

Na mesma perspectiva se faz pertinente perguntar: quais são nossos desafios contemporâneos?

Em certo grau, estamos conscientes na CLOC/Via Campesina de que se trata de participar e contribuir ativa e criticamente na realização da revolução socialista da emancipação humana, fazendo incluir nesse processo revolucionário a reconstrução ecológica da agricultura. Há que suplantar todas as determinações da trajetória humana até aqui empreendida, que constituem a pré-história do ser humano como violento sobre si e sobre o planeta Terra. Consiste também um desafio materializar as reais condições para a emancipação humana e a inclusão da dimensão ecológica da Vida nas nossas relações sociais e na transformação que operamos na natureza, tendo em vista a nossa humanização que exteriorizamos e objetivamos na produção dos bens e dos meios materiais necessários à satisfação das nossas necessidades universais, genuínas e naturais, e na livre expressão da nossa subjetividade – emoções, sentimentos, consciência, espiritualidades, teorias, filosofias, ciências, artes, projetos, sonhos. Por fim, é necessário forjar a cultura da cooperação, do cuidado, da reciprocidade, da mutualidade, da solidariedade, da pertença cósmica, realçadas por Leonardo Boff (2006) como “a mística cósmica de uma Fraternidade Universal, cuidar da Comunidade de Vida” (TARDIN, 2012).

Portanto, trata-se muitíssimo mais do que uma concepção síntese de agroecologia e sustentabilidade, mas de expressar uma cosmovisão societária superior, de horizonte largo, aberta, grande como o espaço, uma sociedade de produtores livremente associados e em cujo contexto se espera de cada um segundo suas capacidades, e entrega a cada um segundo suas necessidades – o comunismo.

Cooperação, Reforma Agrária e Agroecologia

Há uma premissa histórica a reconhecer que

[...] o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver ou, ainda, de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. **O trabalho é sempre atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. [...] (NETTO; BRAZ, 2010, p. 33-34, grifo dos autores).

Por sua vez, “*o trabalho é fundante do ser social*” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 37, destaque dos autores), e o ser social, quanto mais desenvolvido se acha, têm na sua práxis objetivações que “transcendem o universo do trabalho” e “se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideias da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano*, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em **gênero humano**” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 44, destaque dos autores).

Na ordem social burguesa, erguida e sustentada na exploração do trabalho alheio, na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a práxis humana se vê impedida de exprimir livremente as ilimitadas possibilidades à humanização – impõe-se a alienação.

Todavia, somos sabedores de que essa mesma ordem social rompeu os grilhões do escravismo e as muralhas do feudalismo e estabeleceu o “trabalhador social livre” em escala planetária sob a batuta do assalariamento. Esse “trabalhador social livre”, e as demais diferenciações que apresenta na sociedade, tem sua práxis saturada de alienação e suas objetivações se realizam sob a coerção, ou seja, a opressão de classe – o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores consciente ou inconscientemente se objetivam em um *macrossistema de cooperação* em escala jamais estabelecida em outros modos de produção.

Distintamente, o campesinato participa nesse macrossistema de cooperação na condição de proprietário menor de determinados meios de produção, e sobretudo por tal razão, à sua forma, carrega a necessária sensação “de estar sendo” livre. Sua situação de classe está determinada como *produtor simples de mercadoria*, em que uma miríade de diferenciações funcionais também é objetivada, mas permanece estruturalmente fundante do seu ser social.

Tanto para a classe trabalhadora assalariada como para o campesinato e suas diferenciações sociais é decisivo apreender criticamente que a “dependência *multifacetada*, essa forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos” como estado humano de ser e, em proveito da classe, há que tomar o “controle e domínio consciente desses poderes que, gerados pela ação recíproca dos homens, até aqui se lhes têm imposto e o têm dominado como poderes completamente alienados” (MARX; ENGELS, 2009, p. 55).

O campesinato constitui-se um ser social com conhecimentos empíricos amplos, o que lhe faculta exprimir-se e experimentar-se humanamente numa práxis saturada de possibilidades e potencialidades humanizadoras. Carrega em seu legado histórico diversificadas relações de cooperação – a ajuda mútua, o associativismo e o cooperativismo – alcançando desde iniciativas esporádicas e temporárias – como os mutirões – a sistemas permanentes e institucionalizados – como as cooperativas –, operando níveis de cooperação simples até níveis de cooperação complexa, nos quais todos os meios de produção e o trabalho são possuídos e geridos coletivamente e a repartição da produção social e de seus resultados econômicos é feita de forma igualitária (TARDIN, 2012, p. 183).

O que fica desafiadoramente posto e necessariamente segue na ordem do dia é não só apreender criticamente sua situação de classe na engrenagem do capital – sua subsunção na cooperação em geral –, mas também potencializar suas capacidades de ações marcadamente humanistas orientadas nos valores da solidariedade e da fraternidade, como suas objetivações no trabalho cooperado nos níveis simples e complexo, qualificando, ampliando e diversificando sua inserção coletiva e coletivizada no mercado capitalista, aqui já como práxis germinal consciente da sua emancipação humana.

A árdua e permanente luta pela terra – lembremos o sanguinário processo da acumulação primitiva do capital na Europa (MARX, 1988b, p. 828-882) – na atualidade brasileira está a sangue quente, tanto para a conquista do reconhecimento social, político e jurídico da posse material dos territórios pelos povos originários (indígenas), quilombolas e outros povos tradicionais, como para a permanência e reprodução social do campesinato em geral, e sua ampliação pela conquista da Reforma Agrária, imperioso condicionante para o avanço e a consolidação de agroecossistemas sustentáveis.

Iniciar, desenvolver e consolidar agroecossistemas sustentáveis sob a força das determinações da ordem social burguesa e nas condições políticas e econômicas a que está submetido o campesinato situa sua luta como uma luta geral da classe trabalhadora, uma luta internacional.

A luta na terra, pela terra e pela Reforma Agrária, e a potencialização da cooperação consciente como dimensão privilegiada da práxis indutora da emancipação humana agregam o desafio também consciente da necessidade de essa práxis materializar a reconstrução ecológica da “agri-cultura”. Consistem em demandas ímpares à objetivação de agroecossistemas cada vez mais sustentáveis sob orientação da agroecologia e capazes de alargar as relações com a classe trabalhadora urbana, ofertando-lhe alimentos de elevada qualidade biológica – alimentos para a vida –, além de outros produtos isentos de qualquer substância contaminante e periculosa e ainda livres de processos de trabalho e tecnologias degradantes do ser humano e depredadores da natureza.

Ao reposicionar-se na luta radical pela transformação da sociedade, com a consciente posição de classe que assume a dimensão ecológica da vida vinculada à emancipação humana, o campesinato atualiza sua cosmovisão na práxis revolucionária. No contexto atual de conflito e combate ao poder hegemônico da burguesia, sua práxis há que “adequar sua ação às condições históricas, realizando o possível de hoje para que possam viabilizar amanhã o impossível de hoje” como “ação cultural preparando-se para ser revolução cultural” (FREIRE, p. 65).

Nessa jornada histórica, a cosmovisão se renova na e como práxis assentada em algumas bases perenes, pois que

De uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará (CACIQUE SEATTLE, s.d.).

Extensão ou comunicação? Uma solução bloqueada

A revolução verde demandou a instalação do sistema ensino-pesquisa-extensão, objetivando sua mundialização, e para tanto o capital privado e estatal investiram vultosas cifras na criação e expansão de universidades e escolas técnicas, instituições de pesquisa agropecuária e instituições de assistência técnica, que operam desde então a lógica cartesiana que tem na ação da extensão rural o ponto de difusão aos agricultores do que fora ensinado e pesquisado por outros em lugares distintos e sem correlação com suas realidades.

Aqui o objetivo é a crescente industrialização das agri-culturas agregada à sua "financeirização", meios pelos quais vão sendo impostos níveis possíveis de subsunção dos agri-cultores e agri-cultoras, em outras palavras, alienando as práxis agri-culturais aos objetivos e fins do capital.

Retomemos que a extensão rural, realizada via assistência técnica, foi minuciosamente criticada por Paulo Freire, dado a conhecer à extensão rural no seu livro "Extensión o Comunicación" em 1969, publicado pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, em Santiago de Chile.

Em resumo, enquanto à "extensão rural" compete promover, independentemente da vontade de seus agentes profissionais executores, a "invasão cultural", à sua superação Freire propõe uma relação de comunicação em que

[...] o conhecimento [...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, perce-

be o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é ato de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 2002, p. 27-28).

A “extensão rural”, uma vez institucionalizada especialmente como um serviço público, vai alcançar amplamente as populações camponesas em cujo âmbito muitos profissionais seguem relutantes a cumprir ao pé da letra a promoção da “invasão cultural”, e vão realizar uma práxis técnica associada a intencionalidades educativas, sobretudo nos marcos do que veio a constituir as “metodologias participativas”. Nessa mesma trilha se soma a quase totalidade das organizações não governamentais na atualidade. O “participativo” é o “como” camponesas e camponeses são “metodologicamente” direcionados a motivadamente participarem de alguma ação ou projeto previamente planejado e sob gestão do agente externo, diz-se, atuando como protagonistas, alcançando crescente “empoderamento”.

Dramaticamente, tal sistema relacional entre técnicos e camponesas/camponeses permanece hegemônico no interior dos Movimentos Sociais Populares do Campo articulados na CLOC/Via Campesina. Trata-se não somente de uma incoerência, mas uma contradição com seus objetivos estratégicos, um explícito antagonismo com a perspectiva da emancipação humana. Enquanto as bases filosóficas e epistemológicas da pedagogia nos processos de educação escolar e de formação política são o materialismo histórico, a pedagogia socialista e a pedagogia freiriana tomada na sua ampliação como pedagogia da educação popular, paradoxalmente se bloqueia a função pedagógica humanizadora do trabalho técnico, justamente na instância prática da práxis camponesa – suas relações sociais operando as transformações materiais da natureza.

A revolução verde não se resume a pacotes tecnológicos, mas inclui uma dada forma de “geração” e de “difusão” de conhecimentos, portanto sua superação não se pode alcançar apenas com a materialização tecnológi-

ca da agroecologia, mas também com a radical transformação das relações sociais em que os sujeitos geram e compartilham conhecimentos.

Na América Latina, desde os anos 1970, vem se ampliando o sistema conhecido como "campesino a campesino". Na atualidade, a experiência da ANAP (Asociación Nacional de Agricultores Pequeños) de Cuba, ao adotar esse sistema, vem alcançando êxitos extraordinários na promoção da agricultura sustentável em bases agroecológicas, tendo dado início em 1994 a esse processo social com 216 famílias camponesas participantes, e em 2009 alcançaria 110 mil famílias (ROSSET, 2013).

Giménez, que investigou minuciosa e amplamente a origem e expansão da experiência "campesino a campesino" na América Central e Caribe, identificou que

En la pedagogía campesina, los pequeños agricultores no hacen una diferencia técnica entre investigación, experimentación, formación y extensión. Tampoco, separan las prácticas de enseñar y de aprender. Todas estas actividades se desarrollan inter-relacionadas, en relaciones entre "aprendices que enseñan" y "profesores que aprenden" de una manera fluida, espontánea, sin jerarquias (GIMÉNEZ, 2008, p. 147).

Fica clara a superação do sistema cartesiano e a força da "invasão cultural" posta pelo clássico sistema de "extensão rural" ou seus abrandamentos idealistas por meio das "metodologias participativas".

O autor faz sucessivas alusões à contribuição de Paulo Freire e assinala: "Debido a que los métodos para compartir el conocimiento son los diálogos y se basan en la investigación y la acción dirigidas por ellos mismos, la metodología Campesino a Campesino es probablemente mejor descrita como una pedagogía que se sustenta en la praxis campesina" (GIMÉNEZ, 2008, p. 109). Os êxitos em termos de protagonismo e mobilização social camponesa na promoção da agroecologia em larga escala são qualidades consolidadas em várias experiências na América Central e Caribe, notadamente em Cuba, onde, tendo a ANAP como organização camponesa gestora de todo o processo social de "Campesino a Campesino", conta-se também com significativas políticas públicas direcionadas a esse objetivo. Desafortu-

nadamente, tais êxitos ainda não atraíram significativamente os Movimentos Sociais Populares do Campo articulados na CLOC/Via Campesina Brasil.

Iniciativa sob essa orientação segue sendo desenvolvida no estado de Sergipe em assentamentos coordenados pelo MST, sendo a experiência iniciada em 2012 (apoiada financeiramente por um projeto da Embrapa Tabuleiros Costeiros). Em 2013, foi inserida na Ates (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária), no contrato entre Incra/SR 23 e CFAC (Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro), entidade do MST. Esse contrato foi encerrado em 2016 e hoje segue com as atividades do Camponês a Camponês sem recurso externo, e a Embrapa ainda apoia com o transporte. A rede de agroecologia Camponês a Camponês se organiza na região sul de Sergipe e tem cerca de 130 famílias participando¹⁶.

No conjunto dos Movimentos Sociais Populares do Campo, sucessivas iniciativas seguem sendo efetivadas, porém no limite de projetos pontuais e limitados no tempo, não alcançando até aqui constituir-se como elemento dinamizador permanente na práxis camponesa.

Verifica-se, todavia, nesse largo histórico do processo social Campesino a Campesino que há uma primazia nos conteúdos técnicos, não alcançando ainda satisfatoriamente outros âmbitos das mundividências camponesas, tanto quanto necessários à superação de outros limites e contradições que afetam suas práxis.

No Paraná, segue em experimentação iniciada em 2005 no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST e escolas técnicas de agroecologia o que se nominou de “Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas”, assumido como um método de trabalho de base inspirado na experiência histórica das comunidades camponesas e nos métodos de trabalho de base desenvolvidos pelos Movimentos Sociais Populares do Campo na América Latina – em especial, o programa Campesino a Campesino – e, de outro lado, fundamenta-se na produção científica em três campos: a Pedagogia Freiriana, a Agroecologia e o Materialismo Histórico-Dialético (TARDIN; GUHUR, 2012, p. 5).

Até aqui, transcorridos mais de dez anos, tal experimentação não passou de ações localizadas, descontínuas, e sequer suas possibilidades metodológicas chegaram a ser plenamente exercitadas. Segue, contudo, como disciplina curricular nos cursos técnicos de agroecologia nas escolas sob gestão do MST e CLOC/Via Campesina no Paraná, e em muitos outros cursos de Pós-Graduação em Agroecologia, além da Escola Nacional de Agroecologia no Equador. O trabalho persiste em razão da necessidade de se enfrentar e forjar a superação da ideologia da revolução verde que orienta a "extensão rural" e a "assistência técnica" (também conhecida como "insistência técnica"), revelando ainda os limites das boas intenções das "metodologias participativas". Desse modo, propicia aos "militantes técnicos pedagogos-educadores da agroecologia" tomarem criticamente a práxis profissional que poderão efetivar com as populações camponesas das comunidades e assentamentos de Reforma Agrária na perspectiva da emancipação humana.

Ao encerrar o livro "Extensão ou Comunicação?", Paulo Freire adverte: "Se não for capaz de crer nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnocrata; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador das e para as transformações radicais" (2002, p. 93).

Notas:

1. CLOC – Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo é uma instância de articulação continental de Movimentos Sociais Populares do Campo de camponesas e camponeses, afrodescendentes, povos originários (indígenas) da América Latina e Caribe, criada em seu 1º Congresso, realizado em Lima, Peru, em 1994. Todos esses movimentos e organizações são também membros de La Vía Campesina.

La Vía Campesina – é uma organização internacional em que se articulam Movimentos Sociais Populares do Campo de camponesas e camponeses, trabalhadores rurais, povos originários (indígenas), povos e comunidades tradicionais e pescadores artesanais da Ásia, África, América e Europa. Foi fundada em sua 1ª Conferência Internacional em 1993, em Mons, Bélgica.

2. Coevolução – É a evolução conjunta de duas ou mais espécies não intercruciantes, que têm uma estreita relação ecológica, como as plantas e os herbívoros, grandes organismos e seus microrganismos simbiotes ou os parasitas e seus hospedeiros. Como há pressões seletivas recíprocas, a evolução de uma espécie na relação depende, em parte, da evolução da outra (ODUM; BARRETT, 2008, p. 286). No caso de um agroecossistema, sendo resultado das relações humanas dentre si e suas interações na e com a natureza, ou ecossistema, estes são materializados sob os condicionamentos das decisões humanas que orientam suas práticas na transformação do ecossistema com fins agri-culturais, que por sua vez apresenta condicionamentos naturais como relevo, flora, fauna, tipo de solo, água, clima, fotoperíodo, fertilidade natural do solo, etc.

3. Harmônico – É comum a ideia de relacionamento “harmônico” dos seres humanos pretéritos, ou os indígenas na e com a natureza, como uma crença de “harmonia”, a expressão plena de interações positivas, complementares, mutualistas, simbiotes, cooperativas, quando em nenhum momento da história natural e humana seja possível verificar tal paralisia cósmica ou nos processos ecológicos da Terra, tampouco nas relações sociais humanas. É como se o ser humano ideal, em algum tempo ou dado grupo social operasse relações dentre si e na e com a natureza como um “maestro” regendo uma filarmônica, na qual cada músico, atuando sob sua direção e vontade, alcança a harmonia dos sons na composição da melodia. É uma conceituação equivocada, muitas vezes, um devaneio idealista.

4. Soberania Alimentar – “O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra, que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequadas às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades” (Vía Campesina, 2002). Com esse conceito, La Vía Campesina alcança com clareza se posicionar em contraposição ao conceito de “segurança alimentar” postulado e divulgado pela FAO e muitas organizações não governamentais internacionais.

5. Culturas – Resultantes da capacidade especificamente humana de se exteriorizar e se objetivar em seus modos de ser no e com o mundo, “como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez” (FREIRE, 1967, p. 108), ou seja, efetivando

transformações prático-materiais na natureza para a satisfação das suas necessidades humanas genuínas, universais e naturais, e/ou interesses de grupos ou classes, e objetivações de ideias expressas nas artes, filosofia, ciência, religião, etc. Trata-se de expressão plural, dado que é materializada pela diversidade da humanidade que se constitui em grupos, povos e classes sociais em suas interações com a diversidade ecológica de cada lugar onde se insere.

6. José Paulo Netto – falas proferidas e reiteradas pelo professor em aulas por ocasião do curso sob sua coordenação geral, “Uma introdução sistemática à obra de Karl Marx”, primeira turma, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, período de 2009 a 2010, em Guararema/SP, curso do qual Tardin participou.

7. Sublimação – Chama a atenção que Marx e Engels, já em 1845-1846, quando da elaboração dos manuscritos que deram origem à obra “A ideologia alemã”, já expuseram o conceito de “sublimação” afirmando sua base material – “seu [dos homens] processo de vida material empiricamente constatável”. É conceito que voltará à tona muitos anos depois em outras bases, com a psicanálise, na elaboração do seu criador – Sigmund Freud – como sendo “um **mecanismo de defesa** através do qual determinados impulsos do inconsciente acabam infiltrados na personalidade e culminam em atitudes que sejam bem vistas socialmente. [...] Assim, a sublimação possui um grande papel no enquadramento social de um indivíduo, para que ele consiga transformar seus instintos em algo que seja aceito socialmente”. Conceito disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/sublimacao>>. Acesso em: em 13 fev. 2017.

8. Texto posto em epígrafe por Petersen na publicação conjunta com Tardin e Marochi como sendo de autoria de Fernando Pessoa, sem, contudo, informar a fonte bibliográfica. Pesquisa feita por Tardin confirma o mesmo texto ou com alguma diferenciação, mas como sendo do mesmo autor, posto em epígrafe em outras obras, e mais uma vez, em nenhuma ocasião se vê citada a fonte bibliográfica. Mantivemos o texto e a indicação de autoria, uma vez que seu conteúdo bem reitera as argumentações postas neste artigo.

9. Lei do Mínimo – Estabelece que o desenvolvimento de uma planta ficará limitado por aquele nutriente faltoso ou deficitário, mesmo que todos os outros elementos ou fatores estejam presentes.

10. Sucessão Ecológica – A dinâmica natural dos processos abióticos (não vivos) em interação com os processos bióticos (vivos) faz estabelecer uma dada sequência de níveis de organização ecológica, em que um nível opera transformações que proporcionam as condições adequadas para o nível seguinte. Esse processo envolve, por exemplo, a formação continuada do solo e altera e é alterado pela conformação da flora e da fauna. A esse processo denominamos de *sucessão natural das espécies* ou de *sucessão ecológica*.

11. Sobre causalidades dadas e causalidades postas, ver: LESSA; SÉRGIO; TONET; IVO. **Introdução à filosofia de Marx**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

12. Politecnia – Ver verbete “Educação Politécnica” em: FRIGOTO, Gaudêncio. In: CAL-

13. Salto ontológico – “A ontologia lukácsiana denomina três esferas ontológicas substancialmente distintas e substancialmente articuladas, a saber: o *ser inorgânico*, o *ser orgânico* e o *ser social*. O *ser inorgânico* é a matéria inanimada. É um tipo de ser originário com *causa sui*, ativado por leis específicas e independentes das outras esferas. É um ser que não se reproduz. Sua essência processual caracteriza-se tão só por um incessante tornar-se-outro: a pedra se converte em terra, a montanha em vale, etc. O *ser orgânico* é a matéria viva. É a esfera da vida biológica, da biosfera: da fauna e da flora. Tem por essência processual sua capacidade reprodutiva-de-si, mediante um incessante movimento de repor-o-mesmo-ser-vivo: um vegetal ou um animal reproduzem-se sempre como a mesma espécie. O *ser social*, por sua vez, é a matéria humana. É a ambiência “natural” do homem (sociedade). É a esfera da realidade humano-social. A essência processual de seu movimento se particulariza pela incessante criação-do-novo mediante a práxis humana: a cevada é transformada em cerveja, o feudalismo em capitalismo e etc. O momento de passagem de uma esfera para outra, sempre segundo Lukács, dá-se através de um salto ontológico: através de uma negação, de uma ruptura do novo ser com o ser anterior. O salto tem como ato-momentizador-de-si, e como ato-momentizador do processo evolutivo desenvolvimental do novo ser, o *momento predominante*. Este faz surgir e, mediante sua essência processual evolutiva, afirma ontologicamente o novo ser. O momento predominante do ser inorgânico é o tornar-se-outro; do orgânico, é o repor-o-mesmo; e do ser social, é o criar-o-novo. Em Lukács, a compreensão destas categorias – das três esferas do ser, do salto e do momento predominante – é *conditio sine qua non* para a compreensão nossa da categoria fundante, a práxis humana enquanto trabalho humano-genérico, e do ser fundado por esta referida categoria, o ser social”. Disponível em: <http://www.propgpq.uece.br/semana_universitaria/anais/anais1999/SemanaIV/VIII_IC/humanas/4inihum104.htm>.

14. “Ladrão do fogo” – Dado que o *Homo erectus* é considerado como o provável primeiro ser capaz de controlar o fogo, certamente uma incomensurável revolução que abre um campo de inesgotáveis possibilidades humanas na sua constituição como ser social e na produção material da vida em sociedade, está aqui metaforicamente relacionado a Prometeu – que significa: antevisão –, um titã, defensor da humanidade, conhecido por sua astuta inteligência, responsável por roubar o fogo de Héstia e dá-lo aos mortais. Zeus, que temia que os mortais ficassem tão poderosos quanto os próprios deuses, teria então punido-o por esse crime, deixando-o amarrado a uma rocha por toda a eternidade enquanto uma grande águia comia todo dia seu fígado, que crescia novamente no dia seguinte. É interessante frisar que, quando se trata do sistema grego clássico, fala-se em mitologia, a religião que na época servia aos interesses da elite dominante, que se desfez ao sucumbir seu império e foi abandonada nos escombros da “necrópole”, pois, desde então, já não protegeria qualquer elite. No entanto, as mitologias úteis de hoje, que vêm de séculos, seguem atuais e necessárias aos sistemas de poder de classes, portanto são reconhecidas como “as” religiões. Os impérios atuais as têm em destaque nas igrejas, mesquitas e sinagogas. Ocorre ainda que, enquanto nosso ancestral *Homo erectus* seguiu em sua expansão com o uso do fogo, Prometeu foi condenado por Zeus e o casal que

não brincou com o fogo, mas comeu a maçã – “fruto da árvore da ciência do bem e do mal” (Gn 2.16-17) –, foi expulso do Jardim do Éden e condenado a tirar da terra “com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida – comerás o teu pão com o suor do teu rosto” (Gn 3.17-19) – mas na Grécia telúrica e “democrática”, teve algo mais, onde o herege e profanador da juventude – Sócrates – foi condenado a beber cicuta.

15. Fala de Boff anotada por Tardin, que assistia à palestra.

16. Informação dada pela agrônoma Marília Andrade Fontes, militante técnica do MST, por ocasião de seminário e também pessoalmente a Tardin, em Rio Verde, GO, 2015.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BARBOSA, L. P. Educação rebelde e autônoma na práxis revolucionária zapatista. In: **Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século**. REBUÁ, E.; SILVA, P. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=I1eCDQAAQBAJ&pg=PA59&lp-g=PA59&dq=cosmovis%C3%A3o+zapatista&source=bl&ots=L3ujxYal9J&sig=ECpcpf65nTDcUa5scddipIIThA&hl=pt-BR&sa=X#v=onepage&q=cosmovis%C3%A3o%20zapatista&f=false>>.

BOGO, A. Valores de um povo novo: ética, moral e valores. In: **Caderno de Formação n. 37: valores de uma práxis militante**. 1. ed. - [S.l.]: Setor de Formação – MST, 2009, p. 9-48.

CACIQUE SEATTLE. **Pronunciamento do Cacique Seattle**. Tradução do original em inglês "Letter From Chief Seattle to President Pierce, 1885" pela equipe da ONG Floresta Brasil. [s.d.]. Disponível em: <www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.3, 2002. p. 70-85.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 21. ed. - São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, Ama-Key, 2002a.

_____. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 7. ed. - São Paulo: Cultrix, 2002b.

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas - a teoria da trofobiose**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas/SP: Unicamp, Imprensa Oficial, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FUKUOKA, M. **Agricultura natural: teoria e prática da filosofia verde**. São Paulo: Nobel, 1995.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. - Porto Alegre: Universidade-Ed. UFRGS, 2000.
- GUHUR, D. M. P. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H; MAZIN, A.; SANTOS, L. (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- _____; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 59-67.
- HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. 4. ed. - São Paulo: Cultrix, Amana-key, 2004
- HEISENBERG, W. **A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- HENSEL, J. **Pães de pedra**. S. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2003.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voces de latinoamérica**. Movimiento Campesino a Campesino para la Agricultura Sustentable. Manáguá: Simas, 2008.
- HOWARD, S. A. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- KNABBEN, V. M. **Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

LA VÍA CAMPESINA. Comissão Internacional sobre Agricultura Camponesa Sustentável. **De Maputo a Yakarta - 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina**. 2013. Disponível em: <www.viacampesina.org>.

LOVELOCK, J. Gaia: um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: THOMPSON, W. I. **Gaia: uma teoria do conhecimento**. 3. ed. - São Paulo: Gaia, 2001, p. 77-90.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

MARGULIS, L. Os primórdios da vida: os micróbios têm prioridade. In: THOMPSON, W. I. **Gaia: uma teoria do conhecimento**. 3. ed. - São Paulo: Gaia, 2001, p. 94-1001.

MARGULIS, L. **O planeta simbiótico: uma nova perspectiva da evolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Vol. I. 12. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Vol. II. 12. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOLLISON, B. **Introducción a la permacultura**. Quito: CIBT, 1999.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 67-73.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. - Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUSEU VIRTUAL LIEBIG. **Os principais contributos científicos**. Disponível em: <<https://museuvirtualliebig.jimdo.com/contributos-para-a-quimica/>>.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, M. B. (Org.). Manifesto Ecosocialista Internacional. In: **Contribuições para a construção da tese ecosocialista**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://pdf.ecodebate.com.br/ecossocialismo.pdf>>.

PETERSEN, P.; TARDIN, J. M.; MAROCHI, F. M. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná**. Curitiba: Gráfica Popular, 2002.

PRIMAVESI, A.; PRIMAVESI, A. M. A biocenose do solo na produção vegetal. In: **Moderna agricultura intensiva**. Vol. 1. Santa Maria: UFSM, 1964.

_____. Deficiências minerais em culturas: nutrição e produção vegetal. In: **Moderna agricultura intensiva**. Vol. 2. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1965.

ROLO, M. A natureza como uma relação humana, uma categoria histórica. In: CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 139-175.

SENGIK, E. **Uma visão global de solos**. 2003. Disponível em: <www.nupel.uem.br/visaoglobal-2003.pdf>.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Palestras - Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. Francisco Beltrão/PR, 2009. Atualizada com o título: As sementes crioulas como preservação de agrobiodiversidade. **III Seminário Nacional de Formação Camponesa**. Anchieta/SC, 2012. Mimeo.

_____. (Org.). **Relatório da Experiência da ELAA – 2005 a 2013; 2014**. Mimeo.

UFOPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. IBEF - Instituto de Biodiversidade e Floresta. **Engenharia Agrônoma (Agronomia), o curso que alimenta o mundo**. Recurso Audiovisual (apresentação de slides em pdf). Santarém, 2012. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/cfi/download/material-para-sint-ibef-2deg-chamada-1/view>>.

WAKSMAN, S. A. **O húmus**: origem, composição química, e importância na natureza. Porto Alegre: Comunicação Caatinga, 2012.

WIKIPÉDIA. **Anasazi**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anasazi>>.

WIKIPÉDIA. **Friedrich Wöhler**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_W%C3%B6hler>.

WIKIPÉDIA. **Gregor Mendel**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gregor_Mendel>.

WIKIPÉDIA. **Hipótese de Oparin e Haldane**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%B3tese_de_Oparin_e_Haldane#Experi.C3.AAncia_de_Miller-Urey>.

WIKIPÉDIA. **John Bennet Lawes**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Bennet_Lawes>.

WIKIPÉDIA. **Rapanui**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/rapanui>>.

EIXO 1

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília

Beatriz Casado Baides

Geraldo José Gasparin

Luiz Henrique Gomes de Moura

Rafael Litvin Villas Bôas

Marco Antonio Baratto¹

Historicamente, o acesso à educação de qualidade faz parte das bandeiras de luta da classe trabalhadora, encontrando nos trabalhadores da educação suas formas organizativas e as expressões políticas mais avançadas. Não menos intensas foram as batalhas pela garantia da Educação do Campo, não só pela sua especificidade, mas por seu caráter emancipatório, protagonizadas pelos movimentos populares do campo nesse último quarto de século em nosso país.

Não obstante todos os aprendizados históricos que essas lutas ensejaram, estamos vivendo um contexto político de profundos retrocessos no campo educacional. Retrocessos não apenas porque é proposto o fim das políticas públicas com o “congelamento” do Estado, mas pelo esvaziamento de conteúdo ideológico do fazer pedagógico, pela revisão programática dos currículos, pela precarização de salários dos professores e pela falta de investimento na educação pública de modo geral.

O que temos observado no terreno de disputa do contexto pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial imposto no Brasil em 2016 é que

¹Os autores integraram a coordenação política e pedagógica do curso de especialização “Residência Agrária da UnB: matrizes produtivas da vida no campo”.

**Educação do Campo e democracia: a experiência do
Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no
Campo” da Universidade de Brasília**

*Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Rafael Litvin Villas Bôas,
Luis Henrique Gomes de Moura e Marco Antonio Ribeiro Baratto*

**Construção compartilhada de saberes:
a experiência do NEEPA**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo,
Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana*

**Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA
Amazônico e Residência Agrária**

*Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e
Elenara Ribeiro da Silva*

**Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação
Residência Agrária na Universidade Federal do Pará**

Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira

**Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática
no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo
– Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

*Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevã
e Ranielle Caroline de Sousa*

a esfera da Educação se tornou um dos principais campos de batalha, no sentido simbólico e prático da disputa entre dois projetos.

No primeiro, o presidente Michel Temer coloca no Ministério da Educação um representante do setor privado do mercado das empresas de educação, que encara o setor como campo de negócios. De imediato, o ministro empossado recebe representantes do Movimento Brasil Livre (MBL), uma frente jovem de direita com articulações com os partidos que protagonizaram o golpe, inflada com recursos injetados por organizações estadunidenses e apoiada por atores conservadores, como Alexandre Frota. O ministro extingue a secretaria do MEC responsável por ações de combate ao racismo, de fortalecimento da Educação do Campo, etc. Logo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o governo Temer propõe a Reforma do Ensino Médio sem os trâmites tradicionais de debate com a sociedade, sem respaldo pelo voto popular, sem ter anunciando em campanha eleitoral o interesse em desmontar a estrutura de ensino brasileiro.

No outro projeto, a juventude brasileira se levanta em protesto, ocupando mais de mil escolas de ensino médio em todo o Brasil e mais de duzentos campi de universidades e institutos federais contra o golpe, contra a reforma do ensino médio, contra a Proposta de Emenda Complementar de congelamento dos gastos públicos por duas décadas. Diante da imposição de medidas pela via institucional ilegítima, levantam-se os estudantes, ocupando os aparelhos escolares e subvertendo a hierarquia tradicional desses espaços, dando sinal de que não estão dispostos a testemunhar o desmonte do sistema educacional público brasileiro.

O que pretendemos neste artigo é recolocar a necessidade e a importância de se continuar construindo cursos de nível superior para a base social dos movimentos populares do campo, que historicamente foram secundarizados na tarefa da escolarização e capacitação técnica, mas que na nossa perspectiva são fundamentais na construção de organização social e poder popular no campo. Faremos essa defesa a partir de duas perspectivas. A primeira, a partir das lições e aprendizados extraídos do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* "Matrizes produtivas da vida no campo:

formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social”, promovido por membros do grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS), em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). O curso foi realizado no período 2013-2015 no campus de Planaltina da Universidade de Brasília (UnB/FUP), com base no edital de cursos de especialização em Residência Agrária, promovido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea/Incrá). A segunda perspectiva de nosso debate refere-se ao contexto mesmo da luta por uma política educacional que se vê seriamente ameaçada no contexto do atual cenário político em que uma reconfiguração de poder toma de assalto o Estado brasileiro.

Assim, três categorias são centrais neste debate: educação, democracia e poder popular. Evidentemente, tentaremos abordá-las em suas imbricações dialéticas, em perspectiva histórica.

Sobre a questão da “democracia”, estamos de acordo com Virgínia Fontes (2012), quando afirma que o conceito não pode ser definido de maneira isolada das demais condições socioeconômicas e culturais que organizam a vida social. Se considerarmos o conceito como a estrutura social cuja esfera pública permite que a população participe de forma ativa por meio de “reivindicações” a partir da demanda objetiva de cada segmento, compreendemos que assim estão compreendidas as lutas dos subalternos pela democratização permanente, isto é, pela realização concreta das aspirações à liberdade e à igualdade. Por exemplo, a luta pela Educação do Campo se inscreve nessa perspectiva de experiências históricas de democratização circunscritas ao conjunto de relações sociais das quais emergem.

Todavia, o conceito sempre nos remete, como quase toda a literatura sobre o assunto, à clássica localização histórica da experiência grega como o lugar de nascimento do “governo do povo”. Há de se levar em conta que Atenas, como cidade-estado, era predominante agrícola, controlada por uma aristocracia agrária que assentava as relações sociais de produção sob o regime escravista opondo grandes e pequenos proprietários. Conforme Fontes, a “origem ateniense da democracia remete, portanto, à luta entre pequenos camponeses e grandes

proprietários de terras” (2012, p. 194). Era a luta dos camponeses pelo direito à cidadania, isto é, o direito de também decidir sobre os destinos da pólis. Circunscrita ao seu tempo histórico-político, portanto, Atenas não poderia ser tomada como modelo, mas podemos dela extrair lições da experiência.

O processo brasileiro de formação social construiu uma experiência de democracia calcada em contradições estruturais a partir do momento em que o sistema político passa a se estruturar nos moldes dos sistemas modernos europeus, fundamentados nos ideais liberais de Igualdade, Liberdade, Fraternidade e Propriedade, consolidados após a Revolução Francesa (1789), porém com o motor da economia sustentado pelo sistema escravocrata. No século XX, com a conquista do sufrágio universal, a classe trabalhadora pôde exercer o direito do voto, mas o sistema da democracia representativa, que garante ao indivíduo o direito de exercer pelo voto sua participação política, mostrou-se facilmente permeável a jogos de interesses corporativos, de grupos com domínio econômico que exercem poder de influência pela mídia e nos três poderes da República, Legislativo, Executivo e Judiciário. De modo que o direito da classe trabalhadora brasileira à participação política é bastante restrito se considerarmos, por exemplo, a diminuta representação de setores de trabalhadores no Congresso Nacional.

Educação do Campo e democracia

No aspecto da Educação do Campo, é Roseli Caldart (2012) quem nos dá a dimensão exata do sentido de democracia como prática social em processo de constituição histórica. Entre as várias características apontadas por Caldart, destacamos a Educação do Campo como

[...] uma luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido [...] combina a luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território (CALDART, 2012).

A trajetória de luta dos movimentos sociais agrários pela Educação do Campo resultou em diversificada e original reconfiguração do ensino brasileiro, embora ainda insuficiente em escala. Desde a educação infantil, passando pela educação de jovens e adultos até o nível superior, atualmente há experiências concretas que buscam retomar o caráter emancipatório da educação e sua relação metabólica com os territórios onde esses processos educativos estão inseridos.

Construída como síntese de classe pelo campesinato brasileiro, a Educação do Campo superou a educação rural ao negar o campo como objeto de ações educativas, recolocando-o como sujeito não apenas da implantação de políticas educacionais, mas como elaborador da própria concepção de educação. Assim, esta assume seu papel na construção da consciência de classe dos camponeses e no domínio dos meios de produção materiais e simbólicos, socializando-os nos inúmeros territórios em que esse processo é deflagrado.

O “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo”

Entendemos que, para além de socializar o que foi agregado no curso de especialização “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo” em específico, cabe avançar na análise e compreensão dos elementos que podem se somar a esse processo de *lavrar* as terras da academia, construindo um saber antissistêmico que potencialize os processos emancipatórios. Relembrando os aportes de Caldart ao tratar da pedagogia do MST, o princípio da Pedagogia da Terra é “a mistura do cultivo do ser humano com o cultivo da terra, com o trabalho e a produção. A terra de cultivo é também terra que educa quem nela trabalha” (2004, p. 352). Essa educação não fica apenas com os educandos, mas oxigena a própria universidade e os espaços institucionais.

O curso “Matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social” foi fruto da demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Distrito Federal e Entorno, junto com o grupo de pesquisa Modos de Pro-

dução e Antagonismos Sociais (MPAS). Realizou-se na Faculdade da UnB em Planaltina, *campus* com forte característica agrária, por abrigar os cursos de graduação Licenciatura em Educação do Campo, Gestão Ambiental e Gestão do Agronegócio, e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

Essa demanda advém da necessidade de compreender os territórios em uma região com especificidades marcantes: proximidade com a capital nacional, região de interseção entre três unidades federativas (Distrito Federal, parte de Goiás e parte de Minas Gerais, região sob influência da Superintendência Regional 28 do Incra), base social originária de grandes fluxos migratórios e com forte vinculação urbana. Pensar as condições materiais e simbólicas desse (novo) campesinato e desses territórios conquistados demanda inserção na realidade, pesquisa e reflexão teórica e política, o que seria possível a partir da parceria entre o movimento social e a universidade. Somou-se também à implantação do curso a Escola Nacional Florestan Fernandes do Centro-Oeste, com contribuições pedagógicas e metodológicas doravante apresentadas.

O curso parte da premissa de que a vida no campo, devido ao metabolismo ser humano-natureza imanente, constrói o ser humano em diferentes dimensões, econômica, política e cultural. São dimensões decisivas na construção de uma consciência coletiva de classe e de metabolismo socioecológico, e por isso mesmo são também alvos prioritários da investida do capital na agricultura.

Outro elemento importante a destacar é o aprofundamento do princípio da alternância como chave para o exercício da práxis para @s educand@s², mas também para o próprio movimento do curso. Os territórios nutrem os tempos de formulação teórica e por isso devem estar no centro da Educação do Campo, o que nos parece mais urgente ainda em cursos de formação profissional. Assim como Oliveira (1999), entendemos que

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de

²O símbolo "@" é usado aqui como forma de identificar os sujeitos dos dois gêneros.

produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. O território é assim produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Algumas modificações, como uma organicidade específica para o Tempo Comunidade, que denominamos Núcleos Territoriais (NTs), doravante detalhados, resultaram em férteis processos de formação e intervenção na realidade a partir do curso, sendo necessário reconhecer os limites desses processos, na medida em que o caráter pontual e não permanente desses cursos faz com que o processo seja interrompido quando deveria ser intensificado.

Nossa perspectiva com o curso era compreender e intervir sobre múltiplos determinantes da realidade dos territórios camponeses onde estivessem inseridos educandos e educandas. Desse modo, compreendemos que a relação ser humano-natureza mediada pelo trabalho produz a vida como totalidade e conseqüentemente produz os territórios em suas relações de poder, condições materiais e dimensões simbólicas. Não caberia, portanto, uma perspectiva de análise e intervenção fundada somente na dimensão agrícola, mesmo que sob bases epistemológicas da agroecologia. Identificar os meios de produção e seu grau de socialização, o manejo dos agroecossistemas, a interferência do modelo tecnoprodutivo da Revolução Verde e as inovações propostas pelos sujeitos políticos é decisivo, mas não suficiente.

Foi necessária a articulação dessa primeira dimensão com pelo menos duas outras. Uma delas diz respeito às formas organizativas das famílias, tendo por referência a cooperação dos produtores de forma associada em seus diferentes níveis (desde os mutirões e trocas de serviços até a cooperação no manejo dos meios de produção, áreas produtivas coletivas e formas associadas de comercialização). A materialidade de tais relações é determinante da consciência coletiva sobre o território e seu uso, mesmo que sob diferentes bases técnicas e produtivas.

A dimensão simbólica expressa como cultura é igualmente determinante na análise e na intervenção dessas realidades. Como nos aponta Molina (2009), ao tratar da Educação do Campo, "sua base de sustentação

é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é espaço de vida, de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que nele vivem” (p. 18). As contradições (internas e externas) do movimento da realidade engendram a cultura de cada território, ao mesmo tempo que a compreensão dessas contradições é base para a utilização dos meios de produção simbólicos como ação contra-hegemônica de reconstrução de uma cultura a partir da classe.

É por isso que um dos objetivos centrais do curso foi qualificar profissionais que atuam nas áreas de assistência técnica de cooperativas de produção de assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, educadores das escolas do campo e líderes comunitários que atuam nos processos de organização social das comunidades camponesas existentes em territórios do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse complexo territorial é claramente demarcado pelo avanço do projeto do agronegócio, um modelo agrícola incompatível com a existência do campesinato. Portanto, uma das estratégias do curso foi, por meio da produção do conhecimento, da pesquisa e de práticas pedagógicas, fortalecer a organização social nos territórios de alcance dos educandos.

Destacamos que o curso, como parte do modelo pedagógico e formativo, foi estruturado a partir de três eixos de formação: um de “Formação, Pesquisa e Cooperação” (270 horas), tronco comum para toda a turma, e dois outros configurados como habilitações (“Agroecologia e Organização de Assentamentos”, 240 horas, e “Cultura, Arte e Comunicação”, 240 horas), com os componentes curriculares ministrados em paralelo. Portanto, a composição curricular do curso se estruturou tomando como base esses três eixos, que necessariamente dialogam entre si nos territórios e no espaço universitário, sendo uma das preocupações centrais do curso a promoção da tomada de consciência da importância dos elos entre essas dimensões para construir matrizes produtivas da vida no campo em perspectiva emancipatória. Nesse sentido, o curso contemplou espaços de aprofundamento para cada eixo de habilitação, mas também incentivou a criação de momentos específicos que procuraram o diálogo entre os três eixos que compunham a proposta.

A aposta na formação política

No que diz respeito ao primeiro eixo, de “Formação, Pesquisa e Cooperação”, partiu-se do entendimento de que a educação política é fundamental para a formação de novos sujeitos sociais. Foi uma estratégia que se vinculou à perspectiva geral do curso, visando mobilizar a reflexão crítica para a formulação de ações que articulassem processos formativos e organizativos na esfera da produção agrícola, com vistas à soberania alimentar por meio da matriz agroecológica, à organização cooperativa do trabalho no campo e à esfera da cultura, arte e comunicação, visando à formação cognitiva no âmbito da produção simbólica. Ao articular a formação política com a pesquisa e a cooperação, o curso propiciou, por intermédio desse eixo, sustentar que a busca do conhecimento decorrente dos momentos de formação teórico-política não está dissociada do trabalho continuado com as comunidades e com os movimentos sociais.

Assim, por meio do eixo comum, procurou-se subsidiar os outros dois de habilitação, para que pudessem “ferrar seu chão” de ações teórico-práticas para compreender e analisar como funciona a sociedade e, portanto, seus determinantes políticos, culturais, territoriais, históricos e humanos.

A ênfase na agroecologia

O segundo eixo, “Agroecologia e Organização de Assentamentos”, esteve focado em três linhas congruentes de ação: 1) análise da realidade produtiva e tecnológica existente nos territórios camponeses; 2) manejo dos agroecossistemas e 3) sistemas de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização. Partindo das condições objetivas (e das subjetivas abordadas no primeiro e no terceiro eixo), as educandas e os educandos deveriam ser agentes promotores do desenvolvimento produtivo dos territórios.

A compreensão da agricultura como um complexo de agroecossistemas a partir de uma perspectiva racional depende da análise de múltiplos determinantes históricos humanos e naturais que interagem de forma dialética na con-

formação de sistemas agrários específicos organizados pelo campesinato com a mediação do trabalho. O trabalho do agroecologista não pode começar de um plano ideal, de uma proposta construída em gabinetes acadêmicos ou de assistência técnica, mas sim a partir das necessidades concretas da produção camponesa. Esse referencial metodológico fez-se presente em todas as disciplinas do eixo, tendo claro que é a partir de uma metodologia dialógica e de um ferramental técnico consistente que as educandas e os educandos podem construir intervenções na realidade de forma participativa, com perspectiva de organização dos assentamentos e de transição agroecológica.

A mudança da matriz tecnológica utilizada pelo campesinato tendo como perspectiva a agroecologia demanda um intenso processo de articulação entre saberes tradicionais e desenvolvimento científico moderno. Em um curso de especialização que buscou o exercício da compreensão da totalidade não cabe o aprofundamento em uma ou em outra linha tecnológica específica. Entendemos que, diferentemente disso, as educandas e os educandos deveriam apreender as bases da agroecologia, com elementos sobre manejo de solos, o desenvolvimento das plantas e o manejo animal para, a partir das demandas concretas da realidade onde estão inseridos, poderem desenvolver formas complexas de organização dos agroecossistemas.

A construção da agroecologia nesses territórios não depende, todavia, apenas de questões tecnológicas. A reprodução social do campesinato é estritamente relacionada à manutenção de um metabolismo ecológico do território, mas também de um metabolismo social, que na sociedade capitalista é mediado pelo dinheiro e pela troca de mercadorias. Assim, o curso aborda elementos de agregação de valor dos produtos a serem comercializados, possibilitando maior tempo de estocagem, maior distância atendida e maior rentabilidade da produção. Questões como o sistema de vigilância sanitária, sistemas horizontais de certificação agroecológica, agroindustrial e comercialização de produtos agroecológicos em mercados convencionais ou institucionais são componentes curriculares que visam qualificar os educandos em processos elaborados de beneficiamento e comercialização.

A resistência cultural nos territórios

Por último, o eixo “Cultura, Arte e Comunicação” teve como objetivo aprofundar de forma teórico-prática os meios de produção cultural como forma de representação da realidade a partir das linguagens do teatro, da literatura e do audiovisual na interface com a Educação do Campo, a fim de subsidiar o entendimento dos impactos causados pelo Agronegócio e pela Indústria Cultural no tocante à organização do trabalho camponês e do tempo livre para o lazer e a cultura.

O objetivo foi municiar os residentes para a sistematização e elaboração de conhecimentos no âmbito da cultura, da arte e da comunicação demandados pelas classes populares, pelos movimentos sociais do campo e quilombolas. Além disso, pretendeu-se apoiar o fomento, o desenvolvimento e a consolidação das diversas manifestações culturais mediante coletivos de cultura nos diferentes territórios para produção e difusão dos bens culturais e sistematização das culturas populares presentes no território.

Para além da análise e intervenção nos territórios, essa articulação entre as diferentes dimensões da vida no campo buscou, a partir das ações no Tempo Comunidade, como mais adiante será detalhado, trabalhar a superação da ruptura campo-cidade. Forjada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, essa separação antimetabólica entre o rural e o urbano impõe retrocessos políticos na articulação entre campesinato e classe trabalhadora urbana, mas também é *locus* favorável para o avanço da hegemonia capitalista como, por exemplo, toda a retórica simbólica construída pelo agronegócio como provedor de alimentos para a população de maneira geral.

Ao articular a produção de alimentos a partir de bases materiais e simbólicas antissistêmicas, os sujeitos dos territórios camponeses dão passos decisivos na retomada de sua autonomia relativa e na consolidação de sua reprodução social. Porém, falta a conexão dessa produção com a cidade, transformando o alimento em elo portador de novos pressupostos civilizatórios. Não é mais a mensagem de um campo atrasado e arcaico, mas sim de um território de produção de vida em plenitude, mensagem que necessita tanto de canais objetivos

de chegada à cidade (via alimentação escolar, feiras e outros circuitos curtos de comercialização) quanto subjetivos (intervenções teatrais, radiofônicas e audiovisuais concomitantes com a entrega dos alimentos, por exemplo).

Aqui parece-nos residir todo o potencial da luta por soberania alimentar, não como desenvolvimento autárquico do campesinato, mas como reconexão do poder de decisão das classes subalternas no campo e na cidade. Essa experimentação de um sistema de vida *por vir* é central para a construção de um projeto popular contra-hegemônico autêntico que supere os fisiologismos e concessões que historicamente comprometeram o papel histórico-político tanto dos segmentos urbanos quanto dos camponeses.

Além disso, nas avaliações posteriores ao curso, como parte do balanço dos aprendizados, é importante destacar que esse sistema/projeto proporcionou um ambiente educativo fundamentado nos valores e compromissos com a construção do poder popular, da consciência de classe, da participação efetiva, da solidariedade, da cooperação, da valorização da diversidade, da igualdade de gênero e etnia, do respeito mútuo, do aprendizado individual e coletivo. Tal ambiente por si só justifica a necessidade de se continuar a fortalecer processos formativos que recriem esses valores, dificilmente encontrados nos ambientes em que a produção da vida e da existência estejam dissociados da produção do conhecimento.

Alternância e organicidade nos territórios: duas chaves do processo pedagógico

Uma das principais características dos programas de formação impulsionados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) é a adoção da metodologia do sistema da alternância³ como forma de organização dos cursos em etapas que alternam e articulam de forma dialógica dois tempos/espacos educativos. Há o Tempo Universidade (TU), aquele no qual @s educand@s se concentram e permanecem durante um tempo determinado (varia em função dos cursos, mas normalmente não inferior a uma semana) na estrutura da escola ou da universidade para estudar em tempo integral, e o Tempo Comunidade (TC), em que @s estudantes cumprem parte da carga horária das disciplinas das etapas, desenvolvendo os trabalhos teóricos e práticos em sua comunidade de origem ou território de inserção.

Dessa forma, a alternância possibilita construir os cursos a partir das demandas dos coletivos, comunidades e organizações sociais presentes no território e aos quais as educandas e os educandos estão vinculados previamente ou não. De outro lado, a alternância possibilita também o trabalho conjunto entre a universidade e diferentes realidades territoriais (por vezes, distantes espacialmente), instituições e organizações sociais, sem desenraizar os residentes do trabalho ou processo organizativo do qual fazem parte, pelo contrário, instigando e qualificando a atuação em seus territórios. Tal como assinala Molina (2009), diferentemente da ideia de um curso de espe-

³A adoção do sistema de alternância responde a um processo de acúmulo e experimentação coletivos, inspirado em experiências educativas que adotaram a alternância de tempos e espaços educativos como articulação entre escolarização e trabalho. Tal como assinala Ribeiro (2008) para uma aproximação historiográfica, há “a síntese histórica de experiências – tanto francesas quanto italianas e africanas feita por Chartier (1986), Silva (2003), Nosella (1977), e os estudos sobre as experiências brasileiras de CFRs [Casas Famílias Rurais] e EFAs [Escolas Família Agrícola], feitos por Nosella (1977), Pessotti (1978), Begnami (2003), Silva (2003) e Estevam (2003)” (p. 32). Faz-se necessário, como aponta a autora, diferenciar essas experiências da apropriação e elaboração dessa pedagogia por diferentes organizações do campo no Brasil, com destaque para a concepção e prática da alternância desenvolvida pelo MST, mais concretamente nos acúmulos e reflexões desenvolvidos a respeito do sistema de alternância a partir das experiências do do Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e da ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes).

cialização comum, o próprio nome do Programa Residência Agrária enfatiza a perspectiva de inserção e permanência dos estudantes universitários por longos períodos nos assentamentos e áreas de Reforma Agrária. Para Micheliotti (2012), daí decorre a opção pela formação em alternância de tempos e espaços no Programa Residência Agrária:

Na alternância de tempos e espaços, busca-se tomar a realidade do campo como ponto de partida, identificando-a com base em diagnósticos e diálogos, dos quais emergem as questões fundamentais para o estudo aprofundado ao longo do curso e para o confronto com a abstração teórica e com a experimentação. Isso gera conhecimentos novos que, por serem fragmentados e específicos, só podem fazer sentido se, num movimento de síntese, forem permanentemente confrontados com a realidade do campo e de seus sujeitos – que são, portanto, não apenas ponto de partida, mas também ponto de chegada desse movimento dialético da construção do conhecimento (p. 684-685).

Assim, no curso “Matrizes Produtivas da Vida no Campo” o princípio da alternância é entendido como chave para o exercício da práxis para os residentes, mas também para o próprio movimento do curso. Os territórios têm papel central no desenvolvimento do curso, por isso o foco central do curso analisado foram as ações desenvolvidas nas etapas de Tempo Comunidade (TC), entendendo que as etapas de Tempo Universidade (TU) são um elemento mediador entre as etapas de TC. Dessa forma, os TUs são espaços destinados à avaliação, planejamento e formação dos residentes, e os TCs são espaços para que os estudantes aprofundem o conhecimento da realidade em que vão atuar, para identificar e analisar problemas e planejar propostas de intervenção, a fim de solucionar ou aprimorar as situações presentes nos territórios.

Desde nosso entendimento, essa compreensão evidencia que a alternância não está dada, ela se produz no próprio movimento do curso e da realidade concreta na qual atuam as educandas e os educandos, dando-se um processo complexo e único em que a relação dos diversos elementos colocados em movimento e suas contradições intervêm na formação dos sujeitos envolvidos no processo.

No curso foram empreendidos diversos esforços, mesmo com limita-

ções, para efetivar de diferentes formas a articulação dialética entre os TUs e TCs, e para garantir o acompanhamento pedagógico dos processos nos territórios, tanto por parte da equipe de Coordenação Político-Pedagógica (CPP) como pela parte do corpo docente envolvido nos processos pedagógicos vinculados com a realidade social, ambiental e do trabalho dos residentes nos assentamentos e/ou comunidades.

É necessário destacar que a proposta pedagógica do Residência Agrária da UnB foi construída e desenvolvida em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Isso aportou um grande ganho pedagógico para o curso, incorporando como elementos centrais o trabalho como princípio pedagógico, o sistema da alternância (Tempo Comunidade e Tempo Universidade) e a organicidade (engenharia organizativa que articula instâncias, atribuições e fluxos de decisões, permitindo que os educandos sejam sujeitos da própria formação).

Nessa perspectiva, avaliamos ser importante destacar como desenvolvemos a alternância, ressaltando dois dos elementos que caracterizam o nosso curso e que, em nosso entendimento, são fundamentais para construir a articulação entre TU e TC: os Seminários Integradores e a adoção de uma organicidade específica para os TCs, que chamamos de Núcleos Territoriais (NTs), os quais resultaram em férteis processos de formação e intervenção na realidade.

O curso desenvolveu o sistema de alternância em cinco ciclos de Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), complementares entre si. Dessa forma, os espaços de formação do Tempo Universidade são organizados em cinco etapas com duração de 15 dias e um intervalo variável (entre 4 e 6 meses) entre elas, em que ocorre o Tempo Comunidade. O encerramento do curso ocorreu com a realização de uma sexta etapa de TU em junho de 2015, dedicada às bancas de apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Os TUs foram realizados em Brasília, na Faculdade UnB/Planaltina (FUP), e contemplaram a execução de todas as atividades pedagógicas atribuídas aos conhecimentos inerentes à matriz curricular, colocando em prática a transversalidade cultural, ambiental, econômica, social e educativa da Reforma

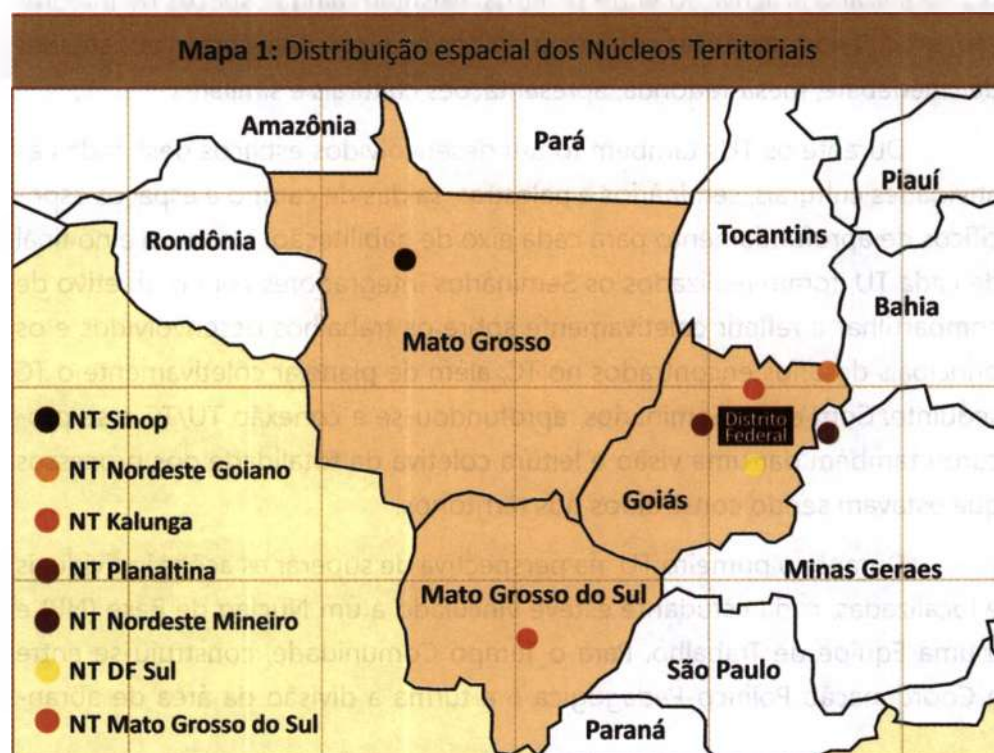
Agrária. Dessa forma, cada etapa de TU esteve estruturada em vários Tempos Educativos⁴ que visavam organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo dos estudantes em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido, tanto na dimensão acadêmica quanto na perspectiva de potencializar a auto-organização dos residentes. Os tempos educativos foram: Tempo Abertura e Mística (15 minutos), Tempo Estudo (destinado à leitura e estudo de textos), Tempo Aula (8 horas) e Tempo Trabalho (1 hora), destinado à realização de tarefas e serviços necessários à manutenção dos espaços coletivos e para o adequado funcionamento do curso. Com a intencionalidade de potencializar a articulação entre os eixos, existiram ainda espaços de integração, articulando temáticas comuns a ambos os eixos, compostos por sessões de cinedebate, mesa-redonda, apresentações culturais e similares.

Durante os TUs também foram desenvolvidos espaços destinados às atividades culturais, seminários e palestras, saídas de campo e espaços específicos de aprofundamento para cada eixo de habilitação. No início e no final de cada TU, foram realizados os Seminários Integradores com o objetivo de compartilhar e refletir coletivamente sobre os trabalhos desenvolvidos e os principais desafios encontrados no TC, além de planejar coletivamente o TC seguinte. Com esses Seminários, aprofundou-se a conexão TU/TC e se procurou também dar uma visão e leitura coletiva da totalidade dos processos que estavam sendo construídos nos territórios.

Durante o primeiro TU, na perspectiva de superar as ações individuais e localizadas, cada estudante esteve vinculado a um Núcleo de Base (NB) e a uma Equipe de Trabalho. Para o Tempo Comunidade, construiu-se entre a Coordenação Político-Pedagógica e a turma a divisão da área de abran-

⁴Os tempos educativos são uma construção histórica do MST, a partir de suas inúmeras experiências de formação e educação. Segundo Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) (2004), “os tempos educativos nascem para reforçar dois princípios importantes de nossa [MST] pedagogia: i) um é a necessidade de mudar a existência dos educandos (seu jeito de viver e de perceber o mundo) criando assim uma abertura para o questionamento e a busca de uma nova síntese (...); ii) o outro é de que a escola não é só lugar de estudo, e menos ainda aonde se vai apenas para ter aulas, por melhor que sejam. (...) [é também] um lugar de formação humana e, por isso, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas pedagogicamente” (p. 14). Esse acúmulo metodológico é um dos principais aportes da ENFF em sua parceria com o curso objeto deste trabalho.

gência do curso e a organização dos estudantes em coletivos de atuação para os quatro TCs, resultando em uma forma organizativa própria dos TCs, os Núcleos Territoriais (NTs). Ao todo, como representados no Mapa 1, foram constituídos 7 NTs, a saber: Núcleo Territorial Planaltina (DF: Planaltina, Sobradinho, São Sebastião; Goiás: Água Fria); Núcleo Territorial DF Sul (DF: Brazlândia, Taguatinga; Goiás: Padre Bernardo); Núcleo Territorial Nordeste Goiano (Goiás: Flores, Alvorada, Formosa); Núcleo Territorial DF/MG (Unai/MG); Núcleo Territorial Kalunga (Cavalcante/GO); Núcleo Territorial Mato Grosso (Sinop); Núcleo Territorial Mato Grosso do Sul (Ponta Porã).

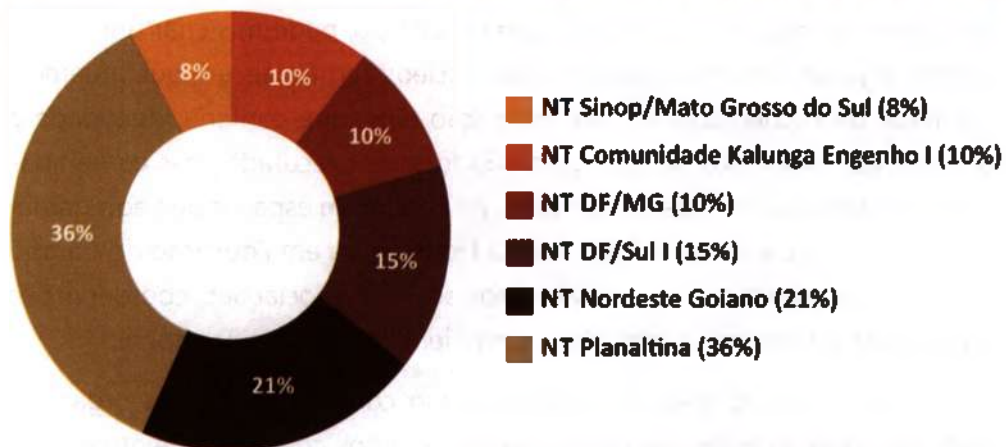


Fonte: Elaborado pela Coordenação Político-Pedagógica do curso.

Cada NT estava composto de um número diferente de estudantes. Conforme aponta o Gráfico 1, podemos comprovar que os NTs mais próximos à Faculdade UnB Planaltina, onde ocorrem os TUs, são os NTs que agregam maior número de estudantes: NT Planaltina (14 estudantes), seguido pelo NT Nordeste Goiano (9 estudantes), NT DF Sul (6 estudantes), NT

Kalunga (4 estudantes), NT DF/MG (3 estudantes), NT Sinop (2 estudantes) e NT Mato Grosso do Sul-Ponta Porã (1 estudante).

Gráfico 1 - Distribuição dos estudantes do Residência Agrária – FUP/UnB por Núcleo Territorial



Fonte: Elaborado pela Coordenação Político-Pedagógica do curso.

Desde o momento de formulação da proposta do curso, uma das principais preocupações da equipe de coordenação política e pedagógica diz respeito à inserção das atividades do curso nos territórios camponeses e nas organizações sociais a eles vinculadas. Havia também a preocupação com a durabilidade das ações, evitando as ações pontuais, sem perspectiva de acumulação e continuidade.

Tendo isso em vista, o primeiro trabalho dos NTs foi a construção, ao longo do primeiro TC, de um diagnóstico desses territórios, contendo várias informações necessárias para a compreensão aprofundada das realidades locais e regionais capazes de subsidiar a construção dos planejamentos de ações com os métodos e táticas de intervenção. A socialização do diagnóstico territorial dos NTs durante o Seminário integrador do TU II proporcionou informações consistentes que permitiram elaborar durante o TU II as pro-

postas de intervenção na realidade que seriam desenvolvidas ao longo do TC II. Nesse processo, ocorreu um salto de qualidade decisivo: a definição pela criação de Escolas Itinerantes de Formação (EIFs) em cada NT.

Ao colocarmos o planejamento em ação, contando com o acúmulo da ENFF, a pluralidade de formações no âmbito da graduação dos residentes e a experiência prévia da maior parte dos integrantes da turma em trabalhos de assistência técnica ou com a Educação do Campo, pudemos criar um instrumento organizativo articulado aos oito Núcleos Territoriais em que atuamos, chamado de Escola Itinerante de Formação (EIF), que conferiu identidade e unidade aos processos de formação não formais executados nas comunidades e movimentos do mesmo território. As EIFs foram espaços que agregaram os residentes agrários, os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UnB e as lideranças dos movimentos sociais, associações, coordenações das escolas do campo construídas no ambiente do Núcleo Territorial.

As EIFs se apresentaram no processo como instrumentos organizativos com grande potencial agregador dos sujeitos coletivos que atuam nos territórios e também como um instrumento organizativo capaz de colocar em diálogo os três eixos que conformaram a proposta. Para construir esse diálogo entre os eixos, os residentes planejaram e desenvolveram atividades vinculadas às EIFs: a) ações por meio de linguagens do teatro, da literatura e do cinema, com o intuito de aprofundar nas comunidades o entendimento dos impactos causados pelo agronegócio e pela indústria cultural no tocante à organização do trabalho camponês e do tempo livre para o lazer e a cultura; b) a implementação de diferentes Unidades Demonstrativas (UDs) de produção agroecológica, abordando soluções tecnológicas que respondam aos gargalos identificados nos diagnósticos anteriores, nos processos formativos com os diferentes sujeitos sociais como a juventude, as mulheres, na formação de lideranças comunitárias e da base social das organizações políticas.

O que procuramos desenvolver com a metodologia de formação que empreendemos no decorrer do curso com a turma Marias da Terra⁵ foi o

⁵Nome escolhido pelas próprias educandas e educandos, fruto de um forte processo de construção coletiva da importância do feminismo para a construção do poder popular.

fortalecimento da organização social nos territórios dos Núcleos Territoriais, visando ao prolongamento das ações de formação política, cultural e técnica para além do curso, por meio das EIFs. O objetivo que nos guiou foi o de construir um modelo de participação política e de produção de conhecimento que contribuísse para o fortalecimento da organização social camponesa, visando à ampliação da participação do protagonismo desse segmento na vida política local, regional e nacional como meio de construção de formas democráticas participativas a partir da construção do efetivo poder popular.

Considerações finais

A iniciativa de criação das EIFs nos fez perceber que deveríamos progressivamente mover a centralidade do curso para fora da universidade, fazendo com que as etapas de TU não fossem mais o ponto de convergência central das ações no território. Esse movimento pedagógico e metodológico do curso motivou vários desdobramentos que não estavam previstos no projeto inicial e que puderam conferir identidade própria e uma repercussão do curso para fora da UnB. Esses desdobramentos, mesmo sendo iniciados desde as primeiras etapas do curso, foram ganhando força ao longo do curso.

Temos plena consciência de que a autonomia no processo de formação depende sobremaneira da força combativa das organizações sociais existentes nos territórios e da capacidade de convergência de seus planejamentos estratégicos. Contudo, a experiência de construção das EIFs mostra que há formas possíveis de impulsionar e fortalecer a organização política dos territórios mesmo quando não existe a presença mais forte dos movimentos sociais para organizar as comunidades. Avaliamos que o maior legado das EIFs é esse, junto com a cultura política que o curso possa ter instituído como princípio, ao priorizar o protagonismo coletivo voltado para as demandas dos territórios e comunidades.

Temos elementos para considerar que o caminho apontado pelo curso pode pavimentar uma trilha produtiva para a relação entre universidades

e movimentos sociais que atuam no campo e em comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. O primeiro indício é que um dos dois cursos de Residência Jovem que a UnB passou a executar desde 2015 assumiu toda a metodologia desenvolvida por nosso curso de especialização. O projeto Residência Agrária Jovem, formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-culturais e da comunicação no campo, coordenado pela professora Eliene Novaes Rocha, foi estruturado, desde a fase do desenho do projeto, conjuntamente com os movimentos sociais do campo que atuam na região, criando um fórum original e produtivo de avaliação e planejamento estratégico. Trata-se de um conjunto desses movimentos em que a universidade assume o papel não apenas de executora de projetos de um ou outro movimento, mas de mediadora do diálogo convergente das demandas de diversas organizações, fortalecendo com isso a perspectiva de poder popular nos territórios, na medida em que fornece condições objetivas para realização de atividades de formação, pesquisa e intervenção, deslocando o centro do processo para os territórios dos movimentos sociais.

Cabe destacar que não é pequeno esse avanço na qualidade política da relação entre universidade e movimentos sociais, se pensarmos que até há pouco tempo o que ocorria era a decisão de concorrer aos projetos por parte de um pequeno núcleo de professores nas universidades, que procuravam os movimentos apenas para apresentar os objetivos e metodologia de projetos já redigidos, com interesse em conseguir as cartas de manifestação de interesse dos movimentos pelos projetos, uma vez que esse é um dos critérios de avaliação do manual de operações do Pronera.

A consolidação de um processo de transformação da cultura política da relação entre movimentos sociais e universidades depende não apenas dos acertos conjunturais, mas sobretudo da garantia de continuidade do processo por meio do financiamento de novas experiências, subsidiando o desenvolvimento de novas metodologias e de novas concepções sobre a relação entre universidade e movimentos sociais.

Referências

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do Campo. In: _____. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012.

FONTES, V. Democracia. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular / Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA - ITERRA. Método Pedagógico. **Cadernos do Iterra**, ano IV, n. 09 jul. 2004.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. Residência Agrária: concepções e estratégias. In: _____. et al. (Orgs.). **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009, p. 17-28.

OLIVEIRA, A. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo: v.34, n.1, p. 27-45, jan/abr. 2008.

Quadro 1: RELAÇÃO DE PESQUISAS MONOGRÁFICAS DEFENDIDAS NO CURSO

Nome do/a Educando/a Orientador (a)	Título do Projeto
Rosmeri Witcel Prof. Luís Antonio Pasquetti	A formação política como uma necessidade orgânica: experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
Nuria Renata Alves do Nascimento Prof. Luís Antonio Pasquetti	As relações de cooperação e conflitos na organização social Kalunga
Fabio Ramos Nunes Prof. Manoel de Andrade	A Política Pública de ATER no DF e Entorno: uma análise sobre a experiência de atuação da COOPERAR, apontando as dificuldades e potencialidades
Francis Barbosa Rocha Prof. Manoel de Andrade	Potencialidades e limites das feira-livres para a comercialização de produtos da Reforma Agrária em Unai-MG
Ivaldete de Souza Correa Prof.ª Tânia Cruz	O papel da mulher nas lutas sociais do campo e na constituição das famílias na comunidade Itaúna
Suelen Gonçalves dos Anjos Prof. Marco Antonio Baratto	Educação popular uma pedagogia para o trabalho de base: experiências possíveis nos assentamentos de Unai-MG
Adriana Fernandes Souza Prof. Marco Antonio Baratto	Mulheres da Reforma Agrária do assentamento Pequeno Willian: vida com qualidade e dignidade, utilizando práticas agroecológicas
Wesley Júnior de Andrade Prof. Marco Antonio Baratto	Estudo de caso das ações desenvolvidas pela EIF – Zé Porfírio no município de Flores de Goiás- GO
Lucas Lemos da Silva Prof. Rafael Villas Bôas	A cultura política lulista
Keyla Morales de Lima Prof. Rafael Villas Bôas	Cultura e subjetividade na organização política das mulheres da comunidade Wesley Manoel dos Santos
Rosileide Rocha de Souza Costa Prof.ª Rosineide Magalhães	Hegemonia e contra hegemonia: agricultura familiar
Priscila Gomes Pereira Prof.ª Rosineide Magalhães	Cultura/Indústria Cultural. A importância de se trabalhar a pluralidade cultural no cotidiano escolar tendo como referência a cultura local

Tauanna Faleiro Barros Prof. Flavio Costa	Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Desafios para implementação da PNATER no DF
Erica Campos Ribeiro Prof. Marcelo Gastal	Caracterização do funcionamento dos sistemas de produção em 10 assentamentos de Reforma Agrária de Unaí (MG)
Gideão Gomes Pereira Prof. Felipe Canova	Articulação entre agronegócio e indústria cultural: análise fílmica de peças publicitárias
Pedro Felipe de Sousa Magalhães Prof.ª Eliete Wolff	Olhar subjetivo - retrato camponês
Rosana Maria Breiei Neddeck Prof. João Batista Queiroz	A formação dos educadores - um elemento articulador das práticas escolares e a vida campesina no C.M.I.E.C. Valmor Copati
Aldenora Pimentel Batista da Silva Prof.ª Mônica Celeida	Os desafios e possibilidades para se abordar a temática indígena em sala de aula
Luzilene Barbosa de Jesus Prof.ª Joelma Rodrigues	Cultura e memória no cultivo de plantas medicinais na comunidade Itaúna
Gleciene C. dos Santos Machado Prof. Rafael Villas Bôas	Agronegócio como redefinição da hegemonia no tempo e no espaço
Raquel de Paula Sant'ana Prof.ª Joelma Rodrigues	A questão quilombola à luz do direito e da cultura: a implementação ou ausência de políticas públicas dentro da comunidade do Engenho II
Catiucia Rodrigues Neres Prof. Vicente Borges	Coturnicultura orgânica como alternativa de renda e contribuição para permanência no campo dos acampados e assentados da Reforma Agrária do DF
Charlotte Emanuele da Silva Sousa Prof. Vicente Borges	A formação da consciência política a partir do trabalho teatral com jovens Kalunga
Fabiane Prado Silveira Prof. Vicente Borges	Jardim de Cheiro - autonomia e valorização dos usos etnobotânicos, estudo de caso da resistência no acampamento do MST, Dom Tomás Balduino, em Goiás
Soraya Vitor de Andrade Prof.ª Eliete Wolff	Escola do campo, juventude e educação popular: o núcleo territorial do DF Sul, Ibiporã, em perspectiva

Bárbara Loureiro Borges Prof. Luiz Zarref	As feiras livres e a construção da soberania alimentar em cidades satélites do DF
Cleonice Cesário dos Santos Prof Vânia Pimentel	Estratégia de mobilização das mulheres do Assentamento Itaúna a partir do tratamento com plantas medicinais
Edineide Soares da Rocha Prof.ª Janaina Diniz	Sustentabilidade dos agricultores acampados e assentados da Reforma Agrária na região do cerrado de Planaltina – DF
Juliana Cristina de Sousa Prof. Vicente Borges	Gestão de agroindústria familiar e economia solidária: um estudo de caso no Assentamento Márcia Cordeiro Leite Planaltina – DF
André Aparecido Bispo Prof. Bernard Hess	Particularidade e tipicidade em São Bernardo: um estudo sobre romance São Bernardo, Graciliano Ramos
Francisco Delano Melo Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura	Reposicionamento estratégico da agricultura camponesa e soberania alimentar: conectando produção agroecológica e abastecimento popular via protagonismo do trabalho no campo
Tatiana Mara de Castro Agostinho Prof. Marco Antonio Baratto	Organicidade e cooperação: a base para o desenvolvimento da matriz agroecológica no Assentamento Bom Sucesso em Flores de Goiás
Ivandice de Sousa Correa Profa. Tânia Cruz	Questão de gênero e patriarcalismo
Moacir Amorim da Silva Prof. João Batista Queiroz	Educação do Campo e desenvolvimento rural sustentável em Goiás: relação entre Estado, movimentos sociais e universidades na construção e implementação de políticas públicas para a Educação do Campo e agricultura familiar

Condições ambientais de trabalho e a saúde dos trabalhadores

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as condições ambientais de trabalho e sua influência na saúde dos trabalhadores. Para isso, foram coletados dados de uma pesquisa realizada em uma indústria de grande porte.

Os dados foram analisados sob a perspectiva da saúde ocupacional, considerando os aspectos físicos, químicos e biológicos do ambiente de trabalho.

Os resultados indicam que há uma correlação direta entre as condições ambientais e a ocorrência de doenças ocupacionais. Portanto, é essencial a implementação de medidas preventivas para garantir a saúde dos trabalhadores.

Conclui-se que a melhoria das condições ambientais de trabalho é fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar dos colaboradores.

Assim, recomenda-se que as empresas adotem práticas sustentáveis e responsáveis para criar ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Em suma, a saúde dos trabalhadores deve ser uma prioridade para qualquer organização que se preocupe com o futuro e a produtividade de sua equipe.

Portanto, é necessário que haja uma conscientização por parte de todos os envolvidos para que se possa alcançar um ambiente de trabalho verdadeiramente saudável e produtivo.

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo¹

Andrea Machado Camurça²

Lígia Alves Viana³

As ações de pesquisa, ensino e extensão realizadas no âmbito do Programa Residência Agrária (PRA), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias e situado na Universidade Federal do Ceará (UFC), têm início no ano de 2004 com a intenção de ampliar a formação de estudantes de graduação dos cursos das ciências agrárias e assumir o desafio de fortalecer o campo de produção e de compartilhamento de conhecimentos nessa área.

Ao longo da história acadêmica brasileira, as ciências agrárias têm-se voltado hegemonicamente para fortalecer a agricultura de base monocultural, explorada em latifúndios, dirigida para a exportação e para atender aos interesses do mercado capitalista. O PRA surge para apresentar, dialogar e fortalecer outro campo de conhecimento e de atuação da agricultura. Trata-se da agricultura familiar e camponesa que produz prioritariamente para a reprodução familiar, cultivada em pequenas áreas de terra e realiza-se a partir da força de trabalho familiar, e seu excedente atende ao mercado interno do país⁴.

¹Doutora em Sociologia/UFC, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) do Programa Residência Agrária (UFC). E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.

²Graduada em Economia Doméstica/UFC, mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC), integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) do Programa Residência Agrária - UFC. E-mail: andreamcufc@gmail.com.

³Graduada em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC), integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) do Programa Residência Agrária (UFC). E-mail: ligiaviana@gmail.com.

⁴O Censo Agropecuário de 2006 aponta que a produção proveniente da agricultura familiar é responsável por 70% do consumo brasileiro de gêneros alimentícios.

Os desafios apontados pela agricultura familiar e camponesa são provocações que o PRA incorporou desde seu surgimento na UFC, no sentido da ampliação de seu campo de diálogo com os movimentos sociais e ONGs. Ao longo dos anos e nessa direção surgem novas proposições a serem integradas na *práxis* do Programa. São elas: desenvolver o diálogo com as populações de comunidades e assentamentos rurais que vivem do trabalho da agricultura, da pesca artesanal, do artesanato, que produzem para a sua reprodução e possuem certa autonomia para desenvolver um sistema agroalimentar com capacidade de criar resiliência com a natureza; incorporar na formação acadêmica (graduação e pós-graduação) temas como Reforma Agrária, agroecologia, segurança e soberania alimentar, Educação do Campo, feminismo, território, conflitos e justiça ambiental; ampliar as relações e parcerias com movimentos sociais, ONGs, redes sociais e órgãos governamentais; fortalecer práticas teórico-metodológicas para garantir a construção e o compartilhamento de saberes entre camponeses/as, acadêmicos/as e técnicos/as. Para materializar essas proposições buscou-se acessar editais e financiamentos de órgãos de fomento à inovação tecnológica, pesquisa e extensão.

Desde 2004 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵ vem aportando recursos para a formação e implementação de ações que revelem e fortaleçam os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), para metodologias participativas na construção de conhecimento e para a disponibilidade de tecnologia social em dimensões como gênero, sexualidades, geração, etnia e raça (DENISE, 2015, p. 27). De modo a fortalecer essas ações, o MDA realizou parcerias com outros ministérios, como o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As dimensões de gênero, sexualidades, raça, etnia e geração são incorporadas a partir das reivindicações dos movimentos sociais rurais que, desde o final da década de 1970 e principalmente nas décadas de 1980 e 1990, lutaram por políticas públicas de educação com base em métodos e metodologias em educação popular, Educação do Campo, de caráter participativo e formador de autonomia e emancipação humana.

⁵O MDA foi extinto em 2016 como ação de execução de um projeto de governo aliado à dinâmica das transformações políticas na América Latina, caracterizada pela conjuntura de processos de destituição dos governos progressistas, de retomada da agenda neoliberal e avanço da perspectiva conservadora e de revogação de direitos.

No caso do Programa Residência Agrária, vinculado à Universidade Federal do Ceará, havia desde sua origem um diálogo com o MDA para fortalecer ações de formação estudantil e produção de conhecimento voltado para fortalecer a agricultura de base familiar e camponesa. Na sua trajetória de atuação, o PRA realizou Estágios de Vivência; Cursos de Especialização; criação do PET - Agrárias; Observatório da Educação do Campo; Curso de Formação em Agroecologia para Juventudes Rurais; criação do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) e participação na criação da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda).

Este artigo tem como desafio trazer reflexões sobre a experiência do Projeto Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) que, ao longo de três anos (2014-2016), desenvolveu ações de pesquisa, ensino e extensão. Tais ações produziram transformações significativas no âmbito da formação e produção de conhecimento por meio do compartilhamento de saberes que revelam elementos fundamentais no processo de construção epistemológica numa perspectiva contra-hegemônica. O Núcleo mantém suas ações para se consolidar como núcleo de pesquisa, ensino e extensão vinculado ao PRA/UFC.

A Educação do Campo como direito: fomentando uma cultura de resistência

Nas décadas de 1950 e de 1960 intensifica-se a organização dos movimentos camponeses aliados à atuação da Igreja Progressista e sindicatos no Nordeste e em outras regiões do país, no sentido de garantir a instituição de direitos voltados para a conquista de condições dignas de trabalho e por Reforma Agrária⁶. Em 1980 novos movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), emergem com a bandeira da Reforma Agrária e da educação diferenciada do campo.

⁶Tem-se uma vasta produção acadêmica sobre a questão agrária, Reforma Agrária e história social do campesinato brasileiro, desenvolvida a partir da década de 1950 até os dias atuais. Para aprofundar, ver, por exemplo, publicações do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead).

O MST inicia, no interior dos acampamentos e dos assentamentos conquistados, a luta por uma educação em novas bases. No conjunto de suas reivindicações por terra, produção e comercialização, agrega o direito à educação básica, que depois se estende à educação profissional e universitária para o conjunto da população "sem terra". Exercita as primeiras experimentações de uma Educação do Campo, reunindo componentes políticos e trazendo a relação direta entre educação e direito, educação e cidadania, educação e modos de vida e cultura, entre educação e trabalho.

Em julho de 1997, o MST alia-se a outras organizações para a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) e em 1998, para a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Essas iniciativas dão origem ao Movimento pela Educação do Campo, que forja a criação institucional pelo governo federal, ainda em 1998, do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), objetivando a execução de políticas públicas em Educação do Campo.

O Movimento pela Educação do Campo se constitui um processo de ruptura e questionamento do modelo hegemônico que fundamenta as bases da educação rural. A perspectiva hegemônica aponta para uma construção da educação rural como estratégia de garantia dos interesses e demandas da lógica do capitalismo agrário. A Educação do Campo aponta em outra direção, volta-se para a construção de princípios da formação educacional como instrumento para emancipação do trabalho e da vida dos camponeses.

No âmbito da discussão sobre a trajetória, as concepções e os fundamentos da Educação do Campo, vários autores analisaram e elaboraram reflexões sobre essa temática, dentre os quais podemos destacar Caldart (2002), Arroyo (2004) e Molina (2006).

Na concepção da Educação do Campo, o método e a metodologia devem conter os princípios da educação participativa formadores da autonomia e emancipação camponesa. Nesse sentido, devem ser trazidos para o debate os seguintes elementos: as dimensões de relações pessoais, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de sexualidades; o fortalecimento cultural

e dos princípios da agroecologia, da soberania e segurança alimentar; da política como direito e para a transformação das bases de produção do conhecimento na perspectiva da contra-hegemonia.

Fortalecendo diálogos de saberes acadêmico e popular na construção da agroecologia

As experiências do Programa Residência Agrária, como apontam Sá e Molina (2014, p. 111-112), baseiam-se no vínculo histórico com as lutas dos movimentos do campo; no reconhecimento da agricultura familiar e camponesa como base para o desenvolvimento local; no diálogo entre diferentes sujeitos e áreas de conhecimento; nas práticas pedagógicas e metodológicas visando à superação da visão tecnicista nas ciências agrárias; na Alternância como método e princípio pedagógico; na concepção político-pedagógica situada no movimento dialético, histórico e na educação popular.

Do período de 2004 a 2010 as ações do PRA/UFC voltaram-se para a formação superior de estudantes de graduação nas ciências agrárias, por meio do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) e de cursos de especialização, para promover um diálogo entre recém-formados nas ciências agrárias e técnicos/as da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) à Reforma Agrária⁷.

⁷Ver **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pa-geflip-4204236-487363-lt_Educacao_do_campo_e_for-2702367.pdf>.

Buscando fortalecer a Educação Superior do Campo, o Observatório da Educação do Campo⁸ apoiou o desenvolvimento de pesquisas⁹ e ações do PRA para o fomento da interdisciplinaridade entre graduação e pós-graduação *stricto sensu*. O processo interdisciplinar incidiu na composição do coletivo, que passou a reunir além dos estudantes da graduação, técnicos/as e sujeitos do território (com ênfase para juventudes) e estudantes de pós-graduação. Com a realização das ações formativas, de estudos, monografias e dissertações, ampliaram-se os diálogos, as reflexões e a produção de conhecimentos sobre os temas da Educação do Campo, agroecologia, feminismo, relações de gênero, políticas públicas e metodologias participativas. Esse processo incidiu em sua trajetória no estímulo ao debate e produção de reflexões no campo teórico-metodológico e prático da educação em agroecologia.

Num contexto de ampliação e fortalecimento de novas áreas de pesquisa, foi criado em 2013 o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA). O Núcleo integra o Programa Residência Agrária (PRA) no Centro de Ciências Agrárias (CCA) e surge a partir do diálogo com os movimentos sociais, as organizações não governamentais e em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), mediante o Edital 81/2013 MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq.

⁸O Observatório da Educação do Campo foi um projeto executado no âmbito do PRA/UFC e financiado pela CAPES/MEC.

⁹Das dissertações produzidas, citam-se:

- ABRANTES, Karla Karolline de J. **Agroecologia e gênero: experiências em quintais produtivos nas comunidades Sítio Coqueiro e Barra do Córrego – no Assentamento Maceió, Itapipoca/CE.** Relatório de Conclusão de Curso. Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Doméstica, UFC, Fortaleza, 2012;

- SOUSA, Natália R. **Educação do Campo, currículo e o fortalecimento das atividades produtivas locais: o caso da Escola Maria Nazaré de Sousa (Nazaré Flor) do Assentamento Maceió, Itapipoca/CE.** Monografia (Graduação em Ciências Agrárias), Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Agronomia, UFC, Fortaleza, 2013;

- CAMURÇA, Andréa M. **Mulheres e agroecologia: possibilidades para a sustentabilidade local da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca/CE.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFC, Fortaleza, 2013;

- CAJADO, Diana M. **Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade familiar de produção.** Estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). UFC, Fortaleza, 2013.

O NEEPA tem-se afirmado no CCA como espaço de práticas e reflexões sobre os modelos de desenvolvimento agrícola e agrário em disputa no Brasil, optando por fortalecer o projeto de desenvolvimento voltado para a emancipação dos povos do campo historicamente excluídos do trabalho e da terra livre, e para a construção de um novo paradigma de agricultura em bases agroecológicas. Além disso, o Núcleo tem criado espaço de diálogo de saberes e conhecimentos comprometido com uma formação crítica de estudantes da graduação e pós-graduação que integram o PRA, de técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e das juventudes do campo em novas bases: humanística, política e social, em comprometimento com a transformação da realidade dos povos do campo; formação questionadora da visão reducionista e tecnicista construída tradicionalmente nas universidades; formação crítica, comprometida e estimulada para o exercício de um pensar teórico no cotidiano dos povos camponeses e tendo estes como constituintes de saberes e conhecimentos e protagonistas do saber-fazer local; formação continuada e permanente a ser realizada nos diferentes espaços de diálogo entre estudantes, técnicos/as, pesquisadores/as e povos do campo.

As ações do projeto têm como território o Assentamento Maceió, situado na Zona Costeira do Ceará, a 60 km de Itapipoca e a 180 km de Fortaleza. Possui aproximadamente 1.000 famílias distribuídas entre 12 comunidades (Maceió, Jacaré, Mateus, Apiques, Bom Jesus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Córrego Novo, Coqueiro, Lagoa Grande, Humaitá e Bode), constituindo uma área total de 5.844,72 hectares.

As ações do Projeto NEEPA/PRA ocorrem a partir da indissociabilidade de pesquisa, ensino e extensão. Dessa forma, são desenvolvidas pesquisas e metodologias participativas e contextualizadas na perspectiva da Educação do Campo, do diálogo de saberes (acadêmico e popular), da articulação entre os diferentes sujeitos sociais (povos do campo, organizações e movimentos sociais, técnicos/as, pesquisadores/as, docentes e discentes) e do aprofundamento das reflexões no âmbito da ciência contra-hegemônica.

O desenvolvimento de pesquisas engajadas (pesquisa-ação) e o uso de metodologias participativas (Pedagogia da Alternância, Pedagogia Feminista, Sistematização de Experiências, Metodologia, Análise e Diagnóstico de

Sistemas Agrários) têm possibilitado o diálogo entre os saberes popular e acadêmico. Além disso, fomentam uma reflexão sobre as realidades locais e a promoção de processos educativos que articulam uma diversidade de formas e áreas de conhecimento (ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e outras) e categorias de conhecimento (agroecologia, Educação do Campo, economia solidária, soberania e segurança alimentar, campesinato, economia feminista, entre outras), a fim de que a realidade possa ser compreendida, analisada e transformada de maneira aprofundada. A construção da pesquisa engajada promove a elaboração do conhecimento a partir da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, ultrapassando os muros da universidade e se construindo também com a participação das comunidades que compõem os estudos acadêmicos.

O processo interdisciplinar e o agroecológico acontecem com a composição de um grupo que reúne discentes, docentes, pesquisadores/as, técnicos/as, militantes e agricultores/as familiares, no qual cada um/a pode contribuir com sua parcela na construção do conhecimento.

As ações do NEEPA se constituíram, portanto, em construção contínua das atividades previstas num processo de diálogo com os envolvidos no projeto que consistiu na realização de quatro (4) oficinas de Diálogo de Saberes em Agroecologia e um (1) Curso de Formação em Feminismo, Agroecologia, Segurança Alimentar e atividades de sistematização de experiências agroecológicas do território.

Oficinas de Diálogo de Saberes em Agroecologia: aprendizados no processo de construção compartilhada de conhecimento

As Oficinas de Diálogo de Saberes em Agroecologia realizadas entre 2014 e 2015 contemplaram a participação das doze (12) comunidades do Assentamento Maceió. Por meio de processo participativo envolvendo sujeitos da academia, de organizações não governamentais e das populações

das comunidades do assentamento, foram realizadas quatro (04) oficinas, contemplando quatro (04) comunidades em cada oficina. Antecedendo a realização das oficinas, foram feitas reuniões e encontros preparatórios objetivando uma construção coletiva e horizontalizada. Portanto, os temas das oficinas foram definidos a partir do território, do vivido e sentido pelas comunidades. Os diálogos e convergências se deram entre a agroecologia e diversas dimensões do modo de viver local, tais como organização produtiva, soberania e segurança alimentar, território e (re)existência, justiça ambiental e defesa do território. Foram realizados intercâmbios e visitas às experiências de agroecologia, realização de feira de trocas e compartilhamento de saberes, sabores e sementes, implantação de horta na escola, prática de compostagem e defensivos naturais.

Em diversos momentos da realização das oficinas foi possível identificar, nos depoimentos apresentados, a dinâmica de diálogo e concepção compartilhada de produção de conhecimento, bem como a relevância do saber camponês na compreensão de uma cosmovisão camponesa para a construção de uma epistemologia contra-hegemônica.

O depoimento de um assentado e liderança do assentamento que participou das ações formativas do NEEPA expressou a importância do processo participativo das ações:

A minha percepção é que pela primeira vez eu vi todo mundo junto, a universidade falando a mesma língua do agricultor, o agricultor buscando conhecimento através da universidade, dos professores, isso é muito importante. Eu acho que pra desenvolver uma agricultura mesmo agroecológica, ela tem que passar por esse processo de conhecimento técnico, mas também o conhecimento da própria agricultura familiar que hoje a universidade tá fazendo essa parceria, isso é muito importante pra nós (Antônio Ana, 2015 - Assentamento Maceió, Itapipoca/CE).

Conforme o caminhar metodológico por meio de processos de construção coletiva, a realização das oficinas apontou elementos relevantes na análise dos aspectos político e pedagógico adotados. As esferas de decisão

sobre o tema a ser abordado e a perspectiva de abordagem foram definidas a partir do que o próprio cotidiano local apontava como demanda de debate. O diálogo da agroecologia convergiu com questões das lutas camponesas.

Essa relação está revelada no processo de definição das temáticas das oficinas realizadas, no qual os títulos de chamada das oficinas foram criados pelos próprios/as camponeses/as durante as reuniões preparatórias. As oficinas receberam os seguintes títulos: “Fortalecendo a Organização e a Produção para (Re)existência do Território”, “Agroecologia e Justiça Ambiental”, “Agroecologia e Soberania Alimentar: vida, alimento e resistência” e “Agroecologia e Defesa do Território: da agricultura à pesca e ao artesanato”.

O curso Feminismo, Agroecologia e Segurança Alimentar: a dinâmica de desconstrução e (re)construção do saber

Na definição de agroecologia, encontram-se arraigados princípios ecológicos e valores culturais que estão contextualizados na vida do campo e nas atividades do/a camponês/a. Desse modo, a agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências e a uma hibridação de ciências e técnicas de modo interdisciplinar. Esses são alguns dos elementos revelados na experiência de realização do “Curso Feminismo, Agroecologia e Segurança Alimentar”, que, além de técnicos/as e assessores/as, envolveu professores/as da Escola do Campo, agricultores/as, estudantes de graduação e pós-graduação e camponeses/as.

O curso foi realizado em três (3) módulos, com uma carga horária de 120 horas, compondo uma turma de cinquenta (50) participantes. Foi realizado com base na concepção político-pedagógica da Pedagogia da Alternância e combinou atividades práticas de campo, discussões conceituais sobre os temas abordados e diálogo de experiências e saberes. Os módulos foram realizados na Escola do Campo do Assentamento Maceió, a Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa (Nazaré Flor).

A vivência da agricultura familiar e camponesa motivou a sensibilização aos temas e instigou os/as participantes a desenvolverem pesquisas na área e a trabalhar em processos de formação, compondo quadros de educadores/as da escola na área de atuação e de técnicos/as rurais nas organizações não governamentais e governamentais. Assim, o diálogo de saberes possibilitou o rompimento com a polarização e a hierarquização entre teoria e prática. Foi momento de partilha de saberes e conhecimentos entre sujeitos do território, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, da Escola do Campo e da universidade. Os depoimentos anunciam elementos desse processo na construção da educação em agroecologia.

No início, existia um deslocamento muito grande entre a teoria e a prática. A teoria vinda da academia e a prática que esses agricultores e agricultoras já faziam em campo, e que essa falta de diálogo e de parcerias e de afinção, ela enfraquecia toda uma proposta de produção agroecológica. E pra agroecologia acontecer, pra transição agroecológica acontecer, o papel da universidade, o papel desses outros espaços de pesquisa, de ensino, de extensão é fundamental pra que essa transição aconteça, que a transição vai acontecer a partir da união desses saberes, do saber popular, do saber empírico, desse saber acadêmico, desses saberes que são construídos a partir de uma vivência (Carla Galiza, técnica de ATER).

Hoje as universidades tão vindo pro campo discutir junto com o agricultor, é um processo (Josué, Assentamento Maceió, Itapipoca/CE).

A fortaleza desse curso pra que se desenvolva melhor possível a agroecologia foi exatamente o miolo da agroecologia, que é a biodiversidade. Então, a biodiversidade de culturas, das pessoas que estavam ali, dos vários fazeres, de professores, estudantes, servidores, os técnicos das ONG's de assistência técnica e extensão rural, agricultores, estudantes do campo e da cidade. Então, essa miscelânea, essa mistura boa e lá na Comunidade e com essa excelência da Universidade, através do Programa Residência Agrária, pra pensar e mostrar e participar das questões do campesino é o ponto forte. Sem sombra de dúvida que isso foi fundamental e eu creio que é uma metodologia a ser replicada e aplicada em vários espaços pra que todos e todas tenham a oportunidade de vivenciar essa história que a gente viu

lá (Narciso Mota, servidor público da UFC, facilitador do tema da agroecologia durante o curso).

A formação do curso foi muito importante e fortalece muito a nossa prática, a nossa vivência, o nosso olhar pro campo, o nosso olhar para a sociedade, principalmente porque o curso possibilitou reunir essa diversidade das localidades, das comunidades, de território, de instituições, da universidade, e veio como força no debate, da discussão, desde que a própria vivência na Educação no Campo, a própria defesa na luta do Movimento Sem Terra, vem a defesa da agroecologia, o feminismo, a soberania alimentar (Simone, educadora e coordenadora da Escola do Campo Nazaré Flor).

A metodologia participativa e compartilhada de conhecimentos adotada na estrutura político-pedagógica do Curso pautou-se pelo olhar qualitativo do agroecossistema¹⁰, por meio da atividade prática de visita aos quintais produtivos, do aprimoramento da análise diagnóstica dos sistemas agrários e ressignificação da construção de gênero e de afirmação do modo de vida como garantia de soberania alimentar. A realização das atividades práticas de visita aos quintais produtivos no assentamento possibilitou o debate sobre o papel da mulher camponesa na conservação da biodiversidade, em dinâmica que se conecta em uma teia de relações no âmbito das questões ecológica, social, econômica, política e cultural.

O curso contou com o envolvimento de jovens que já eram técnicos/as agrícolas e assentados/as que participaram como facilitadores/as no processo de mediação e na estratégia de replicação de práticas agroecológicas, com o reconhecimento dos próprios sujeitos do campo.

A sistematização de experiências desenvolvidas durante o curso e nas pesquisas realizadas pelo Núcleo representou um aspecto inovador como processo metodológico inserido nas ações do NEEPA. As atividades práticas realizadas durante o curso ocorreram em processo de construção estratégica

¹⁰Os quintais produtivos se constituem em um conjunto de subsistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação) que compõe um agroecossistema cuja produção e reprodução ocorrem de forma cíclica, e cujos elementos se retroalimentam e combinam funções e cadeias na garantia de sua própria existência.

por meio do diálogo com a realidade e a cultura das comunidades. O processo de sistematização de experiências em agroecologia consistiu em estratégia metodológica que possibilitou reflexões sobre as práticas cotidianas numa dinâmica de elaboração epistêmica a partir da vivência da realidade e da apreensão de elementos que se constituem chaves para a formulação de concepções de mundo. Esse processo também significou uma perspectiva de aprofundamento do olhar sobre o modo de vida camponês e as possibilidades de significação dessas categorias nos diversos âmbitos da existência humana no planeta.

Falkembach (1995) aponta a importância dos elementos que são revelados nos processos de sistematização de experiências que possibilitam

Um elevar-se da prática mesma, para que os sujeitos entrem no mundo dos conceitos, das teorias, dos métodos e das bases filosóficas e epistemológicas que o sustentam. Estas atividades ou eventos podem contribuir para que os sujeitos passem a assumir atitude reflexiva frente a sua intervenção intencionada sobre o real, mas, também, frente às suas objetivações nas diversas esferas do social, desde o seu cotidiano, espaço de relações e aprendizagem (FALKEMBACH, 1995, p. 4).

O reconhecimento e o resgate da cultura alimentar consistiram em outro aspecto identificado durante a construção da trajetória do Núcleo como elemento de fortalecimento da segurança nutricional e da autonomia produtiva no Assentamento Maceió. Os ingredientes dos alimentos servidos durante o curso foram adquiridos dos/as agricultores/as do assentamento e de comunidades rurais do entorno.

Eu, como cozinheira, sei de todo esforço que a dinâmica de uma cozinha exige. Eu poderia ter-me acomodado e ter facilitado todo meu trabalho comprando os produtos já prontos e embalados no supermercado, mas, mesmo que tenha sido um processo trabalhoso, foi gratificante ir, escolher e conversar com cada produtor/a. Essa experiência foi maravilhosa, pois foi a melhor forma de ter valorizado o agricultor e a agricultora. Para cada um que eu chegava junto explicando a proposta era uma felicidade e uma alegria, o sentimento deles e delas era de gratidão (Beth, responsável pela produção do alimento durante o curso).

As experiências das oficinas e do curso vivenciadas por meio de metodologias participativas revelam elementos de constituição de uma dinâmica camponesa que, em diálogo com os diferentes sujeitos, possibilitam a construção de possibilidades para a elaboração de uma concepção de mundo e de prática cotidiana em sintonia com os princípios apontados pela Educação do Campo. O diálogo da Agroecologia se constituiu em tema que convergiu com os debates no âmbito das temáticas da segurança e soberania alimentar, feminismo e justiça ambiental, na construção de conhecimento contra-hegemônico numa perspectiva de transformação social.



Figura 1: Oficina “Agroecologia e Defesa do Território: da Agricultura à Pesca e ao Artesanato”. Assentamento Maceió, Itapipoca/CE, 2015.



Fonte: Acervo do PRA. Imagem de Geórgia Figueiredo.

Figura 2: Sistematização de experiências agroecológicas. Assentamento Maceió, Itapipoca/CE, 2015.



Fonte: Acervo do PRA. Imagem de Geórgia Figueiredo.

Figura 3: Curso de Formação em Feminismo, Agroecologia e Segurança Alimentar. Assentamento Maceió, Itapipoca/CE, 2015.



Fonte: Acervo do PRA. Imagem de Geórgia Figueiredo.

Figura 4: Sistematização de Experiências Agroecológicas.
Assentamento Maceió, Itapipoca/CE.



Fonte: Acervo do PRA. Imagem de Régis Lima.

Considerações inconclusas

O PRA tem provocado um ambiente acadêmico de construção do conhecimento baseado nos seguintes elementos: no vínculo histórico com as lutas dos movimentos do campo; no reconhecimento da agricultura familiar e camponesa como base para o desenvolvimento local; no diálogo entre diferentes sujeitos e áreas de conhecimento; em práticas pedagógicas e metodológicas participativas, tendo na Alternância o método e princípio pedagógicos; na formação em perspectiva crítica e considerando o cotidiano dos povos camponeses e seus saberes e conhecimentos; na formação contínua e por meio da diversidade de diálogos entre os diferentes sujeitos sociais.

Durante as ações do Projeto NEEPA, mulheres, homens e jovens compartilharam saberes e práticas no campo da agroecologia e experimentaram novas metodologias e práticas agroecológicas no diálogo entre os saberes populares e saberes da academia. Esse processo se propôs a valorizar as práticas já desenvolvidas, promover o compartilhamento com outros sujei-

tos que ainda não as conheciam, incentivar sua realização e aprimoramento, além de ratificar a importância dos conhecimentos não formais que se constituem em instrumentos de resistência e de autorreconhecimento dos sujeitos do campo e de resistência na luta pela permanência em seus territórios.

As atividades de extensão articuladas à pesquisa e ao ensino têm permitido que outras formas de conhecimento surjam da experiência vivida nas comunidades locais. As experiências desenvolvidas na agricultura familiar e camponesa, o reconhecimento dos projetos produtivos locais, a realização de caminhadas reflexivas pelo território, a participação e o diálogo de saberes são práticas que têm gerado a produção de conhecimento comprometido com o fortalecimento da luta local, com a construção de um projeto de sociedade para o campo e necessário à transformação, cumprindo a universidade seu papel social.

Referências

ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: _____ et al. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. V.4. Brasília, 2002.

FALKEMBACH, E. M. F. Sistematização... juntando cacos, construindo vitrais. **Cadernos UNJUÍ**. Série Educação 23. Ijuí, UNJUÍ, 1995. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0008/6064/sistematizacao_falkembach1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MOLINA, M. C. (Org.) **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006.

SÁ, L. M.; MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2014, p. 90-142.

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária

Fernando Michelotti¹

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa²

Elenara Ribeiro da Silva³

Introdução

O projeto "Residência Agrária", executado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – (Unifesspa), inseriu-se em uma parceria de longo prazo entre docentes da universidade, vinculados aos cursos de Ciências Agrárias e Educação do Campo, e movimentos sociais da Via Campesina da Amazônia, especialmente o MST. Um dos objetivos dessa parceria foi a implantação do Instituto de Agroecologia Latino-Americano – (IALA) na Amazônia, para o qual a Residência Agrária deu importante contribuição por meio da oferta de duas turmas de especialização apoiadas pelo Pronex: a primeira turma entre 2011 e 2012 e a outra, entre 2013 e 2015, como parte da Chamada Pública nº 26/2012, em parceria com o CNPq.

A criação do IALA Amazônico está ligada a um projeto mais amplo da Via Campesina de fortalecimento da luta pela agroecologia e soberania alimentar. Para a Via Campesina, a soberania alimentar é compreendida não apenas como o direito de as pessoas se alimentarem com produtos saudáveis, mas também como o direito "dos povos, de seus países e das uniões de Estados de definirem suas políticas agrícolas e alimentares" (FERNANDES, 2012). Nessa visão, a luta pela soberania alimentar tem profunda relação com a

¹Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – (Unifesspa), Engenheiro Agrônomo e doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

²Engenheiro Agrônomo graduado pela (Unifesspa) e mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

³Engenheira Agrônoma, mestre em Ensino de Ciências e Matemática (Pecim/Unicamp).

agroecologia em suas várias dimensões, políticas, sociais, éticas e técnicas. O avanço da agroecologia demanda, entre outras ações, a constante formação dos quadros dos movimentos camponeses latino-americanos, para a qual foram concebidos os Institutos de Agroecologia Latino-Americanos (IALAs).

Estos institutos se visualizan a mediano plazo como centros de educación superior que formarán estudiantes latinoamericanos y caribeños provenientes de la base de los movimientos campesinos, quienes, al regreso a sus regiones de origen, contribuirán con el desarrollo endógeno, integral y agroecológico de su región y a fortalecer las luchas contra el neoliberalismo, los agronegocios capitalistas, la dependencia en todas sus formas y la depredación ambiental. Su trabajo estará directamente orientado hacia el logro de la soberanía alimentaria y la integración solidaria de los pueblos de América Latina, el Caribe y el mundo.⁴

A decisão de criação dos IALAs foi impulsionada a partir de 2005 quando, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o Governo da República Bolivariana da Venezuela e a Via Campesina firmaram um protocolo de intenções e compromissos (CAMPOS, 2014). Entre 2005 e 2010, foram criados quatro Institutos ligados à Via Campesina: a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), criada em 2005 e localizada no Assentamento Contestado, município de Lapa (Paraná); o IALA Paulo Freire, criado em 2006 na Venezuela; o IALA Amazônico, criado em 2009 no Assentamento Palmares II, município de Parauapebas (Pará); o IALA Guarani, localizado no Paraguai e criado em 2010. Depois disso, segundo o documento "IALAs: luchas y esperanza globalizada en defensa de la humanidad"⁵, já foram criados os IALAs Maria Cano na Colômbia e Mujeres no Chile, a Escuela Campesina Francisco Morazán na Nicarágua, a Escuela Nacional de Agroecologia no Equador e a Asociación Nacional de Pequeños Agricultores de Cuba, além de outras iniciativas no Peru.

⁴Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2391-la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

⁵Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/2658-ialas-luchas-y-esperanzas-globalizada-en-defensa-de-la-humanidad1>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

No processo de implantação do IALA Amazônico, os dirigentes da Via Campesina na região buscaram estabelecer um diálogo com os docentes da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, com a qual outras ações conjuntas ligadas à Educação do Campo já vinham sendo desenvolvidas. Desse diálogo, emergiu uma primeira questão a ser refletida pelos parceiros: qual sentido de agroecologia deveria embasar a construção do IALA Amazônico?

Agroecologia: a dimensão técnico-política e a afirmação de um projeto camponês

A agroecologia é um conceito polissêmico, com vários enfoques e dimensões, e pode ser entendida como ciência, como disciplina, como forma de manejo agroecológico ou ainda como movimento social. Os diferentes autores e suas respectivas correntes imprimem ênfases diferenciadas a cada um desses aspectos, afirmando ou negando certas perspectivas.

Guhur e Toná (2012), em síntese sobre as diferentes correntes da agroecologia, afirmam que essa é uma construção recente e que surgiu principalmente em função de dois fatores. Em primeiro lugar, constatou-se que a reprodução social dos povos originários e do campesinato se encontra ameaçada pelo modo hegemônico de agricultura, materializado na figura do agronegócio. Em segundo, o fortalecimento do debate ecológico colocou em xeque o papel da agricultura diante de um cenário de crises ambientais recorrentes, com seu apogeu no combate à degradação dos ecossistemas e ao aquecimento global. Pode-se ainda acrescentar a esses fatores o crescimento do debate sobre a promoção de uma alimentação mais saudável para a saúde humana, com críticas ao uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados ou transgênicos.

A associação entre ecologia e agricultura no campo acadêmico data de formulações mais longínquas, com o trabalho de Carson (1962) e suas denúncias em relação ao uso de pesticidas sintéticos na agricultura, especialmente o DDT, estimulando uma verdadeira mudança paradigmática. Entretanto, foi na década de 1980, com os trabalhos de pesquisadores ligados ao

que Guhur e Toná (2012) chamam de *vertente americana*, que a agroecologia se popularizou. As pesquisas de Miguel Altieri e Stephen Gliessman foram fundamentais para consolidar esse campo técnico agrônomo da agroecologia, que, mesmo considerando aspectos sociais, políticos e culturais na análise, foi centrado na compreensão mais profunda da ecologia dos agroecossistemas, ancorando-se na ideia de que a sustentabilidade da agricultura passa pelo estudo das suas interações ecológicas (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2000). A agroecologia foi definida como uma ciência capaz de fornecer princípios, conceitos e metodologias para analisar, manejar e desenhar agroecossistemas (ALTIERI, 2012). Trata-se de uma ciência capaz, por meio de uma racionalidade ecológica e de uma abordagem sistêmica, de reproduzir a estrutura e as funções dos ecossistemas naturais, garantindo a eficiência biológica, a capacidade de produção e a autossuficiência dos agroecossistemas.

Guhur e Toná (2012) também destacam a emergência, ainda na década de 1980, de uma outra perspectiva, a *vertente europeia* da agroecologia, baseada em um viés mais centrado nos aspectos sociológicos, com a agroecologia surgindo a partir da interação entre as disciplinas científicas e as práticas e saberes dos povos originários e camponeses. Nessa vertente, destacam-se os trabalhos de Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina que, propondo a articulação das ciências naturais e sociais com os conhecimentos tradicionais, afirmam ser papel da agroecologia não só a caracterização dos sistemas de produção, mas a caracterização do próprio campesinato (GUHUR; TONÁ, 2012). A agroecologia é vista como uma disciplina híbrida e sistêmica que, por meio da ação social coletiva e de métodos participativos, constrói alternativas para superar a degradação ecológica e social (MOLINA, 2011; SEVILLA-GUZMÁN, 2003). A agroecologia orchestra diferentes formas de conhecimento, colocando não só o pensamento científico, mas as práticas camponesas no centro do debate.

No Brasil, a agroecologia surgiu inicialmente a partir da contestação à Revolução Verde, com os debates sobre agricultura alternativa no final da década de 1970 (GUHUR; TONÁ, 2012). Se por um lado nomes como Ana Primavesi, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber foram fundamen-

tais para fortalecer a agroecologia no Brasil dentro de um campo acadêmico de contestação ao modelo hegemônico de agricultura, por outro destaca-se a importância que os movimentos sociais, em especial o MST e a Via Campesina, tiveram nessa discussão, sobretudo a partir dos anos 2000. A principal contribuição se deu pela construção de uma visão política da agroecologia, entendendo-a para além das práticas agrícolas, mas como ferramenta de autoafirmação do campesinato e de constatação de que os pacotes do agronegócio subordinavam os territórios camponeses. Trata-se de uma terceira vertente do pensamento agroecológico, uma *vertente camponesa*, que, como afirmam Rosset e Martínez-Torres (2013), ancora-se no processo de *recampe-nização*, na ideia de (re)construção das identidades camponesas.

Se por um lado a Revolução Verde fortaleceu a agricultura capitalista, por outro, a agroecologia tornou-se o seu contraponto, visibilizando os anseios dos camponeses e dos povos originários. Rosset e Martínez-Torres (2013), ao discorrerem sobre a relação entre a Via Campesina e a agroecologia, afirmam que sua incorporação (cabe dizer, resignificação) pelos movimentos sociais promoveu importantes alterações em suas formas de luta. Se antes o MST ocupou terras a partir da crítica à concentração fundiária, agora alia a esse aspecto a contestação da matriz tecnológica do agronegócio. Tais mudanças colocaram o enfrentamento às corporações transnacionais e à agricultura capitalista como um todo como elemento central do repertório de ações.

Essa visão política da agroecologia está no centro das formulações da Via Campesina na última década, destacando-se a síntese feita pela Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable. Percebe-se então que a agroecologia é concebida como instrumento de luta contra o capitalismo e de construção do socialismo, tendo como metas: promover a produção de alimentos saudáveis e disponíveis para todos; defender e cuidar da vida; rechaçar todas as formas de certificação dos frutos do trabalho; partir da ancestralidade e dos conhecimentos de povos originários e camponeses; garantir a soberania alimentar e energética; ser massiva e internacional; reforçar as identidades coletivas (VIA CAMPESINA, 2013).

Aprofundando as reflexões sobre a dimensão política da agroecologia, Carvalho (2002) utiliza os conceitos de identidades sociais legitimadoras e identidades de projetos. Para ele, a consciência crítica do campesinato em relação à sua condição econômica e política subalterna em uma sociedade capitalista parece apontar seu destino à resistência que legitima o repertório de ações coletivas desses atores. No entanto, para uma identidade de superação, isto é, de projeto, é fundamental que ela possa efetivamente pautar transformações sociais, indo além das resistências. Em outras palavras, a construção de identidades sociais de resistência não propicia, por si mesma, a produção de sujeitos. No entanto, quando as resistências sofrem ressignificações podem apontar para identidades de projetos capazes de produzir sujeitos.

Aproximando esse debate da agroecologia, pode-se afirmar que, se a superação do agronegócio parece distante, a correlação de forças não impede que experiências de conquista e afirmação de territórios camponeses sejam construídas. A agroecologia pode ser um passo para além da resistência desde que, como afirma Carvalho (2007), por meio dela o campesinato assuma todas as demandas hoje garantidas pelo agronegócio, tais como: aumento na escala de produção; diversificação na oferta de alimentos e matérias-primas para a indústria; incorporação de processos de gestão que, além de possibilitarem a autonomia perante o capital, aumentem a escala e o volume de produção. Alia-se a esses aspectos econômicos e produtivos uma mudança nos tempos políticos do campesinato que, segundo o autor, tem-se pautado pelos tempos do modelo hegemônico.

Esse tipo de reflexão foi importante para a definição da concepção de agroecologia que estrutura o IALA Amazônico, destacando-se a necessidade de síntese teórica e prática da agroecologia a partir de conhecimentos científicos e conhecimentos camponeses, de estratégias produtivas dos sistemas agrários tradicionais e dos princípios políticos defendidos pela Via Campesina. Buscou-se assim conformar uma visão de agroecologia como uma ferramenta de afirmação da soberania alimentar capaz de suplantando as práticas de degradação dos recursos naturais intrínsecas ao modo de produção capitalista; de alterar formas de produção de valores; de garantir, ao mesmo tempo, o autoconsumo, a diversificação e o aumento das escalas de produção (IALA AMAZÔNICO, 2011).

Saber e Poder: a dimensão epistemológica da agroecologia

Ao reconhecer a agroecologia como elemento fundamental para a construção de uma identidade de projeto que supere o agronegócio e afirme o projeto camponês de campo e agricultura, o IALA Amazônico enfatizou a sua dimensão política sem apartá-la de sua dimensão tecnológica. Sendo um projeto de educação, os parceiros procuraram avançar nas reflexões sobre as relações entre a dimensão técnico-política e a dimensão epistemológica, referenciando-se nos debates sobre a colonialidade do saber (LANDER, 2010; ARROYO, 2012) e a histórica negação dos camponeses como sujeitos de conhecimento. Caminhar em uma direção oposta exigiria do IALA Amazônico um tipo de desafio epistêmico e epistemológico que, para Leher (2010), tem sido evidenciado pelo fato de os movimentos sociais terem assumido o acesso à universidade como parte de suas reivindicações, e terem provocado as seguintes perguntas: Qual conhecimento produzir? Qual formação garantir aos estudantes?

Em certas perspectivas, a ciência agroecológica é resultado do diálogo de cientistas com indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas. Os pesquisadores e pesquisadoras, estudando o modo de vida dos indígenas, perceberam que as práticas culturais adotadas para produção de alimentos permitiam a restauração dos ciclos naturais. Essas técnicas baseavam-se em conhecimentos agrônômicos que foram passados entre as gerações por meio da tradição oral. Segundo Hecht (1989, p. 26), "historicamente, o manejo agrícola incluía rica simbologia e sistemas rituais que frequentemente serviam para regular as práticas de uso da terra e para codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita".

De acordo com a mesma autora, a ascensão da ciência positivista foi um dos três processos históricos que contribuíram para que os conhecimentos agrônômicos que eram desenvolvidos por povos e suas culturas locais e sociedades não ocidentais fossem obscurecidos. No processo de afirmação da ciência positivista, outras formas de conhecimento foram rejeitadas, principalmente as que pareciam ser baseadas em superstições e misticismos, geralmente vinculados aos conhecimentos tradicionais.

Associada a essa visão positivista da produção de conhecimento sobre técnicas agropecuárias, muitas instituições de ensino, pesquisa e extensão de ciências agrárias adotaram a construção de centros de referência nos quais

os experimentos pudessem ser conduzidos com todas as condições controladas pelos/as cientistas. Esses centros de referência buscam produzir modelos porque partem da premissa de que o conhecimento produzido pela atividade científica é melhor ou mais verdadeiro que outros tipos de conhecimento.

Para que esses experimentos, considerados modelos agrícolas ou pecuários, fossem replicados pelas famílias camponesas nas suas unidades de produção, a Extensão Rural e a Extensão Universitária ficaram responsáveis pela difusão das tecnologias geradas. O processo de difusão de tecnologia se baseia na transmissão de conhecimento como algo pronto e acabado, o que impossibilita a participação dos camponeses e das camponesas na sua construção, devendo apenas ser copiado. Nesse caso, o conhecimento produzido pelas comunidades do campo é desconsiderado e isso reforça a relação verticalizada entre o conhecimento produzido por instituições de ensino e pesquisa, o conhecimento científico e o conhecimento popular.

Como resultado, os camponeses e as camponesas ficam atrelados a uma referência externa, ao conhecimento produzido nos centros de referência que esses sujeitos não compreendem integralmente. Assim, além de o método não ser dialógico e não possibilitar participação, ele ainda produz dependência e subordinação.

Diversamente disso, a ciência agroecológica, ao se debruçar sobre os conhecimentos dos povos tradicionais, mostrou que há outras formas de manejo dos agroecossistemas. Tais formas utilizam os recursos disponíveis de forma sustentável e partem de outra lógica, respeitando as especificidades locais. Esse reconhecimento e valorização do sistema de conhecimento das populações tradicionais contribuem para desconstruir a ideia de que a ciência positivista é a única forma de conhecer a realidade, e para questionar a concepção de verdade científica universal.

Em seu diálogo com as principais vertentes da agroecologia (técnico-científica, sociológico-epistemológica e político-afirmativa), o IALA Amazônico priorizou um processo de construção do conhecimento agroecológico que fortalece a autonomia dos camponeses e não a sua subordinação a qualquer tipo de pacote tecnológico. Esse processo foi possível a partir de

trocas de experiência entre camponeses e povos originários, da experimentação agroecológica com sua sistematização, da pesquisa como princípio educativo e do saber da experiência como ponto de partida (IALA AMAZÔNICO, 2011). Nesses termos, em busca de uma ruptura epistemológica, o IALA Amazônico procurou negar a ideia de um *centro de referência*, desenvolvendo a concepção de *centro de convergência* de práticas agroecológicas.

O IALA Amazônico, como centro de convergência de práticas agroecológicas, busca subverter a ordem ao implantar experimentos baseados nas práticas agroecológicas realizadas nos lotes das famílias camponesas. Segundo o documento "Desafios atuais na construção do IALA Amazônico" (IALA AMAZÔNICO, 2014, p. 3), um dos desafios do instituto é dar visibilidade e aprender com os camponeses "que a sua maneira tem desenvolvido experiências com princípios em agroecologia" (p. 3). Dessa forma, as práticas dos camponeses e das camponesas inspiram os experimentos, e há uma valorização do conhecimento produzido por esses sujeitos, em um diálogo entre os saberes camponeses e outros saberes produzidos em instituições de ensino e pesquisa. Segundo Norgaard (1989, p. 47),

Esse diálogo pode contribuir para que a academia se aproxime mais das comunidades e para que ela incorpore conhecimentos populares no fazer científico como também pode auxiliar as comunidades na transformação das suas próprias realidades ao se apropriarem dos conhecimentos produzidos nessas instituições.

Para a implantação desses experimentos não se criam condições especiais de controle ou artificialização, como nos campos experimentais dos centros de referência, priorizando-se reproduzir as condições vivenciadas pelas famílias camponesas desde a concepção, os objetivos e os materiais utilizados. Essa semelhança de condições contribui para a interação dos camponeses e das camponesas com essas experiências, e esse diálogo pode influenciar tanto as experiências como as práticas agroecológicas realizadas nos lotes. No IALA Amazônico, essa semelhança propicia uma identificação dos sujeitos do campo, pois eles se reconhecem naquele espaço, o que os aproxima da proposta do Instituto.

Uma das estratégias para materializar o IALA Amazônico como centro de convergência de experiências agroecológicas foi a realização do Encontro de Camponeses Sábios em Agroecologia. Essa atividade compôs o percurso formativo da 2ª Etapa da 2ª Turma do Curso de Especialização Residência Agrária. No encontro, camponeses e camponesas com larga experiência em práticas agroecológicas foram convidados a participar de uma atividade em conjunto com os educandos da especialização e os membros da brigada permanente do IALA. O objetivo era o de trocar experiências, conhecer as práticas agroecológicas desenvolvidas no Instituto e refletir sobre elas, ponderando sobre em que elas se aproximavam e se distanciavam das suas próprias vivências. A presença dos sujeitos do campo propicia que o Instituto possa se deixar influenciar por eles, e que eles possam participar efetivamente da construção teórica e prática do IALA Amazônico. Assim, encontros desse tipo representam uma estratégia de “construção participativa de tecnologias agrárias”.

Com isso criam-se e avaliam-se tecnologias autóctones, articulando-as a tecnologias externas apropriáveis mediante o ensaio e a adaptação, para serem incorporadas ao acervo cultural de cada comunidade, buscando sempre a autonomia e o “empoderamento” da comunidade (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 42).

Na busca pelo fortalecimento dos sujeitos do campo, o Encontro dos Sábios foi inspirado no método “de camponês para camponês”. Essa metodologia é pautada no diálogo entre os camponeses e as camponesas, isto é, são eles e elas que assumem o papel de educadores e educadoras, o que evidencia o seu protagonismo na construção dos próprios conhecimentos. Da mesma forma, passam a ter papel-chave na validação do conhecimento produzido no IALA, indo além da exclusividade dos métodos científicos de validação.

Questionando a ciência positivista como única forma de produção e validação de conhecimento e valorizando o protagonismo dos camponeses e das camponesas na produção de novos conhecimentos que auxiliem na transformação da realidade, o IALA Amazônico, como Centro de Convergência, busca experimentar novas práticas agroecológicas que contribuam para a conquista da autonomia dos sujeitos do campo.

Projeto Residência Agrária: materialização da formação em agroecologia no IALA Amazônico

Se o primeiro desafio da construção do IALA Amazônico demandou da parceria entre movimentos sociais e universidade uma reflexão sobre a concepção de agroecologia que embasaria esse projeto em suas dimensões políticas e epistemológicas, um segundo desafio colocou a seguinte questão: como materializar essa concepção em um projeto educativo?

Para a viabilização do projeto, os parceiros optaram pela construção de uma experiência de Pós-Graduação *Lato Sensu* vinculada ao programa Residência Agrária, por perceberem uma afinidade entre o objetivo do IALA e o desse programa, qual seja: garantir uma formação de diferentes sujeitos que atuam nos assentamentos (assentados/as, técnicos/as e educadores/as de escolas do campo) baseada na inter-relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento rural, com ampla vivência dos educandos e das educandas da especialização nos assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais (MICHELOTTI, 2012). Além disso, como curso de especialização, haveria maior autonomia na proposição de currículos mais flexíveis e abertos ao diálogo de saberes, sem tantos engessamentos a que outros cursos da universidade são submetidos.

Denominada “Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia”, a especialização teria como passo seguinte a elaboração de um projeto político-pedagógico que expressasse uma perspectiva não universalista da atividade científica e que tivesse o diálogo político e epistêmico entre a academia e os camponeses como eixo estruturante. A principal inspiração nessa direção foi a pesquisa-ação-participante ou ainda investigação militante.

A pesquisa participante, segundo Brandão (1999a, p. 13), traduz a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares, não como uma atuação subordinada de sujeitos populares no trabalho do pesquisador e/ou da pesquisadora, mas como participação orgânica de uma pesquisa coletiva em momentos do trabalho de classe. Dessa forma, o termo participante ganha concretude quando efetivamente se vincula a produção e fortalecimento de um poder de classe progressivamente autônomo

nos espaços políticos de determinação da vida social. Dessa forma, a pesquisa se torna um instrumento dentro da ação popular (BRANDÃO, 1999b, p. 252).

Em busca de um método para essa concepção de ciência (em especial nas ciências sociais) que alcançou a consciência de que não basta conhecer a realidade, mas é preciso transformá-la, Bonilla et al. (1999, p. 137-141) indicam três momentos distintos. Primeiramente, o reconhecimento de técnicas como as de "observação participante" e "observação por experimentação" (participação-intervenção) como as que mais se aproximam dessa perspectiva. No entanto, como essas técnicas por si mesmas mostram-se limitadas para vincular o pensamento à ação, fomentou-se o conceito de "inserção", implicando que o cientista se envolva como agente do processo que estuda. Numa forma de inserção muito mais decidida, guiada pela busca de colocar o conhecimento a serviço dos interesses populares e reconhecendo suas consequências, produziu-se por fim a investigação militante.

Indicando certos pressupostos teóricos e coordenadas metodológicas que caracterizam a investigação militante, os autores afirmam que, na prática, ela significa:

- 1) que os trabalhos são concebidos com os setores ou grupos-chave de base e seus órgãos de ação;
- 2) que a produção das técnicas de pesquisa está primordialmente voltada aos setores da classe popular em seus próprios termos, isto é, escrita juntamente com eles [...];
- 3) que formas adequadas de comunicação dos resultados são requeridas, estabelecendo um novo "idioma", muito mais claro e honesto [...];
- 4) finalmente, que os conceitos e hipóteses emergentes encontram sua confirmação ou rejeição através do contato direto e imediato com a realidade e pela utilidade que demonstrem ter nas mãos de setores e grupos-chave, e de acordo com a força organizativa que sejam capazes de engendrar [...] (BONILLA et al., 1999, p. 146).

Dessa forma, o/a investigador/a militante vai às comunidades aprender sobre suas realidades reconhecendo seu nível real de consciência social e

política, contribuindo com seus projetos de colaboração local e aglutinando-se em torno de interesses que possam acelerar situações críticas que elevem a consciência social e política (BONILLA et al., 1999, p. 148).

Sob essa inspiração, o encaminhamento metodológico do curso foi proposto a partir do trinômio "problematização-diagnóstico-projeto de ação", realizado em diálogo constante com comunidades camponesas. O curso foi organizado em 4 etapas em alternância entre Tempo IALA⁶ e Tempo Comunidade. A primeira etapa proposta foi a da problematização, a segunda, da pesquisa-diagnóstico-restituição-definição do projeto de ação, a terceira, da execução do projeto de ação e, por fim, uma última etapa de socialização dos conhecimentos sistematizados. O quadro a seguir mostra como foram organizadas as atividades em cada etapa:

Na seleção dos educandos e das educandas das turmas, priorizaram-se pessoas com algum envolvimento com comunidades camponesas da região, seja como assentados e militantes de movimentos sociais, seja como assessores técnicos ou ainda jovens egressos da graduação com alguma experiência prévia em movimentos estudantis e vivência em assentamentos. Assim, na fase inicial do curso, durante a etapa de problematização da realidade, uma combinação de atividades de leituras teóricas, trabalhos de campo na região do sudeste paraense e pesquisas exploratórias nas regiões de atuação de cada educando permitiu uma ampla leitura da realidade agrária e a definição de temáticas de pesquisa por cada participante do curso. A proposta era que essas temáticas representassem não apenas interesses acadêmicos dos educandos, mas especialmente demandas concretas de pesquisa das comunidades em que atuam.

Na segunda etapa do curso, a turma foi dividida em grupos de pesquisa-ação com afinidades das temáticas de pesquisa, com um duplo objetivo: pro-

⁶Optamos por usar a expressão Tempo IALA e não Tempo Escola, como é mais comumente conhecido na Educação do Campo, para chamar a atenção da complexidade do tempo de vivência dos educandos e educandas nas etapas no IALA Amazônico. Nelas, a busca de uma forte interação com as comunidades do entorno do IALA imprime características tanto do Tempo Escola como do Tempo Comunidade, criando uma certa alternância de tempos e espaços educativos durante a etapa de permanência no IALA, que, aliás, era relativamente longa (entre 45 e 60 dias).

mover um aprofundamento coletivo e compartilhado das reflexões teóricas e empíricas sobre a temática; desenvolver um processo de problematização da realidade, definição de um projeto de ação em busca da transformação dessa realidade e sua execução. Assim, formaram-se os grupos de pesquisa-ação em consonância com os eixos estruturantes do curso: questão agrária amazônica, desenvolvimento do campo/assentamentos, agroecologia e diálogo de saberes.

Uma vez organizados os grupos de pesquisa-ação, os educandos e as educandas buscaram identificar uma temática coletiva que pudesse ser estudada por todo o grupo durante o Tempo IALA, seja no assentamento Palmares II, seja nos seus arredores, mas que refletisse de alguma forma o conjunto de questões individuais trazidas pelos educandos desde suas experiências nas suas próprias localidades. A partir dessa temática comum, o grupo identificou os sujeitos/comunidades que poderiam ser coparticipantes da pesquisa.

A atividade seguinte foi a realização de uma pesquisa-diagnóstico para levantamento de dados que ajudassem a compreender melhor a realidade a ser trabalhada. Após a sistematização desses dados, cada grupo preparou uma devolução dos resultados aos sujeitos participantes do processo. Bonilla et al. (1999, p. 145) argumentam que a fase da devolução do conhecimento visa sobretudo contribuir com os grupos-chave para que tenham maior clareza e eficácia em suas ações. Além disso, fazem com que o próprio pesquisador seja objeto de investigação, pois é submetido ao julgamento da experiência popular

No curso, o momento da devolução teve também como objetivo permitir um diálogo entre os educandos militantes dos movimentos sociais (pesquisadores) e os grupos-chave envolvidos no processo que levasse à construção de um projeto de ação. O Quadro 2 indica as questões trabalhadas pelos grupos de pesquisa-ação e os projetos resultantes desse processo.

Uma vez definidas as propostas, os grupos de pesquisa-ação dedicaram seu tempo de estudo às temáticas, aprimorando-se nas leituras teóricas, tecnológicas e metodológicas, bem como na preparação dos projetos de ação. A terceira etapa do curso foi dedicada à realização desses projetos de ação, construídos pelos próprios educandos em diálogo com os camponeses envolvidos diretamente nesse processo. Por fim, na quarta etapa houve a finalização e socialização de toda essa produção acadêmica e militante.

Quadro 1: Trajetória formativa do curso de especialização Residência Agrária no IALA Amazônico em parceria com a Unifesspa

	Tempo IALA	Tempo Comunidade
1ª Etapa	Problematização da Questão Agrária Amazônica e seus efeitos nos Assentamentos e na Produção	Olhar para sua comunidade: definição do tema de pesquisa individual.
2ª Etapa	Divisão da turma em Grupos de Pesquisa-ação: - Definição de parceiros - Pesquisa-diagnóstico - Restituição e definição de projetos de ação	- Preparação do projeto de ação - Pesquisa individual
3ª Etapa	Realização dos projetos de ação Elaboração de artigo coletivo	Finalização da pesquisa individual
4ª Etapa	Elaboração de artigo individual e socialização dos resultados	

Fonte: Universidade Federal do Pará, 2013a.

**Quadro 2:
Atividades realizadas pelas turmas organizadas por Eixo de Estudo**

Eixo de Estudo	Temas Individuais de Pesquisa	Coletivos de Pesquisa-Ação	Grupo Social Parceiro	Tema do Projeto de In(ter)venção
Questão Agrária Amazônica: projetos hegemônicos e contra-hegemônicos	*Impactos dos projetos do grande capital na Amazônia (mineração; hidrelétricas; monocultivos; infraestrutura) *Movimentos Sociais e Conflitos (terra; mineração) *Territórios de Resistência (acampamentos; comunidades agroextrativistas)	Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa em Agromineração Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Maria e José"	Escola do Assentamento Palmares II Acampamento Frei Henri	Seminário: Extração de Areia no Rio Parauapebas *Oficinas de Valorização da Memória e Identidade de Luta *Implantação de Horta Medicinal

Desenvolvimento do Campo/ Assentamentos	<ul style="list-style-type: none"> *Organização Política (formação de coletivos, associações, grupos de mulheres) *Organização Produtiva e Sustentabilidade Ambiental *Assistência Técnica *Educação do Campo (escolas dos assentamentos; centros de formação em alternância; centros de formação em agroecologia) *Saúde (medicina alternativa; plantas medicinais) 	<p>Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa Luta pela Terra</p> <p>Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Sementes"</p>	<p>Acampamento Helenira Resende</p> <p>Escola do Assentamento Palmares II</p>	<p>Oficinas de fortalecimento das formas organizativas</p> <p>Implantação de Horta Escolar</p>
Agroecologia e Diálogo de Saberes	<ul style="list-style-type: none"> *Diálogo de Saberes e construção de conhecimento entre camponeses, técnicos e acadêmicos *Diagnósticos de sistemas de produção agroecológicos em assentamentos e comunidades indígenas *Alternativas Produtivas Sustentáveis (bioconstruções e permacultura; mecanização leve; sistemas agroflorestais; roças sem fogo; homeopatia; banco de sementes) 	<p>Turma Índia Tuíra: *Grupo de Pesquisa em Agroecologia</p> <p>Turma Sr. Sabá: *Núcleo de Base "Kararaô"</p>	<p>Sede do IALA Amazônico</p> <p>Sede do IALA Amazônico</p>	<p>Implantação de Horta Mandala</p> <p>Implantação de SAF</p>

Fonte: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016; Universidade Federal do Pará, 2013b.

A seguir, será feita uma breve descrição dos projetos de ação realizados pelos grupos de pesquisa e pelos núcleos de base das duas turmas de especialização ligadas ao Residência Agrária:

a) Seminário sobre extração de areia no rio Parauapebas:

O grupo de pesquisa em agromineração da turma de especialização Índia Tuíra dedicou-se a refletir sobre a atividade de extração de areia por

dragagem existente no rio Parauapebas, no trecho que corta o assentamento Palmares II e onde se localiza o IALA Amazônico. Essa atividade está diretamente vinculada à expansão da mineração no município, que cria demanda de areia e seixo para as obras de infraestrutura das mineradoras, especialmente a Vale S.A., e obras de expansão urbana. A atividade, que ocorre com baixa regulação do poder público local, causa impactos ambientais significativos no próprio rio, dificultando a pesca, e a degradação das estradas vicinais no assentamento, dificultando o escoamento de outros produtos e ampliando o risco de acidentes. Do ponto de vista da organização social do assentamento, o grupo percebeu uma tendência de "privatização" do rio, que passa a ser considerado como um "recurso natural" e não um "bem comum", especialmente pelos assentados cujos lotes estão às suas margens, uma vez que eles alugam suas áreas para a instalação dos pátios de armazenamento de areia. Essa situação cria uma tensão interna no assentamento, com divisão de posições entre aqueles que defendem a atividade em função das possibilidades de ganho econômico, e aqueles contrários, afetados pelos seus impactos negativos. Sem tomar uma posição específica nesse debate, o grupo propôs a realização de um seminário na escola de ensino fundamental e médio do assentamento como forma de envolver professores, estudantes e comunidade no debate sobre a temática. O envolvimento aconteceu mais diretamente com os educadores responsáveis pela área de ciências naturais.

b) Oficinas de valorização da memória e identidade de luta:

O Núcleo de Base (NB) "Maria e José", integrante da turma de especialização "Sr. Sabá", realizou suas pesquisas em um acampamento no município de Curionópolis, denominado "Frei Henri". O acampamento iniciado em 2010 localiza-se em área devoluta que tinha sido apropriada por um fazendeiro local, contudo a desapropriação e a criação do assentamento enfrentam excessiva morosidade. A morosidade da política de Reforma Agrária, os entraves burocráticos gerados pelo Programa Terra Legal e os frequentes conflitos armados com o fazendeiro são fatores de desestabilização do acampamento e de desistência das famílias, que eram cerca de 320 e hoje apenas 150 permanecem acampadas. Nesse quadro, o NB se propôs realizar uma oficina de valorização da memória e identidade de luta do acampamento, envolvendo o conjunto de famílias acampadas em atividades como rodas

de conversa, sessões de cinema para as crianças, implantação de uma horta medicinal na escola e a construção de um centro de memória do acampamento, local onde se instalou uma exposição permanente de fotos e abrigou o acervo de documentos e registros da história de luta dos acampados.

c) Oficinas de fortalecimento das formas organizativas:

O grupo de pesquisa em luta pela terra, vinculado à turma de especialização "Índia Tuíra", dedicou sua pesquisa ao acampamento "Helenira Resende", localizado no município de Marabá. No diálogo com as pessoas do acampamento, percebeu-se a existência de diferentes formas de organização social e política existentes, além daquelas propostas na estrutura organizativa do MST, que coordena o acampamento, como os Núcleos de Base e Setores de Organização. O projeto de ação desse grupo de pesquisa dedicou-se a construir oficinas no acampamento que valorizassem e fortalecessem esses grupos organizativos que se mostraram importantes para a construção da força política dos acampados. As oficinas dialogaram diretamente com o grupo de jovens do acampamento, com o grupo de mulheres, com os educadores da escola, além da realização de sessões de cinema voltadas para as crianças.

d) Implantação de horta escolar:

O NB "Sementes", vinculado à turma de especialização "Sr. Sabá", realizou pesquisa sobre as escolas do assentamento Palmares II, focando no ensino de agroecologia. O diálogo desses educandos da especialização com as escolas permitiu a identificação de uma demanda da escola de educação infantil recém-criada no assentamento no sentido de implantar uma horta escolar para fins didáticos no trabalho com as crianças. Além dos aspectos técnicos envolvidos no projeto, a ação demandou um aprofundamento do diálogo entre os educandos e demais representantes do IALA com a direção da escola e o conjunto de educadores, a fim de definir os contornos do projeto. Considerando-se que a horta era voltada para atividades com crianças pequenas, a questão do trabalho tornou-se chave, pois seria necessário o envolvimento de educadores, pais e mães e outros membros da comunidade para a garantia da execução e da continuidade do projeto. O diálogo com assentados de uma turma de EJA que trabalham com horta nos seus lotes mos-

trou-se promissor, não apenas pelo apoio técnico desses adultos, mas pela possibilidade de promoção de um debate intergeracional no assentamento. A perspectiva do trabalho coletivo e voluntário em torno da horta da escola levou os participantes desse debate a um resgate das memórias dos tempos de acampamento, quando a implantação de hortas comunitárias teve um papel central na organização política e na viabilização econômica das famílias. Ao final desse processo, a horta foi implantada na escola.

e) Implantação de horta mandala:

O grupo de pesquisa em agroecologia, vinculado à turma “Índia Tuíra”, realizou pesquisas sobre os sistemas de produção no assentamento Palmares, identificando a importância que a produção de hortaliças vinha ganhando na localidade em função das possibilidades de comercialização, especialmente com as famílias que participam da Feira do Produtor Rural de Parauapebas. A demanda crescente por hortaliças vinha exigindo um aumento da escala desse tipo de produção, o que muitas vezes tem levado os assentados a utilizar produtos químicos na forma de adubos e venenos. Nesse contexto, o grupo de pesquisa propôs ao IALA Amazônico a construção de uma horta mandala que ajudasse a problematizar o tema da produção orgânica de hortaliças no assentamento. Além dos aspectos agroecológicos da construção dessa horta, o projeto teve de problematizar um ponto central para o IALA, que era a necessidade de constituição de uma brigada permanente que garantisse a continuidade das ações para além do tempo em que as turmas estivessem em aulas. O projeto da horta materializou-se e levou o IALA Amazônico, na fase de implantação, a criar a brigada permanente Mamede de Oliveira, que passou a ser responsável pelo local e pelas ações cotidianas do projeto, tendo duas educandas da turma se integrado a ela.

f) Implantação de sistema agroflorestal:

O NB “Kararaô”, vinculado à turma “Sr. Sabá”, deu continuidade às pesquisas e reflexões sobre as atividades produtivas de experimentação agroecológica do IALA, em diálogo com a brigada permanente Mamede de Oliveira. Desse diálogo, percebeu-se que a maior parte das atividades produtivas que vinham sendo realizadas eram voltadas para produções de curto

prazo, como hortaliças e aves, que exigiam um trabalho intensivo e cotidiano. Observou-se ainda a importância de o IALA implantar outras experiências mais voltadas a processos produtivos permanentes que, ao mesmo tempo, tivessem outra rotina de trabalho possível de ser realizada na forma de mutirões sem criar tantas exigências cotidianas para a brigada, que já estava sobrecarregada. Nesse cenário, o projeto de ação levou à implantação de um sistema agroflorestal na forma de mutirão, priorizando o enriquecimento de capoeiras ao redor da sede do IALA com espécies frutíferas consorciadas.

Paralelamente aos processos de pesquisa e realização de projetos de ação coletivos realizados ao longo dos Tempos IALA, os educandos realizaram atividades de pesquisa sobre temas e problemas mais diretamente vinculados às suas localidades de origem. Essas pesquisas geraram os trabalhos de conclusão na forma de artigos científicos, listados a seguir. Os trabalhos também estão agrupados pelos eixos temáticos do curso e, a partir deles, os educandos foram inseridos nos grupos de pesquisa, no caso da Turma 1, ou nos núcleos de base, no caso da Turma 2. Dessa forma, essa produção mais individualizada reflete tanto o diálogo mais direto com o orientador, como as experiências de pesquisa-ação e as reflexões mais gerais aprofundadas no grupo temático.

Quadro 3: Trabalhos de Conclusão de Curso

Eixo: Questão Agrária Amazônica – projetos hegemônicos e contra-hegemônicos

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Desterritorialização e impactos ambientais do Projeto Sossego: uma análise a partir da Vila Bom Jesus - Canaã dos Carajás.	Angelina Martins da Cruz	Bruno C. P. Malheiro
Realidades e desafios da Educação do Campo na Escola Crescendo na Prática - Parauapebas/PA.	Ayala Lindabeth Dias Ferreira	Nilsa Brito Ribeiro
Arranjos de relações e dinâmicas territoriais no processo de construção da UHE – Estreito.	Cirineu da Rocha	Bruno C. P. Malheiro

Memória e resistência camponesa no sudeste do Pará: narrativas dos acampados do "Frei Henri".	Edileuza Miranda Feitosa	Cristiano Bento da Silva
Mineração de pequena escala e a lógica da reprodução camponesa: estudo de caso do Assentamento Palmares II.	Eldenilson da Silva Monteiro	Beatriz M. de F. Ribeiro
A luta do camponês pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Tocantins.	Felipe Carvalho Vitoriano	Rejane C. Medeiros de Almeida
Do estranhamento entre projetos distintos: os sujeitos em conflito com a VALE S.A. na região do Projeto Ferro Carajás.	Gustavo Schiavinato Vitti	Bruno C. P. Malheiro
Impasse em área de uso comum: quebraadeiras de coco X empresa de papel e celulose. Comunidade Petrolina/MA.	Nara Sanaelia da Silva Costa	Gláucia de Souza Moreno
Da Ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela Usina Hidrelétrica de Estreito, Tocantins.	Patrícia Barba Malves	Ailce Margarida Negreiros Alves
O Programa Terra Legal Amazônia: contradições e conflitos.	Rebeca Valquíria A. de Souza	Fernando Michelotti
Implicações da duplicação da Estrada de Ferro Carajás sobre a territorialidade camponesa no Assentamento João do Vale – Açailândia/MA.	Regina Rodrigues da Costa	Rogério Rego Miranda
Processos de resistência no sudeste do Pará: o acampamento Frei Henri frente ao agronegócio.	Simone Alves Martins	Gláucia de Souza Moreno
Como os assentados do Assentamento Antônio Conselheiro estão se mobilizando territorialmente frente à possibilidade da construção de 5 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).	Valdir Alves da Silva	Fernando Michelotti

Eixo: Desenvolvimento do Campo/Assentamentos

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Os limites e desafios da Assistência Técnica e Extensão Rural realizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores no Vale do Rio Pardo/RS.	Alessander von W. Fagundes	Marcelo Nascimento Bernal
As (im)possibilidades do ensino médio do campo: o ensino médio modular no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia/PA.	Cícera Justino Ferreira Pinto	Idelma Santiago da Silva
Assistência Técnica e Extensão Rural: um estudo de caso na Comunidade Mamangal, Igarapé-Miri/Pará.	Denise da Silva Graça	Amintas da Silva Jr.
Desafios da implementação da agroecologia no Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes e o Assentamento Dorcelina Folador, município de Várzea Grande/MT.	Devanir Oliveira de Araújo	Haroldo de Souza
Cotidiano, subjetividade e experiência: notas sobre a dinâmica da vida no Acampamento Helenira Resende do MST.	Eduardo Batista Fernandes	Bruno C. P. Malheiro
Prevenção e combate ao trabalho escravo rural: contribuição da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Alto Xingu - uma experiência na Casa Familiar Rural de São Félix do Xingu/PA.	Elizângela Lima de Sousa	Gláucia de Souza Moreno
A Educação do Campo e a agroecologia à luz dos Movimentos Sociais Populares do Campo.	Emílio Romaninni Neto	Dominique Michele Perioti Guhur
Acampamento Frei Henri: comunidade de resistência camponesa (vídeo)	Fábio Oliveira Lima	Evandro Costa de Medeiros
A Educação de Jovens e Adultos como prática social no contexto do Acampamento Dalcídio Jurandir.	Jeane Jurema de Assis	Haroldo de Souza

Construção do conhecimento agroecológico e de experiências de resistência camponesa no nordeste paraense: os desafios do Centro de Estudos e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana (CEFAC).	José Gomes de Melo Júnior	Haroldo de Souza
Pastoral da Saúde: mulheres profanam o corpo, a natureza e a medicina - o caso "Boa Esperança".	Judith Ribeiro Gama	Haroldo de Souza
A piscicultura como mais uma estratégia produtiva de reprodução camponesa no Assentamento Itacira - Imperatriz/MA.	Letícia Viana Silva	Rogério Rego Miranda
A constituição da escola no contexto da ocupação do Projeto de Assentamento Belo Vale.	Liane Marques da Silva	Nilsa Brito Ribeiro
Extensão rural baseada nos princípios da agroecologia em Marabá/PA.	Magnum Taveira Belizário	Fernando Michelotti
A experiência da Associação de Mulheres Organizadas da Reforma Agrária - AMORA no Assentamento 1º de Março no sudeste do Pará.	Maria Abadia Gomes de Oliveira	Ailce Margarida Negreiros Alves
A agricultura sustentável: explorando possibilidades de relação com a natureza.	Maria de Jesus Nonato Farias	Cristiano Bento da Silva
Pecuária leiteira e as questões ambientais na visão de alguns produtores de leite no Assentamento 17 de Abril, município de Eldorado dos Carajás/PA.	Marizete Rodrigues de Freitas	Antônio Kledson Leal Silva
Importância da pesquisa em instituições escolares – o que é e como pesquisar?	Raimundo Conceição da Silva	Haroldo de Souza
A participação social na construção da Casa Familiar Rural de Santarém – CFR/STM.	Tânia Maria Tavares Pinto	Maura P. dos Anjos

Eixo: Agroecologia e Diálogo de Saberes

Trabalho de Conclusão de Curso	Educando	Orientador
Construções alternativas e conhecimentos camponeses: o que há por trás de um galinheiro?	Alexandre Júnior da Silva	Amintas da Silva Jr.
IALA Amazônico e o Acampamento Frei Henri – MST: diálogo de saberes e referência mútua.	Antônia Borges da Silva	Amintas da Silva Jr.
A contribuição da homeopatia na agricultura e na vida de famílias camponesas organizadas no MPA – Rondônia.	Cláudio Pereira Santos	Glúcia de Souza Moreno
Sistemas agroflorestais: agroecossistemas que melhoram a qualidade de vida.	Daniella Alves da Silva	Amintas da Silva Jr.
Possibilidades para implantação de um banco de sementes tradicionais no Assentamento Mártires do Carajás/MT.	Elenice Oliveira Alves	Haroldo de Souza
Um olhar sobre unidades de produção camponesa do Assentamento Palmares II.	Izabel Rodrigues Lopes Filha	Haroldo de Souza
Sistema de produção abafado com mucuna preta: possibilidades e desafios da substituição do sistema corte e queima como práticas agroecológicas.	José César de Souza	Andrea Hentz de Mello
A utilização de plantas medicinais em comunidades rurais.	Meirian da Silva Lima	Amintas da Silva Jr.
Saneamento básico no núcleo urbano do Assentamento Palmares II/PA e as possíveis intervenções baseadas na permacultura.	Paulo do Nascimento Barbosa	Antônio Kledson Leal Silva

Mecanização agrícola e agroecologia no Assentamento Vila Diamante em Igarapé do Meio/MA.	Pedro Demboski	Andrea Hentz de Mello
Práticas agrícolas no Assentamento 17 de Abril: experiências dos agricultores Altamiro Simplicio e Vicente Barbosa.	Polliane Barbosa Soares	Beatriz M. de F. Ribeiro
Os Kayapó da Aldeia Kriny: características, concepções e estratégias na construção de agroecossistemas adaptados à Amazônia.	Ramon de Paula Neves	Rita de Cássia P. da Costa

Fonte: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016; Universidade Federal do Pará, 2013b.

Considerações finais

A experiência do projeto “Residência Agrária” implantado pela Unifesspa inseriu-se em uma parceria de maior duração com a Via Campesina e, a partir de uma definição conjunta desses parceiros, teve seu foco orientado para a implantação do Instituto de Agroecologia Latino-Americano na Amazônia – IALA Amazônico. Dessa forma, a estruturação do curso de especialização “Residência Agrária” não ficou restrita ao curso em si e a instituição se viu desafiada a construir uma referência pedagógica que contribuísse com o projeto do IALA Amazônico como um todo e que pudesse ser incorporada por ele em outros cursos que ali serão desenvolvidos.

Nesse contexto, a formação em agroecologia, objetivo principal do IALA Amazônico e do projeto Residência Agrária apresentado, buscou dialogar com as perspectivas dos movimentos sociais, provocando rupturas políticas e epistemológicas que pudessem fortalecer uma identidade de projeto camponês. A organização curricular em três eixos temáticos (Questão Agrária Amazônica: projetos hegemônicos e contra-hegemônicos; Desenvolvimento do Campo/Assentamentos; Agroecologia e Diálogo de Saberes) procurou propiciar o tratamento das múltiplas dimensões que o tema encerra. A busca permanente de uma contextualização dos aspectos técnico-científicos da agroecologia no

quadro de conflitos agrários regionais permitiu uma ênfase na dimensão política da agroecologia, vista também como um movimento social.

O diálogo permanente com os grupos sociais no assentamento onde o IALA Amazônico está situado e nos acampamentos do seu entorno, assim como com as próprias comunidades dos educandos e educandas, foi considerado uma prioridade. Para tanto, a construção do percurso formativo foi inspirada nas reflexões conceituais e metodológicas da pesquisa-ação-participante e investigação-militante, com vistas a fundamentar o diálogo entre os educandos e educandas e os camponeses da região. Como desdobramento, ao longo do curso foram desenvolvidos projetos de ação, construídos numa perspectiva dialógica e não impositiva, tanto nas comunidades parceiras do IALA, como na própria sede do Instituto.

Com a preocupação com o diálogo e a participação dos sujeitos do campo em todas as etapas da construção dos projetos (problematização, diagnóstico, elaboração do projeto, execução e avaliação), procurou-se romper com uma perspectiva comum em centros de formação em ciências agrárias: a de se assumirem como espaços exclusivos de produção de conhecimento. No IALA Amazônico procurou-se evitar a ideia de esse espaço ser produtor de conhecimentos acabados, uma pretensão de modelo agroecológico que depois fosse difundido às comunidades camponesas por meio da extensão rural (como na noção de Centro de Referência). Ao contrário, o IALA Amazônico se propôs assumir um papel de Centro de Convergência de experiências múltiplas desenvolvidas por camponeses, camponesas e pessoas da academia que ali pudessem se encontrar e dialogar.

Apesar de esse tipo de inspiração na pesquisa-ação-participante ter sido bastante enriquecedor para o curso de especialização Residência Agrária, certos limites foram observados. Por mais que o percurso formativo fosse estruturado para proporcionar o diálogo entre educandos, educandas e comunidades, os tempos e ritmos de cada etapa do processo tiveram de ser “encaixados” na temporalidade do curso, o que nem sempre respondia ao tempo de maturação demandado pelas comunidades envolvidas. Em um

processo realmente participante, a temporalidade deveria ser da comunidade e não dos pesquisadores e das pesquisadoras, o que se tornou impossível de respeitar em face dos prazos impostos pelo próprio curso e o tempo de formação das turmas. Além disso, os projetos implementados pelos educandos e pelas educandas, apesar de sua importância como exercício formativo, precisam de apoio para terem sua apropriação e continuidade aceitas pela comunidade parceira, o que ultrapassa o final do curso. Portanto, os desdobramentos desses projetos mostram desafios para a parceria IALA Amazônico e universidade, que vão além do próprio curso, reforçando a necessidade de parcerias de longa duração.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARBOSA, M. B. R. **Territorialização contra-hegemônica: o IALA Amazônico e a construção de um projeto camponês na América Latina**. 2014. 76 f. Monografia (Graduação em Agronomia). Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá - Unifesspa, Marabá, 2014.
- BONILLA, V. D. et al. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 131-157.
- BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: _____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999a, p. 223-252.
- _____. Participar-pesquisar. In: _____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999b, p. 7-14.
- CAMPOS, J. C. IALA Paulo Freire - Venezuela, movimentos sociais populares do campo e a integração camponesa na América Latina. In: MARTINS, F. J. (Org.). **Práticas educativas da Via Campesina**. Curitiba: CRV, 2014, p. 53-74.
- CARSON, R. L. **Silent spring**. New York: Houghton Mifflin, 1962.
- CARVALHO, H. M. de. **Comunidades de resistência e superação**. Curitiba: Peres, 2002.
- _____. **Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Curitiba, 2007. Mimeo.
- FERNANDES, B. M. Via Campesina. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 767-770.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GUHUR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 57-65.
- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 25-41.

IALA AMAZÔNICO. **Desafios atuais na construção do IALA Amazônico: subsídios para debate.** 2014, p. 1-4.

_____. Manda-lá Notícias. **Boletim Informativo.** Ano 1, nº 2, out. 2011. Mimeo.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: _____. (Org.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas.** Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010, p. 19-92.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 679-684.

_____. IALA Amazônico: a pesquisa-ação-participante e a construção do diálogo universidade - movimentos sociais. In: **Anais do 9º Congresso Internacional de Educación Superior - Universidad 2014, La Habana, 2014.**

MOLINA, M. G. de. Introducción a la agroecología. **Cuadernos Técnicos SEAE - Serie Agroecología y Ecología Agraria,** Madrid, 2011.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricul. São Paulo,** São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 42-48.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. La Vía Campesina y agroecología. In: **El libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza.** Disponível em: <viacampesina.org>. Acesso em: 10 out. 2016.

SEVILLA-GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Emater/RS, Porto Alegre, 2003, nº 1, vol. 3, p. 18-28.

SILVA, E. R. da. **O Instituto Agroecológico Latino-Americano Amazônico como espaço em construção permanente.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Matemática) - PPG Multiunidades em Ensino de Ciência e Matemática - Unicamp, Campinas, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto pedagógico do curso de Especialização Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo na Amazônia - Pós-Graduação Lato Sensu.** 2013a. Mimeo.

_____. **Relatório Técnico de Execução Física do Curso de Especialização Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo na Amazônia** - Residência Agrária. 2013b. Mimeo.

_____. **Relatório Final do Projeto Agroecologia, Escola e Organização Coletiva**: formação de profissionais para atuação em assentamentos da Amazônia. 2016. Mimeo.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta: 5 años de agroecología en la Vía Campesina** - Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable. Indonésia: La Vía Campesina, 2013. Disponível em: <viacampesina.org>. Acesso em: 10 out. 2016.

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará

Sônia Barbosa Magalhães¹

Laura Angélica Ferreira²

A experiência da Universidade Federal do Pará (UFPA) com a Pós-Graduação Residência Agrária remonta à edição da primeira turma (2004/2005), momento em que o formato do curso era diferenciado do atual, embora a proposta tenha-se mantido quase a mesma, com seus princípios e objetivos mais amplos.

Quando falamos da UFPA, nos referimos ao grupo do Neaf (Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar), hoje NCADR (Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural), que possuía no momento da primeira edição uma configuração diferenciada da que tem hoje. A principal transformação foi a criação da nova Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará, a Unifesspa, e, com isso, parte da equipe que liderou a primeira turma do Residência Agrária tornou-se Unifesspa e a outra parte permaneceu na UFPA. Aqui trataremos de reflexões apenas a partir da leitura de docentes da UFPA.

Como descrito em Ferreira et al. (2009), a inserção da UFPA no programa foi uma consequência natural da experiência do grupo de docentes-pesquisadores do Neaf, pois a prática e a missão do grupo sempre se basearam no apoio ao desenvolvimento regional a partir da consolidação da agricultura camponesa. Nessa missão, o entendimento sempre foi o de formar recursos humanos capacitados técnica e cientificamente sobre o âmbito produtivo que envolve esse contexto social, assim como comprometidos com as mudanças e lutas existentes no campo agrário amazônico. Para atin-

¹Docente/pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Antropologia Social (Universidade Federal do Pará).

²Docente/pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Développement Rural et Système d'Élevage (Institut National Agronomique Paris-Grignon).

gir tal missão, algumas condições foram necessárias: i) conhecimento, por parte da equipe de docentes-pesquisadores, da realidade que se pretende tratar; ii) estreita relação com os movimentos sociais locais; iii) imersão dos estudantes/educandos na realidade das famílias camponesas como recurso didático-pedagógico formativo mais eficiente.

A proposta do Residência Agrária veio corroborar a nossa experiência, contribuindo fortemente no apoio financeiro e sobretudo permitindo atingir um público diferenciado — educandos oriundos de famílias inseridas no Programa de Reforma Agrária — condição *sine qua non* para a entrada no curso, o que nas situações normais, legais e burocráticas da universidade seria muito difícil. Esse apoio torna-se ainda mais importante quando olhamos a malha fundiária do Pará, estado que concentra o maior número de assentamentos do país, apresentando registros de 1.067 assentamentos, com um total de 224.751 famílias assentadas (INCRA, 2016).

Na primeira edição do programa na UFPA, o curso foi ofertado em parceria entre as Universidades Federais do Acre e do Pará, com a realização de etapas presenciais (escola) e de campo (comunidade) nos dois estados. A diversidade de experiências no interior do grupo de educandos e educadores permitiu um rico debate sobre a situação da agricultura camponesa da Amazônia, tanto do ponto de vista de sua organização social e política quanto da organização da produção, e este pode ser considerado o ganho maior do curso (FERREIRA et al., 2009).

Nessa última edição, que envolveu a formação de duas turmas (2013/2014 e 2015), a diversidade dos assentamentos de origem dos educandos permitiu a abordagem de várias temáticas referentes às situações concretas dos assentamentos evidenciadas nos trabalhos de conclusão de curso. A diversidade também favoreceu reflexões sobre a relação entre as características do público-alvo do programa no contexto paraense e as exigências burocráticas e científicas da universidade como instituição de formação e de produção do conhecimento. É dessa perspectiva que neste texto trazemos os seguintes pontos à discussão: 1) o *lugar* da Pós-Graduação Residência Agrária na universidade; 2) a formação e inserção dos pós-graduandos; 3) a produção de conhecimento no âmbito dessa Pós-Graduação.

O lugar da Pós-Graduação Residência Agrária na universidade

Como remarcado por Sá e Molina (2014), os fundamentos da educação que emergem no contexto das lutas camponesas pela Reforma Agrária desde as últimas décadas do século XX têm como pressuposto um projeto de sociedade alternativo à lógica do capital que se encontra na lógica camponesa. Por conseguinte, trata-se de um projeto de formação que, no limite, interroga os alicerces da universidade como instituição de reprodução daquela lógica.

Avaliamos que o Residência Agrária entra na universidade no contexto das crises de hegemonia, de legitimidade e institucional (SOUSA SANTOS, 2010) que a assolam no final do século XX. Entra na Pós-Graduação pelo que é designado *Lato Sensu*, ou seja, cursos de especialização que se realizam paralelamente à Pós-Graduação *Stricto Sensu* e fora do sistema Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Isso quer dizer sem o registro lá onde se encontram os cursos de mestrado e doutorado, considerados o lugar da construção e da reprodução da excelência, e para os quais há um sistema de avaliação considerado um crivo de qualidade.

Poderíamos dizer que se trata de uma entrada pela fresta. Com duração mínima de 360 horas, os cursos *lato sensu* não são considerados de natureza acadêmica e não visam à formação de pesquisadores. São cursos que, se em décadas passadas, quando ainda era incipiente a oferta de cursos de mestrado no país, ocupavam um lugar importante para a formação de topo, com a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* passaram ao segundo plano, sendo menos valorizados. Essa desvalorização explicita-se no direcionamento para a formação em funções especializadas na indústria e na gestão e na prevalência da oferta por instituições privadas (CAPES, 2010a, p. 126). Especialmente na última década as especializações aparecem glamorizadas sob a denominação "MBA". Tal denominação, originária do inglês *Master in Business Administration*, rapidamente vem emprestando seu suposto *glamour* às mais diversas áreas (CAPES, 2010b, p. 263). Todavia, contraditoriamente é por essa fresta que a formação voltada para o fortalecimento da lógica camponesa adentra a universidade, numa disputa – silenciosa e não tão evidente – com a lógica industrial capitalista.

Estar fora do sistema Capes significa que a modalidade *lato sensu* está fora de políticas públicas de incentivo e financiamento. No âmbito das universidades públicas, são objeto de demandas de empresas estatais e públicas. No caso da Universidade Federal do Pará, muitas vezes a demanda é de empresas cujas ações e interesses colidem com o projeto camponês, em situações inclusive extremas, como o são as situações de expropriação e desterritorialização. Dessa perspectiva, a Pós-Graduação Residência Agrária demanda um movimento no interior do próprio Estado para a destinação de recursos financeiros que estão fora do sistema MEC (Ministério da Educação e Cultura). Tal condição não seria problema se não tivesse como consequência o risco sempre iminente da descontinuidade de sua oferta e se não implicasse uma longa e incansável canalização de energia para o exercício de um direito já conquistado – a educação gratuita para todos em todos os níveis. A cada nova edição, um novo esforço para a captação de recursos, cuja obtenção não está assegurada *a priori*.

Há que se observar também as relações que se estabelecem entre a Pós-Graduação *Lato Sensu* e os cânones hegemônicos da formação científica. De um lado, a matriz e o caminho de reconhecimento do curso no interior da universidade, e de outro, a valorização das atividades e da produção de conhecimento nesse âmbito. Na Universidade Federal do Pará, provavelmente a própria preexistência das atividades do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural baseadas na denominada pesquisa-ação diminui a estranheza de um curso de Pós-Graduação voltado para esse público em particular, e os trâmites burocráticos no âmbito institucional fluem normalmente. Todavia, isso só se torna possível porque em ato precedente, isto é, ao inserir a proposta de curso no “sistema” de demandas, os coordenadores já elaboraram justificativas e adequações, especialmente sobre tempo e espaço, além de resultados esperados, sobre escola e comunidade, sobre trabalhos de conclusão de curso e critérios de avaliação.

O “sistema” é de fato um programa de computador, cuja elaboração eleva ao limite os pressupostos quantitativistas e limitantes às inovações, à incerteza e à dúvida. Desse modo, a fixidez do sistema porta um *a priori* que é dado na própria concepção atual de universidade e em seu correlato de excelência.

O problema do quantitativismo estende-se como um polvo sobre todas as áreas da universidade e, conforme observa Sousa Santos (2010, p. 217), leva a privilegiar “objetivos ou produtos mais facilmente quantificáveis”, que certamente não são os mais importantes para a Pós-Graduação Residência Agrária. Esta prima por tornar salientes os valores e os direitos, além da técnica, desde que subordinada a eles.

Conforme será tratado a seguir, a avaliação que recebemos dos alunos e comunidades sobre suas (novas) práticas não são apreensíveis pelo sistema. Revelam-se no recorte dos objetos de pesquisa – mais conectados às demandas da comunidade do que às demandas do conhecimento; nos eventos de discussão – que privilegiam a discussão dos resultados com os próprios observados; nos veículos de publicação – que privilegiam os periódicos ou livros de extensão; nas interações locais – que põem em destaque o cotidiano de construção de uma vida social mais justa e mais ética, mais solidária entre os homens entre si e entre os homens e a natureza.

Mensurar a produção de conhecimento pelo número de publicações por sua vez conduz não apenas a uma espécie de escolha de objetos e/ou de prioridades de pesquisa, mas também de determinadas teorias – aquelas hegemônicas, mais facilmente aceitáveis pelos veículos de publicação “qualificados”. Entre o predomínio dos procedimentos das ciências naturais e exatas e o taylorismo intelectual (Plano Nacional de Pós-Graduação, 2010, vol. 1, p. 127) continua exíguo o espaço, mesmo desvalorizado, da proposta de Pós-graduação Residência Agrária.

Um dos corolários do taylorismo intelectual e/ou do *publish or perish* (YAMAMOTO, 2000) é a velada desvalorização da prática docente dedicada à orientação desses pós-graduandos, cujo lugar subalterno aparece em outro “sistema” – o Sistema Lattes. Desse modo, parece estar se consolidando, até mesmo de forma inconsciente, uma escolha dos docentes por atividades nos cursos de mestrado (acadêmico) e doutorado, em detrimento dos inquestionáveis valores éticos e sociais da Pós-Graduação Residência Agrária. Ainda que muitos dos mestrados acadêmicos não guardem um perfil tão reconhecidamente acadêmico, a sua designação resulta quantitativamente em sua automática valorização. Inversamente, ainda que a especialização seja

de excelência, a sua designação jamais resultará em sua alçada ao topo da produção e da formação.

Cabe ressaltar, todavia, que a lógica de reconhecimento acadêmico prevalecente não guarda correlação com a importância dos cursos para o público ao qual se destinam e para a sociedade. A seguir, tentamos evidenciar alguns aspectos dessa importância para a formação dos profissionais do campo.

A formação e a inserção dos pós-graduandos

A seleção dos candidatos para a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará, denominada Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ), pode ser interpretada como um momento revelador das dificuldades ainda persistentes de acesso aos cursos de graduação para os educandos no contexto da Reforma Agrária no estado do Pará e na Amazônia, mas também do limitado número de profissionais graduados que atuam neste contexto e/ou das limitadas possibilidades de qualificação profissional que lhes são facultadas.

Do total de candidatos inscritos, apenas 17% eram residentes nos assentamentos, e deles, 56% foram da primeira turma, ofertada em 2013, e 44% da segunda turma, ofertada em 2015. Cabe ressaltar que 22% desses candidatos são provenientes de assentamentos situados na região metropolitana de Belém, cuja formação ocorreu desvinculada da política Pronera de cursos de graduação, em cursos regulares oferecidos pela universidade pública ou em cursos regulares oferecidos por meio do financiamento (público ou misto) à faculdade/universidade privada. Deve ser ressalvado, no entanto, que egressos do sistema modular de ensino de graduação ofertado no interior do estado do Pará, sobretudo em regiões de difícil acesso como as ilhas, lograram acessar a especialização.

Essa evidência relativa ao baixo número de graduados residentes nos assentamentos, obtida no processo de seleção e inscrição dos candidatos, confirmar-se-ia depois nos diagnósticos realizados nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, tanto em assentamentos criados mais

recentemente, como os Projetos de Assentamento Extrativistas, quanto nos Assentamentos mais antigos.

No elenco dos cursos de graduação realizados pelos pós-graduandos DAZ, pode-se verificar uma gama variada que inclui licenciaturas (Ciências Naturais, Ciências Agrárias), Pedagogia e as Engenharias (de Pesca, Florestal e Agronomia)³. Embora em termos quantitativos possa ser observada uma certa exclusão dos considerados cursos "nobres" da graduação, a variedade constatada pode ser lida como indício de um processo mais geral de qualificação, que começa a chegar ao *campo* no estado do Pará e por extensão na Amazônia. O que pode ser ressaltado todavia é ainda a inadaptabilidade do nível de formação obtida ao crivo de exigência formalmente prescrita na Pós-Graduação, notadamente habilidade para a leitura, interpretação e síntese de extensos textos técnico-científicos, e o domínio das normas formais/padronizadas da escrita. Podemos afirmar que é no domínio do *corpus* e dos símbolos da graduação formal que melhor se observa o caráter excludente da trajetória de formação. É o caráter excludente todavia que se relativiza nas práticas metodológicas e nos fundamentos epistemológicos da proposta de educação Residência Agrária.

Entre os selecionados, foi unanimemente reconhecido que a especialização Residência Agrária constituía de fato o único caminho possível para a Pós-Graduação. É por meio desse movimento dialético entre a exclusão e a superação que pudemos acompanhar o ingresso de aproximadamente 31,6% dos alunos do DAZ em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, escalando uma barreira que seria muito mais difícil sem a etapa de especialização pela qual passaram.

As características da trajetória de formação não se distinguem por gênero, observando-se inclusive uma leve superioridade percentual de participação feminina (58%). No contexto marcado pelo patriarcalismo, pela gestão predominantemente masculina da unidade de produção familiar agrícola e agroextrati-

³Gama de cursos de formação dos pós-graduandos: Administração; Agronomia; Biologia; Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Computação; Ciências Econômicas; Ciências Naturais; Ciências Sociais; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Pesca; Engenharia Florestal; Geografia; Gestão Ambiental; Pedagogia; Relações Internacionais; Serviço Social; Tecnologia Agroindustrial de Alimentos; Tecnologia em Aquicultura; Zootecnia.

vista, a composição do grupo de pós-graduandos parece revelar, como já observado em outras situações (KIND et al., 2016), o protagonismo de mulheres nos assuntos referentes à política e à reflexão sobre os destinos de suas sociedades.

De acordo com o explanado acima, além da escassa demanda de assentados pela Pós-Graduação, observou-se também a inexpressiva demanda de profissionais *do campo*, notadamente professores e extensionistas. Isso parece revelar, por um lado, a inexpressividade numérica destes últimos, e por outro, as restrições impostas à qualificação para os professores em atividade. Nesse particular, registra-se a desistência antes da matrícula e o desligamento do curso por incompatibilidade no cumprimento de atividades, seja do Tempo Escola seja do Tempo Comunidade.

Entretanto, no grupo de pós-graduandos DAZ foram observadas histórias de reconversão de trajetórias, que incluem experiência de profissionalização e assalariamento urbano-industrial e o retorno à condição social camponesa como opção de vida; experiências de ausências temporárias visando à graduação que obtiveram sucesso no retorno; experiência de retorno para o exercício profissional após o DAZ. Temos como hipótese que o exercício de produção de conhecimento desenvolvido no curso contribuiu para ressignificar a trajetória de partida e regresso ao campo, mas seria necessária uma investigação mais aprofundada sobre o tema. O que vamos expor a seguir apenas suscitou essa hipótese.

A produção de conhecimento no âmbito do DAZ

Sousa Santos (2014, p. 28-30) distingue o conhecimento universitário do conhecimento pluriversitário, para remarcar a relação que se estabelece entre objeto de estudo e sociedade. O primeiro caracterizar-se-ia pela distinção entre pesquisa científica e tecnológica e seria produzido por agentes que, no âmbito de uma hierarquia organizacional, partilham os mesmos objetivos de produção e portam a mesma cultura científica. O segundo seria marcado pela contextualização (“conhecimento contextual”), isto é, os critérios de excelência e relevância seriam resultado da interação entre produtores e utilizadores. Esse conhecimento pluriversitário tem sido posto em prática por meio da relação que se estabelece

entre universidade e indústria ("conhecimento mercantil"), tanto em países centrais como periféricos. Todavia, é sobretudo nestes últimos que se tem desenvolvido, por oposição, o "conhecimento solidário", produzido por meio da relação que se estabelece entre pesquisadores e sindicatos, movimentos sociais e grupos sociais especialmente vulneráveis.

Poderíamos dizer que o conhecimento produzido no âmbito do DAZ seria caracterizado por um "conhecimento solidário", cujas temáticas e objetos de estudo foram ancorados na identificação compartilhada e na construção dialogada.

Identificadas a partir da realização do trabalho de diagnóstico socioagroambiental, as temáticas estudadas refletem a percepção dos educandos sobre os principais problemas enfrentados pelas comunidades e pelas famílias, e sobre suas demandas.

De fato, o instrumento de diagnóstico utilizado no curso tem como principal objetivo permitir uma aproximação dos educandos com a realidade. Seria o instrumento de maior força para apreensão da situação produtiva da família dentro de seu contexto sociocultural e político. Pretende-se com tal instrumento construir uma grade de leitura, sobretudo agroecológica, da realidade das famílias que permita aos educandos refletir sobre as principais linhas de ação-desenvolvimento para apoiá-las.

Percebe-se, no entanto, que os resultados desse trabalho ultrapassam os limites propostos. A imersão em campo com um olhar direcionado ao universo socioprodutivo das famílias em variados momentos do curso, com um arcabouço teórico-conceitual que vai se aprofundando ao longo da própria pesquisa, provoca uma efervescência de descobertas tanto aos "de dentro" quanto aos "de fora". Muitas dessas descobertas concretizam-se em propostas de ações que podem ser imediatas, mas uma boa parte conduz à reflexão da necessidade de um aprofundamento sobre a questão apontada, levando à construção das temáticas escolhidas para a monografia ou trabalho final.

Localizadas no nordeste e sudeste paraense, as áreas de estudo envolveram nove assentamentos – Mártires de Abril, Assurini, Ilha Maúba, Abril Vermelho, Terra Nova, São Lourenço, Fortaleza, Ilha Piquiarana e Mutirão Japuretê – uma reserva extrativista (Reserva Extrativista do Mapuá) e duas comunidades limítrofes (Vila Braba e Ressaca), cuja inserção é resultado de demanda, seja da própria comunidade, seja de pós-graduando ou professor a ela profissionalmente vinculado.

De uma maneira geral, podemos agrupar as temáticas em seis grandes temas: a) expansão de monocultivos e subordinação da produção camponesa; b) transformações socioambientais e expropriação camponesa; c) políticas públicas para a agricultura familiar; d) comercialização; e) Educação do Campo; f) sistemas produtivos, biodiversidade, técnicas de produção e manejo⁴.

Os temas são, por sua vez, indicativos de “problemas” com os quais se confrontam as sociedades camponesas com as quais interagimos: por exemplo, a dificuldade de comercialização dos assentamentos localizados na região metropolitana de Belém. Essa é uma boa tradução para “*tão perto e tão longe*”, pois as famílias dos assentamentos estudados – Mártires de Abril e Abril Vermelho – assim como de outros assentamentos da região, têm um mercado fortíssimo na porta de casa, entretanto não dispõem de meios técnicos e financeiros para acessar esse mercado.

É dessa perspectiva dialética entre problema social e problemática científica que as apresentações de trabalhos em eventos específicos, como os seminários promovidos pelo curso, abertos ao público e com participação de interlocutores das comunidades, permitiam o exercício acadêmico do conhecimento contextualizado e igualmente a interação com outros agentes, ampliando a esfera de interlocução e crítica. Cabe ressaltar nos seminários⁵ a participação de integrantes da alta hierarquia não apenas da gestão pública como também da universidade, em raro momento de reconhecimento e valorização da Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A produção de conhecimento no caso do DAZ guarda estreita correlação com o desempenho durante o curso. Ambos são frutos do engajamento dos pós-graduandos nos contextos estudados: compromisso sociopolítico e compromisso acadêmico aqui se interseccionam. É notável o índice de conclusão do curso – 90,4%. É notável também a inserção dos pós-graduandos na esfera superior, a Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

⁴A maioria dos trabalhos produzidos está disponível em: <<http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site>>. Na página também podem ser encontrados vídeos com avaliações e comentários de participantes do curso e sobre as comunidades estudadas, além de fotos e de atividades pedagógicas.

⁵Sobre os seminários, consultar também: <<http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site>>.

Aproximadamente 31,6% dos concluintes foram aprovados em Cursos de Mestrado Acadêmico (Ciências Ambientais; Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável; Sociologia e Antropologia) e Mestrado Profissional (Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares). Nessa inserção, há uma predominância de mulheres, representando 58%. Podemos ter como hipótese (ou como desejo) que a trajetória desses pós-graduandos, com a experiência de "conhecimento solidário" vivenciada no DAZ, acabará por repercutir em sua história futura de produtores de conhecimento.

Do mesmo modo, outro tipo de desdobramento da produção do conhecimento sobre a prática dos agentes pode ser observada na materialização do "grupo de consumo consciente", o Gruca (Grupo para Consumo Agroecológico). Pensado teoricamente como trabalho de conclusão⁶, funciona hoje em interação com outros espaços alternativos de comercialização extrauniversidade, ou seja, no interior da própria dinâmica da sociedade. O grupo tem como objetivo aproximar consumidores urbanos e produtores camponeses. As atividades no momento constam da venda coletiva de produtos agroecológicos produzidos pelos agricultores assentados da região metropolitana de Belém, com entrega quinzenal de *paneiros*⁷, e de visitas aos agricultores produtores dos alimentos para conhecer como é feita a produção (e ajudar a colher, se necessário). É um grupo de autogestão.

Por fim, não obstante as considerações acima, ou talvez à cause de, registram-se trabalhos resultantes dessa prática de formação e pesquisa em periódicos indexados, como "Desenvolvimento e Meio Ambiente" (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016)⁸, além de outros não "qualificados"⁹.

Além das publicações em periódicos e livros, registra-se também a apresentação de trabalhos e publicações em anais de congressos nacionais e internacionais. Assim como ocorreu no Congresso Nacional de Residência Agrária, os pós-graduandos também apresentaram trabalhos nos seguintes

⁶Ver Gonzaga (2014).

⁷Paneiro é o nome utilizado no Pará para designar cestos de transporte de rápida confecção em tala de palmeira.

⁸Há pelo menos mais dois trabalhos aceitos para publicação, sendo um na Revista Agricultura Familiar (ISSN 1414-0810) e outro em livro.

⁹Ver, por exemplo, Gomes e Magalhães (2016).

eventos: X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP; XII Encontro Nacional de História Oral, Política, Ética e Conhecimento; VII Seminário Internacional em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária; VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica – Rio de Janeiro/RJ; X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia – Montes Claros/MG; I Simpósio Multidisciplinar UEPA Marabá: As problemáticas socioambientais na Amazônia Oriental – Marabá/PA; 64º Congresso Nacional de Botânica MG, BA e ES/Minascentro – Belo Horizonte/MG; IX Congresso Brasileiro de Agroecologia; XX Encontro Nacional de Grupos PET; VII Encontro Amazônico de Agrárias.

Por outro lado, o que parece mais importante destacar não é a produção em seu estado final, não é o produto acabado, mas o processo que o construiu, porque é nele que se realizam e se evidenciam as trocas, as transformações de coisas, ambientes e pessoas. No cotidiano das atividades do curso, a coordenação recebeu mensagens de comunidades agradecendo a oportunidade de discutir e buscar soluções para os problemas; foram estabelecidos vínculos de cooperação que perduram; ampliaram-se resultados de simples ações. Se isso pode ser dito em relação às comunidades, entre os próprios graduandos escutamos depoimentos reveladores de reencontro com a própria história e de valorização da identidade – no caso, escondida durante todo o curso de graduação – assim como o agradecimento pelo estímulo e apoio à reconversão de trajetórias.

À guisa de (in)conclusão

Neste artigo, buscamos refletir sobre a experiência da Pós-Graduação Residência Agrária, oferecida pela UFPA por meio do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural entre 2013 e 2015. Como todo processo educativo, não podemos pensar que essa Pós-Graduação se esgota nela mesma ou que seja suficiente para se tirar conclusões. O que aqui abordamos aponta, por um lado, para a complexidade da experiência, para a dialética entre inclusão e exclusão e para a interseção entre trajetória ou sua reconversão, desempenho

acadêmico e produção de conhecimento. Por outro lado, trata dos limites institucionais para a aceitação de outras lógicas acadêmicas ou pedagógicas especialmente questionadoras do projeto sociopolítico hegemônico. Trata-se de limites não tão e nem sempre evidentes, que estão entranhados nos “sistemas” de registro e avaliação pertinentes. É dessa perspectiva que pensamos que a universidade não está ainda aberta para o projeto camponês, sua entrada ainda é pela fresta, esgueirando-se ora entre a fixidez de tempo e espaço, ora entre as graduações liminarmente obtidas, ora por formas diversas e criativas de divulgar e fazer-se notar. Contudo, o importante é que, conforme buscamos evidenciar, o projeto camponês de educação já é uma forma de começar a abrir a universidade, introduzindo e reivindicando a produção de um “conhecimento solidário”, base da transformação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, vol 1, 2010a.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, vol 2, 2010b.

FERREIRA, L. A. et al. Os desafios de uma formação voltada para o contexto regional: a experiência do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo da Região Norte. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

GOMES, L. S.; MAGALHÃES, S. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. In: **Ecodebate**, maio 2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/05/30/agricultores-integrados-do-dende-e-questoes-relativas-ao-sistema-de-producao-no-pa-terra-nova-por-lucinaldo-soares-gomes-e-sonia-barbosa-magalhaes/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GONZAGA, N. B. **GRUCA (Grupo para consumo agroecológico): uma experiência de autogestão e cooperação entre consumidores e produtores da Feira Orgânica de Belém e do Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro - Belém - Pará)**. Disponível em: <<http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site/trabalhos-daz-2013-2014>>. Acesso em: 20 out. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA nos estados: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 24 out. 2016.

KIND, Luciana et al. (Orgs.). **I Simpósio da Rede de Pesquisas em Narrativas, Gênero e Política: narrativas com mulheres – experiências acadêmicas, profissionais e militantes**. Belo Horizonte: PUC-Minas/Clock Book, 2016.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 37, maio 2016. ISSN 2176-9109. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/45595>>. Acesso em: 26 out. 2016.

SÁ, L. M.; MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo** nos cursos do Pronera. Brasília: MDA, 2014.

SOUSA SANTOS, B. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 187-234.

_____. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2014. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

VELOSO, T.; ALMEIDA, E. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá** – um processo de exclusão, 2001. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

YAMAMOTO, O. Publish or perish: o papel dos periódicos científicos. In: **Estud. psicol.** (Natal) vol.5 n.1, Natal Jan./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100001>. Acesso em: 16 out. 2016.

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)

Erika Macedo Moreira¹

Ana Cláudia Diogo Tavares²

Janaina Tude Sevá³

Ranielle Caroline de Sousa⁴

Resumo

O presente artigo visa sistematizar as diversas experiências político-pedagógicas vivenciadas no âmbito do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (PPGDSC) da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás, executado entre 2013 e 2015.

¹Doutora em Direito pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás e Coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) Pronera. Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/ Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: erika.moreira@pq.cnpq.br.

²Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) da UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Assessoria Jurídica Popular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/ Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: anaclaudiatavares@yahoo.com.

³Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFR-RJ). Professora da Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Documentação e Memória. Coordenadora Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: janainatudeseva@gmail.com

⁴Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo). Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação do Campo e Coordenadora Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/UFG (2013/2015). E-mail: ranielle.caroline@gmail.com.

Nesse sentido, no artigo apresenta-se inicialmente o perfil diverso dos sujeitos que compuseram a turma de estudantes da Pós-Graduação, que se autodenominou Turma Dom Tomás Balduino. Em seguida, discute-se a proposta pedagógica elaborada e as práticas político-pedagógicas desenvolvidas na construção do programa: professores universitários, estudantes da pós-graduação e da graduação, movimentos populares e suas entidades de apoio. Na descrição da estrutura pedagógica, destaca-se o papel dos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs) na articulação teórica e prática, no acompanhamento do Tempo Escola e do Tempo Comunidade e na elaboração de estratégias de intervenção na realidade social. O papel dessas estratégias é o de ampliar o potencial de transformação que representa a especialização em direitos sociais do campo de profissionais com atuação nos movimentos populares e/ou organizações camponesas. Em considerações finais, as práticas pedagógicas contra-hegemônicas consolidadas a partir da efetivação do direito como campo de intervenção do Pronera permitem o questionamento do ensino tradicional nos cursos de direito. Além disso, reiteram o protagonismo dos/as educandos/as na construção de saberes que os tornam especialistas no tema e multiplicadores de metodologias e conhecimentos gestados no processo de ensino-aprendizagem.

Introdução: aspectos político-institucionais do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)

O presente artigo visa apresentar um relato sobre as diversas experiências político-pedagógicas vivenciadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (PPGDSC). O Programa foi constituído em atendimento à Chamada CNPq/MDA-IN CRA nº 26/2012 e regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1.171 da Universidade Federal de Goiás. Soma-se às iniciativas da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG) no desenvolvimento de ações de ensino-pesquisa-extensão voltadas à valorização da diversidade cultural e à garantia dos direitos dos povos do campo beneficiários da Reforma Agrária,

agricultores familiares, indígenas e quilombolas⁵.

Vale lembrar que a Regional Goiás/UFG está localizada no município de Goiás, que proporcionalmente é o município com o maior número de assentamentos do Brasil. São 23 projetos de Assentamentos: Bom Sucesso, Dom Tomas Balduino, Mata do Baú, Mosquito, São João do Bugre, São Felipe, Acaba Vida II, Retiro, Rancho Grande, São Carlos, Lavrinha, Novo Horizonte, Paraíso, Buriti Queimado, União Buriti, Holanda, Baratinha, Vila Boa, Engenho Velho, Varjão, Magali, Serra Dourada e Padre Felipe Leddet⁶.

A cidade de Goiás ainda está próxima de dois povos indígenas: o povo Tapuia, no município de Rubiataba, e o povo Karajá, no município de Aruanã. Além disso, há também comunidades remanescentes de quilombos em processo de regularização. Ademais, a Regional está localizada no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, programa do governo federal que busca promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A Regional Goiás/UFG, portanto, está em uma região privilegiada para a pesquisa, que concentra agronegócio, agricultura familiar e projetos de assentamento que se aproximam no tempo/espço e tencionam projetos de desenvolvimento do campo (HAESBERT, 1999; GIRARDI, 2008).

De acordo com o projeto político-pedagógico e a Resolução CEPEC/UFG nº 1.171, o PPGSDC teve como objetivos:

⁵A Regional Goiás/UFG foi a pioneira no desenvolvimento de cursos de Direito no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Com efeito, o desenvolvimento dessa política afirmativa de acesso ao ensino superior em uma universidade pública para camponeses no curso de Direito é um marco para o processo de refundação da Universidade Federal na Cidade de Goiás e para o próprio Pronera. Sobre a experiência da Turma Evandro Lins e Silva, ver: SOUSA, 2009, 2012; MORAIS, 2010. Nesse sentido, vale destacar que a especialização também visou dar continuidade à formação dos estudantes que concluíram o curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultura Familiar da UFG - Turma Evandro Lins e Silva, além de propor uma articulação entre movimentos sociais e universidade em defesa dos direitos do campo. Assim, o projeto foi um passo importante para a Regional Goiás e para o amadurecimento do Pronera, por ter proporcionado uma reflexão sobre a Educação Jurídica sob a perspectiva dos princípios do programa e especialmente por acrescentar o Direito como área do conhecimento, não só desejável, mas sobretudo necessária ao público do (Pronera).

⁶Tabela de dados dos assentamentos no município de Goiás disponível em: <[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=4&Parameter-s\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=2](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=4&Parameter-s[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=2)>. Acesso em: 6 jan. 2017.

I) Contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com foco nas ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA;

II) qualificar a formação de professores, estudantes e técnicos extensionistas na área de Residência Agrária Jurídica;

III) promover a interdisciplinaridade com os cursos de Serviço Social e Filosofia do CACG, articulando suas práticas pedagógicas, extensionistas e de pesquisa com a Educação Jurídica e a Educação do Campo;

IV) fortalecer a Educação do Campo e a cultura jurídica, crítica e plural, como estratégia do desenvolvimento humano vinculada aos projetos de construção do bem viver, no âmbito econômico, social e cultural do campo, a partir do fortalecimento do conhecimento popular e tradicional e da busca pelas novas práticas produtivas, pedagógicas e laborais;

V) atender à demanda de criação de um programa de pós-graduação lato sensu, voltado para o público beneficiário do PRONERA, de acordo com o art. 13 do decreto nº 7.352/2010 e item 8.3 do Manual do PRONERA (de acordo com Acórdão TCU nº 3.269/2010);

VI) fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão sobre os direitos sociais do campo, mediante atividades que possibilitem articular a graduação, a pós-graduação, os movimentos sociais do campo e as comunidades rurais e povos tradicionais;

VII) contribuir para a consolidação do direito enquanto área de intervenção das políticas de Educação do Campo e da extensão rural;

VIII) contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem na formação jurídica;

IX) instrumentalizar os educandos para que possam intervir nas demandas jurídicas nas áreas de Reforma Agrária, a partir da construção de conhecimentos teórico-metodológicos voltados para a realidade específica do campo;

X) realizar mapeamento das demandas jurídicas envolvendo as comunidades rurais de origem dos estudantes da turma de Residência Agrária;

XI) realizar o estágio de vivência com estudantes da graduação do CACG/UFG, em duas comunidades de origem dos estudantes da turma de Residência Agrária;

XII) contribuir com o desenvolvimento humano, econômico, social e cultural das comunidades rurais parceiras do projeto.

Para atender a essas finalidades, a proposta pedagógica do curso assumiu o desafio de pensar a formação jurídica de extensionistas beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares, no sentido de fortalecer as relações entre assistência técnica jurídica, Educação do Campo e desenvolvimento. Assim, o projeto buscou afirmar a Educação do Campo e a cultura jurídica crítica e plural como estratégias de desenvolvimento humano vinculadas aos projetos de construção do bem viver, no âmbito econômico, social e cultural do campo a partir da busca de novas práticas produtivas, pedagógicas e laborais.

O Programa contou com uma estrutura participativa e dialogada, especialmente a partir da constituição da Comissão Político-Pedagógica (CPP). A proposta pedagógica do Programa foi pensada para que os sujeitos envolvidos pudessem refletir, discutir e decidir como o projeto seria desenvolvido. Daí a importância de apresentar esses sujeitos para então compreender as práticas pedagógicas e discutir em que medida foram gerados processos permanentes que duraram para além do curso nas comunidades e nos movimentos sociais parceiros e na própria universidade, além de compreender quais consequências e desdobramentos foram gerados, e se essa experiência indica possibilidades de superação.

Turma Dom Tomás Balduino: seus sujeitos e territórios

A turma do Programa de Pós-graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária, batizada de Turma Dom Tomás Balduino pelos educandos, foi formada a partir de processo seletivo previsto nos termos do Edital nº 13/2013.

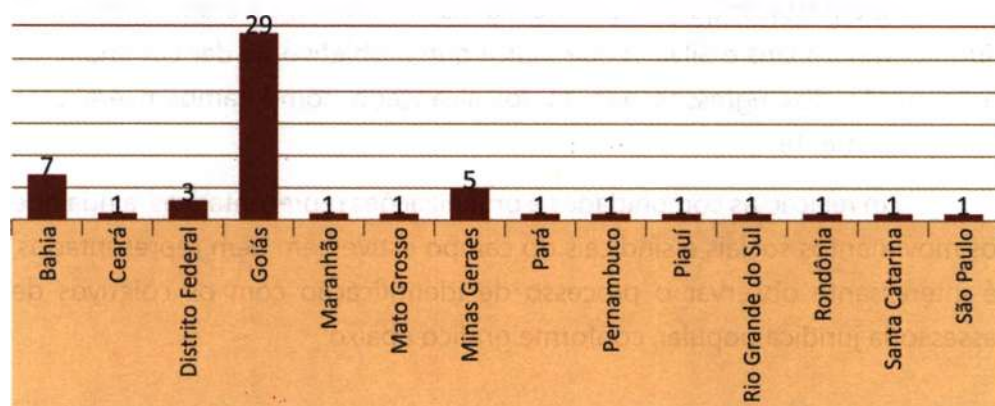
Foram 98 inscritos para um total de 55 vagas. Considerando a não utilização dos 10% de vagas para técnicos administrativos da UFG e do INCRA e a ampliação do alcance do número de bolsas (uma vez que outras

pessoas estavam aprovadas, porém impedidas de receber bolsa de pesquisa), foi possível constituir uma turma com formação inicial de 57 educandos/as (desses, 52 foram concluintes).

Com inspiração na trajetória da Turma Evandro Lins e Silva (1ª Turma de Direito Pronera/ UFG), o processo seletivo foi aberto em caráter nacional, o que nos colocou desafios na constituição de estratégias, em especial para o acompanhamento do Tempo Comunidade, conforme será detalhado adiante.

A turma foi composta por educandos/as de 14 Estados e do Distrito Federal, sendo a região Centro-Oeste a mais representativa quantitativamente (36 educandos/as), seguida das regiões Nordeste (11), Sudeste (6), Norte (2) e Sul (2):

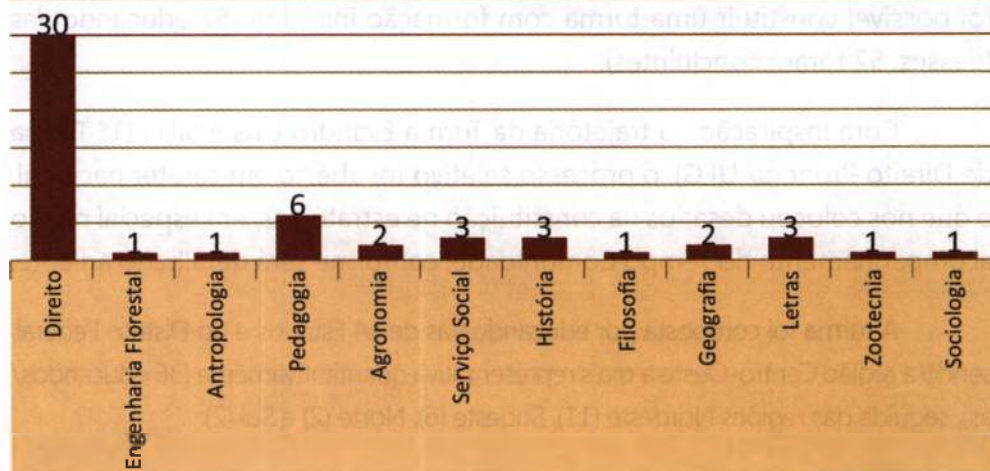
Gráfico 1: Representação da Turma Dom Tomás Balduino por estado da federação



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade_01 (Julho/2013).

Outra característica da turma foi a opção de realizar um curso de Especialização em Direito, porém com seleção aberta a graduados de qualquer área do conhecimento. Por um lado, o projeto firmou um entendimento de que era necessário afirmar o direito como uma área do conhecimento legítima para os povos do campo. Por outro lado, considerou a necessidade de fortalecer uma concepção interdisciplinar do direito também a partir dos/as educandos/as da turma. Desse modo, a turma teve a seguinte constituição em relação à graduação dos/as educandos/as:

Gráfico 2: Representação da Turma Dom Tomás Balduino por áreas de graduação

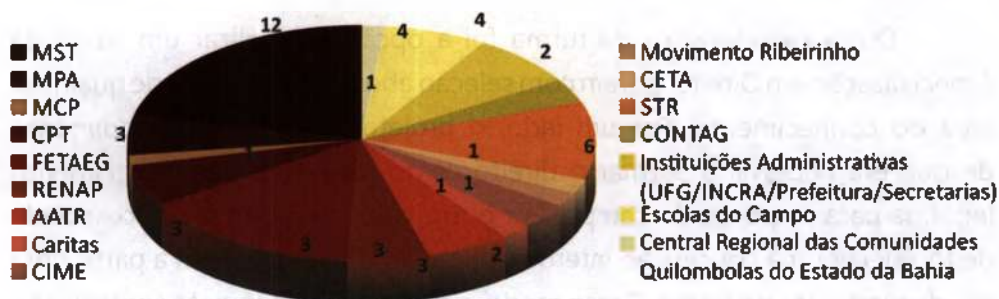


Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade_01 (Julho/2013).

Vale destacar que, dos 30 bacharéis em Direito, 23 eram egressos da Turma Evandro Lins e Silva, o que indica que o objetivo de dar continuidade à formação dos egressos não só foi alcançado como também era uma demanda latente.

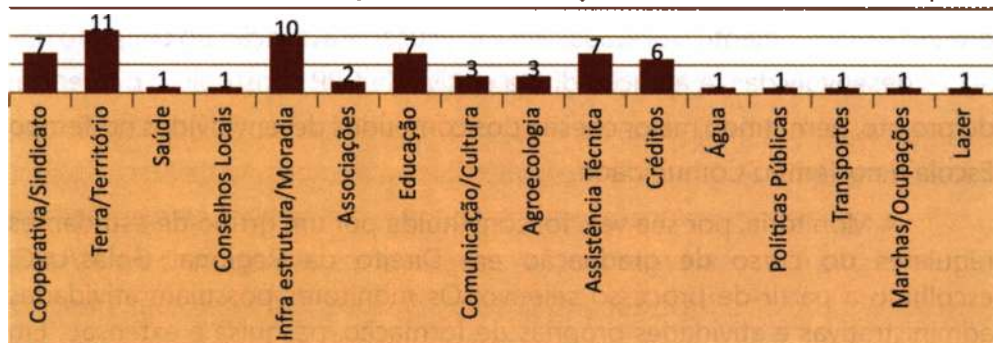
Em relação às comunidades e organizações representativas, ainda que os movimentos sociais e sindicais do campo estivessem bem representados, é interessante observar o processo de identificação com os coletivos de assessoria jurídica popular, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3: Instituições/Organizações/Movimentos Sociais na Turma Dom Tomás Balduino



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade_01 (Julho/2013).

Gráfico 4: Perfil das demandas por acesso e efetivação dos Direitos Sociais do Campo



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade_01 (Julho/2013).

As entidades de apoio tiveram papel fundamental na execução do Tempo Comunidade, tendo em vista o caráter nacional do projeto e o projeto de Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária, que permitiu a interação entre estudantes da graduação e da pós-graduação. A diversidade de áreas de formação, de regiões e estados dos/as educandos/as que integraram a turma, somada à metodologia de diálogo e inter-relação entre teoria e prática norteados pelos princípios da Educação do Campo e do Pronera, são elementos diferenciadores da proposta pedagógica que se desenvolveu no Programa, especialmente considerando o conjunto do perfil de demandas por acesso aos direitos sociais do campo.

Proposta pedagógica: a teoria pela prática

No nível administrativo e de gestão do projeto, o Programa se organizou da seguinte forma: Coordenação Geral, Comissão Político-Pedagógica (CPP), Coordenação Pedagógica, Núcleos de Extensão e Pesquisa, Monitoria e Educandos. Cada um desses elementos era responsável não só por atividades administrativas, como também compunham e articulavam as atividades pedagógicas, sem necessariamente compor uma hierarquia.

A CPP foi composta por representantes da turma, professores colaboradores e convidados representantes do Pronera, além de representantes das entidades dos educandos (comunidades, movimentos sociais, organizações). A CPP, como coletivo, foi responsável pelo conjunto das ações do Programa, desde as reuniões preparatórias de construção do

projeto e planejamento das etapas até a execução e avaliação do conjunto das ações desenvolvidas. A atuação direta e ativa da CPP constituiu o diferencial do projeto, permitindo maior coesão dos conteúdos desenvolvidos no Tempo Escola e no Tempo Comunidade.

A Monitoria, por sua vez, foi constituída por um grupo de estudantes regulares do curso de graduação em Direito da Regional Goiás/UFG, escolhido a partir de processo seletivo. Os monitores possuíam atividades administrativas e atividades próprias de formação, pesquisa e extensão. Em relação às atividades administrativas, os monitores eram vinculados a um determinado NEP e desenvolviam atividades de apoio à coordenação dos Núcleos em todas as suas atividades, inclusive no acompanhamento das disciplinas ofertadas durante o Tempo Escola, e participavam de todas as atividades de planejamento, execução e avaliação do projeto. Nas atividades de formação, realizaram o Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária (EIRA), no qual executaram atividades de pesquisa e extensão.

O EIRA tinha como um de seus elementos centrais o intercâmbio entre os alunos regulares da graduação em Direito e os educandos/as da Especialização, que passaram a atuar como orientadores junto com professores do Programa. A proposta foi pautada na vivência dos alunos de graduação nas comunidades dos educandos/as da Especialização e no desenvolvimento de pesquisa e/ou extensão nessas comunidades, sob orientação dos professores e dos educandos/as do Programa.

A proposta do EIRA foi construída em etapas complementares: formação do grupo, escolha das comunidades e educandos/as da Residência Agrária que cumpririam o papel de orientadores dos bolsistas de graduação (atividade conjunta entre professores, educandos/as da pós e monitores/estagiários); vivência na comunidade e levantamento de demandas para pesquisa e/ou extensão em conjunto com a comunidade; avaliação e construção do projeto de pesquisa/extensão; desenvolvimento do projeto na comunidade; elaboração de relatório e produtos; devolução à comunidade; avaliação e entrega de resultados ao Programa e à Universidade⁷.

⁷Participaram do EIRA 11 monitores/estagiários, que cumpriram seus estágios nas seguintes localidades: Comunidade Remanescente do Quilombo Rio dos Macacos em Salvador, Bahia; comunidade de Geraizeiros do norte de Minas Gerais; movimentos de luta pela terra em Rondônia e Mato Grosso; Assentamento Conceição Rosa e comunidades quilombolas no Maranhão; Assentamento Rancho Grande; Assentamento Paraíso; Assentamento Dom Fernando; movimentos de luta por moradia camponesa e resgate de sementes crioulas; Assentamento Ponte de Pedra, atingida por agrotóxico no estado de Goiás. Para saber mais sobre o EIRA, ver o Relatório Final da execução física do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária, 2016.

Pedagogicamente, o eixo central do Programa foi a Pedagogia da Alternância, conjugando ações entre os períodos de Tempo Escola/ Universidade, realizado em 4 etapas⁸, e Tempo Comunidade.

As três primeiras etapas foram destinadas às disciplinas e atividades de pesquisa e extensão na cidade de Goiás e região. A 4ª etapa foi destinada ao congresso de encerramento “Ocupar, Resistir e Produzir Saberes”, realizado entre os dias 10 e 14 de abril de 2015⁹.

Os Tempos Comunidade ocorriam entre os períodos de integralização de componentes curriculares a partir de um documento diretriz que determinava quais atividades seriam desenvolvidas. A constituição dessas estratégias se dava a partir de categorias de análise mobilizadas ao longo do Tempo Escola/Universidade e pelo planejamento construído nos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs).

As atividades do Programa foram realizadas em ciclos que interligavam Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade, organizados nos seguintes momentos: Seminário Tempo de Chegada, Componentes Curriculares, Seminário Tempo de Saída e Atividades do Tempo Comunidade. O seminário de tempo de chegada propiciava ao educando/a apresentar um relatório escrito ou audiovisual das atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade, bem como permitia apresentar em debates a previsão das

⁸As etapas ocorreram em julho de 2013, janeiro de 2014, julho de 2014 e abril de 2015. As três primeiras tiveram duração média de 21 dias e carga horária de 120 horas/aula, totalizando na matriz curricular 360 horas de Tempo Escola/Universidade e 154 horas de Tempo Comunidade/carga horária prática.

⁹O congresso de encerramento foi pensado como resposta à avaliação da turma durante o seminário de saída do Tempo Escola 03, sobre a importância de construir um momento que permitisse a toda a turma conhecer o trabalho de conclusão do curso desenvolvido por cada colega, ampliando o acesso ao conhecimento para além da atuação no âmbito do seu respectivo NEP e fortalecendo assim o exercício do olhar interdisciplinar. Assim, a proposta metodológica do evento buscou privilegiar o espaço de fala e reflexão protagonizado pelos/as educandos/as da turma. A partir da proximidade temática, organizamos mesas de debate compostas pelos educandos/as como expositores e avaliadores externos como debatedores. Os/as orientadores/as tinham espaço de fala e contribuição apenas no momento em que a palavra era franqueada ao público presente. Os debatedores externos tinham como atribuições: 1) receber e ler os artigos relacionados à mesa temática da intervenção no Congresso; 2) debater e problematizar aspectos teóricos-metodológicos de cada artigo; 3) estabelecer pontos de conexão entre os trabalhos; 4) contribuir com o amadurecimento acadêmico, acúmulo de conteúdo e formação profissional dos educandos. A experiência foi um sucesso e a proposta acabou sendo acatada e reproduzida por outras turmas do Residência Agrária, como da UnB, Unesp e UFC.

atividades do Tempo Escola/Universidade, a escolha das disciplinas a serem ofertadas pelos NEPs e a organização interna da turma. O segundo momento estava relacionado à realização das disciplinas curriculares e atividades curriculares complementares. O terceiro momento, seminário de tempo de saída, possibilitava refletir e avaliar as ações do Tempo Escola, preparar o Tempo Comunidade e o próximo Tempo Escola, como levantamento de atividades e disciplinas de interesse, planejamento da pesquisa/extensão e trabalho de conclusão do curso. O Tempo Comunidade era o momento de realizar as atividades propostas pelo instrumento construído no seminário de tempo de saída na comunidade do/a educando/a, sob orientação dos professores do Programa e do orientador político indicado pela comunidade/movimento/organização.

As atividades desenvolvidas durante a Especialização podem ser organizadas em quatro grandes grupos: disciplinas; atividades e projetos complementares; projetos de pesquisa-extensão e TCC; ação estruturante. Em relação às disciplinas, foram ofertadas de três naturezas: as obrigatórias, as "optatórias" e as optativas dos NEPs.

As disciplinas obrigatórias, cursadas por todos/as educandos/as da Especialização, foram compostas por carga horária teórica e carga horária prática, distribuídas entre Tempo Escola e Tempo Comunidade. Tais disciplinas foram propostas no projeto da Especialização e refletiam o cerne do perfil de egresso pretendido pelo curso, o seu núcleo teórico-metodológico fundante. Foram elas: Questão Agrária e Direitos Sociais do Campo, Metodologia da Pesquisa e Metodologia da Extensão¹⁰.

As disciplinas "optatórias" eram optativas, porém de caráter obrigatório à turma. Suas temáticas foram definidas durante o processo de avaliação, ao final de cada etapa de Tempo Escola, apontando para a etapa

¹⁰A disciplina de Metodologia de Extensão constitui uma inovação no método de realizar pós-graduação no Brasil hoje, considerando a perspectiva de uma pesquisa participante (BORDA, 1982) voltada para a construção de conhecimento a partir da realidade social e das demandas oriundas das camadas populares da população. Essa realidade nos ensinou que a prática aponta para a necessidade de superar a pesquisa jurídica feita meramente por meio da revisão bibliográfica, senão em diálogo com ela, e as discussões teóricas e metodológicas que a formação acadêmica nos aporta.

seguinte os conteúdos de importância para o amadurecimento teórico-metodológico individual e coletivo da turma. Foram disciplinas propostas pelos/as próprios educandos/as, que tiveram a proposta de ementa construída pela Coordenação Pedagógica em diálogo com a CPP¹¹.

Por fim, as disciplinas optativas dos NEP's foram criadas a partir das temáticas e demandas específicas de cada Núcleo, para atender às especificidades dos projetos de pesquisa/extensão. Foram ofertadas duas disciplinas de cada NEP durante cada Tempo Escola¹².

Além das disciplinas, outro componente essencial do curso foram os projetos de pesquisa extensionista que geraram os Trabalhos de Conclusão de Curso. Foi proposto que os educandos/as desenvolvessem projetos de pesquisa e/ou extensão que fossem apresentados e avaliados na seleção da turma, e desenvolvidos na comunidade do/a educando/a sob orientação de um/a professor/a da Especialização e um orientador/a político dentro de um dos NEPs. Os projetos foram sintetizados como Trabalho de Conclusão de Curso na forma de artigo apresentado no Seminário de Encerramento.

Os projetos de pesquisa extensionista foram essenciais para a organização dos/as educandos/as nos NEPs e para a ligação entre Universidade, Especialização e Comunidade dos/as educandos/as.

¹¹Disciplinas "optatórias": Gênero, Relações Humanas e Poder, ofertada durante o 2º Tempo Escola, e Conflitos Socioambientais e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, ofertada durante o 3º Tempo Escola.

¹²O NEP de Assessoria Jurídica Popular ofertou as seguintes disciplinas: Formação Político-territorial; Introdução à Assessoria Jurídica Popular; Teoria do Direito; Teoria Crítica do Direito; Experiências em Assessoria Jurídica Popular: estudos de caso e experiências em Assessoria Jurídica Popular I; Experiências em Assessoria Jurídica Popular: estudos de caso e experiências em Assessoria Jurídica Popular II. O NEP de Educação do Campo ofertou estas disciplinas: Fundamentos da Educação do Campo; Terra, Trabalho e Sociabilidade; Educação e Movimentos Sociais; Estado e Políticas Públicas; Instrumentos Pedagógicos da Educação do Campo; Experiências em Educação do Campo: estudos de caso. O NEP de Agroecologia e Território surgiu durante o Tempo Escola 3 como uma demanda dos educandos/as e ofertou a disciplina Experiências em Agroecologia e Território: estudos de caso. Seu surgimento está relacionado ao amadurecimento temático de educandos/as que estavam vinculados aos outros dois NEPs e perceberam a necessidade de ter um momento específico. Para dar conta dessa demanda, a disciplina foi composta de dois momentos pedagógicos: a parte teórico-prática, a partir da preparação e realização de trabalho de campo no Assentamento de Reforma Agrária Dom Fernando (município de Itaberai), e a segunda, em formato de banca de qualificação, a partir da exposição do recorte temático do trabalho de conclusão do curso de cada educando/a, considerando a arguição de membros avaliadores.

Durante o projeto também foram desenvolvidas atividades complementares: seminários, palestras, atividades de extensão, cursos de formação, atividades de campo e outras desenvolvidas durante o curso, em conjunto com os estudantes da graduação e a universidade, com outras instituições de ensino superior e cursos de graduação e pós-graduação, com as comunidades e sujeitos envolvidos no curso. Essas ações consistiram em forma de diálogo e intercâmbio do projeto com diversos sujeitos e para a formação complementar dos/as educandos/as.

Concluindo o grupo de atividades do Programa, cada NEP desenvolveu ações estruturantes: atividades de extensão desenvolvidas em conjunto com os/as educandos/as, com e para a comunidade da Cidade de Goiás e/ou a Universidade Federal de Goiás. O objetivo das ações estruturantes foi pensar intervenções da turma que provocassem reflexos para além da turma e das comunidades dos/as educandos/as.

Será necessário um tempo maior para avaliar os NEPs e, em especial, as ações estruturantes que são centrais para avaliar como as práticas pedagógicas do curso refletiram e refletem de forma mais duradoura que o período da Especialização.

Núcleos de Extensão e Pesquisa: espaço para a construção do pertencimento e articulação entre teoria e prática

Os NEPs constituíram a vida orgânica do curso e se formaram a partir do recorte teórico-prático do tema de cada educando e do ponto de conexão que articulava cada projeto a outros semelhantes, formando espaços de diálogo e formação comum.

Além dos três NEPs (Assessoria Jurídica Popular, Agroecologia e Território, Educação do Campo), foi criado o de Documentação e Memória, responsável por uma atuação transversal e não propriamente vinculado à temática do/a educando/a, mas vinculado a uma estratégia voltada à

produção de registros do processo de trabalho, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de instrumentos pedagógicos audiovisuais e do acervo documental, textual, audiovisual físico e virtual que compõem o PPGDSC.

Além do registro das aulas e dos debates em formato de mesa-redonda e palestra, foram registradas e editadas, em formato de videoaula e documentários, a Aula Inaugural da Residência Agrária, proferida pelo professor Carlos Frederico Marés (UFPR), intitulada "A usurpação das terras da gente" (2013), as ações de extensão do NEP Educação do Campo, intituladas "Uma vida de luta" e "Educação do Campo" (2013), e dois documentários de curta-metragem sobre conflitos fundiários regionais ("Vala do Rio do Peixe", 2014, e "Acampamento Dom Tomás Balduino", 2014). Destacam-se o documentário sobre a Turma Dom Tomás Balduino e o filme comemorativo dos 20 anos do MST no Mato Grosso, ambos em processo de finalização.

A atuação com os NEPs foi fundamental para pensar a construção do sentido prático da alternância. O curso estabeleceu como metodologia três momentos pedagógicos pautados na ação de (re)conhecimento dos sujeitos da turma e suas realidades na relação com os usos e práticas do direito, na ação de refletir coletivamente sobre a realidade identificada e de construir uma proposta de intervenção que contemplasse a especificidade e a coletividade.

De acordo com Queiroz (2004), o desafio da alternância se manifesta na efetiva integração/interface dos conteúdos desenvolvidos no Tempo Escola com a realidade social dos estudantes. Assim, algumas reflexões orientaram o debate e a prática com a centralidade da pedagogia da alternância.

Ao não referir apenas o aspecto do sistema de oferta, mas a modalidade de desenvolvimento do curso e os aspectos políticos e pedagógicos do processo de conhecimento, essa concepção impôs o debate em torno de algumas questões, destacando-se: as relações teoria e prática; o conhecimento sistematizado e o saber popular; a prática individual e a construção coletiva do conhecimento; a autoridade do docente e as relações democráticas professor-aluno; as concepções e práticas pedagógicas, e os sujeitos do processo educativo.

Dessa forma, a experiência da turma dialogou com os pressupostos teóricos da Educação do Campo sistematizados por Caldart (2012): contextualização, práxis e transdisciplinaridade. Tal sistemática estabeleceu uma outra lógica no processo de ensino e aprendizagem aos professores e estudantes do curso de Direito, historicamente caracterizado pela descontextualização, pelo dogmatismo e pela unidisciplinaridade (CAMPILONGO, 1992; PORTO, 2000; MACHADO, 2009).

Os NEPs propuseram a discussão em torno de eixos que transversalizaram as disciplinas no Tempo Escola e orientaram as atividades no Tempo Comunidade. O primeiro eixo define-se em torno da trajetória histórica da terra no Brasil e de sua centralidade como elemento estruturante da hierarquização social e da definição de relações de poder, ancoradas numa dimensão patrimonialista e de profunda exclusão social. O segundo eixo define-se a partir da dimensão das lutas sociais e da configuração de direitos sociais como instrumentos de promoção de processos de consolidação de uma sociedade mais democrática e comprometida com a promoção da igualdade. O terceiro define-se pela categoria trabalho, entendida como conceito e prática que fundamentam a sociabilidade humana, cujos padrões civilizatórios contemporâneos se assentam nas possibilidades dadas pela mediação das políticas públicas compreendidas como forma privilegiada de acesso aos direitos sociais.

Ao compreender as dimensões estruturantes acima, afirma-se a categoria camponato e seus processos identitários, configuração de assentados, agricultores familiares, pequenos proprietários, membros de comunidades tradicionais, dentre outros. Essa dinâmica social configura processos culturais próprios e implicam na definição de estratégias e concepções educacionais fundamentais no processo de luta do campo e na afirmação de sua capacidade produtiva em um novo modelo sustentável ecológica e socialmente.

A partir desses eixos de reflexão, pontuaram-se questões para a organização do curso: Como assegurar a chegada das reflexões do Tempo

Comunidade até o Tempo Escola? É possível iniciar as disciplinas sem uma diagnose do processo de conhecimento e ação dos educandos? Qual o papel e o tempo de leitura para a consolidação de conteúdos teóricos, bases de análise das realidades? Como organizar o Tempo Comunidade e o apoio pedagógico para sua realização?

Esses eixos permitiram à equipe pedagógica reflexões sobre como articular a pedagogia da alternância com os pressupostos da pesquisa participante. Tais reflexões estabeleceram as referências para a consolidação da matriz curricular do curso, permitindo a configuração das disciplinas e seu desenvolvimento pedagógico, articulando concepções e práticas pedagógicas, reflexões teóricas e intervenção nas realidades de diferentes comunidades, domínio de conhecimentos e comprometimento político.

Desse modo, a construção e a efetivação dos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs) foram fundamentais para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitassem a articulação entre teoria e prática. Essa oxigenação nas formas de produção do conhecimento científico alimenta a construção de um Direito crítico, popular, plural e transdisciplinar. A Pós-Graduação deu condicionamentos para pensar um novo Direito que dialogue com as mais variadas áreas de conhecimento e com os saberes populares, e na construção de um Direito que não seja preso exclusivamente à instrumentalização normativa e processual, afinal só é possível conseguir resolver conflitos conhecendo a realidade em que estão inseridos.

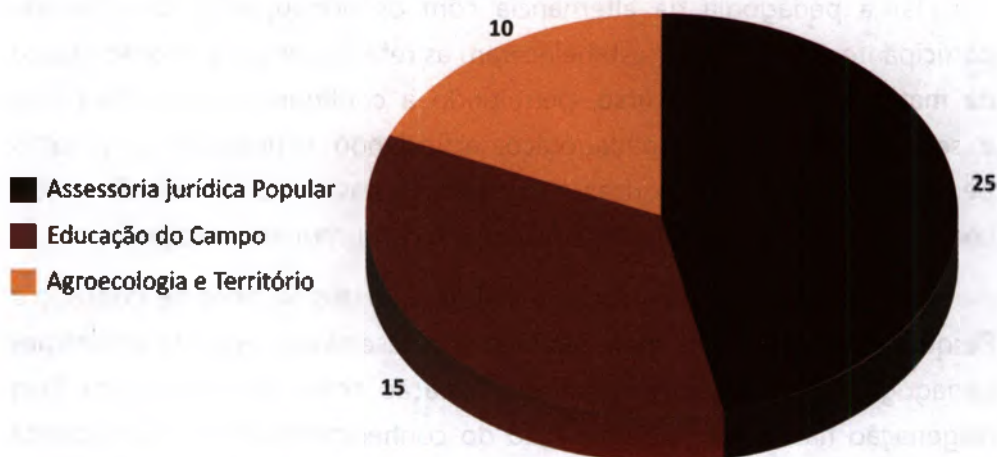
Além de darem organicidade e vida ao Programa, os NEPs ainda incorporaram a tarefa de refletir e agir de forma a extrapolar a Especialização, olhando para as comunidades dos educandos e para a comunidade da cidade de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. O que ficaria após o fim do projeto, além de trabalhos científicos (artigos, monografias, dissertações, anais, livros)? Qual semente seria plantada?

No EIRA, os NEPs possibilitaram o diálogo entre graduação e pós-graduação, entre educandos/as da especialização e suas comunidades e alunos da graduação regular. Desse modo, viabilizou-se que a realidade, os sujeitos, os

problemas e os temas das comunidades chegassem aos alunos/as da graduação e ao curso regular, ao mesmo tempo que se devolveu à comunidade um pouco do que a universidade aprendeu e desenvolveu com ela.

Os/as educandos/as foram assim divididos nos NEPs:

Gráfico 5: Núcleos de Extensão e Pesquisa da Turma Dom Tomás Balduino



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade_01 (Julho/2013).

Nas ações estruturantes, como já explicitado, o objetivo era pensar em atividades que promovessem um retorno da turma para a comunidade de Goiás e para a universidade, e projetassem algo para o pós-curso.

O NEP de Assessoria Jurídica Popular teve como ação estruturante a realização de oficinas de Direitos Sociais nas suas comunidades de origem e a produção de uma Coleção de Cartilhas que pudesse ser utilizada no futuro¹³.

Como ação estruturante, o NEP de Agroecologia e Território optou por participar do AGROECOL 2014¹⁴, composto pelo 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul, 5º Seminário de Agroecologia do Mato

¹³Essa coletânea foi publicada com 4 volumes temáticos: "Segurada Especial. Direitos Previdenciários da Mulher do Campo", "Cadastro Ambiental Rural (CAR)", "Moradia Camponesa" e "O direito à alimentação saudável nas escolas e o incentivo à agricultura familiar e camponesa: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)".

¹⁴Informações disponíveis em: <<http://www.cpa0.embrapa.br/agroecol2014/apresentacao.php>>.

Grosso do Sul, 4º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul e 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul. Foram nove trabalhos apresentados e publicados nos anais, que foi realizado em Dourados/MS.

O NEP de Educação do Campo, além de coordenar as atividades da turma relacionadas aos Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP's) nas escolas do campo, optou por construir um brinquedo pedagógico, "Ih! Pregaram uma peça no saci!", que busca introduzir no universo infantil reflexões sobre a centralidade do papel da mulher camponesa na organização social, política, econômica e cultural a partir de uma história escrita e ilustrativa. Ao final, o livro convida as crianças a darem continuidade às peças do saci, destinando ilustrações e páginas em branco para o exercício criativo.

À guisa de conclusão: a Assessoria Jurídica Popular e o Pronea na construção da contra-hegemonia da educação jurídica

O principal produto do projeto foi a conclusão do curso e a entrega de 51 diplomas de especialista em Direitos Sociais do Campo, pela Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás, aos educandos e educandas que compuseram a turma de Direitos Sociais do Campo Dom Tomás Balduino. Além disso, o projeto resultou em um conjunto imensurável de conhecimentos partilhados em cada atividade desenvolvida, seja durante as aulas, seja nas ações de pesquisa e extensão de sua comunidade.

O desenvolvimento do projeto permitiu consolidar uma metodologia integradora de ações de ensino-pesquisa-extensão entre a turma da Residência Agrária e as turmas de graduação, especialmente pensando a atuação das/os monitores/bolsistas, bem como as comunidades rurais. A cada etapa do Tempo Escola, três momentos direcionavam o conjunto das atividades: o tempo de chegada e a socialização do Tempo Comunidade, o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares e o seminário de saída e preparação para o Tempo Comunidade, fortalecendo a atuação nos NEPs e nas comunidades.

Em especial, é importante valorizar o PPGDSC por ter permitido a consolidação do "Programa de Extensão Direitos Sociais do Campo: Questão Agrária, Estado e Participação Social" (2016-2017). A partir dos editais PROEXT/MEC, nos anos de 2013 e 2014, foi possível desenvolver o Programa de Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária, apelidado de EIRA, com a incorporação de 10 bolsistas de extensão à equipe. O programa significou uma atividade realizada por professores, estudantes e integrantes dos movimentos sociais do campo para possibilitar aos graduandos uma formação teórica e prática sobre a questão agrária, ao mesmo tempo que fortaleceu uma política educacional que relaciona estudantes de especialização com graduandos na prática de construção de saberes e busca a superação dos problemas indicados pelas comunidades nas áreas da Reforma Agrária. A partir da formação continuada e da vivência nas áreas vinculadas à política de Reforma Agrária, o programa busca articular teoria e prática na formação dos estudantes da regional Goiás e consolidar uma prática de extensão rural vinculada aos movimentos sociais privilegiando a *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2007).

Além dos grupos de estudo e dos debates ocorridos com estudantes da graduação da regional, ampliando as discussões sobre questão agrária, direito, pesquisa e extensão universitária, participação e apresentação de trabalhos em congressos, o projeto também propiciou aos professores a criação de um espaço de reflexão coletiva sobre suas práticas pedagógicas, os limites da educação jurídica, da pesquisa-extensão, dos usos do direito como tecnologia, no formato de um curso de formação para formadores. A cada etapa do Tempo Escola/Universidade, além do encontro dos professores, de caráter mais formativo e reflexivo, também estava garantido horário para orientação individual.

Nesse processo, a chegada dos movimentos sociais aos cursos de graduação e/ou pós-graduação acaba gerando um deslocamento epistêmico: os movimentos sociais deixam de ser "objeto de pesquisa" e passam a ser os sujeitos da pesquisa e de sua formação como professores, pesquisadores-extensionistas da pós ou educandos dos cursos de graduação. "Eu deixo de pesquisar sobre os movimentos sociais e luta por direitos e passo a potencializar e contribuir com a formação/informação sistematizada dos

sujeitos, que estão inseridos em suas organizações e constroem ação política na busca pela efetivação de direitos” (MOREIRA, 2015).

Merece destaque ainda o conjunto de ações desenvolvidas no campo da produção científica, notadamente a partir da realização de três eventos científicos de pesquisa e troca de experiências de caráter nacional: o “Seminário Advocacia, Trabalho e Movimentos Sociais: reflexos sobre o estágio, a pesquisa e a extensão em direito no Pronera”, a “Jornada Universitária de Apoio à Reforma Agrária Popular – JURA”, nos anos de 2014 e 2015, e o “Congresso de Encerramento da Residência Agrária Turma Dom Tomás Balduino: ocupar, resistir e produzir saberes”.

A práxis da Assessoria Jurídica Popular, ao se contrapor à assessoria jurídica “tradicional”, nos questiona sobre a possibilidade de usos contra-hegemônicos de um instrumento de construção de hegemonia¹⁵: o direito. De que forma usar um instrumento concebido como legitimador da ordem para a transformação dela? Boaventura de Sousa Santos (2003) sistematiza um conjunto de reflexões sobre as possibilidades emancipatórias do direito, diferenciando o uso hegemônico do direito pelas classes e grupos dominantes como instrumentos “exclusivos e autônomos” (SANTOS, 2003, p. 37) e o uso em perspectiva contra-hegemônica, o que implica a adoção de “uma visão não essencialista do direito estatal e dos direitos”, isto é, em manejá-los “como não autônomos e não exclusivos” ao integrá-los “em mobilizações políticas de âmbito mais vasto, que permitam que as lutas sejam politizadas antes de serem legalizadas” (SANTOS, 2003, p. 37).

Sob essa perspectiva “não essencialista” do direito estatal e dos direitos¹⁶, o NEP de Assessoria Jurídica Popular fomentou o debate sobre os

¹⁵O conceito de hegemonia em Gramsci (1991, p. 32) refere-se ao consentimento – garantido pela sociedade civil (ou aparelhos privados de hegemonia, como a escola, a universidade etc) – dos indivíduos ao poder dominante. Sob essa perspectiva teórica, o direito é caracterizado como um dos instrumentos utilizados pelo Estado com o fim de “fazer desaparecer certos costumes e hábitos e difundir outros” (1991, p. 96) e como “o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado” (1991, p. 97).

¹⁶Sobre o papel de mediação exercido pelos advogados na inserção das lutas sociais no Judiciário e sobre a assessoria jurídica popular no Brasil, ver Santos e Carlet (2010), Tavares (2007) e Ribas (2009). Neles há considerações sobre os modos de produção e reprodução dominantes do Direito, aos quais os discursos e as práticas dos advogados e assessores jurídicos populares se contrapõem.

direitos sociais do campo no âmbito de oficinas em que os/as educandos/as da pós-graduação se tornaram educadores em suas comunidades e colaboraram nas mobilizações políticas com o conhecimento teórico construído.

Tal perspectiva também incentivou a troca de saberes com outros/as educandos/as e com advogados populares organizados na Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), ao realizar uma oficina no XX Encontro da RENAP, que ocorreu em Natal/RN, com participação expressiva de estudantes de graduação em Direito de turmas voltadas para o público do Pronera.

A continuidade de espaços de troca e de construção de respostas coletivas para os desafios da Educação do Campo (contextualização, práxis e transdisciplinaridade, nos termos de Caldart, 2008) no âmbito da educação jurídica (descontextualizada, dogmática e unidisciplinar, conforme Campilongo, 1992; Porto, 2000; Machado, 2009) foi a tônica dos debates e é um permanente desafio a ser superado pelas experiências de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. A existência de militâncias políticas com essa percepção nos leva a crer que a superação está em curso, ao vermos as ações dos movimentos sociais que foram parceiros e protagonistas da construção da pós-graduação se direcionarem para garantir esses espaços. Assim, por exemplo, há proposta em fase de viabilização de um encontro de turmas de Direito do Pronera em 2017.

O PPGDSC veio com o intuito de apontar para a construção de uma Universidade Popular, na perspectiva de construção de uma universidade democrática e popular que tenha como principal objetivo discutir e debater caminhos para a diminuição das desigualdades socioeconômicas e combate às injustiças. Ao fim, essa pós-graduação teve como horizonte a intervenção nas comunidades e a produção de conhecimento para o povo. Toda a turma esteve engajada em ações práticas relacionadas à trajetória de efetivação dos direitos sociais no campo a partir da reflexão teórica e intervenção prática na realidade política, social e cultural de sua comunidade de origem.

Referências

- BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 2. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- CAMPILONGO, C. F. **Assistência jurídica e realidade social**: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais. 1992. Mimeo.
- FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais, In: **Ideação**. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus Foz do Iguaçu, vol.10, n.1, 1º semestre de 2008, p. 41-62.
- GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- MACHADO, A. A. **Ensino jurídico e mudança social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAIS, H. B. **A dialética entre educação jurídica e Educação do Campo**: a experiência da turma Evandro Lins e Silva da UFG derrubando as cercas do saber jurídico. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.
- MOREIRA, E. M. Práticas da Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo: fortalecendo a relação ensino-pesquisa-extensão. **Revista InSURgencia**. Brasília, IPDMS/UnB, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16773>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- PORTO, I. F. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação**: construção do projeto didático no ensino jurídico. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.
- RIBAS, L. O. **Direito insurgente e pluralismo jurídico**: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000). Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.

SANTOS, B. S.; CARLET, F. S. The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice. In: GHAI, Y.; COTTRELL, J. (Eds.). **Marginalized communities and access to justice**. Abingdon: Routledge, 2010, 60-82.

SOUSA, R. C. **A dimensão cultural das ações afirmativas**: a experiência da turma de direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultura familiar. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, 2009.

_____. **O direito achado no campo**: a construção da liberdade e da igualdade na experiência da Turma Evandro Lins e Silva. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

TAVARES, A. C. D. **Os nós da rede**: concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Relatório Parcial do Programa de Pós-graduação Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária**. CNPq/INCRA-Pronera/UFG. Goiás, 2013a.

_____. **Resolução CEPEC nº 1171/2013**. Cria o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Direitos Sociais do Campo, no Campus Cidade de Goiás, e aprova o respectivo regulamento. Goiás, 2013b.

_____. **Relatório Final do Programa de Pós-Graduação Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária**. CNPq/INCRA-Pronera/UFG. Goiás, 2016.

EIXO 2

MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro

Jonas Duarte

**Das sementes aos frutos:
a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural
Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável –
Residência Agrária/UFC**

*Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado,
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero*

**Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências
Agrárias: o confronto com o instituído**

Maria Inês Escobar da Costa

**Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia
e a soberania alimentar**

Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro

Jonas Duarte¹

Introdução

A Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Insa (Instituto Nacional do Semiárido), estruturou curso de Pós-Graduação em nível de Especialização nos moldes de uma Residência Agrária, financiado pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), mediante o Edital 26/2012 do CNPq.

O curso foi direcionado para assentados da Reforma Agrária e para técnicos de assistência técnica do Incra, assim como para educadores atuantes em áreas de Reforma Agrária e comunidades camponesas do semiárido brasileiro.

O objetivo principal era compreender a formação sócio-histórica do semiárido brasileiro, de forma a colaborar na superação do estereótipo hegemônico de que os graves problemas de cunho socioeconômico e ambiental nesse território se devem a suas condições edafoclimáticas.

O curso se desenvolveu a partir dos preceitos da Educação do Campo, utilizando-se da Pedagogia da Alternância, e foi realizado em quatro etapas com a participação inicial de 60 e a conclusão de 55 educandos de comunidades rurais e assentamentos da Reforma Agrária de seis estados de todo o território semiárido brasileiro.

O curso produziu 55 monografias com estudos diversos sobre a realidade do território e de práticas realizadas no uso de técnicas e tecnologias

¹Professor do Departamento de História da UFPB. Graduado em História (UFPB). Mestre em Economia Rural (UFPB). Doutor em História Econômica (USP). Coordenador da Residência Agrária: Especialização em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido.

de convivência com o semiárido. Tais técnicas e tecnologias foram aplicadas em 14 comunidades desse vasto território, numa intervência universitária participativa na elaboração de conhecimentos. Produziu-se uma consciência nova sobre o semiárido a partir da perspectiva de convivência com a região em sua plenitude, seja em seus aspectos produtivos, culturais, educacionais, seja no aspecto ambiental. Esse novo olhar para o território é o que denominamos de produção de um conhecimento contextualizado no semiárido brasileiro em sua história, geografia, cultura, economia, sociedade, enfim, é vislumbrar o semiárido com seus desafios, possibilidades e potencialidades, exigindo novas reflexões.

O território semiárido brasileiro foi submetido historicamente a um processo de dominação oligárquica, que estruturou uma sociedade de intensa concentração econômica e grandes desigualdades sociais, base de uma estrutura fornecedora de mão de obra para o processo de formação econômica nacional.

Nesse contexto, produziu-se uma educação colonizada e colonizadora, fomentando estereótipos e imagens distorcidas sobre a realidade. Se a educação formal carregara essa marca distante da realidade e do processo histórico econômico e social do semiárido, o foco desse processo ocorria na educação voltada para o campo e para o campesinato da região.

O curso **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido** procurou abordar sob outra perspectiva esse processo histórico e reunir assentados da Reforma Agrária e técnicos de assistência que atuam nessa área para os desafios da realidade do semiárido brasileiro.

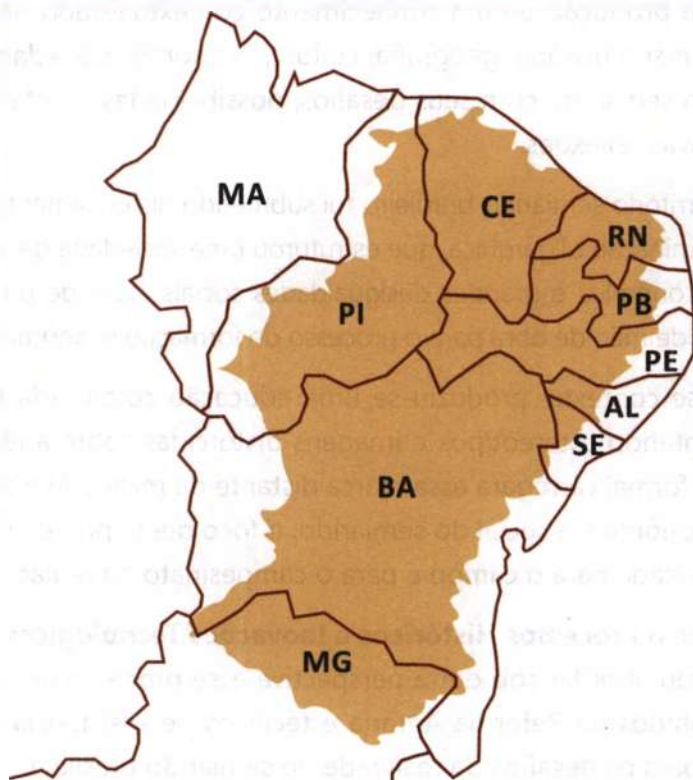
O semiárido visto do lado de cá

A demarcação atual do semiárido brasileiro (SAB) foi estabelecida pela Lei Complementar nº 125, de 2007, considerando basicamente os seguintes critérios:

1. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm;

2. Índice de aridez entre 0,2 e 0,5, calculado entre 1961 e 1990;
3. Risco maior que 60% de estiagem, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Figura 1: Território Semiárido Brasileiro (Lei Complementar nº 125/2007)



Fonte: Disponível em: <<http://www.insa.gov.br>>.

Em sua demarcação física, o SAB alcança área contígua de quase 1 milhão de km², com uma população aproximada de 24 milhões de habitantes, contendo 1.135 municípios, na sua imensa maioria com menos de 50 mil habitantes, dos quais quase 70% apresentam IDH "baixo". Menos de 1% desses municípios apresenta IDH "alto"²

²Informação disponível no site do Instituto Nacional do Semiárido: <<http://www.insa.gov.br>>.

. O SAB abrange oito estados situados na região Nordeste, além do norte de Minas Gerais. Por sua diversidade edafoclimática (e mesmo sociocultural) vivenciada nesse imenso sertão, poderíamos afirmar que são vários semiáridos formando essa extensa unidade territorial.

Do ponto de vista de sua formação sócio-histórica e cultural, o semiárido brasileiro se inscreve como a expressão aguda das contradições brasileiras, seja quanto à desigualdade social, seja como sintoma evidente das desigualdades regionais. Durante anos, a literatura especializada procurou culpabilizar as condições climáticas e geográficas ou até mesmo étnico-raciais por essas desigualdades. A impressão é de que se buscou olvidar, omitir a própria formação histórica local e seu papel determinante na organização social brasileira como causa básica dessas condições.

Na região se estruturou uma sociedade arcaica, dominada por oligarquias rurais, donas de latifúndios e de podres poderes coronelísticos, patriarcais, ultraconservadores, cumprindo o papel de expulsar braços e cérebros para alimentar o processo urbano-industrial-dependente desenvolvido sobretudo no centro-sul brasileiro. Vitor Nunes Leal denunciou essa estrutura já em 1946 em seu clássico "Coronelismo, Enxada e Voto". Ruy Facó, com o seu magnífico "Cangaceiros e Fanáticos" de 1963, e muitas outras obras clássicas da história social e econômica brasileira desmentem essa ideia que aponta como razões do chamado "atraso" do sertão semiárido brasileiro as condições climáticas.

É importante destacar as contribuições fundamentais de Josué de Castro, com seu "Geografia da Fome", e de José Guimarães Duque, que abordou a vegetação xerófila e a dinâmica hídrica na região, como bases fundamentais para uma interpretação crítica do SAB. De forma complementar, com narrativas de experiências e na construção militante de outra percepção do semiárido brasileiro, torna-se fundamental a obra já clássica de Roberto Malvezzi, "Semi-árido: uma visão holística". Como referências significativas para a compreensão das desigualdades regionais e especificamente o papel do Nordeste na divisão social do trabalho no Brasil, elencamos como importantes abordagens a do economista e planejador Celso Furtado, sob influência do pensamento keynesiano e entusiasta das teses desenvolvimentistas, assim como as teses

de Francisco de Oliveira, de tradição marxista, que aplica o arcabouço teórico do desenvolvimento desigual e combinado como base explicativa da questão regional nordestina, especialmente do semiárido brasileiro.

Celso Furtado foi um dos mais importantes estudiosos da realidade nordestina e dos sertões semiáridos do Brasil, sua obra tornou-se referência básica e suas teses são fundantes. Enquanto Francisco de Oliveira explicitava teoricamente o Nordeste como espaço necessariamente arcaico do desenvolvimento capitalista nacional, Furtado não temia asseverar que o problema do Nordeste, especialmente o do semiárido, eram suas “classes dominantes” e o papel do SAB e do Nordeste na divisão nacional do trabalho. Foi ainda Furtado o principal planejador de políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural para a região.

Se Francisco de Oliveira, em seu “Elegia para uma Re(li)gião”, confirmava as teorias marxistas para compreender as desigualdades regionais brasileiras e o processo de formação histórica e cultural da região Nordeste, Celso Furtado adentrava os movimentos do capital, da força de trabalho e de seus fluxos internos para traçar políticas públicas eficazes no combate a essas desigualdades, considerando possível combatê-las no marco do sistema capitalista.

Furtado diagnosticava como causa fundamental do dito “atraso” do semiárido a fuga de capitais, braços e cérebros para outras regiões em busca de uma vida melhor. A razão dessa emigração seria a estrutura socioeconômica aqui fundada, economicamente insustentável e socialmente excludente. Como proposta, sugeria estancar a fuga de capitais, estimulando o capital a investir na região e promover o desenvolvimento da indústria local, da agricultura familiar e um forte setor de serviços, contemplando um audacioso programa de desenvolvimento científico e tecnológico, contextualizando as possibilidades e potencialidades específicas com os recursos naturais e humanos do semiárido. Por isso e para isso, pensou e criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como mecanismo para alterar a estrutura social e política do lugar.

Contra a essência do pensamento de Celso Furtado, que imaginou um processo de industrialização para irrigar de capitais a região, retirar da

fome milhões de nordestinos, democratizar o acesso à terra e assegurar o mínimo necessário aos pobres do campo e das cidades no Nordeste, a mesma Sudene emergiu sob a ditadura como instrumento da manutenção das estruturas econômicas de desigualdades e o *status quo* sociopolítico da região e do semiárido brasileiro. Tal estrutura foi agravada nos anos 80 e 90, quando o Nordeste e o semiárido foram à bancarrota total, levados pela gravíssima crise econômica dos anos 80 e as políticas de ajustes neoliberais dos anos 90, que penalizaram fortemente a agricultura familiar e, em consequência, toda a economia regional.

O esvaziamento e o fechamento de órgãos públicos federais constituídos ao longo do século XX, que bem ou mal fomentaram investimentos no Nordeste, a exemplo da Sudene, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), transformaram a paisagem do Nordeste. A região ganhara no período desenvolvimentista *status* de "região problema", que merecia o olhar atento do governo federal no sentido de incrementar infraestrutura nas áreas de energia, transporte, agricultura e crédito, mas durante a crise dos anos 80 e o arrocho neoliberal dos anos 90 sofreu o fim dos investimentos e o abandono total pelo poder público. O resultado foi uma emigração populacional sem precedentes, algo em torno de cinco milhões de nordestinos abandonaram a região, caracterizando em pouco tempo um fluxo migratório descontrolado, ao tempo em que as metrópoles regionais incharam, mais ainda as do Centro-Sul brasileiro, onde se concentra o parque industrial e de serviços nacionais.

O fechamento/esvaziamento do Dnocs, da Sudene e de vários bancos estaduais, o enfraquecimento do BNB e outras medidas de cunho neoliberais transformaram, do ponto de vista da política pública governamental nacional, o semiárido brasileiro numa espécie de deserto humano, de cemitério de fazendas. Os volumosos recursos destinados às grandes fazendas de algodão e de pecuária nos sertões nordestinos, entre os anos 60 e 70, sumiram na poeira da devastação ambiental provocada por esses investimentos e

nas dívidas impagáveis nas carteiras agrícolas do BNB e do Banco do Brasil, ancoradas por seus fazendeiros beneficiários. Era esse o quadro da região semiárida entre o fim do século XX e o alvorecer do século XXI.

A eleição do Presidente Lula em 2002 permitiu restituir à região novos projetos de desenvolvimento econômico. Se o semiárido era visto até então como espaço da miséria, fome e do desespero social, a partir do Governo Lula passou a ser visto como espaço possível de desenvolvimento socioeconômico, tendo como base para esse crescimento a acessibilidade ao consumo da população de baixa renda local, composta sobretudo de agricultores familiares e habitantes humildes de pequenas cidades. Como aspecto contraditório do período dos governos petistas, tornou-se também espaço de investimentos do agronegócio. Ao tempo que emergia como uma região apta ao desenvolvimento de uma economia baseada no consumo básico, de uma economia tida como marginal, periférica, que provesse a população local de alguns bens de primeira necessidade historicamente negados, também virou espaço de atração para megaempresas de capital intensivo e alta complexidade tecnológica.

No território semiárido, permanecem escassas as indústrias e o setor de serviços restringe-se a um frágil comércio. Predominam na economia dos pequenos municípios espalhados no semiárido as pensões e aposentadorias, majoritariamente do Fundo Rural, além dos empregos públicos municipais. Essas duas fontes de renda ainda são importantes locomotivas econômicas dos municípios do SAB. Saliente-se que passou a desenvolver importante papel econômico também nesse universo o Programa Bolsa Família, beneficiando mais de 3,4 milhões de famílias em 2012.

Nesse território, embora uma leitura fria dos dados do IBGE possa nos conduzir à percepção de que 55% da população é urbana, necessário se faz destacar que a grande maioria desses aglomerados (67%), definidos como urbanos pelo IBGE, tem menos de 20 mil habitantes, dando à atividade rural uma importância muito maior do que pode aparecer na dicotomia simplista e inapropriada entre o urbano e o rural. Grande parte dessa população considerada “urbana” no semiárido brasileiro ainda trabalha, vive e se identifica culturalmente como rural, portanto camponesa.

Estudo recente apresentado por Tânia Bacelar e Maria Lucila Bezerra, sob o título "As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil" (BEZERRA; BACELAR, 2013), aproxima-se mais de uma leitura correta da realidade, apontando que, no geral, a principal atividade econômica produtiva no SAB ainda está fortemente ligada ao universo rural, à agropecuária.

Conforme nos indica o Plano Safra para o Semiárido 2013/2014 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a região possui 32% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, sendo 89% de agricultura familiar. Portanto, a base da agricultura do semiárido é a Agricultura Familiar Camponesa. Grande parte dessa agricultura ou viver camponês realiza-se em assentamentos da Reforma Agrária, em antigas fazendas falidas pelo modelo Sudene/BNB implantado pela ditadura.

Nos últimos anos, houve uma série de iniciativas por parte do Governo Federal que tem efetivamente melhorado as condições sociais no semiárido brasileiro. No entanto, o que destacamos como mais importante na região nos últimos 13 anos é o conjunto de ações de grande relevância e pleno êxito conduzido por organizações da sociedade civil numa perspectiva coletiva e participativa, contando com o apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais de cunho popular atuantes na região, estruturados em organizações tradicionais ou em rede que, a nosso ver, impactaram positiva e decisivamente as condições socioeconômicas e culturais no semiárido brasileiro. Destacamos, nesse contexto, a Articulação do Semiárido (ASA), que reúne diversos organismos com o propósito de mobilizar as comunidades rurais, ouvi-las e empoderá-las, permitindo o desenvolvimento de diversas técnicas e tecnologias sociais adaptadas às condições do semiárido sob o conceito fundamental de Convivência com o Semiárido. O conceito e a tessitura das ações da ASA não podem ser descolados dos princípios pedagógicos da Educação Contextualizada.

No seio dos movimentos sociais do campo, percebe-se o avanço substancial na compreensão das tarefas urgentes que se exigem das populações do semiárido para prover a superação dos graves problemas sociais historicamente vividos por sua população.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e vários outros movimentos sociais do campo configuraram suas atuações no semiárido brasileiro tendo como objetivos fundamentais assegurar o acesso à terra, à água, educação, moradia e uma produção sob os princípios da agroecologia, bases essenciais para se erguer o bem viver nessas terras. São conceitos básicos contidos no rol da Educação do Campo contextualizada no semiárido.

Desse modo, acreditamos que as diversas e eficazes tecnologias de convivência com o semiárido têm grande importância para o desenvolvimento territorial na perspectiva transformadora dos movimentos sociais do campo atuantes na região. No entanto, sua aplicabilidade prática só terá êxito se for permitido o acesso à terra, chão fundamental para o desenvolvimento de qualquer tecnologia ou equipamento científico. Há, portanto, a consciência lapidar desses movimentos e dos estudiosos sobre o que é fundamental para o desenvolvimento do semiárido hoje no Brasil: a Reforma Agrária. Também há que se conquistar a democratização das águas e do poder político e econômico. Nessa perspectiva, esses movimentos sociais que atuam em comunidades camponesas tradicionais ou em assentamentos da Reforma Agrária pautam a questão da formação, da educação, como fundamental para a plena realização da conquista da terra. Hoje são centenas de assentamentos e acampamentos rurais em territórios do semiárido brasileiro na luta pela terra, por uma educação contextualizada, por tecnologias sociais compatíveis com as condições do semiárido, para assim se produzir uma Reforma Agrária Popular.

A sociedade civil tem-se reestruturado e retomado processos organizativos sob novas configurações, novos conceitos, novas propostas socio-produtivas, culturais e políticas. A sociedade sertaneja, camponesa, passa a se organizar em outra lógica. O paradigma central que conduziu às políticas públicas no semiárido por anos, políticas de combate às secas, passa a ser substituído por políticas de convivência com o semiárido, valorizando sua geografia, seu clima, sua vegetação, seu povo, com seus saberes e fazeres seculares. Esse paradigma respeita o grande acúmulo de conhecimento e de

estratégias de conviver com e naquelas condições, dando sentido e valorizando sua ecologia, seus biomas, seus saberes populares, suas diversidades culturais e suas formas de vida e de se relacionar com a natureza. Vislumbram-se projetos de desenvolvimento de vida nessas terras sob outra lógica, outros paradigmas, outros valores, numa visão em que se vincula o desenvolvimento material ao desenvolvimento sociocultural. Dito de outra forma: um jeito de prover a vida tomando em conta novos valores culturais, novas formas de integração comunitária, de produção material, em que o bem viver esteja acima da equação desenvolvimento econômico, progresso, ordem, consumo. Consideramos essas práticas de Educação Contextualizada.

O curso de Residência Agrária “Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido”

O curso foi mais um dos promovidos pelo Pronera na Paraíba e, nessa oportunidade, nos moldes de uma **Residência Agrária**, conceito da Educação do Campo que indica a produção do conhecimento a partir da vivência do cotidiano, do viver camponês. Se a Pedagogia da Alternância propõe uma construção unitária a partir da alteridade Tempo Escola/Tempo Comunidade, o Residência Agrária ousou propor a elaboração/reelaboração do conhecimento a partir dos saberes populares, base da construção de um conhecimento que transforma, que emancipa.

Concluíram o curso 55 educandas e educandos de seis estados que compõem o semiárido brasileiro, camponeses, técnicos e educadores oriundos de assentamentos e comunidades rurais de várias partes dessa “terra seca, mas boa”, como cantou nosso “Patativa”. O curso, com *status* de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização, numa parceria entre UFPB, Insa e Via Campesina (MST, MAB, MPA, PJR e CPT), recebeu a denominação de **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido**.

Mesmo tendo estudado o desenvolvimento de tecnologias sociais e alternativas de convivência com o semiárido, o fundamental foi a compreensão do processo histórico, a formação histórica dessa sub-região, como o

semiárido brasileiro se posiciona no capitalismo brasileiro, o seu papel na divisão nacional do trabalho e como deve ser a Reforma Agrária para essas partes do Brasil, quais especificidades carregam. O curso abordou a questão do gênero diante da seca, do patriarcalismo histórico sertanejo, as relações de poder nessa parte do Brasil e como esse microuniverso dialoga com o geral. Em síntese, foram esses os temas principais abordados durante o curso e as pesquisas realizadas envolvendo a luta camponesa nos sertões secos do Brasil.

Realizamos, ao longo do curso, o debate histórico, sociopolítico e filosófico, alicerçando os aspectos técnicos e tecnológicos, privilegiando sempre a metodologia do **aprender fazendo** no campo, reunindo camponeses, lideranças de movimentos sociais e professores, construindo e socializando novos saberes.

O curso foi realizado em quatro etapas de Tempo Escola e três etapas de Tempo Comunidade. Nos Tempos Escola, desenvolvemos a Intervenção Universitária, ou seja, a realização de aulas em campo, desenvolvendo práticas para produzir o conhecimento teórico. Nos Tempos Comunidade, os educandos desenvolveram atividades em catorze comunidades no território semiárido, vinculadas aos processos de construção do conhecimento trabalhados nos Tempos Escola anteriores. A construção dessa ponte que possibilitou a permanente interação entre saberes populares, ciência e comunidade foi estruturada por componentes curriculares voltados a essa finalidade. Assim chamamos os componentes Vivenciando o Semiárido I, II e III. Neles eram envolvidos vários pesquisadores acadêmicos, agricultores experimentadores e professores, reelaborando novos conhecimentos a partir das práticas de tecnologias sociais. Por fim, esse encontro de conhecimentos produziu o Seminário de Pesquisa da turma, **Sementes da Resistência Camponesa**, momento em que se apresentaram e se discutiram os novos saberes elaborados.

O curso se beneficiou da experiência e organicidade dos movimentos sociais para estruturar a organização da turma. Em todas as etapas foram formados sete Núcleos de Base que tocaram a organicidade da turma, desde

as questões de logísticas internas até os processos de estudo, consolidação de laços de intercâmbios, formação e elaboração do conhecimento.

No diálogo permanente entre as atividades de estudo nos Tempos Escola, de atuação nas comunidades, além de produção e estruturação do curso, os diálogos, entendimentos, encaminhamentos e tomadas de decisões ocorreram entre a turma, os núcleos de base no qual se organizavam, a Comissão Político-Pedagógica e a Coordenação Geral. A CPP foi estruturada com integrantes dos movimentos sociais indicados para realizar o trabalho de cooperação e acompanhamento com a coordenação em todos os encaminhamentos pertinentes ao curso. A Coordenação Geral tratou também das questões relativas ao projeto em suas dimensões burocrático-administrativas na UFPB, no Insa e no CNPq.

Figura 2: Estruturação organizacional do curso - 1ª e 2ª Etapas



Fonte: Elaboradas pela Coordenação Político-Pedagógica

**Figura 3: Estruturação organizacional do curso - 3ª e 4ª Etapas
Núcleos de Base e Coordenação Político-Pedagógica**



Fonte: Elaboradas pela Coordenação Político-Pedagógica

Mesmo com o desafio de construir um curso de âmbito nacional, numa sub-região gigantesca, com as dificuldades naturais para o processo de construção da Educação do Campo e da necessidade de reelaborar esse processo de conhecimento de forma coletiva, processual, corrente, sem encerrar ciclos, mas sempre operando em novas elaborações, o curso atingiu seu objetivo: "estruturar o processo de construção do conhecimento histórico, sob os preceitos da Educação do Campo Contextualizada nas condições do semiárido brasileiro, propiciando o domínio dos usos de tecnologias sociais sustentáveis na região", conforme estabelecemos no Projeto que correu ao Edital do CNPq.

O curso absorveu educandos de nove áreas do conhecimento, a saber: Educação do Campo, Pedagogia, Agronomia, Agroecologia, Serviço Social, Psicologia, História, Geografia e Medicina Veterinária. Estruturou suas experiências de Tempo Comunidade intervindo em catorze comunidades.

Figura 4: Locais de intervenção do Tempo Comunidade



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA) Ministério da Integração (MI)

**Quadro 1:
EIXO TEMÁTICO 1**

Cultura de Resistência e Educação do Campo Contextualizada no Semiárido

EDUCANDO	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ORIENTADOR (A)
1. Alex Lima dos Santos	Convivendo e conhecendo o Semiárido: experiências educativas dos sujeitos históricos.	Ana Célia Silva Menezes
2. Ângela Pereira dos Santos	Uma reflexão a partir do ensino implantado na Escola Técnica Dom José Brandão de Castro, Poço Redondo – SE.	Janaina Ferreira
3. Edigleuma Coelho da Silva	Os materiais didáticos e sua influência na Educação do Campo.	Maurismar Chaves Kong
4. Elielma Barros de Vasconcelos	Educação Camponesa: dilemas e desafios para construção de uma proposta pedagógica de Educação do Campo na comunidade Lagoa Grande, Poço Redondo – SE.	Sônia Meire Azevedo Jesus
5. Ivanesa de Souza Brito	Semente, samba e luta: organização do campeonato quilombola em Várzea Queimada, Caém/BA	Antônio Alberto Pereira
6. Jaqueline de Araújo Oliveira Machado	De Projetos de Assentamento Agrícola a Projetos de Vida Comunitários: um enfoque contextual, interativo e ético, a partir do caso do PA Novo Campo, Cariri Oriental Paraibano.	José de Souza Silva
7. João Muniz da Cruz Filho	Culturas vivenciadas no Assentamento Novo Horizonte e sua relação com o semiárido brasileiro	Antônio Alberto Pereira
8. José Horácio de Siqueira Passos	Desafios da escola do campo: Centro Educacional Água Azul.	Maurismar Chaves Kong
9. José Milson dos Santos	O papel da escola para o fortalecimento da convivência com o semiárido no Assentamento Retro, Culté – PB.	Maria de Socorro Xavier Batista
10. José Ricardo do Nascimento	Cultura popular como elemento de combate a migração campo/cidade em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB.	Ana Paula Romão da S. Ferreira

11. Lucas Gebara Spinelli	Escola do assentamento como ferramenta da transição agroecológica para a convivência com o semiárido: estudo das práticas na Escola Plínio Lemos do Assentamento Zé Marcolino.	Álder Júlio César
12. Márcio Gomes da Silva	Os aspectos educativos da luta pela terra no assentamento Novo Horizonte: contribuições para Educação do Campo.	Antônio Alberto Pereira
13. Maria das Neves Vieira	Educação do Campo e as Tecnologias Sustentáveis para Convivência com o semiárido: experiências de quintais produtivos e o papel da cisterna de placa na dinâmica do núcleo familiar no Assentamento Retiro.	Antônio Alberto Pereira
14. Maria Milena Ferreira Lima	A formação profissional técnica na atuação do manejo sustentável do bioma caatinga na Escola Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro, Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE.	Janaina Ferreira
15. Marineide Maria da Silva	As práticas educativas no assentamento Novo Horizonte – PB: desafios e contribuições para a Educação do Campo e convivência com o semiárido.	Antônio Alberto Pereira
16. Paula Rosângela de Oliveira	Educação para convivência com o semiárido a partir das práticas desenvolvidas na comunidade do Conjunto Beta – CE.	Paulo Roberto de Sousa Silva
17. Rafaela da Silva Alves	Arte e cultura popular como ferramenta de luta camponesa: um estudo sobre a contribuição do fazer teatral do Grupo Raízes Nordestinas na organização e formação da juventude no sertão de SE.	Antônio Alberto Pereira
18. Rejane Alves de Lima	Educação para convivência com o semiárido e a identidade camponesa: um estudo da realidade da Escola José Nazareno, Assentamento Novo Campo, Barra de São Miguel – PB.	Adelaide Pereira
19. Tiago da Silva Pinto	Identidade quilombola na Comunidade Caiana dos Crioulo/PB e o papel da educação contextualizada na (re)afirmação da identidade dos povos remanescentes dos quilombos.	Ana Paula Romão de S. Ferreira

Quadro 2:
EIXO TEMÁTICO 2

Convivendo com a semiaridez: inovações tecnológicas,
experiências produtivas e agroecológicas

EDUCANDO	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ORIENTADOR (A)
20. Adriano Ramos dos Santos Silva	Diagnóstico da segurança hídrica nos assentamentos do MST na região hidrográfica do Talhado.	Cláudia Reis
21. Aluana Maria Barbosa	Metabolismo social: métodos de produção e relacionamentos sociais do Assentamento Josué de Castro, Ouricuri – PE.	Janaina Ferreira
22. Clemilda dos Santos Varelo	Políticas públicas na questão hídrica.	Salomão de Sousa Medeiros
23. Dilei Aparecida Shiochet	Alimentação animal: a experiência solidária do Assentamento Ozziel Pereira, Remígio – PB.	Alexandre Eduardo de Araújo
24. Elisângela dos Santos Santana	A cadeia produtiva do caju: uma alternativa de convivência com o semiárido.	Antonio Calisto Lima
25. Emmanuel Barbosa da Silva	Presença da economia moral na convivência com o semiárido: o caso da relação camponesa com sementes no assentamento Retiro, município de Cuité – PB.	Regina Célia Gonçalves
26. Erlândia Lourenço Feitosa	Conservação e reflorestamento das APP no Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE.	Aldrin Perez
27. Fábio Weber Sousa Costa	A convivência com o semiárido na Comunidade Lagoa Grande, município de Poço Redondo – SE.	Geovergue Medeiros
28. Gilberto Ferreira dos Santos	Produção e armazenamento de forragem animal no Projeto de Assentamento Ozziel Pereira, Remígio – PB.	
29. Gilson Jerônimo dos Reis	Uso do recurso hídrico no Assentamento Ozziel Pereira, Remígio – PB.	Cláudia Reis
30. Jeovana Gomes da Silva	Resgate e levantamento etnobotânico das plantas medicinais e sua utilização no uso de enfermidades em seres humanos e animais no Assentamento Novo Campo.	Francisco Nogueira

31. Maria da Saúde Gomes da Silva	Catologação das plantas indicadoras de fertilidade de solo no Assentamento Irmã Dorothy, Caruaru – PE.	Aldrin Perez Marin-Martin
32. Marta Rodrigues dos Santos	A água como fonte de vida e desenvolvimento no semiárido baiano.	Janaina Ferreira
33. Nilde Nascimento e Silva	Análises dos sistemas de produção caprina na Comunidade de Brejo de Fora, município de Sento Sé/BA, em condições de semiárido brasileiro	Aldrin Perez Marin-Martin
34. Robson João da Silva	Tecnologias sociais de convivência com o semiárido, aplicadas ao Assentamento Irmã Dorothy, município de Caruaru – PE.	Geovergue Medeiros
35. Socorro Luciana de Araújo	Ao redor de casa como espaço para convivência no semiárido.	Francisco Nogueira
36. Edson de Jesus Gomes		Antônio Alberto
37. Eduardo Augusto Freire Rabay		Jonas Duarte
38. Erasmo Araújo de Lucena		Geovergue Medeiros
39. Valdenilson de Souza Brito	Estudar a experiência de transição agroecologia no Assentamento Irmã Dorothy, município de Caruaru – PE.	Francisco Nogueira

Quadro 3: EIXO TEMÁTICO 3

Reforma Agrária: questões de gênero, resistência e a luta camponesa

EDUCANDO	TÍTULO DA MONOGRAFIA	ORIENTADOR (A)
40. Antonio Clevis Barbosa Rodrigues	O cooperativismo no Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE.	Mauricio Sarda
41. Cícera Soares Timóteo	Os impactos socioambientais causados pela Santana Sementes nas várzeas de Sousa – PB.	Francisco Nogueira

42. Claudiano José de Souza	Os impactos do polo gesseiro nos sistemas produtivos dos camponeses nas comunidades de Sussuarana e Lagoa do Espírito Santo, município de Trindade – PE.	Luiz Cunha
43. Diógenes Fernandes do Nascimento	Análise dos impactos do Programa P1+2 no Assentamento Novo Campo, Barra de São Miguel – PB.	Abrão Ribeiro
44. Fábio Júnior Fernandes dos Santos	Povo Indígena Xokó: resistência cultural e a luta pela terra.	Regina Célia
45. João Luiz da Silva Filho	“Um Quirino, Dois Destinos”	Fernando Garcia de Oliveira
46. José Cícero da Silva	A Reforma Agrária: uma política pública indispensável para a convivência com o semiárido brasileiro.	José Jonas Duarte
47. Lenilda Francisca da Conceição Albuquerque	Bodocó – PE, suas origens são indígenas?	Regina Célia
48. Maria Eulapaula Martins	Os impactos do capital na cultura dos camponeses: colonos/irrigantes do Conjunto Beta, Perímetro Irrigado Icó Lima Campos em Icó – CE.	Adelaide Gonçalves Pereira
49. Leomárcio Araújo da Silva	Contribuições do Plano Camponês para o semiárido nordestino: proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).	
50. Jozelita Tavares da Silva	A participação das mulheres no processo de convivência com o semiárido na conservação das sementes crioulas e a criação de pequenos animais em comunidade do sertão de Pernambuco.	Laetícia Jalil
51. Luana Barbosa Vidal	Relações de gênero em quintais produtivos: um estudo de caso no Projeto de Assentamento Novo Campo.	Laetícia Jalil
52. Maria Auxiliadora Dantas	O protagonismo das mulheres do Assentamento Novo Campo no município de Barra de São Miguel – PB.	Kelli Eduarda

53. Maria da Penha Alves Sergio	Práticas e experiências do saber popular das mulheres sobre as plantas medicinais existentes no semiárido: conservação e recuperação das plantas medicinais no Assentamento Retiro – PB.	Fabiane Rabelo Costa
54. Maria Ivani Dias	As mulheres do Assentamento Retiro em busca do reconhecimento e da identidade política na construção da solidariedade e da cidadania.	Laeticia Jalil
55. Tobias da Silva Pinto	Resíduos sólidos no Assentamento Novo Horizonte, município de Juarez Távora/PB: diagnóstico e intervenção.	Álvaro Carlos

Considerações finais

O curso **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido** foi inovador em seu conteúdo e em sua metodologia. Aos estudos realizados a partir dos conceitos teóricos da Educação do Campo, reuniu-se amplo arcabouço conceitual de viés marxista para compreender o processo histórico dessa região. Sob a luz da interpretação de que o capitalismo tem seu “desenvolvimento desigual e combinado”, produzindo expansão das forças produtivas de um lado e se beneficiando de formações pré-capitalistas de outro, ofereceu aos sujeitos que o vivenciaram relevantes contribuições para ampliação da compreensão das contradições presentes nesse território e dos desafios à sua superação.

Essa abordagem do Nordeste e do semiárido permite interpretar o discurso de região atrasada e inóspita, assim como compreender a educação praticada nesses rincões anos a fio, absolutamente descontextualizada da realidade e servindo a um processo de perpetuação de subordinações e sofrimento.

Por outro lado, a compreensão da dimensão sócio-histórica do semiárido permite mensurar o papel que as tecnologias sociais e a Educação do Campo, contextualizadas na realidade dessa região, indica-nos com maior segurança o papel do campesinato e, por conseguinte, o papel e o caráter da Reforma Agrária nessa região do Brasil.

A formação do público envolvido com essa temática, com essas referências, é indiscutivelmente necessária ou prioritária para reverter o quadro socioeconômico predominante no semiárido brasileiro há décadas. A produção de 55 monografias de especialistas sujeitos desse debate e nessa construção de conhecimento, sob uma metodologia dialógico-participativa, construtivista, integracionista, é o que assegura apontar o curso como de pleno êxito nos propósitos apontados no projeto inicial.

Referências

- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21), p. 35-76.
- BUENO, R. J.; SILVA, A. P. Educação para a convivência com o semiárido brasileiro. In: JESINE, E.; BATISTA, M. S. X.; MOREIRA, O. L. (Orgs.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2008.
- CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- CASTRO, J. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- FURTADO, C. **A Operação Nordeste**. (Série: textos brasileiros de economia, 5). Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1960.
- MALVEZZI, R. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MARTINS, J. S. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o semiárido. In: RESAB - Secretaria Executiva (Org.). **Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas**. Juazeiro/BA: Selo Ed. RESAB, 2006.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2013/2014**. MDA, Governo Federal.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, E. S. **Educação do Campo e desenvolvimento rural sustentável**: avaliação de uma prática educativa. Juazeiro/BA: Franciscana, 2004.

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. **Educação para a convivência com o semiárido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Selo Ed. RESAB, 2004.

SILVEIRA, L. et. al. **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido**: avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC

Ivana Leila Carvalho Fernandes¹

Diana Mendes Cajado²

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo³

Daniel Albiero⁴

Introdução

Com este artigo almeja-se apresentar os caminhos percorridos no Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como os frutos colhidos dessa experiência. O curso foi aprovado por meio da Chamada Pública CNPq/MDA/INCRA nº 26/2012, em conjunto com outros trinta e quatro (34) projetos de Residência Agrária distribuídos em vinte e quatro (24) universidades situadas em dezoito (18) estados brasileiros.

¹Economista Doméstica (UFC). Pedagoga (UVA). Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas - MAPP da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente - (Prodema/UFC).
. Pesquisadora do Programa Residência Agrária - PRA.

²Engenheira de Pesca (UFC). Mestre em Economia Rural (UFC). Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente - (Prodema/UFC).
. Pesquisadora do Programa Residência Agrária - (PRA/UFC). Professora do Instituto Merithus e Instituto Dom José de Educação e Cultura - IDJ, Fortaleza/CE.

³Doutora em Sociologia (UFC). Coordenadora do Programa Residência Agrária - PRA (UFC). Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁴Engenheiro Agrícola (Unicamp). Doutor em Engenharia Agrícola (Unicamp). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Figura 1: Turma Guarani Kaiowá. Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária (2013-2015)



Fonte: PRA, 2014.

A proposta desafia a equipe num contexto de oito (8) anos de existência/resistência do PRA na UFC, que busca manter a continuidade de suas ações formativas e de produção de conhecimentos com a realização de estágios de vivências com estudantes de graduação dos cursos das Ciências Agrárias e a realização de novos projetos de extensão e pesquisa envolvendo a juventude rural, camponeses/as, movimentos sociais rurais e ONGs. O Estágio de Vivência passa a fazer parte contínua do Programa por meio da conquista do PET – Agrárias.

Há também o estímulo à continuidade da formação acadêmica de graduados/as para o ingresso em cursos de pós-graduação e docência. Cada avanço formativo possui intencionalidades expressas no desejo de ampliação de novas matrizes formativas. Objetiva-se que tais matrizes estejam aliçadas na formação contextualizada na realidade da região Nordeste do Brasil e na América Latina, na realidade e convivência com o semiárido, na produção de conhecimentos de forma dialógica e em compromisso com o projeto camponês de emancipação humana.

Essa temporalidade e espacialidade iluminam novos desafios ao PRA diante do aprofundamento das relações construídas entre movimentos so-

ciais rurais, ONGs e segmentos governamentais que, em processos coletivos de gestão e execução de projetos, estimulam o exercício de novas experiências coletivas. Ao envolver estudantes de graduação e de pós-graduação em atos de pesquisa participativa com sujeitos sociais de territórios habitados por camponeses/as, indígenas, quilombolas e pescadores/as, as relações e ações ganham novas dimensões educativas ao ocorrerem no campo dialógico e integrado às realidades conflituosas, contraditórias e em disputas por projetos diferenciados de vida em sociedade.

Os cursos de especialização, as oficinas, os seminários, as rodas de conversas ganham significados quando estudantes incorporam metodologias participativas como Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários, Pedagogias Feministas e Sistematização de Experiências. A realidade "não dita" se expressa em cantos, poesias, místicas, sabores e saberes ancestrais incorporados pela experiência e observação cotidiana, cujas simbologias são plenas de aprendizados.

Tais aprendizados mútuos e compartilhados transitam e se desafiam a serem pensados quando se percebe a necessidade e a compreensão do estudo interdisciplinar de temas como Educação do Campo, Agroecologia, Feminismos, Relações de Gênero, Comunidades Tradicionais, Segurança e Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Camponesa, Território, Educação Escolar e Convivência com o Semiárido.

A afirmação do Programa Residência Agrária no campo fortalece ainda práticas pautadas na Pedagogia de Alternância com base no amálgama de saber científico e empírico, estabelecendo estilo próprio de educar e de pesquisar o campo.

As atividades desenvolvidas pelo PRA são movidas por um projeto coletivo de desenvolvimento próprio do campo, protagonizado pelos seus sujeitos e apreendido no compartilhamento de experiências educativas com as ações educativas conduzidas em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Nesse contexto, são os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia que orientam o Programa Residência Agrária e a sua prática de pesquisa, direcionando a inserção dos/as residentes agrários/as nos Assentamentos Rurais e comunidades camponesas para o exercício de uma visão holística e sistêmica do campo como território, considerando sua diversidade e interação. Os novos temas são incorporados na formação e construção de conhecimentos em função das demandas dos movimentos sociais e das comunidades em diálogo. Passa-se a pensar coletivamente sobre agricultura familiar e camponesa, pesca artesanal, povos indígenas, quintais produtivos, escolas do campo, feiras da agricultura familiar e movimentos sociais, numa atitude acadêmica de pensar e construir de forma compartilhada e emancipadora o ato de fazer ciência.

A experiência acumulada pelo PRA entre os anos de 2004 e 2012 norteia o projeto político-pedagógico do II Curso de Especialização do PRA. Este ousa provocar uma nova atuação profissional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assistência Técnica e Social (Ates) no campo dos Assentamentos Rurais do Ceará, a ser praticada com base na Educação do Campo e voltada para a transição agroecológica. Destaca-se a abertura para novas áreas de formação no II Curso (admitindo diferentes campos da licenciatura) em relação ao primeiro, que ocorreu de 2005 a 2007, no qual o processo seletivo admitiu egressos das Ciências Agrárias e técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assistência Técnica e Social (Ates).

Para o II Curso, foram selecionados cinquenta (50) estudantes com formações diferenciadas, concentrando profissionais **Licenciados/as** (Pedagogia, Biologia, História, Geografia), que lecionavam em Escolas do Campo, na sua maioria egressos dos cursos de graduação oferecidos pelo Pronera. Além deles, também foram selecionados/as profissionais das **Ciências Agrárias** (Agronomia, Engenharia de Pesca, Zootecnia e Economia Doméstica, Tecnologia em Irrigação), que atuam como técnicos/as no serviço de ATER/Ates em Organizações não Governamentais (ONGs) ou Cooperativas Rurais, e **Técnicos/as** do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IN-

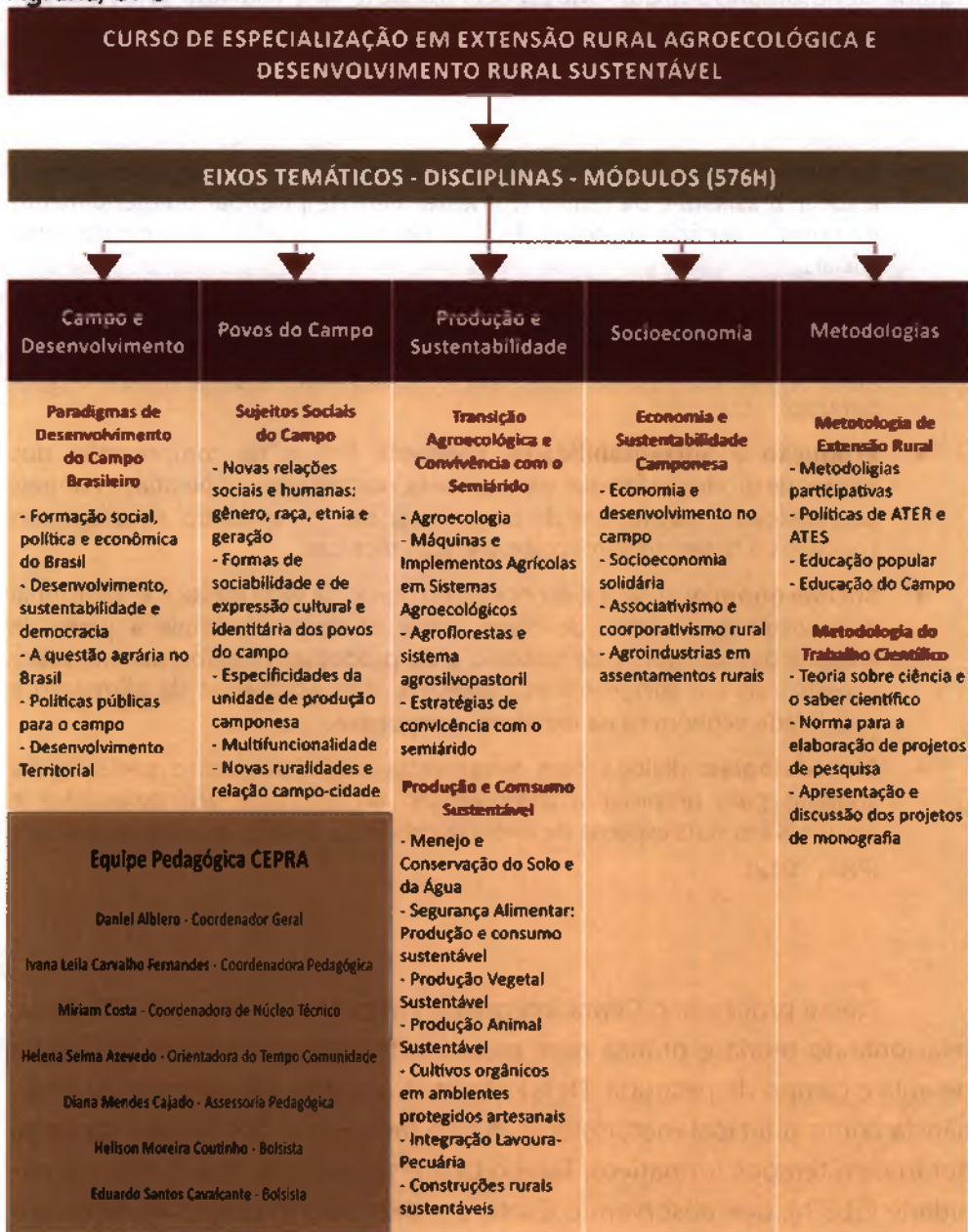
CRA). Destaca-se que 60% da turma era proveniente da zona rural, principalmente de Assentamentos Rurais do Ceará, e 40% da cidade de Fortaleza (FERNANDES e ESMERALDO, 2015).

Para o acompanhamento pedagógico, o colegiado do II Curso era integrado por representantes/professores/as da UFC, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), com o objetivo de construir uma proposta dialógica entrelaçada com os saberes dos/as camponeses/as.

Plantando sementes: desafios pedagógicos na formação interdisciplinar

A Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de suas experiências (ALTIERI, 2012). A Educação do Campo, como ação educativa, também reconhece e valoriza os saberes e práticas do povo que vive no campo, tornando-se fundamental incorporar essa junção à nova atuação no campo da Extensão Rural, principalmente porque o serviço de Extensão Rural se compromete como processo educativo com o desenvolvimento rural sustentável. Essas ideias estimulam a construção dos eixos temáticos do Curso e do arranjo das Disciplinas e dos Módulos de Aprendizagem, como mostra a Figura 1.

Figura 2: Desenho Geral do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Programa Residência Agrária/UFC



Fonte: PRA, 2012.

A Figura 1 corresponde à sistematização de Eixos Temáticos, Disciplinas e Módulos de Aprendizagem do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa Residência Agrária, denominado de II Curso de Especialização Residência Agrária (Cepra) por professores/as. O Curso apresenta cinco Eixos Temáticos com distintas intenções:

- **Campo e Desenvolvimento:** objetiva compreender a formação econômica e social brasileira e da região Nordeste, além de propiciar o entendimento da questão agrária do ponto de vista do poder estatal e dos movimentos sociais.
- **Povos do Campo:** pretende introduzir estudos sobre os novos sujeitos sociais, denominação atribuída aos povos do campo, trazendo as suas diversidades e relações sociais com base na etnia, no gênero, na raça e na geração.
- **Produção e Sustentabilidade:** apresenta ênfase na compreensão dos modos de produção familiar e camponesa, nos recursos ambientais e naturais do Nordeste e nas formas de convivência com o semiárido, considerando conceitos e bases da agroecologia e suas técnicas.
- **Socioeconomia:** analisa a economia do ponto de vista clássico e tradicional e a existência histórica de outra forma de fazer economia a partir de análises das categorias de trabalho e de produção. Traz abordagens sobre experiências em socioeconomia solidária, suas estratégias de afirmação e viabilidade econômica na realidade camponesa.
- **Metodologias:** dialoga com ferramentas metodológicas e pedagógicas voltadas para propiciar a compreensão da realidade dos assentados e atuações em seus espaços de vivência cotidiana, política, social e econômica (PRA, 2012).

Nesse processo, o Cepra integraliza carga horária total de 576 horas, relacionando teoria e prática num processo formativo alternado entre sala de aula e campo de pesquisa. Desse modo, é adotada a Pedagogia da Alternância como principal metodologia, o que favorece a distribuição da carga horária em tempos formativos, Tempo Universidade (408 h) e Tempo Comunidade (168 h), que absorvem o Curso em dezoito (18) etapas de formação (ver cronograma das etapas do II Curso no Anexo 1).

A opção pela Pedagogia da Alternância corresponde à escolha de uma forma diferente de buscar conhecimento, por representar um instrumento facilitador da aprendizagem, objetivando a integração entre as experiências dos educandos e o conhecimento teórico apreendido na sala de aula (SILVA, 2003). Nessa perspectiva, os/as educandos/as constroem pesquisas em diferentes assentamentos rurais do estado do Ceará no Tempo Comunidade do CEPRA, sendo orientados por professores/as da UFC no sentido de construir seus Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs (Anexo 2).

O desenvolvimento das pesquisas é acompanhado pelo colegiado do curso, numa dinâmica de orientação na etapa de Tempo Universidade para as atividades de campo, e de socialização das atividades realizadas em campo na etapa seguinte do Tempo Universidade, repetindo esse ciclo em todas as fases do curso.

As etapas são desenvolvidas durante dezoito (18) meses, compreendendo seis (6) dias de Tempo Universidade tanto na UFC como no Centro de Formação Frei Humberto, e Tempo Comunidade alternado em aproximadamente vinte (20) dias para a aplicação das atividades desse Tempo. A dinâmica do Tempo Universidade envolve aulas expositivas, trabalhos em grupos, debates coletivos, realização de Seminários Temáticos, aulas de campo em comunidades rurais e áreas de pesquisas da UFC, objetivando um movimento de aproximação entre teoria e prática.

Simultaneamente a esse processo, assume-se a face da interdisciplinaridade do Cepra, tendo em vista a contribuição de docentes de diversas áreas do conhecimento, como agronomia, economia, antropologia, engenharias, educação, sociologia e geografia, na busca de uma formação mais profunda e totalizante aos/as pós-graduandos/as para a compreensão das complexidades que tecem o campo e atuação mais direcionada para os contextos estabelecidos pelas realidades vivenciadas.

Sobre isso, Leff (2000, p. 31-32) comenta:

A interdisciplinaridade é uma busca de "retotalização" do conhecimento, de "completude" não alcançada por um projeto de cientificidade que, na busca de unidade do conhecimento, da objetividade e do controle da natureza, terminou

fraturando o corpo do saber e submetendo a natureza a seus desígnios dominantes; exterminando a complexidade e subjugando os saberes "não científicos", saberes não ajustáveis às normas paradigmáticas da ciência moderna.

Figura 3: Alternância entre os Tempos de aula



Fonte: Acervo do curso.

A Figura 2 expressa momentos de atividades em sala de aula e no campo, em comunidades do sertão e do litoral do Ceará, locais em que os/as estudantes desenvolvem diagnósticos participativos com as comunidades, conhecem áreas produtivas, técnicas e tecnologias sociais, podendo confrontar a realidade conhecida com os conteúdos trabalhados em aula e propor soluções para os problemas enfrentados por suas comunidades.

Colhendo os frutos: resultados da experiência do Cepra

Os frutos da experiência aqui relatada florescem já nas etapas do Cepra, quando na disciplina de Produção e Sustentabilidade é proposta aos/as estudantes a produção de máquinas agroecológicas com base na demanda das comunidades.

A ideia surge em uma atividade na qual os/as estudantes formam grupos interdisciplinares envolvendo profissionais das Ciências Agrárias, da Pedagogia, Geografia, História e Biologia, muitos deles filhos/as de assentados/as e por isso detentores/as de conhecimentos valiosos, devendo apontar soluções para a produção em áreas de agricultura familiar a partir do uso de máquinas criadas com base no manejo agroecológico.

Sob a orientação do professor da disciplina, originam-se modelos de máquinas de roçagem para a cultura do milho, coletoras de castanha de caju e uma máquina multifuncional (roçagem, trituração e produção vegetal) para uso na agricultura familiar (ALBIERO et al., 2015). Os projetos de máquinas agroecológicas criados no Cepra subsidiaram a publicação do Livro **Tecnologias Agroecológicas para o Semiárido**⁵, no qual os/as estudantes do II Curso constroem capítulos teóricos para explicar o uso e a eficiência das máquinas, enquanto professores/as e equipe pedagógica tratam do processo metodológico e das experiências de transição de base agroecológica.

A elaboração de trinta e três (33) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com uma diversidade de temas relacionados aos Eixos Temáticos do CEPRA (Anexo 2) é resultado de um processo dialógico com as populações dos assentamentos rurais do estado. Os temas são definidos para garantir pesquisas de caráter participativo, a serem feitas nos espaços de trabalho dos/as estudantes. Assim, as Escolas do Campo são os principais espaços de produção desses saberes que, envolvendo estudantes de ensino médio, professores/as e lideranças, propiciam na sua tessitura a problematização, a reflexão e o agir renovado para práticas pedagógicas, agrícolas e políticas.

Apontam-se mudanças nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio dos Assentamentos do Ceará onde lecionam os/as estudantes/especialistas capacitados/as no II Curso. A partir da formação obtida, estão transformando os ambientes escolares e seu entorno com vistas à incorporação de práticas sustentáveis no campo. As mudanças são destacadas nos textos dos TCCs resultantes das experiências de pesquisas dos/as estudantes⁶. Além da área da Educação, percebem-se repercussões e o surgimento de novas iniciativas em ações de Extensão Rural e de inovação de Tecnologias Sociais voltadas

⁵O livro "Tecnologias Agroecológicas para o Semiárido" foi publicado em 2015 e está disponível na forma impressa e em rede virtual.

⁶Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos/as estudantes do Cepra encontram-se impressos na biblioteca central da UFC e no acervo digital do Programa Residência Agrária/UFC.

para a convivência com o semiárido e a transição agroecológica.

Nessa trajetória, ressalta-se a participação dos/as estudantes no I Congresso Nacional de Residência Agrária que ocorreu de 11 a 14 de agosto 2015 em Brasília. Foram aprovados dez (10) artigos científicos resultantes das experiências de pesquisa no Cepra (Apêndice 1). O Congresso foi organizado pelo Pronera e reuniu estudantes e professores/as dos trinta e cinco (35) projetos de Residência Agrária Nacional, somando aproximadamente seiscentas (600) pessoas. Fomentou debates sobre Agroecologia, Extensão Rural e Educação do Campo, enriquecendo os saberes dos/as participantes de todos os cursos.

Por fim, destaca-se a continuidade das ações do Cepra nas atividades desenvolvidas no Programa Residência Agrária/UFC, de maneira que esses/as especialistas formados/as no curso (os que lecionam em escolas do campo) tornam-se orientadores/as de campo do Projeto Residência Agrária Jovem (Reajo), acompanhando as pesquisas dos novos estudantes em quatro (04) assentamentos rurais do Ceará.

Provocando rupturas no tecido social para semear novas territorialidades de vida

Recuperar caminhos construídos na realização do Cepra pelo PRA/UFC remete a diferentes possibilidades e olhares sobre suas intencionalidades e alcances sociais, políticos, econômicos, culturais, técnicos, educativos e ambientais.

Desde sua tessitura inicial, surgem novas possibilidades de atuação que se voltam para apoiar os processos de empoderamento de territórios habitados por populações camponesas, indígenas, quilombolas e pescadores/as artesanais. Essas populações falam de permanentes tensões vivenciadas nos processos de lutas e resistências cotidianas para garantir seus modos de vida, de produção, de existência e seus saberes ancestrais, fundamentais para propiciar a reprodução familiar em bases não capitalistas.

As ameaças constantes trazidas pelo capital espoliador, expropriador

e explorador se fazem presentes nas comunidades na forma de apropriação das terras de trabalho; nos usos indiscriminados dos recursos ambientais e naturais, como a água, o solo, o ar; na destruição de expressões da cultura local, manifestas nos hábitos alimentares, nos modos de vestir, de expressar sentimentos e afetos.

Compreender as medidas e a intensidade com que o capital invade esses territórios requer também a compreensão desse modelo de desenvolvimento, suas práticas domesticadoras e violadoras de direitos. Portanto, é necessário apreender o modo capitalista de produção e o modo camponês de vida e de produção para atuar em processos educativos em contextos de crise do capital que, para superar essas crises avança em territórios de base camponesa, indígena, quilombola e pescadora.

O II Cepra transita nesse campo tenso ao fazer o diálogo entre as possibilidades de produção de ciência que possa escutar e acolher os interesses e os saberes produzidos por camponeses/as, indígenas, quilombolas e pescadores/as.

Como pensar e tornar possível uma ciência que se faça instrumento de empoderamento de territórios habitados e habitáveis por comunidades autossustentáveis? É possível produzir ciência em diálogo com os saberes aprendidos e transmitidos geracionalmente? Fazendo-se permanentemente perguntas ao invés de levar respostas, o II Cepra foi tecendo suas teias para fundamentalmente aprender e compartilhar conhecimentos e garantir que suas populações possam fortalecer o projeto de existência das comunidades em seus territórios.

Referências

- ALBIERO, D. et al. **Tecnologias agroecológicas para o semiárido**. Fortaleza: Edição do Autor, 2015.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: AS-PTA, 2012.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: JUNIOR, P. A. et al. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000, p. 19-51.
- FERNANDES, I. L. C; ESMERALDO, G. G. S. L. Conhecimento tecnológico necessário para uma atuação educativa no semiárido. In: ALBIERO, D. et al. (Orgs.). **Tecnologias agroecológicas para o semiárido**. Fortaleza: Edição do Autor, 2015.
- MOLINA, M. C. **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.
- PRA. **Projeto do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária**. Fortaleza, 2012.
- SILVA, L. H. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias**. Viçosa: UFV, 2003.



ANEXO 1

Cronograma das Etapas do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária

Disciplinas/Módulos/Professores

Período: novembro de 2013 a julho de 2015.

Disciplina Metodologia do Trabalho Científico/48 h (todas as etapas)

Construção do Projeto de Pesquisa

Profas: Ivana Fernandes e Diana Cajado/PRA

Ciência e métodos de pesquisas sociais

Prof: Alcides Gussi/UFC

ABNT Normas

Profa: Ana Cristina/UFC

Disciplina Paradigmas do Desenvolvimento do Campo Brasileiro/96h (Etapas I e II)

Realidade do Campo no Brasil

João Pedro Stédile - MST

José Wilson - FETRAECE

A questão agrária no Brasil**

Profa: Gema Esmeraldo/UFC

Formação social, política e econômica do Brasil

Prof: Fábio Sobral/UFC

Desenvolvimento territorial do Brasil

Profs: Sheila e Jeferson/TERRAMAR

Políticas públicas para o rural brasileiro*

Prof: Fernando Bastos/UFRN

*Aula de campo: Assentamento Maceló/Itapipoca - CE.

** Aula de Campo: Comunidade de Flemeiras/Mundaú

Período: nov. e dez de 2013.

Disciplina Sujeitos do Campo /64h (Etapas III e IV)

Composição da força de trabalho familiar e resistência camponesa

Profa. Sandra Gadelha/Fafidam

Especificidades da unidade de produção camponesa e acumulação camponesa

Prof. Horácio Martins/Paraná

Novas ruralidades e relação campo cidade

Prof. Sergio Sauer/UnB

Novas relações sociais e humanas:

gênero, raça e geração*

Profa. Gema Galgani/UFC

*Aula de Campo: Assentamento Rancho Alegre/Chorozinho - CE.

Período: jan. e fev. de 2014.

Disciplina Transição Agroecológica e Convivência com o Semiárido/112h (Etapas V e VI)

**Introdução à Agroecologia:
agricultura, sustentabilidade
e meio ambiente***

Prof. Nicolas Fabre/Aprece

**Máquinas e implementos agrícolas
em sistemas agroecológicos**

Prof. Daniel Albiero/UFC

Agrofloresta e sistema agrosilvopastoral**

Prof. Ambrósio/Embrapa

**Máquinas agroindustriais para a
agricultura familiar**

Prof. Rafael/Unicamp

**Segurança e ergonomia aplicada à
agricultura familiar*****

Prof. Leonardo Monteiro/UFC

* Aula de Campo: Comunidade Rural/Pentecoste - CE.

** Aula de Campo: Comunidade Rural Bela Cruz - CE.

*** Aula de Campo: Fazenda Experimental Vale do Curu/UFC.

Período: março e abr. de 2014.

Disciplina Produção e Consumo Sustentável/128 h (Etapas VII a IX)

**Segurança Alimentar: produção e
consumo sustentável**

Profa: Helena Selma Azevedo/UFC

Produção animal sustentável***

Prof: Pedro Watanabe/UFC

Estratégias de convivência com o semiárido

Profa: Carla Gallza/CETRA

Manejo e conservação do solo e da água*

Profª Mirian Costa/UFC

Produção vegetal sustentável

Prof. Ambrósio Filho/Embrapa

Cultivos orgânicos protegidos

Prof. Talles Viana/UFC

Integração lavoura-pecuária

Prof. Carlos Chioderoli/UFC

Construções rurais sustentáveis***

Prof. Zeca Delfino/UFC

* Aula de Campo: Comunidade Rural Canindé - CE.

** Aula de Campo: Galpão de Máquinas/DENA - UFC.

*** Aula de Campo: Instalações Zootécnicas/Fazenda (DENA - UFC) - Pentecoste

Período: mai. a jul. 2014.

Disciplina Metodologias de Extensão Rural/64h (Etapas X e XI)

Atuação e prática de Extensão Rural *
Prof. Jeferson Silva/TERRAMAR

Educação Popular/Educação do Campo
Prof. Carlos Rodrigues Brandão/Unicamp/UFU

**Construção de diagnósticos rurais e
Participação coletiva das
comunidades rurais ***

Profa. Sheila Nogueira/TERRAMAR

*** Aula de Campo: Assentamento Barra do Leme/Pentecoste.**

Período: ago. e set. 2014.

Disciplina Economia e Sustentabilidade Camponesa/64h (Etapas XII e XIII)

Economia e desenvolvimento no campo
Prof. Fábio Sobral/UFC

**Paradigma e reprodução da
economia camponesa**
Profa. Diana Cajado/PRA/UFC

Economia solidária *
Prof. Alcides Gussi/UFC

*** Aula de Campo: Banco Palmas - Fortaleza/CE.**

Período: out. e nov. 2014

Orientações/Correções/Defesa de TCCs (Etapas XIV a XVIII)

Orientações/Correções/Defesa de TCCs (Etapas XIV a XVIII)

Período: dez. 2015 a jun. 2016.

ANEXO 2

Quadro com Títulos do TCCs apresentados no II Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável - Residência Agrária

EDUCANDO/A	TÍTULO DO TRABALHO
Isabela Oliveira Lima	GESTÃO DA SELEÇÃO DO CONJUNTO TRATOR/IMPLEMENTO DO ASSENTAMENTO SANTA BÁRBARA DENTRO DA FILOSOFIA DA CADEIA TRÓFICA DE MECANIZAÇÃO.
Ivanildo Bernardo da Silva	PLANTIL CONVENCIONAL VERSUS PLANTIL AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO FEIJÃO NO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO. COMUNIDADE QUIETO, MADALENA-CE.
Fernando Muniz de Lima	GERAÇÃO DE ENERGIA POR BIODIGESTOR PARA A AGRICULTURA CAMPONESA: ESTUDO DE MULTICASOS NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM-CE.
Glaucineide Ferreira Brandão	A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA PERMACULTURA E O MANEJO DE RESÍDUOS NA ESCOLA DO CAMPO MARIA NAZARÉ DE SOUSA.
Ana Maria Pereira Lima	ÁGUA E MULHER AGRICULTORA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO. O CASO DO ASSENTAMENTO PALMARES EM CRATEÚS/CE.
Milena Janaina Jales Martins	AVALIAÇÃO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE CANAÃ, QUIXERAMOBIM-CE.
Luiz Edivá Vieira da Silva	QUINTAL PRODUTIVO COMO FORMA DE REALAÇÕES SOCIAIS ENTRE O GRUPO DE MULHERES NO ASSENTAMENTO PALMARES II, CRATEÚS-CE.
Etalina Pereira de Matos	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO NOVAS VIDAS- OCARA/CE.

Hilma Maria Gomes Oliveira	TÉCNICAS ALTERNATIVAS PARA A OBTENÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA NO CULTIVO DE HORTALIÇAS: ESTUDO DE CASO.
Antonio Ferreira Barbosa	A PRÁTICA EDUCATIVA NO MANEJO DA ÁGUA: ESTUDO DE CASO.
Maria do Carmo dos Santos Damasceno	CAMPESINATO E QUINTAIS PRODUTIVOS: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES, POTIRETAMA/CE.
Clarice Rodrigues de Albuquerque	CONHECIMENTOS E USOS DAS PLANTAS MEDICINAIS: ESTUDO DAS GARRAFADAS ENTRE AS MULHERES DE ETNIA TAPEBA.
Janáina Martins de Sousa Veras	O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS COMO PRÁTICA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO SANTA BÁRBARA.
Maria Aurilene de Sousa Oliveira	EDUCAÇÃO DO CAMPO E IDENTIDADE CAMPONESA NA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO MÉDIO FRANCISCO ARAÚJO BARROS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO MINEIRO EM ITAREMA/CE.
Ivanete Ferreira Fernandes	A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO FLORESTAN FERNANDES NO ASSENTAMENTO SANTANA.
Antônia Nancy Aurélio	PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO GONÇALO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE.
Joel Gomes do Nascimento	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA FRANCISCO ARAÚJO BARROS, ASSENTAMENTO LAGOA DO MINEIRO.
Paulo César Melo Rodrigues	O JOGO DAS CASTANHAS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DES CAMPONESES ASSENTADOS COM AS MINIFÁBRICAS DE PROCESSAMENTO DE CASTANHA.

Francisco de Assis Lopes Bezerra	UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO ALEGRE, QUIXERAMOBIM-CEARÁ.
Rosa da Conceição Nascimento	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS – P1+2 NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DOS QUINTAIS PRODUTIVOS.
Irismar Estevam de Lima	ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ, QUIXERAMOBIM-CE: DEZ ANOS DE LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.
Antonia Elieth Muniz de Carvalho	DIAGNÓSTICO DAS PRÁTICAS DE MANEJO DE SOLO NO ASSENTAMENTO IRAPUÁ DE CIMA- CRATEÚS-CE.
Tasso Ivo de Oliveira Neto	DESENVOLVIMENTO DO MILHO E ATRIBUTOS QUÍMICOS DO SOLO ADUBADO COM ESTERCO CAPRINO.
Maria Juliana Pereira Rodrigues	CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CRIAÇÃO DE AVES PELAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO ERVA-MOURA EM PENTECOSTE-CE.
Francisco Wesley Alcântara de Freitas	LEVANTAMENTO FLORÍSTICO E FITOSSOCIOLÓGICO DA VEGETAÇÃO DE CAATINGA DO ASSENTAMENTO DO QUIXINXÉ, OCORA-CE.
Andréa Lúcia Silva Lima	DIVERSIDADE PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIN II EM RUSSAS-CE: PASSOS NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E NA (RE) PRODUÇÃO DO CAMPESINATO.
Cássia Rosane Silveira Pinto	SITUAÇÃO DO PROJETO PISCE NO MUNICÍPIO DE BANABUIÚ/CE.
José Claudio Gustavo	PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AVES CAPIRAS NAS UNIDADES PRODUTORAS DAS FAMÍLIAS NA ÁREA REFORMADA DE MEARIM, QUIXERAMOBIM-CE.

José de Paula Firmiano de Sousa	CULTIVO IRRIGADO DO MAMOEIRO SOB DOSES DE CINZAS VEGETAIS E COBERTURA MORTA EM SISTEMA.
Rêmulo Bezerra de Holanda	LEVANTAMENTO FLORÍSTICO E FITOSSOCIOLÓGICO DA VEGETAÇÃO DE CAATINGA.
Luís Carlos dos Santos	USO DOS AGROTÓXICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE E NO MEIO AMBIENTE NA COMUNIDADE SÃO JOAQUIM DO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO EM MADALENA – CE.
José Ricardo de Oliveira Cassundé	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA CONTRA ORDEM AO AGRONEGÓCIO NA EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO IRRIGADO ZÉ MARIA DO TOMÉ NA CHAPADA DO APODI-CE.
Maria Creunice Lima Bezerra	SEMEAR SEMENTES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO PALMARES, MUNICÍPIO DE CRATEUS-CE.

Congresso Nacional
RESIDÊNCIA AGRÁRIA
 Universidade, Movimentos Sociais e Produção de Conhecimento na Camada Brasileira

APÊNDICE

**Trabalhos aprovados para apresentação no Congresso Nacional
 Residência Agrária**

Titulo	Grupo de Trabalho	Autores
1. USO DOS AGROTÓXICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE E NO MEIO AMBIENTE NA COMUNIDADE DE SÃO JOAQUIM NO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO EM MADALENA/CE.	Agroecologia	Autor/Apresentador: Luís Carlos dos Santos
2. TECNOLOGIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA: UM DIFERENCIAL NA SECA ATUAL.	Agroecologia	Autor/Apresentador: Rosa da Conceição Nascimento Coautor: Helena Selma Azevedo
3. DESENVOLVIMENTO INICIAL DE MILHO CRIOULO ADUBADO COM ESTERCO DE CAPRINO COM VISTAS À TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SEMIÁRIDO.	Agroecologia	Autor/Apresentador: Tasso Ivo de Oliveira Coautores: Diego Lourenço; Juliana Cavalcante de Souza; Mirian Cristina Costa.
4. AGROECOLOGIA, DESERTIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PARA PROPOSIÇÕES PRÁTICAS.	Agroecologia	Autor/Apresentador: Glaucineide Ferreira Brandão Coautores: Rosa da Conceição Nascimento; Diana Mendes Cajado.
5. DIAGNÓSTICO DAS PRÁTICAS DE MANEJO DO SOLO NO ASSENTAMENTO IRAPUÁ DE CIMA - CRATEÚS/CE.	Agroecologia	Autor/Apresentador: Antônia Elieth Muniz Coautor: Mirian Cristina Costa.
6. INFLUÊNCIA DO USO DE CINZAS E BAGANA NO DIÂMETRO DO CAULE DO MAMOIRO.	Agroecologia	Autor/Apresentador: José de Paula Firmiano de Sousa Coautores: Paulo Gleisson Rodrigues de Sousa; Francisco Tiago Rodrigues de Oliveira; Raimundo Nonato Távora Costa.
7. AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO FLORESTAN FERNANDES NO ASSENTAMENTO SANTANA - MONSENHOR TABOSA/CE	Educação do Campo	Autor/Apresentador: Ivanete Ferreira Fernandes Coautores: Celecina de Maria Veras Sales; Ivana Leila Carvalho Fernandes.
8. PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO GONÇALO EM CRATEÚS NO CEARÁ.	Educação do Campo	Autor/Apresentador: Antonia Nancy Aurélio Coautores: Celecina de Maria Veras Sales; Ivana Leila Carvalho Fernandes.

9. MULHERES AGRICULTORAS E GESTÃO DA ÁGUA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO - O CASO DO ASSENTAMENTO PALMARES I EM CRATEÚS/CE.

Questão Agrária, direitos e conflitos no campo

Autor/Apresentador: Ana Maria Pereira Lima
Coautores: Gema Galgani S.L Esmeraldo; Karla Karoline de Jesus Abrantes.

10. O JOGO DAS CASTANHAS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DOS CAMPONESES ASSENTADOS COM AS MINIFÁBRICAS DE PROCESSAMENTO DA CASTANHA DE CAJU NO ASSENTAMENTO ZÉ LOURENÇO - CHOROZINHO/CE.

Cooperação, agroindústria e organização da produção

Autor/Apresentador: Paulo Cesar Melo Rodrigues
Coautores: Francisco de Assis Lopes Bezerra; Cláudia Rosas de Sousa.

Arte, Cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído

Maria Inês Escobar da Costa¹

Em meio às experiências formativas articuladas entre movimentos sociais e universidades, costumamos nos indagar se é possível construir uma outra hegemonia dentro do capitalismo. Trata-se de reflexão difícil, considerando a complexidade da análise das amarras que nos levam à reprodução de padrões de comportamento, de relações sociais e de produção que vêm garantindo a recriação de um sistema desigual e incapaz de conviver com a diferença e com a biodiversidade. Enfrentar o instituído em vários contextos é uma posição de ousadia que requer visão dialética, que é negada ou negligenciada na maioria dos campos teóricos e diferentes espaços formativos. A visão dialética é muito cara a nós, importante para analisar a emergência de contra-hegemonias e/ou a reprodução das relações sociais adaptadas como álibis ao sistema hegemônico.

Tais álibis seguem gerando instituições e institucionalidades heterônomas, propiciando a manutenção do sistema, recriando-o e fazendo fracassar as tentativas de alterações radicais em seu modo de produção. Nessa perspectiva, reconhecendo os limites de análise e os limites da experiência, apresentamos breve síntese de um momento de ruptura com o imaginário clássico do que se passa em um Centro de Ciências Agrárias no qual o foco da ruptura se situa no protagonismo camponês, no método pedagógico e na formulação do espaço de pesquisa.

Paulo Freire, nosso educador maior, advertia: “se concorda comigo, não me repita”. O desafio de criar o novo inspirado em uma prática dialógica, em meio a teorias progressistas que se confrontam e a uma teoria neoliberal que parece querer criar um consenso pedagógico (STRECK, 2011), parece

¹Doutoranda FEUSP/USP. Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCa).

algo que exige coragem e uma escuta sensível dos conselhos gramscianos: “é preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 1979).

A experiência relatada aqui ocorreu a partir do contexto de luta pela terra e Reforma Agrária, alcançou o território universitário e partiu da prática camponesa, inserindo-se na luta por direitos, particularmente o direito à Cultura. O curso em questão é uma Residência Agrária² em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo, desafiante desde o termo cultura popular, tão polêmico, até o conceito de Educação do Campo, tão afirmado politicamente, com materialidade de origem e pedagogia própria. Como se não bastasse toda a complexidade existente, o formato do curso é de especialização itinerante e em alternância: uma residência, como a residência médica, uma qualificação no trabalho, em que o *locus* do trabalho são os assentamentos de Reforma Agrária situados em diferentes cidades do estado do Ceará, nos quais se desenvolveram aulas teóricas, práticas e pesquisas de campo.

Foi na prática social, no chão dos assentamentos e das escolas do campo que avaliamos e fomos avaliados como experiência possivelmente indutora de políticas de Educação do Campo de ensino superior na Universidade Federal do Cariri e no estado do Ceará. Como a consciência política só se realiza na prática, como ensina Florestan Fernandes, fomos observando e atuando em diversas brechas que têm potencial de nos transformar em agentes relevantes no campo político da academia e da correlação de forças na luta pela terra no estado.

Para qualquer política pública de qualidade, é fundamental a garantia da gestão democrática, do acesso e do financiamento apropriado para o desenvolvimento das atividades que julgo fundamentais, dentre outras coisas. Considerando que o público prioritário era o dos educadores das escolas do campo, a existência de recurso adequado para o deslocamento e permanência dos educandos nas etapas do curso e bolsas de pesquisa para professores e educandos foi elemento decisivo para o êxito dos trabalhos. A

²Residência Agrária é uma modalidade específica de curso de especialização (Pós-Graduação *Lato Sensu*) atendida pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Essa modalidade de curso orienta-se pelos objetivos, princípios, diretrizes e fundamentos legais mais gerais do Pronera. Apesar disso, possui objetivos e diretrizes específicos, voltados para o fortalecimento da relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento (MICHELOTTI, 2012).

vontade política de uns e a força popular do movimento camponês situaram essa experiência no Programa de Educação da Reforma Agrária – Pronera do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

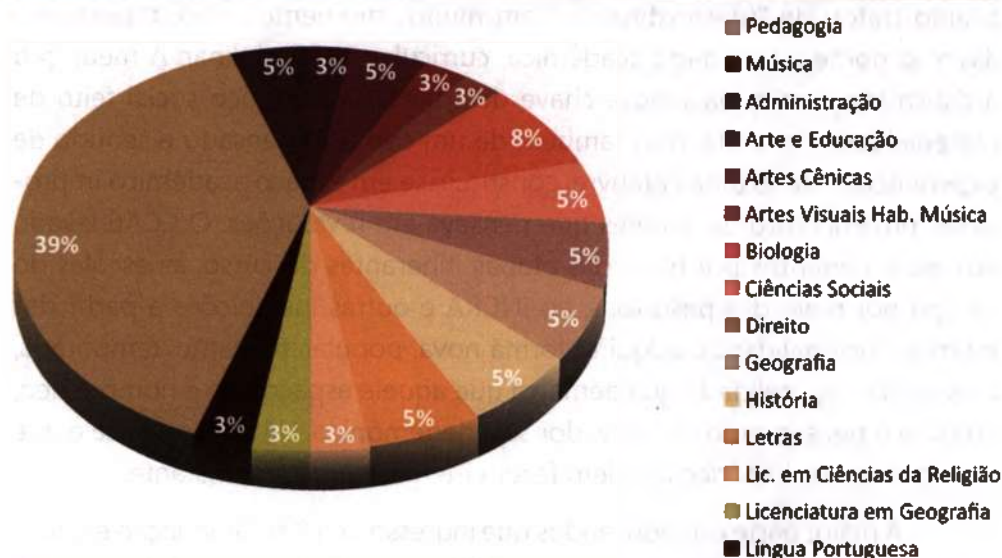
Para viabilizar o custeio do curso e das bolsas de pesquisa, nós nos tornamos, professores e educandos, pesquisadores do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), mais especificamente da Coordenação de Agronegócio. Note-se nesse ponto certo incômodo territorial por estarmos unidos ao setor de pesquisa do agronegócio, expressão maior da intolerância dos ricos em relação à luta por direitos dos pobres, do campo e da natureza (BRUNO, 1997).

Juntando a “contenteza do triste e a tristeza do contente”³, formamos um coletivo diverso de professores e educandos com origem e formação diversa. Organizamo-nos em meio a teorias pós-estruturalistas que acentuam bem as diferenças entre pessoas, grupos e culturas, destacando o papel da linguagem para a construção social da realidade e o exercício do poder (STRECK, 2011). Situamo-nos também na dialética sócio-histórica inspiradora da prática educativa no contexto das contradições da sociedade, aprendida com o movimento camponês (Movimento Sem Terra). O MST trouxe ao curso e à universidade o vocabulário da transformação social e da revolução, ao mesmo tempo que flertamos com o uso e difusão de novas tecnologias digitais, especialmente na área de comunicação e produção de documentários.

O segundo grupo prioritário de educandos selecionados para o curso era de profissionais envolvidos no cenário de produção cultural dos municípios, na universidade e nas políticas de cultura. No que tange à teoria e à prática pedagógica, esse grupo se afirmou em torno de teorias sistêmicas, guiado por uma *autopoiese*, autorregulação, autoformação ou formação em redes (STRECK, 2011). Frequentemente, o conflito se estabeleceu em razão de visões diferentes no enfrentamento das dificuldades organizacionais do curso, de linguagem e de atuação militante e profissional. Como veremos a seguir, as diferentes trajetórias formativas e os interesses individuais e coletivos quanto ao curso (processo/produto) foram delineando o tecer das relações, inclusive a relação com o conhecimento.

³Trecho da música “Beradêro” de Chico César, é utilizado aqui como metáfora para as dificuldades de tramitação de um projeto popular, situado contra-hegemonicamente aos interesses do *status quo* dentro da universidade pública.

Figura 1: Educandos por formação de nível superior



Fonte: Coordenação do Curso.

Em relação à conturbada efervescência da troca de saberes fomentada pela diversidade de formações explicitada na Figura 1, Freire (1996) nos faz refletir sobre as certezas, principalmente no processo pedagógico, no qual uma das condições necessárias para pensarmos certo é não estarmos demasiadamente certos de nossas certezas, uma vez que o Ser deve estar no centro da questão pedagógica, lendo os embates da história por libertação de todas as formas de opressão. Segundo Carlos Brandão, Paulo Freire é um tecelão de diferenças, portanto o maior inspirador na leitura dessa experiência formativa – uma Residência Agrária em Cultura.

Um aspecto incomum é o território onde a experiência se desenvolveu institucionalmente: no Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade da Universidade Federal do Cariri – CCAB/UFCa. Esse fato nos orgulhava, pelo enfrentamento ao reducionismo da ideia de campo e de espaço agrário, mas ao mesmo tempo incomodava aos “produtores culturais”, temporariamente educandos. Assim, em meio à dureza das ciências agrárias e dos pretensos donos de um “lugar” específico para o fazer cultural, houve enfrentamento, estranhamento, desde a linguagem (conhecimento, linguagem e palavra escrita) até a prática social. No entanto, a presença das bandeiras (dos mo-

vimentos sociais), do movimento popular, da beleza e da estética da luta foi tecendo relações com o espaço percebido, concebido e vivido. O instituído tratou de “(des)instituir-se” em muitos momentos, não importando assim o nome da unidade acadêmica, curricular ou disciplinar. A mediação artística forneceu uma valiosa chave de conexão no espaço social feito de materialidade concreta, mas também de um conceito pensado e sentido de experiências, como diria Lefebvre, constituir-se em espaço acadêmico improvável, um encontro de saberes que pensava em revoluções. O CCAB levado aos assentamentos por meio das etapas itinerantes do curso, às escolas do campo por meio das pesquisas, ao INCRA e outras instituições a partir das interinstitucionalidades, adquiriu forma nova, popular, militante, temporária, mas uma temporalidade que demarca que aquele espaço não é homogêneo, embora o pensamento conservador seja hegemônico. Há algo que fica e que os movimentos históricos podem fazer emergir a qualquer instante.

A maior parte dos educandos que ingressou na Pós-Graduação é oriunda do curso de Pedagogia, um total de 39%, seguido de egressos do curso de Biologia (8%), e o restante pertence às áreas das Ciências Humanas, Sociais e Linguística. Percebemos a importância das instituições de ensino superior presentes na região com cursos direcionados às licenciaturas, mas que carecem de uma formação específica para a prática docente no campo. A qualificação de educadores de escolas do campo, prioritariamente assentados de Reforma Agrária, foi um dos grandes objetivos do curso. Percebeu-se, pelos relatórios do Tempo Comunidade e pelas falas em sala de aula, que os educadores de escolas do campo e educandos formados em cursos específicos para assentados de Reforma Agrária valorizavam os espaços de organicidade da turma, a presença em sala de aula, a pontualidade, a relação pessoal afetiva entre educadores e educandos, como também a celebração de conquistas coletivas e de lideranças representativas da classe trabalhadora e das minorias. Esse grupo é conhecedor do histórico do Programa Nacional de Residência Agrária e o percebe como conquista dos movimentos sociais do campo.

Na evolução do Programa Nacional de Residência Agrária, com cerca de 50 cursos (concluídos e em fase de conclusão em todo território nacional), houve uma tendência em direcionar a pesquisa de acordo com áreas de interesse referendadas por coletivos organizados. Na experiência ora apresenta-

da, verificou-se que 42% dos educandos intencionaram conduzir seus estudos direcionados à área da Música, outros 40%, à área de Artes Cênicas e 18% direcionados à temática do Audiovisual.

Os três eixos do curso ligaram a pesquisa ao cotidiano das comunidades camponesas e ao desenvolvimento da técnica que se dá no campo e na academia. A seguir, apresentaremos um quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas e um pouco de cada eixo no contexto do vivido e do que foi projetado, tomando por base o projeto pedagógico do curso e suas grandes questões.

Quadro 1:
Resumo das atividades do curso

ATIVIDADES DE RESULTADOS	QTD.	DATA	LOCAL	PÚBLICO
Etapas de Tempo Universidade	14	nov/2013 a fev/2015	Cariri e Fortaleza	35 educandos da Turma Irmãos Aniceto
		03, 04, 09 e 10/05/2014 30 e 31/08/2014 06 e 07/12/2014	Canto Coral Assentamento Lagoa do Mineiro/Itarema	
		14 e 15/06/2014 19 e 20/07/2014 09 e 10/08/2014 11 a 15/12/2014	Teatro Brincante Assentamento Todos os Santos/Canindé	
		28 e 29/06/2014 07 a 10/07/2014 30 e 31/08/2014	Danças Populares Assentamento 25 de Maio/Madalena	
		05 e 06/07/2014 13 e 14/09/2014	Práticas Percussivas Assentamento Tiracanga/Canindé	
Disciplinas Optativas	8	18 e 19/10/2014 21 e 22/11/2014	Máscaras Brincantes Assentamento Sabiaguaba/ Amontada	Educandos da Turma Irmãos Aniceto

Cursos de Extensão vinculados ao curso de Especialização		24 e 25/05/2014 28 e 29/06/2014 21 a 24/08/2014	Documentário I Assentamento Lagoa do Mineiro/Itarema	
		04 e 05/10/2014 08 e 09/11/2014 29/11/2014 a 02/01/2015	Documentário II Assentamento Sabiaguaba/ Amontada	
		02 e 03/08/2014 27 e 28/09/2014	Construção de Instrumentos Assentamento Recreio/ Quixeramobim	
		03, 04, 09 e 10/05/2014 30 e 31/08/2014 06 e 07/12/2014	Canto Coral Assentamento Lagoa do Mineiro/Itarema	Assentados Lagoa do Mineiro
		14 e 15/06/2014 19 e 20/07/2014 09 e 10/08/2014 11 a 15/12/2014	Teatro Brincante Assentamento Todos os Santos/Canindé	Assentados Todos os Santos
		28 e 29/06/2014 07 a 10/07/2014 30 e 31/08/2014	Danças Populares Assentamento 25 de Maio/ Madalena	Assentados 25 de Maio
	6	05 e 06/07/2014 13 e 14/09/2014	Práticas Percussivas Assentamento Tiracanga/Canindé	Assentados Tiracanga
		18 e 19/10/2014 21 e 22/11/2014	Máscaras Brincantes Assentamento Sabiaguaba/ Amontada	Assentados Sabiaguaba
		02 e 03/08/2014 27 e 28/09/2014	Construção de Instrumentos Assentamento Recreio/ Quixeramobim	Assentados Recreio

I Seminário Arte e Educação nas Escolas do Campo do Ceará	1	23 a 25/10/2014	Fortaleza	Turma Irmãos Aniceto, professores, educadores das Escolas do Campo/80 pessoas
I Seminário Internacional – Desafios e Experiências em Educação e Agroecologia na América Latina	1	28/08/2014	Fortaleza	Professores, estudantes e assentados – 150 pessoas
Espectáculo Terra! Coisas que o Vento Conta	1	29/11/2014	Assentamento Sabiaguaba/ Amontada	Comunidade do Assentamento Sabiaguaba/ Caetanos
Ciclo de Noites Culturais na Comunidade do Tomé	1	10/12/2014	Comunidade do Tomé/ Limoeiro do Norte	Comunidade do Tomé
I Jornada Universitária de Luta pela Reforma Agrária	1	Abril/2014	Crato	Público Aberto/Turma Irmãos Aniceto

Fonte: Coordenação do curso.

Eixo de Música

Segundo Carmen Coopat⁴ (2013), coordenadora deste eixo pedagógico, a cultura musical tradicional é um sistema derivado da experiência grupal. Os agrupamentos da música popular e tradicional do Ceará são constituídos de grupos pequenos de homens e mulheres que se relacionam para a criação musical empírica, de acordo com maneiras diversas de existência, formando-se

⁴Professora Visitante do curso de Música da UFCA, nascida em Cuba, onde se especializou em etnomusicologia.

como sistemas particulares que constituem parte essencial dentro do macrosistema da cultura do Ceará atual. A prática sistemática dos repertórios, mais ou menos apegados às tradições orais, religiosas e laicas, torna-se emblema das músicas rurais e urbanas deste estado do Nordeste brasileiro. Geralmente, os repertórios integram-se com outras artes populares, dando vida a um todo complexo e a um rico panorama da cultura, que vai além da música feita nas pequenas comunidades de vizinhos até as relacionadas com instituições socioculturais de caráter local ou global.

O condicionamento sócio-histórico, cultural e educativo que caracteriza a existência de um agrupamento da música popular tradicional determina sua função social na comunidade e condiciona o uso de um tipo determinado de conjunto instrumental. Esses condicionamentos também influenciam as funções musicais dentro dele, o repertório tradicional e moderno que realiza e a forma pela qual o conhecimento é transmitido e construído dentro do grupo, ou seja, como se ensina e se aprende música nas comunidades. Essa realidade se confronta e mistura com emergência de uma cultura de luta e uma estética musical situada no enfrentamento da desigualdade social no campo e na cidade.

No curso, foram produzidas oficinas de construção de instrumentos musicais com elementos naturais característicos da região, oficinas de percussão e de canto coral. Tais atividades musicais foram realizadas por meio de parâmetros de etnopedagogia, dialogando com os repertórios locais, resgatando a memória musical das comunidades. As cantigas e ritmos usados para acompanhar os trabalhos agrícolas tradicionalmente em cada região formaram material essencial para a elaboração das oficinas.

Eixo de Artes Cênicas

O coordenador deste eixo pedagógico foi o professor Oswald Barroso⁵, responsável pela discussão de Antropologia da Arte, que também dividiu o tempo do eixo com o trabalho inovador e criativo de educadores de Dança e Teatro Brincante, que envolveram, além dos educandos, as comunidades nos Assentamentos. Segundo Barroso, o artista do corpo pode ser compreendido como aquele que se relaciona com o mundo e com a humanidade a partir do

⁵Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECe)

movimento, que vê a complexidade das relações entre indivíduos e da configuração da cultura a partir da percepção do movimento do corpo humano, e faz sua arte também a partir disso. Na interface entre o corpo espetacular e o corpo cotidiano, pode-se provocar pensamentos e problematizações sobre o mundo contemporâneo. Entendendo a educação como a aprendizagem da cultura – na busca e apropriação do sentido para a vida, para a existência humana, compartilhada e tecida em conjunto pelos homens – a dança contribui para o desenvolvimento de um corpo permeável e atuante da práxis e, assim, apresenta-se como possibilidade de criação e reinvenção dessa mesma cultura.

Eixo de Comunicação

O coordenador deste eixo foi o professor Tiago Coutinho⁶, com a proposta de proporcionar um debate da cultura na sua dimensão comunicacional e política, transpassada por relações de poder, e uma discussão sobre a comunicação como expressão indissociável dos modos de vida local e global. O eixo de Expressão Cultural/Comunicação parece fundamental para a compreensão do papel político e cultural da comunicação na realidade do campo. Tal visão ampara-se na compreensão de que todo movimento social possui uma ação cultural que não só disputa suas bandeiras no âmbito do Estado, mas também instiga a sociedade civil na sua capacidade de atribuir sentido ao mundo. Ao colocar em pauta agendas que pretendem disputar visões de mundo, tais movimentos promovem a visibilidade de determinadas temáticas específicas, valores e formas de ver o mundo.

Além disso, foi proposta deste eixo promover uma reflexão sobre os usos das diversas mídias em seu potencial de circulação de informações e significados das culturas do campo. O eixo trabalhou com a perspectiva de que, além de consumidores culturais, os participantes da Especialização pudessem se tornar realizadores de produtos midiáticos ao narrarem suas experiências cotidianas, construindo possibilidades estratégicas de visibilidade para as comunidades envolvidas no processo a partir da criação de produtos artísticos e culturais.

⁶Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenador do Curso de Comunicação.

Algumas intervenções no campo

Dos trabalhos focados no **Eixo de Música**, destaca-se a seguinte pesquisa:

A MÚSICA DE RABECA DO ASSENTAMENTO CACHOEIRA DO FOGO (INDEPENDÊNCIA/CE): SIGNIFICADOS E DIÁLOGO DE SABERES

(Fabiano de Cristo)⁷

É um estudo de caso e pesquisa-ação realizados no Assentamento Cachoeira do Fogo (Independência/CE) sobre a música de rabeca da comunidade. Como estratégia de pesquisa-ação, foi experimentada uma proposta metodológica para o ensino/aprendizagem de rabeca, denominada método numérico. Foi estabelecido um diálogo sobre ensino/aprendizagem de rabeca que culminou em outros projetos de apoio à Orquestra de Rabecas, em parceria com o INCRA e a Universidade Federal do Cariri (UFCa).

Na **intervenção das escolas do campo**, destacamos os seguintes trabalhos:

LITERATURA DE CORDEL NO ENSINO DE ARTE: ANÁLISE CRÍTICA DAS TURMAS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA PAULO FREIRE

(Wanderley Costa de Sousa)

Trata-se de uma análise crítica da literatura de cordel como instrumento educativo no ensino de arte nas turmas do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental da Escola do Campo Paulo Freire, resultado da luta de classe e protagonista de uma educação que inclui a arte e a cultura popular. O objetivo desta pesquisa-ação é compreender como esse tipo de literatura pode contribuir para o processo de formação dos educandos da turma

⁷Pós-graduando da Especialização Cultura Popular, Arte e Educação do Campo – Residência Agrária da Universidade Federal do Cariri (UFCa).

abordada. A relevância da literatura de cordel no ensino de arte é evidente, incentivando a escrita, a leitura, a criatividade e corroborando a formação artística e cultural.

INTERVENÇÕES NO CULTIVO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS TRADICIONAIS NA ESCOLA DO CAMPO JOÃO SEM TERRA, ASSENTAMENTO 25 DE MAIO: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS

(Sandra Maria Vitor Alves)

Neste trabalho, é feita uma análise dos avanços, limites e desafios como resultados de uma pesquisa-ação sobre a importância de intervenções no cultivo das manifestações artísticas tradicionais na Escola do Campo João Sem Terra, Assentamento 25 de Maio. O conhecimento da cultura tradicional local ou regional nos coloca diante de uma reflexão e de um desafio, desde a organicidade dos trabalhadores organizados até as fronteiras de resistência e às ofensivas da globalização, em face dos mecanismos da indústria cultural de massa. Nesse sentido, buscamos construir grupos artísticos de cultura popular tradicionais de juventude para compreendermos os significados da cultura popular para os jovens e como o cultivo dessas manifestações culturais contribuem com o processo de implementação da Educação do Campo e participação da juventude na escola.

No **eixo de Artes Cênicas**, houve a produção de um espetáculo que envolveu toda a comunidade:

“ABRINDO VELAS, PESCANDO CULTURAS”: MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E DEFESA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DA COMUNIDADE DE CAETANOS DE CIMA NO ASSENTAMENTO SABIAGUABA EM AMONTADA/CE

(Lígia Rodrigues Holanda)

Pesquisa-ação desenvolvida na comunidade de Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba. Buscou-se analisar o processo de construção da memória social da comunidade de Caetanos de Cima, suas interfaces com

as diversas manifestações culturais e com a luta pela defesa do território tradicional. Para tanto, tomou-se como base a metodologia da história oral, na realização de um inventário do patrimônio, entendido aqui como uma “cartografia dos sentidos”, e na proposição de vivências estéticas relacionadas à linguagem da fotografia. Esta pesquisa-ação teve como culminância a exposição e o espetáculo “Terral: coisas que o vento conta”, construído coletivamente por diversos membros da comunidade.

No **Eixo de Comunicação**, tivemos a pesquisa-ação realizada na Rádio Comunitária do Assentamento Palmares:

RÁDIO CAMPONESA: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO PALMARES

(Maria Vanderlúcia Lopes do Nascimento)

O trabalho faz uma síntese dos principais aspectos que configuram as rádios comunitárias e em particular a Rádio Camponesa localizada no Assentamento Palmares, em Crateús/CE. Tem como objetivo analisar a importância dessa rádio para o processo de comunicação do Assentamento Palmares e das comunidades circunvizinhas. A Rádio Camponesa FM 95,7 é uma emissora livre comunitária que foi instalada no Assentamento em 2011 com o intuito de defender os interesses da classe trabalhadora, divulgar a luta pela Reforma Agrária e promover a cultura local. A pesquisa foi feita por meio de vivência *in loco*, tendo sido utilizadas entrevistas semiestruturadas com os comunicadores da rádio, observações diretas e participantes. Evidenciou-se que a Rádio Camponesa representa uma estratégia de enfrentamento ao sistema que controla os meios de comunicação, na tentativa de democratizá-la para a classe trabalhadora. Por fim, tem dado uma contribuição muito significativa, colaborando para o desenvolvimento sociocultural das comunidades em que atua.

Considerações finais

A experiência do curso nos impele a repensar a universidade, as relações entre o conhecimento, o educador e os educandos, e a pensar em “dodiciência”, termo cunhado por Paulo Freire, que expressa a ideia de que não há docência sem discência, e nessa relação nos tornamos todos mestres. O movimento camponês pintou a universidade com as cores da agricultura e, mais que isso, deu conteúdo a essas cores e fez um alerta político pedagógico: se o acesso à educação pelas camadas populares não produz consciência social, de classe, ele é apenas um motor de reprodução do *status quo*.

A Universidade Federal do Cariri é uma jovem universidade federal, uma das últimas criadas no Brasil, situada no Cariri cearense e tem majoritariamente estudantes e professores das classes populares. No entanto, há forte tendência à rejeição de tal origem e a negligência de verdadeiras demandas populares, como ciência e tecnologia aplicadas à agricultura camponesa. A falta de identificação de classe faz com que a própria universidade se afaste de suas funções sociais, mesmo emergindo de uma realidade nova em que os sujeitos da ação acadêmica pertencem à própria classe trabalhadora.

Há que se recuperar o sentido da Universidade Pública, reconhecer a cientificidade do conhecimento comprometido com processos coletivos de transformação da realidade social produzida pelo capitalismo e da ciência que lhe serve e que o reproduz. Segundo Frigotto (2014), uma primeira tarefa da ciência a serviço da história humana é a de evidenciar que os seres humanos não se definem por uma pretensa natureza que os iguala sem levar em conta que, até o presente, a humanidade se desenvolveu com base no domínio da maioria por uma minoria. Além disso, é pelo trabalho que o ser humano cria as condições de sua existência, e é esse fato que o torna o único responsável pelo que a humanidade é até o presente momento. Retomar a ideia de Universidade Pública é retomar a ideia de um projeto de nação e não o projeto de uma fração da Nação, é uma direção oposta à do capital, que tudo submete na busca do lucro, destruindo os mais elementares direitos e as bases da vida mediante a degradação do meio ambiente.

A análise do processo de globalização nos mostra que a reprodução do modo de produção capitalista se dá das maneiras mais sutis, para além da relação capital e trabalho. Durante o curso, o relato do cotidiano das escolas do campo, dos assentamentos, e a vivência problematizada das etapas formativas no seu decorrer mostrou-nos que, como já indicava Lefebvre em 1974, experiências revolucionárias que não produzem um espaço novo não vão além de si, não mudam a vida, mudam elementos da vida, como superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem e no espaço. A mudança no cotidiano não se dá como consequência, não é secundária, é igualmente estruturante e deveria gozar de status estratégico.

Observamos a resistência viva presente, enovelada em nuances dos agrupamentos de cultura da tradição, como também explicitamente nos agrupamentos culturais da militância camponesa e urbana de periferia. Revolucionar tem sido quebrar amarras que nos impedem de ser solidários, de enxergar as relações de exploração e injustiça, romper com o egoísmo diário a partir de uma visão de totalidade e não sectária, romper com a falsa ideia de que o conhecimento científico em relação a outros conhecimentos é ordenado e democrático.

A riqueza de aprendizagens esteve na mistura de mestres e aprendizes que se revezavam em seus papéis inúmeras vezes e continuamente. Estabeleceu-se o conflito e tentou-se construir uma cultura de debate e de crítica marcada pela interação, pelo diálogo, pela leitura conjunta dos trabalhos. Esse foi um método perseguido, como também o de nos deixar afetar pela interação do outro de forma não submissa.

Figura 2: Aula de Musicalização no Centro Frei Humberto



Fonte: Acervo do curso.

O curso envolveu estudantes como indivíduos e integrantes de um coletivo dentro e fora da sala de aula. A carga horária foi dividida em 17 etapas de Tempo Universidade e 17 etapas de Tempo Comunidade (Alternância). Um dos maiores desafios do curso foi localizar a cultura como uma componente intrínseca da totalidade, em que ela não se autoexplica, mas está mergulhada em outras relações diferentes da lógica do pensamento fragmentado, cartesiano, que nos empurra para análises reducionistas. As manifestações artísticas tradicionais no Ceará foram objetos de várias pesquisas durante o curso no âmbito da escola do campo e dos Assentamentos de Reforma Agrária. Essas manifestações (cocos, reisados, caretas, lapinhas) fazem parte do cotidiano das comunidades e são constituídas e constituídas de identidade. No entanto, o cotidiano é um nível da realidade secundarizado diante de algumas análises, e para nós tem centralidade, pois é nele que as ideologias se misturam mais sutilmente e se apresentam como não ideologias (LEFEBVRE, 1977).

No cotidiano podemos também ver desvelados movimentos contraditórios ao sistema, à programação, à lógica capitalista de acumulação e opressão, à tendência de homogeneização, fragmentação e hierarquização. De forma impressionante, vivenciamos muitas expressões culturais não mediadas pela mercadoria, embora estejamos todos imersos no sistema capitalista e observando diuturnamente a reprodução das relações sociais sob a égide do capital. Na cultura popular militante e mesmo nas manifestações tradicionais, encontramos resíduos, elementos que não se diluem ou se dobram a modelos hegemônicos, irredutíveis. Encontramos uma unidade entre linguagem e vida real, entre a ação que muda a vida e o conhecimento. Não estão os camponeses tão capturados pelo culto do efêmero, que é a marca da modernidade e que se revela como estratégia de classe, segundo Lefebvre. Também não se trata de um romantismo revolucionário, mas da constatação de uma visão de mundo mais unitária que, em um olhar camponês, consegue projetar uma potência de mudança que pode subverter o instituído.

No interior das escolas do campo o debate se aprofunda, pois não haverá uma mudança revolucionária ou um projeto popular de escola se não partirmos da compreensão profunda da reprodução das relações sociais. Um esforço analítico para decifrar as bases dessa reprodução flerta com a produção artística popular que mistura a estética das lutas inseridas em um movimento contra-hegemônico com formas aprendidas secularmente de resistência, expressas nas manifestações tradicionais (lapinhas, cocos, reisdos). Em um período sombrio como este, em que vivemos golpeados com a antipolítica que fez cair uma presidenta eleita, com a emergência de uma intolerância quanto à pluralidade, vê-se mais que urgente engrossarmos as fileiras da resistência. Colocar nas ruas todo o nosso canto, nossa dança, nossas diversas formas de comunicação para denunciar as injustiças e intolerâncias e anunciar que o novo pode emergir melhor e deve ser construído pelo povo.

Figura 3: Folder do Curso – Designer Gráfico



METODOLOGIA:

O curso visa a participação dos educandos como indivíduos e integrantes de um coletivo, dentro e fora da sala de aula. A carga horária do curso será dividida em 14 etapas de tempo universidade e 14 etapas de tempo comunidade, quando os educandos desenvolverão suas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária. Para desconstruir a ideia tradicional de transmissão de conteúdos e a ideia da relação entre professor e aluno, o curso apresenta conexões de forma lógica, a teoria e a realidade dos assentamentos e das famílias. As disciplinas se dividem em Eixos Temáticos, de quais os educandos desenvolverão para se aprofundar ao longo do curso: Musicização, Teatro Brincante, Danças Populares e Comunicação.

OBJETIVO

Qualificar profissionais, educadores, lideranças comunitárias em cultura popular, arte e educação do campo. Promover atividades de pesquisa e extensão, na perspectiva de interdisciplinaridade e em diálogo entre educadores comprometidos com a educação e a cultura no campo e fora dele.

Coordenação Geral:

Maria Inês Escobar de Costa - Agrônoma
Tiago Coutinho - LPO/Comunismo
Vera Mariana - Setor de Educação/UEG

Coordenadores de Eixo:

Arlete Carmen Salvo Coupa
Comunicação: Tiago Coutinho
Artes Cênicas: Cibele Bonassi
Educação do Campo e Realidade Brasileira:
Maria Inês Escobar

Informações:

residência.agraria@ufrir.br
(88) 3736-4437
facebook.com/
residenciaculturaldeavango

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO

CULTURA POPULAR, ARTE E EDUCAÇÃO DO CAMPO RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Coordenador Geral: Maria Inês Escobar

Logos: CNPq, PROVERA, UFRPE, UFRPE, UFRPE

Fonte: Designer Gráfico Poser.

QUADRO 2: RELAÇÃO DE ESTUDANTES POR ORIENTADOR(A), ESPECIFICANDO OS TCCs DESENVOLVIDOS

Nome do Orientador/Titulação: CARMEN MARIA SAENZ COOPAT/DOUTORA

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Ana Cláudia Barbosa Isidório	ARTES VISUAIS NAS COMUNIDADES RURAIS DO CRATO - CE: UM ESTUDO DE CASO COM A ONG VERDE VIDA
Fabiano de Cristo Teixeira e Pinho Júnior	A MÚSICA DE RABECA DO ASSENTAMENTO CACHOEIRA DO FOGO (INDEPENDÊNCIA- CE): SIGNIFICADOS E DIÁLOGO DE SABERES.
Fernando Antônio Fontenele Leão	A ARTE QUE RECRIA A VIDA: MEDIAÇÃO CULTURAL NA COMUNIDADE DO TOMÉ/CHAPADA DO APODI-CE.
Gleuda Maria Souza dos Santos	A DANÇA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.
Mirelle de Oliveira Cunha	ADAPTAÇÃO, CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DE BRINCADEIRAS MUSICAIS COM A BANDA DE LATA CRIANÇA FELIZ DO ASSENTAMENTO RECREIO - CEARÁ.

Nome do Orientador/Titulação: CATHERINE FURTADO DOS SANTOS/MESTRE:

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Aline Souza dos Santos	PRÁTICAS PERCUSSIVAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO MUSICAL DA JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO TIRACANGA - CANINDÉ-CE.
Fábio Costa Santos	CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MÚSICA PARA A FORMAÇÃO DOS JOVENS DOS ASSENTAMENTOS TIRACANGA E TODOS OS SANTOS.

Nome do Orientador/Titulação: CLAUDIO MAPPA REIS/MESTRE

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Francisco Reginaldo da Silva	A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA BANDA DE LATA CRIANÇA FELIZ PARA A PERMANENCIA DOS JOVENS NO CAMPO E NO ASSENTAMENTO RECREIO NO MUNICIPIO DE QUIXERAMOBIM.

Nome do Orientador/Titulação: FERNANDA MEIRELES/MESTRE

Nome do Aluno

Título do Trabalho

José Ailton Brasil de Lima

UM CORAL DE QUENGAS: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO.

Nome do Orientador/Titulação: FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE NUNES/MESTRE

Nome do Aluno

Título do Trabalho

José Ernesto de Araújo

O USO DAS PRÁTICAS TEATRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO NA ESCOLA FRANCISCO ARAÚJO BARROS.

Nome do Orientador/Titulação: MARIA INÊS ESCOBAR COSTA CASIMIRO/MESTRE

Nome do Aluno

Título do Trabalho

Eloisa Rodrigues Pássaro

ESCOLAS E ASSENTAMENTOS DO CARIRI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Lucyane Ribeiro Diniz

ENTRE O VENTO E A LUTA, SURGE UMA SEMENTE: GRUPO DE TEATRO SEMENTES DA TERRA/ ASSENTAMENTO MACEIÓ- CE.

Raimunda Irineu Gomes

PRODUÇÕES LITERÁRIAS E MUSICAIS CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO LAGOA DO MINEIRO.

Rosalho da Costa Silva

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA: O CASO ESCOLA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSENTAMENTO SANTA BARBARA/ CAUCAIA/ CE

Sandra Maria Vitor Alves

INTERVENÇÕES NO CULTIVO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS TRADICIONAIS NA ESCOLA DO CAMPO JOÃO SEM TERRA NO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS.

Nome do Orientador/Titulação: MARIA IZAÍRA SILVINO MORAES/MESTRE

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Alexsandra Salvador da Silva	A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NO GOSTO MUSICAL DE JOVENS DO ASSENTAMENTO TIRACANGA (CANINDÉ-CE)
Ana Paula Nogueira da Silva	MULHER E TERRA: UM CANTO À LIBERDADE
Antonia do Socorro Barbosa da Silva	AS CANTIGAS DE ROSA - GARIMPANDO MEMÓRIA E REVISITANDO O CONTEXTO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO VISTA ALEGRE.
Laelba Silva Batista	URUCONGO DE ARTES: JUVENTUDES, EXPRESSÃO CULTURAL E IDENTIDADE NEGRA.
Maria Luziene Mateus Sousa	PRÁTICAS DE MUSICALIZAÇÃO NO CORAL DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA

Nome do Orientador/Titulação: RAIMUNDO OSWALD CAVALCANTE BARROSO/DOCTOR

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Emanuel Rodrigues Abreu	NARRADORES DA TERRA E DO FOGO: O TEATRO NA REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS.
Maria Silma Moreira Magalhães	REISADO DA FAMÍLIA RAMOS: O ITINERÁRIO DE UMA TRADIÇÃO
Raimunda Ghyslaine Salviano Araujo	O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM TEATRO E CIRCO SOCIAL DAS CRIANÇAS E JOVENS DO GRUPO DE TEATRO NUC'ARTE
Rayany Barroso da Silva	GRUPO DE TEATRO CARRAPICHO: EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA NOS SERTÕES DE CANINDÉ- CE
Valneide Ferreira de Sousa	A MÚSICA COMO ESTRATÉGIA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE CAETANOS DE CIMA - ASSENTAMENTO SABIAGUABA - AMONTADA/CE.

Nome do Orientador/Titulação: RICARDO RIGAUD SALMITO/MESTRE

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Ana Verônica Barbosa Isidorio	MARACATU UINU ERÊ: TAMBORES E BATUQUES RITMANDO A CIDADANIA NA COMUNIDADE DO SÍTIO CARRAPATO, MUNICÍPIO DE CRATO-CE-

Nome do Orientador/Titulação: ROSANE DA SILVA NUNES/MESTRE

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Antonia Zildete Rodrigues Costa	"MULHER: TRAJETÓRIA E IDENTIDADE - ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL, CRATO-CEARÁ
Maria Ivaniza Martins de Sousa Nascimento	O ASSENTAMENTO LAGOA DO MINEIRO E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, VIVÊNCIAS A SEREM CULTIVADAS NO CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DO CAMPO FRANCISCO ARAÚJO BARROS.
Maria Vanderlucia Lopes do Nascimento	RÁDIO CAMPONESA: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO PALMARES.
Maria Zilmar Silva dos Santos	A COMUNICAÇÃO EM AÇÃO NA ESCOLA JOÃO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Nome do Orientador/Titulação: TIAGO COUTINHO PARENTE/MESTRE

Nome do Aluno	Título do Trabalho
Erandir Santos de Almeida	GRUPO DE TEATRO SEMENTES DA ARTE: JOVENS SEMEADORES DA LIBERDADE!
Francisca Antonia Ferreira Pinheiro Sousa	NA BATIDA DO COCO, NO MAR DE CULTURA: PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS CULTURAIS DA COMUNIDADE CAETANO DE CIMA - ASSENTAMENTO SABIAGUABA.
João Abelardo Costa Ramos	MASSACRE DO CAMARZAL: UMA TRAGÉDIA FAMILIAR.
Ligia Rodrigues Holanda	MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E DEFESA DO ASSENTAMENTO SABIAGUABA- AMONTADA- CE.
Wanderley Costa de Sousa	LITERATURA DE CORDEL NO ENSINO DE ARTE: ANÁLISE CRÍTICA DAS TURMAS DO TERCEIRO AO QUINTO ANOS DA ESCOLA PAULO FREIRE.

Referências

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Eduer, 1997.

CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016, 160 p.

COSTA, M. I. E. **Residência Agrária**: produção, arte, cultura e convivência com o semiárido. Crato: Associação Brasileira de Agroecologia, 2013. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/frm_exp_cca_ex_anexos_0_1123_artigo_seminário_agroecologia_2013.pdf>. Acesso em 10 nov. 2014:

COOPAT, C. S. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária**. Universidade Federal do Cariri ((UFCA), 2013

FRIGOTTO, G. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST: universidade e pesquisa**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2014

GRAMSCI, A. **Escritos políticos 1910-1926**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 vol., 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vol., 1999-2003.

NÓVOA, A. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 263-272, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000100263&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEITE, S. P. Assentamento rural. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J. S. e FORACCHI, M. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 219-252.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA. **Curso de Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária**. Projeto Político Pedagógico. Crato, 2013.

STRECK, D. R. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v. 7, n. 3, Dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7595>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar

Rita Fagundes¹

Andhressa Araújo Fagundes²

Amaury da Silva dos Santos³

Introdução

Este artigo é fruto da experiência do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária (PGRA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O artigo foi elaborado a partir da sistematização apresentada no II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), cujo objetivo principal foi ampliar o debate sobre os princípios e as diretrizes da Educação em Agroecologia, vislumbrando a prática de uma Educação compromissada com a construção de uma sociedade mais igualitária, com justiça social e um futuro mais sustentável.

O projeto que culminou na promoção do curso do PGRA/UFS surgiu de demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que procurou professores ligados ao Espaço de Vivência Agroecológica (EVA) da UFS, para que fosse elaborado um projeto que concorresse à chamada pública que viabilizaria a realização do curso.

¹Foi coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

²Doutora em Nutrição Humana e Docente Adjunta do Departamento de Nutrição (UFS). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão de Curso vinculados ao Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

³Doutor em Produção Vegetal (UENF) e Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Embrapa). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão de Curso vinculados aos Eixos de Agroecologia (Residência Agrária – UFS).

O projeto político-pedagógico do curso foi elaborado em consonância com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia e seguiu as orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Política de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Esses princípios e diretrizes consistem no respeito à diversidade do campo e no incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos com metodologias adequadas e que consideram as especificidades e as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo e possibilitam a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais (BRASIL, 2010).

Seguindo as orientações da chamada, o processo seletivo teve como público prioritário os beneficiários do Pronera e profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas em assentamentos da Reforma Agrária. Sugere-se que a construção do conhecimento dos cursos ligados ao Pronera seja guiada pela Pedagogia da Alternância, que consiste numa metodologia de organização do trabalho pedagógico que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas em tempos e espaços distintos, geralmente denominados de Tempo Escola e Tempo Comunidade. Na literatura, tem-se o registro de que essa metodologia surgiu na França em 1935 com a criação da primeira Escola da Família Agrícola (EFA). A iniciativa partiu de um padre insatisfeito com o sistema educacional que não atendia às especificidades do campo. Os jovens ficavam uma semana por mês na escola e nos demais dias trabalhavam na lavoura. Partia-se da premissa de que deveria haver uma alternância nas etapas de formação e uma articulação entre os conhecimentos adquiridos na propriedade rural com os conhecimentos da escola.

No Brasil, as primeiras experiências surgiram em 1969 com a criação das primeiras Escolas da Família Agrícola no estado do Espírito Santo (NOSELA, 1977). Atualmente tem-se trabalhado com a Pedagogia da Alternância tanto em EFAs como em cursos de graduação destinados aos povos do campo. Em relação à orientação didático-pedagógica, é oportuno destacar que existem diferentes orientações teóricas.

Na UFS existiram três turmas especiais que tinham a Pedagogia da Alternância como metodologia de organização pedagógica (Agronomia⁴, Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo), cujo público prioritário era de pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária. Atualmente não há nenhum curso em andamento. Parte significativa dos educandos que cursaram o Residência Agrária de Sergipe é originária desses três cursos ofertados pela UFS (54%). Embora todos os educandos residissem no estado de Sergipe, alguns eram egressos de cursos de graduação viabilizados pelo Pronex em outros estados da federação: Direito - Universidade Federal de Goiás (UFG), História - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciatura em Ciências Agrárias - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciatura em Educação do Campo - Universidade de Brasília (UnB) e Pedagogia da Terra - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dos 46 educandos que concluíram o curso, 71% eram originários de cursos que tiveram a Pedagogia da Alternância como metodologia de organização pedagógica.

Considera-se que a Pedagogia da Alternância possibilita a construção de processos educativos em diferentes tempos e espaços, e possibilita a transversalidade dos conhecimentos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como fundamentais para se pensar a relação entre teoria e prática. Assim, apresenta-se a perspectiva não só de problematizar a realidade, mas de buscar meios para transformá-la e, para isso, o curso de PGRA da UFS foi realizado em momentos e espaços distintos e complementares, divididos em: a) Tempo Universidade; b) Tempo Comunidade; c) Tempo Síntese.

No "Tempo Universidade", os estudantes desenvolveram os saberes técnico-científicos propostos nos oito eixos temáticos: a) Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; b) Metodologia científica; c) Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; d) Política, legislação e Estado; e) Agroecologia, produção e sustentabilidade; f) Práticas

⁴O curso de Engenharia Agrônoma da UFS foi o primeiro do Brasil a ofertar formação agrônoma via vestibular especial para beneficiários da Reforma Agrária. O curso teve início em 2004 e chegou a ser suspenso em decorrência de uma ação judicial impetrada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe. A primeira e única turma especial de Engenharia Agrônoma da UFS colou grau em 2009. A carga horária e a grade curricular eram idênticas às do curso de Engenharia Agrônoma convencional e a Agroecologia não apareceu no currículo.

agroecológicas; g) Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; h) Agroindústria e cooperativismo.

No “Tempo Comunidade”, estudantes, professores, estagiários e supervisores de campo realizaram estudos, pesquisas e atividades de intervenção e experimentação em assentamentos rurais e em comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, compartilhando os conhecimentos adquiridos no “Tempo Universidade” a partir da interlocução dos diferentes saberes.

O “Tempo Síntese” foi utilizado para reuniões que pudessem avaliar o “Tempo Universidade” e o “Tempo Comunidade”, uma vez que a avaliação coletiva possibilitaria a verificação dos avanços e limites de cada momento pedagógico e ainda motivaria no grupo o desejo de somar esforços e aprendizados para a construção de experiências comprometidas com as necessidades dos camponeses.

Com o objetivo de gerar reflexões sobre as atividades realizadas durante o curso e oferecer subsídios para processos de formação e intervenção em Educação do/no Campo, apresenta-se aqui uma síntese da experiência do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária no estado de Sergipe, que iniciou suas atividades em junho de 2013 e finalizou em dezembro de 2015.

Descrição e reflexões sobre a experiência

Ao tempo que deveríamos ter entre os objetivos do curso a superação da concepção clássica do extensionismo, que se baseia no difusionismo, necessitávamos ter clareza de que a proposta de um curso de Educação do Campo não poderia estar dissociada dos conflitos e tensões que envolvem a disputa pela terra e pelo projeto de desenvolvimento de sociedade. Deveríamos ter um olhar atento às singularidades do local de estudo sem perder de vista a perspectiva da totalidade (MOLINA, 2010).

Assim, o curso deveria considerar vários elementos no processo educativo, desde a questão agrária, passando pela produção, comercialização, consumo, chegando até a questão da saúde, com a perspectiva de entender

como a complexidade dos processos de acumulação de capital interferem diretamente na realidade e nos modos de vida dos povos do campo. Além disso, também seria fundamental problematizar o papel da ciência e da universidade, que historicamente vêm produzindo e reproduzindo relações de poder na construção do conhecimento. Nessa concepção, não existe saber superior e nem transferência de saber (FREIRE, 1983). Entende-se que o saber é um produto histórico-cultural e dessa forma camponeses, pesquisadores e extensionistas precisam compreender conjuntamente o contexto em que estão inseridos, estabelecendo significados e problematizando a realidade para apreendê-la como campo de reflexão e ação.

Partindo do entendimento de que o conhecimento é complexo e se constrói em redes, a Agroecologia foi proposta como eixo orientador de todo o curso. Levamos em consideração que a Agroecologia é muito mais do que uma nova ciência, mas um modo de vida que se configura como prática, movimento e campo do conhecimento, partindo de uma visão integrada do agroecossistema. Desse modo, entendemos que a sustentabilidade dessa nova forma de fazer agricultura, que alia conhecimento científico e popular, "não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida" (SCHMMIT, 2009, p. 196-197). Assim, para alcançar os objetivos propostos, no lugar de disciplinas optou-se por denominar de Eixos Temáticos as etapas de formação teórica, política e técnica. Cada temática contou com a contribuição de professores da UFS, bolsistas do Núcleo de Agroecologia (EVA-UFS/CNPq), assentados da Reforma Agrária, técnicos de assistência técnica e extensão rural (IN CRA) e pesquisadores e analistas da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Entende-se que um curso que tem entre seus objetivos contribuir com a transição agroecológica, entendida como uma construção social que emerge a partir de outras interações estabelecidas entre recursos, atores e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2009), não poderia contar com um único professor e nem ser realizada num único espaço. Seguindo essa mesma ideia, a Agroecologia foi trabalhada nos eixos

tanto como tema geral (Agroecologia, produção e sustentabilidade; Práticas agroecológicas) como transversal (Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; Agroindústria e cooperativismo).

Foram realizadas reuniões com o intuito de discutir o conteúdo programático a partir das afinidades e interesses no campo da pesquisa e da extensão de cada professor colaborador. O conteúdo dos Eixos Temáticos que tiveram a Agroecologia como tema geral foi dividido entre educadores de diversos campos de formação: Agronomia (6), Biologia (1), Ciências Sociais (1), Engenharia Florestal (1) e Zootecnia (2). Uma dificuldade encontrada foi a de reunir todos os envolvidos num mesmo espaço e horário, dada a incompatibilidade de agendas. Todavia, isso não foi um obstáculo, tendo em vista que a maioria dos educadores envolvidos já se conhecia e realizava atividades conjuntas por meio da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).

As aulas teóricas e práticas ocorreram nas dependências do Centro de Formação Canudos, localizado no Assentamento Moacir Wanderley (Povoado Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro/SE), na Reserva do Caju (Campo Experimental de Itaporanga - Embrapa Tabuleiros Costeiros, município de Itaporanga D'Ajuda/SE) e também no Espaço de Vivência Agroecológica (EVA), mantido atualmente pelo Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica, na UFS. No eixo "Agroecologia, produção e sustentabilidade" foram trabalhados conceitos e princípios (Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura convencional, transição agroecológica e agronegócio); Conjuntura da Agroecologia em Sergipe; Importância da biodiversidade na agricultura (manejo ecológico e o controle biológico e natural de pragas, sistemas agroflorestais, ética e bem-estar animal, alimentação); Indicadores de sustentabilidade e tipos de certificação.

O maior desafio em relação à formação se deu sobretudo pela diversidade das áreas de conhecimento dos educandos envolvidos. Dos 50 educandos matriculados no curso, 46 eram beneficiários do PRONERA e em sua maioria assentados ou filhos de assentados. Parte significativa dos educandos

matriculados no curso realizou graduação em cursos de Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo e Agronomia. Havia ainda educandos oriundos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social, História, Engenharia de Pesca, Educação Física e Medicina. Diante da diversidade das áreas de formação e campos de atuação profissional, partimos da premissa de que, antes de exercer qualquer atividade profissional, a maioria dos educandos é, acima de tudo, composta de camponeses. Nessa perspectiva, entendemos que deveria haver um conteúdo geral de Agroecologia que, ao tempo que gerasse reflexões sobre conceitos, princípios e práticas, também pudesse contribuir com os quintais produtivos dos educandos e seus familiares.

No eixo “Práticas Agroecológicas”, foram ministrados a todos os educandos os seguintes conteúdos: Saúde do solo (compostagem; adubação verde; minhocário; biogel); Fitoparasitas (defensivos naturais – produção e aplicação); Produção animal (silagem, feno); Sementes e produção de mudas (coleta, secagem, armazenamento, peletização); Hortaliças (plantio, manejo). Considerando o grande número de educandos, a turma foi dividida em três grupos, a fim de que todos pudessem participar de cada atividade prática de forma mais efetiva.

Além do conteúdo geral (teórico e prático) ofertado a todos os educandos, foram realizadas oficinas específicas, nas quais os educandos deveriam escolher e participar de pelo menos uma delas (apicultura, plantas ornamentais, piscicultura, sistemas agroflorestais e mudas florestais). Em espaço de debate e reflexão que antecedeu o início dos Eixos de Agroecologia, alguns educandos manifestaram preocupação com o conteúdo, andamento e aproveitamento desses eixos, sob a alegação de que não eram formados em Ciências Agrárias. Ao término, foi possível constatar alguns avanços a partir do relato das experiências de alguns educandos. Graduado em Pedagogia, um educando assentado há 7 anos no município de Lagarto/SE relatou que se dedicava mais à produção animal (cabras, ovelhas, galinhas, gado), pois acreditava que era muito difícil trabalhar com agricultura nos moldes atuais, sem uso de agroquímicos.

A partir dos intercâmbios que possibilitaram a troca de experiência com outros assentados, somada às atividades contempladas nos eixos de Agroecologia, o educando, juntamente com sua família, passaram a produzir capim e milho

de forma consorciada e a dedicar parte do lote para produção de hortaliças, ervas medicinais e frutíferas sem o uso de agrotóxicos. Ele relatou que essa experiência tem dado certo e tem estimulado a transição agroecológica. Outra educanda, também graduada em Pedagogia e assentada no município de Pacatuba/SE, relatou que já não utilizava agrotóxicos e insumos externos, mas que a partir do curso pôde implementar outras tecnologias sociais que melhoraram a produção e que têm sido socializadas com outras famílias do assentamento.

Além das aulas teóricas e práticas, foram realizadas visitas técnicas, intercâmbios⁵, atividades de intervenção no “Tempo Comunidade”, e organizados, junto com parceiros do Residência Agrária e da RESEA, cursos, oficinas e seminários que pudessem complementar a formação, dentre os quais destacaram-se os cursos de Instalações Pedagógicas e Facilitação Gráfica, que possibilitaram novas interações e contribuições para a construção de um conhecimento contextualizado. As instalações pedagógicas podem ser entendidas como cenários que apresentam aspectos de uma instalação artística e são montados a partir de cada contexto com elementos da realidade em que se privilegia o intercâmbio entre a sabedoria popular e o saber acadêmico, e se cria uma ambiência problematizadora e suscitadora da reflexão (LOPES et al., 2013).

A facilitação gráfica, por sua vez, é um instrumento metodológico que “tem como base, princípios e práticas que usam meios criativos da linguagem visual para ajudar as pessoas, literalmente, a verem as informações e a entender seu significado por meio de gráficos, figuras e imagens” (RIBEIRO, 2011, p. 63-64). Embora a facilitação gráfica tenha surgido nos Estados Unidos ainda na década de 1970, tornou-se amplamente conhecida no campo da Agroecologia a partir de 2014, em razão do III Encontro Nacional de Agroecologia realizado na cidade de Juazeiro/BA. É oportuno destacar que os cursos de Instalações Pedagógicas e Facilitação Gráfica posteriormente contribuíram para a construção de outras ações, como as caravanas agroecológicas.

⁵Os intercâmbios contribuem tanto na formação dos agentes envolvidos (agricultores, educandos, técnicos e pesquisadores) como no reconhecimento dos próprios agricultores como produtores de conhecimento. Sugere-se a leitura do livro “Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba”, publicado no Brasil em 2012, pela Editora Outras Expressões.

cológicas⁶ e o Encontro de Agroecologia promovido pela RESEA. As vagas desses cursos, oficinas e seminários foram ampliadas também ao público externo que não estava matriculado no PGRA.

Entre os seminários, destacam-se: 1) a "Semana de Alimentação", realizada em parceria com o Departamento de Nutrição/UFS, RESEA, EVA e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (Conseanse), que teve como objetivo chamar a atenção para o papel da agricultura familiar camponesa na erradicação da fome, na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, e problematizar os riscos dos agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente; 2) a "Mesa Controvérsia sobre Transgênicos", realizada em parceria com o Departamento de Nutrição, RESEA, EVA e o Centro de Formação Agropecuária Dom José Brandão de Castro (Cefac), que possibilitou ampliar o debate e dar visibilidade aos problemas e desafios associados à regulação, ao controle e ao uso de transgênicos no Brasil; 3) o "Fórum de Debates sobre Agrotóxicos", realizado em parceria com o grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial (GPCET), que contou com a participação de pesquisadores, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Ministério Público, cujo objetivo foi o de ampliar o debate sobre o avanço das fronteiras agrícolas e dos impactos da exposição e contaminação a que milhares de trabalhadores são submetidos; 4) o "Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas", realizado em parceria com organizações e movimentos sociais que compõem a RESEA, teve como objetivo discutir, construir e implementar uma Política de Sementes Crioulas para o estado de Sergipe, valorizando o conhecimento popular, possibilitando o resgate, a conservação e a multiplicação de sementes de variedades locais.

Normalmente os cursos que trabalham com a Pedagogia da Alternância fazem módulos concentrados de atividades do "Tempo Escola", seguidos

⁶A proposta das caravanas é uma inovação metodológica sugerida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que tem como objetivo "mobilizar os atores locais para que eles possam estudar e compreender melhor seu território, pensar o fortalecimento da agroecologia, a ampliação da escala das suas experiências, bem como conhecer as ameaças que estas experiências enfrentam para se desenvolver". Disponível em: <<http://enagroecologia.org.br/historico/>>.

de atividades do “Tempo Comunidade”. Em Sergipe o calendário foi diferente, uma vez que parte significativa dos educandos matriculados exercia atividades profissionais remuneradas durante os dias da semana, ficando inviável que as aulas ocorressem de segunda a sexta de modo concentrado. A adequação foi factível graças à particularidade de o território sergipano ser pequeno, possibilitando que os educandos de todos os territórios pudessem se locomover com certa facilidade, concentrando as atividades em poucos dias da semana. Outro fator que contribuiu foi haver alojamento nas dependências do Assentamento Moacir Wanderley, possibilitando que os educandos que moravam mais distante pudessem dormir nas noites de sexta para sábado.

Foram ofertados de dois a três eixos em cada etapa, com aulas nas sextas e sábados, seguidos de um mês sem aulas para que todos pudessem não só realizar estudos e atividades complementares, mas pudessem se organizar para que ocorressem atividades de intervenção nas suas regiões de origem.

Para as atividades do “Tempo Comunidade”, a turma de 50 educandos foi dividida em quatro regiões, a depender da localidade de origem do educando (Região Sul, Grande Aracaju, Sertão e Agreste). Ocorreram quatro etapas de “Tempo Comunidade”. Na primeira, além de estudos e atividades relacionados aos textos sugeridos no “Tempo Universidade”, os educandos tiveram de fazer um estudo inicial da realidade, apresentando dados gerais que ajudassem a caracterizar o local onde seria desenvolvida a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de dados específicos relacionados ao eixo de pesquisa de cada um. Sugeriu-se que eles fizessem uso de algumas metodologias e ferramentas trabalhadas durante o eixo “Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo”.

Na segunda etapa do “Tempo Comunidade”, além dos estudos e trabalhos orientados, os educandos deveriam elaborar propostas de atividades de intervenção na região de moradia e/ou trabalho, vislumbrando uma possibilidade concreta de ação. As propostas foram socializadas e debatidas coletivamente.

Na terceira etapa, além de estudos, foram realizadas atividades de intervenção, efetivando uma das potencialidades educativas da Pedagogia da Alternância. Não havia limite de participantes para as atividades de in-

tervenção, a única regra era a de que as atividades não poderiam ser feitas individualmente e deveriam estar relacionadas a um dos eixos trabalhados durante o “Tempo Universidade”. A maioria das atividades desenvolvidas pelos educandos relacionava-se à Agroecologia e gerou reflexões positivas relacionadas aos princípios da Soberania Alimentar.

A quarta e mais longa etapa do “Tempo Comunidade” durou um semestre e foi destinada tanto às atividades relacionadas diretamente aos Trabalhos de Conclusão de Curso quanto às atividades de intervenção.

Foram realizadas oficinas de compostagem, produção de mudas e hortas, construção de minhocários, biofertilizantes e defensivos naturais, conservação e peletização de sementes, tanto em assentamentos da Reforma Agrária como em comunidades pesqueira e quilombola. Também ocorreram atividades em espaços institucionais. Uma educanda que exercia a função de Assistente Social em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e um colega oriundo da Agronomia desenvolveram atividades com portadores de transtorno mental e usuários de drogas, resultando na criação de hortas e canteiros de ervas medicinais que passaram a ser manejadas por usuários e profissionais do CAPS. Educandos que exerciam atividade docente em escolas também desenvolveram oficinas e práticas que resultaram na construção de hortas e diálogos sobre a importância de uma alimentação saudável.

Algumas atividades práticas de intervenção estiveram diretamente relacionadas às demandas identificadas durante o levantamento de dados dos trabalhos de conclusão de curso. Pesquisa realizada no Assentamento Mário Lago por uma educanda e assentada local identificou que as famílias tinham a preocupação e a vontade de recuperar o solo, avaliado por elas como “fraco e cansado”. Durante a vigência do curso, o Assentamento em questão estava passando pelo processo de regularização nos órgãos competentes e seus ocupantes ainda não tinham direito de usufruir dos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Antes de ser ocupada pelas famílias para fins de Reforma Agrária, a área tinha sido utilizada por décadas para o monocultivo de cana-de-açúcar⁷, de modo que o solo já degradado se apresentava como um empecilho para o aumento da produção e conseqüentemente para a segurança alimentar e nutricional das famílias. A partir do diálogo com outra colega de curso que trabalhou com o tema dos quintais produtivos com um grupo de mulheres desse mesmo assentamento, foram realizadas oficinas sobre adubação verde e cobertura do solo, produção de insumos a partir de composteiras e minhocários, troca de sementes e plantio de hortaliças e árvores frutíferas. Tais atividades foram realizadas de forma coletiva e envolveram moradores do assentamento que não participavam diretamente do curso. A partir da construção de Unidades Demonstrativas utilizando materiais disponíveis no assentamento, como por exemplo o bambu, as famílias envolvidas puderam acompanhar tanto a construção como o manejo e, a partir da possibilidade do “ver para crer”, puderam multiplicar algumas tecnologias sociais em seus lotes.

Merece destaque uma atividade relacionada ao eixo “Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo”, realizada numa comunidade quilombola que luta pelo reconhecimento e demarcação da terra. Participaram da ação estudantes e professores do Residência Agrária, do Departamento de Nutrição e de Geografia, além de bolsistas do EVA e agentes locais de saúde. As ações propostas visaram conhecer a situação nutricional, as condições de saúde, a percepção de Insegurança Alimentar das famílias, as demandas por orientações de cultivo, plantio, além das tradições, dos hábitos e cultura da comunidade.

O planejamento das ações foi realizado por cada departamento envolvido na ação, contemplando a elaboração dos formulários e questionários, bem como treinamento para padronização da coleta dos dados e atendimento à população. Foi elaborado um livreto composto por materiais instrutivos com temáticas sobre Saúde, Nutrição e Agroecologia, e socializado com as famílias. A pedido da comunidade, os resultados do trabalho fo-

⁷Vários estudos de caso envolvendo a produção de cana-de-açúcar confirmam que esse tipo de monocultivo associado à queimada degrada o solo, diminui sua fertilidade e reduz a biodiversidade local (PAQUALETO; ZITO, 2000; JORDÃO; MORETTO, 2015).

ram compilados em uma publicação impressa que relata a sua história, com destaque para as composições musicais do samba de coco e das danças de roda, que retratam como era a vida e o cotidiano das famílias. Nesse mesmo material impresso, foi realizado um levantamento das ervas medicinais utilizadas pela comunidade e também foram registrados relatos da experiência de intervenção, com socialização dos dados levantados durante as ações de saúde e de Agroecologia do “Tempo Comunidade”.

Convém ressaltar que as ações de saúde e Agroecologia não ficaram limitadas nem se encerraram durante o “Tempo Comunidade”. Uma das profissionais que participaram da ação, além de ter sido aluna do PGRA, atua na localidade como médica da equipe de Saúde da Família, de modo que, com os dados coletados, algumas demandas identificadas na ação puderam posteriormente ser conduzidas e tratadas pela equipe local nas atividades profissionais cotidianas.

As atividades do “Tempo Comunidade” foram acompanhadas pela coordenação pedagógica e contaram com o apoio de professores e supervisores de campo do curso, além de bolsistas do EVA e parceiros externos à universidade. Parte do “Tempo Síntese” foi utilizada para a socialização e reflexão sobre as experiências de cada educando/grupo.

Destacamos os espaços de reflexão como elementos importantes, potencializados pela alternância na construção do conhecimento agroecológico. Diferentemente dos cursos tradicionais que têm um currículo e um calendário mais engessado, a partir dos diferentes tempos (Universidade, Comunidade e Síntese) foi possível superar algumas lacunas que não foram percebidas durante a elaboração do projeto e do conteúdo programático. A metodologia “camponês a camponês”, por exemplo, não tinha sido contemplada no eixo “Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo” e foi abordada posteriormente nos eixos teóricos e práticos de Agroecologia, a partir da contribuição de educadores do curso que atuavam na Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Esses educadores participavam desde 2012 de um projeto intitulado “Construção de conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio

de intercâmbios em redes sociais”, no qual, a partir da experimentação com as famílias camponesas envolvidas, puderam adequar essa metodologia à realidade sergipana.

O mesmo ocorreu com os seminários. O dedicado às Sementes, por exemplo, contou com o apoio decisivo de movimentos do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Camponês Popular (MCP), pois, apesar de não terem feito parte da construção do projeto do curso Residência, participavam das atividades da RESEA. Esses movimentos, juntamente com pesquisadores do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e outros atores que já desenvolviam pesquisas relacionadas ao melhoramento participativo de sementes crioulas, montaram um importante seminário que posteriormente resultou na aprovação da Lei nº 8.167/2016, que instituiu o conceito de Sementes Crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no estado de Sergipe.

O curso de Residência Agrária da UFS propôs, além das atividades no “Tempo Universidade”, “Tempo Comunidade”, “Tempo Síntese” e de formação complementar, a elaboração e a defesa oral de Trabalhos de Conclusão de Curso para todos os educandos. Essa etapa foi um dos maiores desafios do processo de formação, tanto para os discentes, acostumados ao trabalho prático e já envolvidos em outras atividades de rotina, que apresentaram algumas barreiras e resistências para o desenvolvimento de trabalhos no formato acadêmico-científico, quanto para os docentes, no que se refere à sensibilização dos discentes para o envolvimento (e desenvolvimento) com os TCCs.

Durante o planejamento do curso, a coordenação pedagógica considerou didaticamente mais apropriado à heterogeneidade da turma que os trabalhos finais retratassem as atividades de pesquisa e intervenções, originais ou de revisão, conforme a realidade de cada discente, com a orientação dos professores, extensionistas e pesquisadores envolvidos nos Eixos Temáticos.

Como resultado, foi publicado um Caderno de Resumos organizado a partir das seguintes temáticas: Agroecologia; Educação do Campo e Metodologias Participativas; Questão Agrária, Política, Legislação e Estado; Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no Campo; Produção e Associativismo (PEREIRA FILHO; FAGUNDES, 2015).

Alguns trabalhos também foram apresentados no I Congresso Nacional de Residência Agrária realizado em Brasília, que teve como objetivo ampliar o debate e a reflexão sobre as experiências dos 35 cursos com diferentes formatos, metodologias e conteúdos programáticos. Os trabalhos foram debatidos em rodas de diálogo, coordenadas por facilitadores divididos nos seguintes grupos de trabalho: Agroecologia; Tecnologias de Produção; Questão Agrária, Direitos e Conflitos no Campo; Cooperação, Agroindústria e Organização da Produção; Práticas Pedagógicas e Metodologias da Residência Agrária; Cultura; Educação do Campo. Também foi produzido um vídeo-documentário que retratou a experiência do curso em Sergipe a partir da fala de alguns educandos, educadores, técnicos e assentados da Reforma Agrária.

Diante dos exemplos citados, é possível perceber a potencialidade que cursos como o Residência Agrária têm para transformar a realidade a partir da investigação-ação participativa e da construção do conhecimento agroecológico. Aqui recordamos Gramsci (1999), quando chama atenção para a importância do intelectual orgânico que atua de forma diversa do pesquisador autônomo, desprendido de paixão não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber e pelos interesses da comunidade. O intelectual orgânico integra-se e educa-se organicamente com o povo, sentindo e compreendendo a partir de um saber que não acontece de maneira mecânica, mas vivida, potencializadas formas de ação coletiva que se diferenciam das reflexões/ações voluntaristas e passageiras. Nas palavras de Gramsci, na ausência de conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação, as relações "são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal" (GRAMSCI, 1999, p. 222).

Concluíram o curso 46 educandos. Merece atenção o fato de que 58,69% eram mulheres e 41,30% homens. Convém ressaltar que as discussões de gênero só começaram a ser debatidas no MST em meados dos anos 1990, o que nos remete ao entendimento de que "os movimentos sociais operam com fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica" (CHAUÍ, 1995, p. 13). De acordo com o próprio MST, no início do movimento questões de gênero eram tidas como lutas secundárias. A experiência de Sergipe revelou que as mulheres camponesas passaram não só a

ter voz, mas a ocupar espaços de formação e decisão política que por muitos anos foram dominados prioritariamente por homens. Todavia, ainda precisamos avançar no sentido de fortalecer a discussão e as ações que buscam superar as desigualdades de gênero.

Considerações finais

O curso se destacou como um espaço de formação não só dos educandos, mas também dos educadores e das famílias que participaram tanto das atividades de pesquisa como de extensão. Embora o uso dos termos transdisciplinaridade e interdisciplinaridade tenha-se tornado comum, sabe-se que colocá-los em prática ainda é um grande desafio. Significa se despir de diversas facilidades, pois já estamos acostumados a trabalhar em nossas “caixinhas” sem precisar fazer um planejamento conjunto tanto com outros professores quanto com os locais onde realizamos as atividades.

Atividades de vivência extramuros da universidade são potencialmente mais efetivas para o aprendizado, colaboram com o local onde são realizadas as atividades, problematizam o próprio modo de produção do conhecimento, porém requerem mais detalhamento na organização e no planejamento, além de investimento financeiro e articulação intra e intersetorial. Essas dificuldades ajudam a explicar, pelo menos parcialmente, a razão de a maioria dos cursos ocorrer de forma tradicional e formatada em modelos que pouco dialogam com a realidade.

Desde as críticas de Paulo Freire até o uso de técnicas e ferramentas elaboradas a partir de teorias e metodologias da Educação Popular, como o Diagnóstico Rural Participativo socializado a partir da década de 1990, percebe-se que ocorreram muitos avanços na construção e socialização de metodologias participativas a partir da experiência do Residência Agrária de Sergipe. Contudo, nota-se, especialmente a partir de nossa participação no II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, que aqueles que trabalham com Educação do Campo e Agroecologia ainda têm muita dificuldade em sistematizar as experiências e construir conhecimento com os sujeitos

que vivem nos assentamentos e nas comunidades de modo geral. Construir conhecimento "sobre" alguém é bem diferente de construir conhecimento "com" alguém, pois, na construção "com", os envolvidos fazem parte do processo e não apenas se sentem parte do produto.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2004.

_____. **Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 1999.

JORDÃO, C. O.; MORETTO, E. M. A vulnerabilidade ambiental e o planejamento territorial do cultivo de cana-de-açúcar. **Ambient. soc.** v. 18, n. 1, São Paulo, p. 75-92. enero/mar. 2015.

LOPES, L. S. et al. Troca de saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção dos saberes agroecológicos. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre, 2013.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010

NOSELLA, P. **Educação no campo: origem da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: Edufes, 2014.

PASQUALETO, A.; ZITO, R. K. **Impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

PEREIRA FILHO, A.; FAGUNDES, R. (Orgs.). **Livro de Resumos - Residência Agrária (UFS)**. 1. ed. - Aracaju: J. Andrade, v. 1., 2015.

RIBEIRO, M. **Proposta de uma metodologia de criação de significados a partir da utilização da linguagem visual em organizações que integram redes de valor**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Universidade Federal do Paraná, 2011.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Figura 1: Material de divulgação do Curso de Facilitação Gráfica e Instalações Pedagógicas - 2015



Figura 2: Material de divulgação do I Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas



Fonte: Arte – Breno Nogueira.

Figura 3: Roda de conversa no Assentamento Moacir Wanderley, N. S. do Socorro/SE - Residência Agrária - 2015



Fonte: Acervo do curso.

Figura 4: Mesa de abertura do I Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas, Aracaju/SE



Fonte: Acervo do curso.

EIXO 3

AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

**Mulheres camponesas e quintais:
anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça,
Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes*

**O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB:
um despertar feminista**

Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa

**Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia:
uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de
Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

*Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva
e Josefa Adriana Leal*

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo¹

Andrea Machado Camurça²

Lígia Alves Viana³

Karla Karolline de Jesus Abrantes⁴

Este escrito tem por objetivo propiciar reflexões em torno de estudos, pesquisas e trabalhos⁵ compartilhados com a mulher camponesa⁶ que atua com sistemas agroalimentares, que realiza manejos e usos sustentáveis da terra, do solo, da água, das sementes, das plantas e dos animais. Um debate imprescindí-

¹Doutora em Sociologia/UFC. Professora da Universidade Federal do Ceará/UFC. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia/NEEPA do Programa Residência Agrária/UFC. E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.

²Graduada em Economia Doméstica/UFC. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). Integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia/NEEPA do Programa Residência Agrária/UFC. E-mail: andreamcufc@gmail.com.

³Graduada em Ciências Sociais/UECE. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). Integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia/NEEPA do Programa Residência Agrária/UFC. E-mail: ligiaviana@gmail.com.

⁴Graduada em Economia Doméstica/UFC. Mestra em Economia Agrícola/UFC. Doutoranda no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). Integrante do Programa Residência Agrária/UFC. E-mail: karlakarolline@hotmail.com.

⁵Esses estudos resultam de uma fecunda e cuidadosa caminhada trilhada no Programa Residência Agrária – PRA, que, desde sua criação em 2004, vem construindo conhecimento no âmbito da Educação do Campo. Os Estágios de Vivência, as pesquisas engajadas, o uso de metodologias calcadas na educação popular como Pedagogia da Alternância e Pedagogia Feminista, além dos princípios político-pedagógicos do movimento da Educação do Campo têm sido basilares na construção de conhecimento contra-hegemônico. Desvelar e problematizar questões que perpassam a problemática agrária e o campesinato tem sido urgente e necessário. Nessa direção, estudos e pesquisas de graduação e pós-graduação têm contribuído para a construção de conhecimento no âmbito do feminismo, das relações de gênero, da agroecologia e no diálogo entre esses campos epistemológicos.

⁶Utilizamos “mulher camponesa” como uma categoria ontológica.

vel e urgente para garantir a visibilidade, o anúncio, o reconhecimento, o debate, a defesa e o apoio à afirmação do lugar social, econômico, político e ambiental da mulher camponesa. É um debate imprescindível diante das ameaças que o meio ambiente e a sociedade estão a sofrer. É urgente devido ao sentido de revelação e de denúncia que a mulher camponesa também provoca para o ambiente acadêmico ao expor seu caráter contraditório na produção de uma ciência dita moderna e voltada para o progresso da sociedade.

O progresso social a que se propõe a academia está alicerçado fundamentalmente em duas matrizes – a da ciência moderna e a do desenvolvimento. A ciência atua para intensificar pesquisas a produzir tecnologias dirigidas para fortalecer o processo de produção e consumo, processo este considerado basilar para a economia capitalista. O desenvolvimento pensado e voltado para uniformizar, universalizar, centralizar modos de produção e de consumo prioriza a exploração intensiva da natureza e a constituição maquínica do homem/mulher.

Visando ao progresso, à ciência e ao desenvolvimento na sua ação concreta, atuam de forma conectada e conflitante ao antecipar e apressar a destruição da vida humana e dos bens ambientais. Esse modelo está a construir crises que se conjugam e se aprofundam na sociedade contemporânea. O conjunto de necessidades e padrão de produção e consumo formulado é insustentável num processo de expansão do capital que conduz ao acirramento dos ciclos de crises em suas diversas esferas. Trata-se das crises energética, alimentar, ambiental, econômica, política, civilizatória, que não se restringem ao caráter conjuntural, mas se caracterizam por uma profunda “crise estrutural” do capital (MÉSZÁROS, 2009).

As experiências das mulheres têm sido ameaçadas pela produção e expansão da lógica econômica de acumulação de capital. Os processos de avanços de fronteiras produtivas e de ampliação do modelo neoextrativista, do agrohidronegócio, da mineração e da produção de energia intensificam os conflitos ambientais e inviabilizam as práticas das mulheres camponesas.

O saber-fazer da mulher camponesa é central para construir conhecimentos em novas configurações que fundamentalmente garantam sua auto-organização, afirmação na sociedade e lhe permitam reconhecer seu papel no uso coletivo dos bens ambientais. Essa dinâmica configura processos de manutenção da vida que se constituem em estratégia real de existência da humanidade no planeta e de enfrentamento do modelo produtor das crises que coloca em risco a vida humana.

A atuação da mulher camponesa é histórica, permanente, cotidiana e ativa na salvaguarda dos sistemas agroalimentares que se situam em diferentes continentes do planeta. Seja na África, na Ásia, na Europa, na América, na Oceania ou na Antártica a presença da mulher é encontrada no cultivo da terra, na criação dos animais, na produção e extração de alimentos *in natura*, no beneficiamento de produtos alimentares, na preparação de alimentos e no cuidado com os bens ambientais.

Refletir sobre os elementos que constituem o papel da mulher camponesa na conservação da biodiversidade se coloca como desafio original neste artigo, que tratará de pensar analiticamente os “quintais” por ela trabalhados em suas diferentes dimensões. Desse modo, será feito o diálogo entre pesquisas recentes realizadas com mulheres situadas em assentamentos rurais do estado do Ceará e estudos publicados sobre essa temática⁷.

O artigo caminhará em atos de reflexão dialogando com as seguintes questões: Qual o sistema agroalimentar produzido no “quintal” da mulher camponesa? O que produz esse “quintal” e qual sua função na preservação ambiental e da vida humana? Como esse sistema agroalimentar faz as ligações entre a vida humana e a vida dos animais, das plantas, do solo, da água, das sementes? Como se realiza a produção e a transmissão dos conhecimentos da mulher camponesa?

⁷Foram produzidas monografias resultantes de Estágios de Vivência, dissertações de pós-graduação ligadas ao Observatório de Educação do Campo e pesquisas desenvolvidas a partir da criação do Núcleo de Estudo, Experiências e Pesquisas em Agroecologia – NEEPA (Edital 81/2013 – MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq), projetos esses vinculados ao PRA. Esses têm sido espaços do exercício de socialização de pesquisas realizadas e a produção de estudos a partir dos interesses das comunidades. Provocam ainda a realização de cursos, seminários e oficinas em agroecologia a partir do diálogo entre diferentes sujeitos e saberes e a problematização e reflexão numa dimensão relacional sobre a agroecologia e o feminismo, a soberania, segurança alimentar e a justiça ambiental.

Os quintais como sistemas agroalimentares produtores de vida

Na trajetória histórica das mulheres camponesas, os “quintais”⁸ se apresentam como espaços de trabalho cotidiano para garantir o autoconsumo familiar e da comunidade. Denominado de “entorno da casa”, “quintais domésticos”, “quintais produtivos” ou mais comumente nos territórios apenas como “quintais”, configuram um campo de relações que caracteriza as estratégias, referências e elementos do modo de vida camponês.

São espaços que combinam formas de cultivo da terra e de criação de animais, de extrativismo e de transformação, num processo de auto-organização do trabalho em ambientes diferenciados que se conectam e se entrelaçam numa teia de relações no âmbito das questões ecológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa dinâmica configura uma cosmovisão camponesa que se contrapõe à lógica hegemônica de produção.

Os “quintais”, portanto, constituem um conjunto de sistema e subsistemas que compõem um agroecossistema cuja produção e reprodução ocorrem de forma cíclica na qual os elementos que os constituem se retroalimentam e combinam funções e cadeias na garantia de sua própria existência. As transformações cotidianas impostas ao agroecossistema pela atividade humana causam impactos, mas, ao considerar a possibilidade de conexão à perspectiva cíclica do sistema, podem se integrar à dinâmica. Tal reflexão toma como base o conceito formulado por Siliprandi sobre agroecossistema, assim formulado:

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das

⁸Os “quintais” são as formas mais antigas de manejo da terra. Foi nos arredores das moradias e aluviões, em lugares de debulha e de preparo culinário dos cereais nativos durante o período neolítico que surgiram as primeiras práticas de sementeiras de forma não intencional (MAZOYER; ROUDART, 2010). Por meio da atividade de coleta, segundo Koss (2004), as mulheres adquiriram conhecimentos sobre os vegetais, flores e frutos e, por meio da experiência direta e pela observação contínua, aprenderam o processo de sementeira e germinação da terra. Daí se tem a passagem do extrativismo (coleta, caça e pesca), essencialmente nômade, desenvolvida no paleolítico, para a domesticação de plantas e dos animais (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir dos sistemas de cultivo e criação, a agricultura se expandiu pelo mundo afora e passou por diversas transformações tecnológicas, modo de produção e de trabalho.

atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. (SILIPRANDI, 2015, p. 88)

Os "quintais", portanto, constituem um agroecossistema que dialoga de forma integrada com uma cadeia complexa de elementos de amplas dimensões que se projeta para além da esfera física do espaço delimitado. Além disso, conectam-se a outros sistemas, como ao roçado, à pesca, às atividades não agrícolas e às trajetórias histórico-culturais. Em outras palavras, estão imbricados num conjunto de relações que compõem o cotidiano produtivo familiar e comunitário.

Pode-se perceber, na análise dos elementos que constituem os "quintais", uma estrutura que se contrapõe à dinâmica universalizante do sistema hegemônico de produção. Este está baseado em processos de acumulação intensiva por meio da expansão de sistemas homogeneizantes de produção, como o agrohidronegócio e a imposição de formas de manejo relacionadas ao processo de modernização da agricultura. Tal estrutura produtiva tem como base um conjunto de valores constituintes de um "modelo civilizatório" (LANDER, 2005) que configura a trajetória e a hegemonia do modo de produção capitalista.

Lander (2005) reflete sobre a essência da concepção de mercado e os desafios para um debate sobre as existências alternativas ao modo de produção capitalista. A concepção da sociedade moderna capitalista como única possível perpassa um conjunto de mecanismos que neutralizam e naturalizam as relações sociais a partir da narrativa histórica hegemônica. A universalização do saber eurocêntrico, imposto como determinante à existência humana, tem-se constituído como elemento fundamental para a manutenção da hegemonia capitalista, inviabilizando os demais saberes como possibilidades de produção e reprodução da vida.

Como uma das estratégias para garantir o processo neutralizador dos demais saberes, tem-se a separação entre natureza, ser humano e

sagrado. Outra estratégia se refere à relação dessa separação com as formas de organização do poder. Essa estrutura se dissemina no âmbito da ciência moderna, na qual a dicotomia entre corpo e mente e entre razão e imaginação se constituem bases para a construção de um conhecimento objetivo e universal. A separação entre moderno, como referente à sociedade europeia, e as outras sociedades e culturas concebidas como atrasadas nega qualquer relação para além da instituída pelo sistema hegemônico de produção baseado na propriedade privada.

Dessa maneira, as noções de progresso e desenvolvimento têm em suas bases a dominação da natureza sem limites de controle sobre o avanço produtivo aos bens naturais e a submissão das mulheres camponesas, dentre outros sujeitos sociais.

Os “quintais” significam elementos de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico. As mulheres têm construído uma experiência produtiva a partir do sistema agroalimentar que não está limitada à dimensão econômica capitalista, mas a outra racionalidade que integra dimensões como afetividade, sociabilidade, humanidade, economia não capitalista, dimensão física e intelectual.

Essas experiências revelam elementos de constituição de uma cosmovisão camponesa, tais como: a dimensão do valor de uso como referência valorativa supera a do valor de troca; as atividades biológicas reprodutivas são conjugadas com os bens da natureza existentes; o controle e a regulação do processo do trabalho estão indissociados da dinâmica da natureza; os sistemas de trocas são baseados nos princípios da reciprocidade, da ajuda mútua e das esferas não monetarizadas de relações de troca; a coordenação e o controle da multiplicidade de atividades materiais e culturais; a diversidade produtiva; a constituição de saberes que oferecem bases para a construção de conhecimentos e concepções no âmbito do cotidiano camponês.

O sistema agroalimentar que constitui o “quintal” requer da mulher a realização de diferentes atividades e uso de manejos do solo, da água, dos

animais, etc., com o conhecimento das condições edafológicas do ambiente. Para cada cultivo e criação, realiza distintas tarefas para garantir todo o ciclo produtivo exigido. Organiza seu tempo e espaço e, ao combinar tantas funções, essa mulher aprende e realiza a transmissão para as novas gerações de um saber-fazer que é complexo e multivariado.

Há saberes produzidos e reproduzidos na dinâmica cotidiana dos “quintais”, realizados por mulheres camponesas e em processo de transmissão, que requerem ser percebidos, compreendidos, reconhecidos e (re)significados. Aqui se trata de pensar numa sociedade camponesa de e com saberes específicos, que reúne um patrimônio material e imaterial importante da e para a humanidade. Destaque-se um conhecimento que percebe e possibilita perceber a complexidade do saber nas coisas, que faz a transmissão secular de saberes que constrói o tempo do aprendizado pessoal e o tempo do aprendizado coletivo a se acumular em muitas gerações.

São saberes que possuem um caráter vital, diretamente relacionado à reprodução das diferentes espécies da natureza, não apenas humanas, mas animais, vegetais e minerais, que fortalecem a biodiversidade. Para além, seguem na dinâmica de fortalecimento e afirmação da mulher camponesa como sujeito político e social que questiona o domínio do mercado por meio das relações sociais e de autoconsumo fora da lógica monetária.

Trata-se de saberes que nos últimos anos também são experimentados nos espaços de formação, nas manifestações públicas, nas lutas organizadas pelos movimentos de mulheres, vinculados aos movimentos sociais ou sindicais para o fortalecimento do campo das relações do aprofundamento das raízes que configuram uma cosmovisão camponesa feminista. São interações que se refletem nas dimensões da formação política e educacional numa perspectiva emancipatória.

São saberes que se realizam de forma direta, subjetiva, que se renovam a cada relação com a natureza e com a sociedade. São saberes criadores de memória humana (MONEYRON, 2003). São saberes que geram aprendi-

zados incorporados a cada interação com os “quintais” no cultivo (frutíferas, olerícolas, medicinais, florícolas), na criação (aves, ovelhas, caprinos, suínos), na transformação (bolos, doces, queijos), no extrativismo (coleta de lenha, pesca), na comercialização (em feiras municipais e agroecológicas, na vizinhança) e na produção para o consumo familiar e comunitário.

A Figura 1 apresenta um “quintal” desenhado por uma camponesa, que representa o trabalho desenvolvido num sistema agroalimentar integrado em uma área de ½ hectare, reunindo os subsistemas de cultivo, criação, transformação e extrativismo.

Figura 1: Desenho de “quintal” por uma camponesa.



Fonte: ABRANTES (2012).

A experiência dos “quintais” revela a diversidade e a complexidade de possibilidades no âmbito da criação de estratégias de manejo associadas

à percepção da dinâmica da biodiversidade local. As mulheres produzem instrumentos de trabalho adequados ao uso do solo, práticas de cultivo, criação, extrativismo e transformação a partir da observação, experimentação e convivência com a natureza, e organizam seu trabalho de forma a integrar os diferentes sistemas e subsistemas construídos no "quintal".

As mulheres camponesas tratam esses sistemas (cultivo, criação, extrativismo, transformação) e subsistemas (horta, roçado, frutíferas, medicinais, etc.; caprinos, ovinos, suínos, aves, etc.; extração da lenha; pesca de marisco e peixe; mata nativa para uso medicinal e alimentício; preparações medicinais, doces e bolos, condimentos, etc.) de forma associada, identificando os fluxos de fertilidade⁹ que se realizam entre os produtos, para garantir nessas conexões processos de fertilidade¹⁰ entre eles (CAMURÇA, 2013).

⁹A fertilidade de um ecossistema corresponde à capacidade de produção equilibrada da biomassa vegetal (matéria orgânica produzida pelos vegetais) visando compensar as perdas via processo de respiração e produzir alimento para os animais e os seres humanos, assim como na ausência deles, servir para aumentar a biomassa total. Ressalta-se que a fertilidade de um ecossistema depende de fatores como temperatura, matérias nutritivas (água, sais minerais e gás carbônico), que são essenciais para que ocorra o processo de fotossíntese e respiração (MAZOYER; ROUDART, 2010).

¹⁰A fertilidade pode se constituir por meio de diversos processos. Mazoyer e Roudart (2010) apontam alguns exemplos na busca por compor a fertilidade do solo: 1) Áreas cultivadas *versus* pousio. Após a área cultivada, deixa-se a vegetação natural se reconstituir e restituir ao solo matéria orgânica e mineral para compensar as perdas ocasionadas pelo cultivo; 2) Cultivo associado à criação de pequenos animais. Concentração de cultivo com tração leve sobre solo de melhor qualidade associado à criação (permanência de animais durante a noite de forma que eles fertilizem o solo com dejetos fecais); 3) Cultivo associado à criação de grande porte para produção de estrume. Destinar uma parte das áreas com pastagens para alimentar animais de grande porte em estábulo e para produzir estrume que será destinado para preparo do solo; 4) Cultivo associado às arbóreas para produção de cobertura do solo, podendo ainda ser associado à criação de animais. Manter em terras cultivadas arbóreas de grande porte, de forma que estas absorvam as camadas mais profundas do solo, elementos minerais que são em seguida restituídos ao solo cultivado, seja diretamente pela queda das folhas e das outras matérias orgânicas mortas seja indiretamente pelas dejeções do gado que consumiu as folhas e os brotos dessas árvores (MAZOYER; ROUDART, 2010).

As Figuras 2 e 3 a seguir apresentam sob duas perspectivas os fluxos dos sistemas e subsistemas do mesmo "quintal" desenhado por uma camponesa, exposto na Figura 1.

Figura 2: Sistemas e subsistemas de produção do quintal.



Fonte: ABRANTES (2012)

de fertilidade subsidiado por uma multiplicidade de produtos e de tipos de práticas de manejo do solo (prática de cobertura morta, barreiras de mata nativa, consórcio de culturas, compostagem, leiras, esterco, composto, etc.), que tende a um equilíbrio da fertilidade do solo.

A diversidade de técnicas e práticas de cobertura que garantem a reprodução da fertilidade do solo no sistema de cultivo possibilita também a interação com os demais sistemas (criação, extrativismo e transformação), gerando uma sinergia de fertilidade em todo o “quintal”. Tal complexidade é compreendida pelas mulheres na gestão e organização dos espaços produtivos dentro do “quintal”. A fertilidade do solo se dá, portanto, entre sistemas e subsistemas. O exemplo citado, representado na Figura 3, revela que ovinos e aves fornecem estercos para fertilizar a horta e outros cultivos, assim como as diversas formas de manejo do solo subsidiam o fluxo de fertilidade, como indicam as setas pontilhadas. Os sistemas de cultivo ainda fornecem os alimentos para consumo familiar e comunitário, e para a criação.

Constitui-se nesse processo o vínculo entre a produção, a transformação e o consumo alimentar. São relações essenciais, dinâmicas e estreitas que se produzem entre casa/cozinha e “quintal”, garantindo competências culinárias, sociabilidades e afetividades numa dimensão cosmológica da alimentação para a vida. Esses elementos se conjugam constituindo um campo de relações numa perspectiva integrada, autônoma e complexa.

A prática dos “quintais” configura-se como importante campo de fortalecimento da soberania e segurança alimentar por meio da diversidade dos sistemas e subsistemas e do aprofundamento dos conhecimentos ancestrais. São expressões culturais refletidas no âmbito do preparo, da composição, do manuseio, da experimentação, das estratégias de armazenamento e transformação dos alimentos. A própria concepção de alimento e de composição de uma cultura alimentar que traz os elementos da ancestralidade e do saber produtivo remete a uma dimensão que rompe com a lógica restrita de produção alimentícia do sistema capitalista. Essas reflexões são fruto de experimentações entre professores/as, estudantes e as comunidades cam-

ponesas, que, no compartilhamento de saberes, apreendem e aprofundam conhecimentos que se voltam para o fortalecimento e a resistência do projeto camponês e para a transformação do ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências agrárias.

Nessa perspectiva, os "quintais" apresentam conteúdos para a promoção da soberania e segurança alimentar, tais como o acesso a alimentos de qualidade, a valorização da biodiversidade, manejo e gestão de sementes vegetais e de animais. As mulheres guardam a produção de conhecimento na escolha, seleção e conservação das sementes, na preservação da mata nativa, na produção da genética de sementes de qualidade, na manutenção da biodiversidade e na investigação de novas sementes a partir do plantio de variedades adaptáveis a condições climáticas adversas.

Desse modo, a complexidade desse sistema agroalimentar situado nos "quintais" tem grande significado, não somente ecológico, econômico (principalmente de economias não capitalistas), cultural e social, mas de significado político. O "quintal" é o lugar potencial para se pensar a transição agroecológica, e são as mulheres que historicamente estão à frente desses processos.

Os saberes acumulados pelas mulheres nas práticas de "quintais" acontecem na experiência cotidiana e estão profundamente ligados à sua sobrevivência e à reprodução da sua vida familiar e comunitária. Porém, não se trata de um saber específico, somente de produção exclusiva de mulheres, trata-se de um saber universal, presente em sociedades tradicionais, como as camponesas, os povos originários, quilombolas, pescadoras artesanais, ribeirinhas, etc. Tais sociedades constroem modos de aquisição de saberes cujos elementos se assemelham.

Não há neste escrito qualquer risco de essencialização de um saber que seja basicamente feminino nem de reafirmação da mulher numa relação direta com a natureza, como a coloca a ciência moderna numa postura analítica dualista. Trata-se de saberes em processo de construção experiencial a partir das práticas executadas pelas mulheres em seus "quintais" e nos espaços de atuação e construção social e política. São conhecimentos aprendidos a partir de sua trajetória histórica, o que desmitifica a relação essencialista da

concepção do ser mulher. É importante ressaltar que são saberes cujo maior domínio está com as mulheres camponesas que exercitam manejos agroecológicos.

A função criadora do pensamento para um agir em movimento com a natureza

Como avançar nesse diálogo em torno da agregação de reflexões de mulheres que buscam renovar os horizontes do conhecimento, principalmente do saber feminista, e romper com as distâncias entre o conhecimento acadêmico e o saber da experiência? Como realizar deslocamentos, abrindo novas fronteiras e criando interações entre estudos feministas e experiências de mulheres camponesas?

O conhecimento produzido na academia e transmitido nos “bancos escolares” está desconectado do tecido social, das mudanças que se realizam de forma imbricada entre o local e o global. Contudo, não há como separar os problemas encarados pelas comunidades locais dos problemas vivenciados pelo planeta Terra como um todo. As mulheres e as comunidades camponesas e tradicionais secularmente já os tratam de forma conjunta.

Na observação das comunidades camponesas, escutam-se mulheres afirmarem: “queremos ser vistas como mulheres”; “me pergunto: qual o desenvolvimento que quero para meus netos?”; “quero trocar, pois assim todos ganham conhecimento”; “o meu trabalho não polui, não degrada, o que se tira é na medida, porque logo a natureza repõe”; “exploramos a terra, os mangues, com preservação”; “sou uma experimentadora de novas descobertas”; “nós pescadoras sofremos mais que os homens, pois pescamos perto de casa e os homens vão para o mar”; “não dá para vender galinha agroecológica e comprar fruta com agrotóxico”; “a gente planta o que a gente quer”; “comecei do zero”; “a gente tem a terra não é pra vender, a gente tem a terra é pra sobreviver nela”; “nossa organização nos deu força e reconhecimento de nosso trabalho”; “nós fazemos parte do mundo”; “experimento e faço minhas adaptações e mudanças de acordo com a realidade”; “quero melhorar as práticas como cidadã”.

A visão de mundo que essas mulheres apresentam é rica de experiências concretas, de críticas, de compromissos que colocam a vida humana na centralidade e, como pensamento, reacende sua função criadora, reflexiva, produtora e integradora entre o pensar cognitivo e o agir em movimento com a natureza. As experiências das mulheres e a transmissão de seus saberes têm o objetivo de garantir a manutenção da vida.

Mulheres aprendem pela observação e pelos sentidos, usam as dimensões físicas, afetivas e cognitivas de forma interligada. O aprendizado mobiliza os corpos, as mentes e seus corações, em conexão com os dos animais e das plantas. O aprendizado pela observação reflexiva produz nas mulheres uma memória afetiva e um inventário das plantas e das técnicas.

Quando se fala do aprendizado pela observação fala-se de processo pedagógico, de método de pesquisa, de aprendizado e experimentação no cotidiano de trabalho das mulheres. Fala-se de processos de educação da sensibilidade, de formação, de construção de competências que se dão no plano afetivo, cognitivo, físico e político. Essas observações podem ser pensadas a partir do campo da experiência como saberes da experiência, como saberes das práticas, e seu reconhecimento como conhecimento apreendido tem pertinência e competência.

Desse modo, no seu cotidiano de vida as mulheres produzem perspectivas de trabalho teórico-metodológico a ser estudado, compreendido, ressignificado na academia e enriquecido para ampliar o campo da epistemologia crítica feminista.

Na agenda das acadêmicas feministas, o caráter político das ações das mulheres é simultâneo e gerador de conhecimento e de poder. O feminismo, ao se posicionar no "ângulo de visão dos oprimidos" (SARDENBERG, 2002, p. 107), passa a considerar a inclusão, a luta por direitos negados, a denúncia da opressão, a afirmação de novos sujeitos sociais, o reconhecimento da diversidade no interior do próprio sujeito social – a mulher.

O feminismo crítico questiona o pressuposto da neutralidade, indicando que o conhecimento deve ter o caráter transformador, e por isso deve ter posição e estar em relação com o social, o político, o ambiental e o his-

tórico. Ao mesmo tempo, tal debate adentra o questionamento da generalização da ciência, demonstrando que somente se aceitam as generalizações se forem "confirmadas por nossa experiência" (SARDENBERG, 2002, p. 104).

Há nesse debate questões de ordem teórico-metodológica a tratar que remetem ao enriquecimento da epistemologia crítica feminista, da categoria analítica de gênero e do fortalecimento das práticas das mulheres no campo da agroecologia, como também nos recentes estudos descoloniais.

Construir uma base reflexiva feminista é, como afirma Sardenberg,

Propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados (2002, p. 97).

Anderson considera que, no meio de tensões e de divergências entre as correntes feministas, "talvez a única assertiva epistemológica feminista" a ter consenso "seja a noção geral de *conhecimento situado*", que significa o conhecimento que reflete "a posicionalidade dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição" (ANDERSON, 2001 apud SARDENBERG, 2002, p. 98).

A intersecção entre estudos que dialogam com classe, gênero, raça/etnia e geração aponta para avanços ao feminismo crítico, como também à agregação de teorias, como o materialismo histórico, o estudo das desigualdades de gênero, inclusas as desigualdades produtoras de poder e os estudos descoloniais, caros às mulheres camponesas da América Latina.

O pensamento descolonial ilumina e instiga o debate feminista na medida que aponta para novos horizontes epistemológicos enraizados nos saberes, nas práticas e nas lutas das mulheres camponesas. São elementos constituintes de uma complexidade da existência humana e de esferas cognitivas que são dinamizados em suas trajetórias cotidianas. São existências, saberes, práticas, lutas que apontam para novas interpretações, a considerar uma história de colonização e de patriarcalização intimamente imbricadas.

Esta escrita se faz do ponto de vista de quem observa, ausculta e se sensibiliza com a realidade produzida pelas mulheres camponesas. É um entendimento que se faz na academia, embora com o compromisso de aproximação com os sentidos verdadeiros transmitidos pelas mulheres. Vem assim como contributo para o entendimento interno e externo aos espaços acadêmicos e produtores de reflexões de caráter crítico feminista. Assim, espera-se criar novas evidências ao feminismo crítico acadêmico para que alimente, anuncie e se realize também na militância feminista e na relação dialógica com as experiências e saberes das mulheres camponesas.

As mulheres camponesas fazem a crítica ao modelo de racionalidade que está associado à dimensão do desenvolvimento numa perspectiva do progresso e da hegemonia do modelo econômico de produção. A ideia de racionalidade questionada pelas mulheres camponesas em suas práticas cotidianas questiona as bases estruturais do modelo hegemônico de produção, que também é patriarcal e colonizador. Além disso, o questionamento à racionalidade hegemônica está presente em suas práticas que apresentam elementos questionadores das esferas de poder e das bases hegemônicas de produção e reprodução ancoradas no capital e no saber produzido pela ciência moderna.

O que essas mulheres querem para além dos elementos revelados, que em si se constituem em crítica à racionalidade e ao poder instituído? Tal questionamento instiga o feminismo a reflexões sobre elementos que se complexificam no âmbito de possibilidades de vida e de construção do cotidiano que segue para além da lógica hegemônica.

As mulheres trazem a contradição sobre a existência do Outro em contraposição ao Eu dominante inscrito e centrado no Ser masculino, branco, europeu, culturalmente hegemônico na historiografia, na ciência e no modelo de progresso da civilização humana. Nesse sentido, o pensamento da descolonialidade e da despatriarcalidade oferece pistas analíticas para se repensar o saber e o poder em disputa na sociedade latino-americana.

Que saberes, que poderes, que existências estão em disputa? O projeto liberal burguês é questionado nas suas bases ao trazer para o debate econômico, social, político e ambiental a relação de sobrevivência do planeta e outra cosmovisão de interação humana. Para além da visão sistêmica trazida numa leitura restringida ao circuito determinado dos “quintais”, segue-se a ampliação reflexiva para o campo das relações humanas, das diversas esferas de existência do ser, da produção de economias naturais, não capitalistas. As práticas e saberes das mulheres possuem vitalidade própria e se mostram como referência comunal e com dinâmica de interação e coprodução entre natureza e agricultura nos lugares de existência dessas mulheres.

A experiência das mulheres nos “quintais” extrapola a análise restrita aos elementos de construção e gestão de um sistema agroalimentar. Traz a sintonia que existe com o ambiente, com a dinâmica social, com a história e a cultura de povos que também estão a inferir reflexões sobre o direito da natureza como elemento central para a reprodução da sociedade camponesa.

No âmbito da construção de um debate crítico feminista, as mulheres camponesas estão a oferecer outras bases conceituais que questionam as referências de concepção de mundo que são trazidas inclusive em muitas construções conceituais feministas. São esferas de reflexão que potenciam e oferecem possibilidades de ruptura em concepções e bases epistemológicas, que trazem perspectivas de desconstrução e construção de novas concepções em relação a lugares outros de produção de saber, de poder, de racionalidades, de desenvolvimentos, de relação com a natureza. Trazem ainda possibilidades de se construir novos horizontes a se constituírem como campos de conhecimentos a serem disputados de fato.

Referências

- ABRANTES, K. K. J. **Agroecologia e gênero**: experiências em quintais produtivos nas comunidades Sítio Coqueiro e Barra do Córrego - Assentamento Maceió, Itapipoca/CE. Relatório (Graduação em Economia Doméstica). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012.
- CAMURÇA, A. M. **Mulheres e agroecologia**: possibilidades para a sustentabilidade local da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca/CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2013.
- KOSS, M. **Feminino+masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras, 2004.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: _____. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur. Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 20 jun. 2016
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo, Brasília: Ed. Unesp, NEAD, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONEYRON, A. **Transhumance et éco-savoir**. Reconnaissance des alternances écoformatives. Paris: L'Harmattan, 2003.
- SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: _____.; COSTA, A. A. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Coleção Bahianas 8. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 89-120.
- SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

On the Role of the Family in the Development of the Self

Abstract: This article discusses the role of the family in the development of the self. It argues that the family is the primary context in which the self is formed and that the family's structure and processes have a profound impact on the individual's sense of self. The article explores the ways in which the family shapes the individual's identity, values, and beliefs, and how these in turn influence the individual's relationships with others and the world. It also discusses the challenges that families face in the 21st century and the implications for the development of the self.

Introduction

The family is the primary context in which the self is formed. It is the family that provides the individual with a sense of identity, values, and beliefs. The family's structure and processes have a profound impact on the individual's sense of self. The family shapes the individual's identity, values, and beliefs, and these in turn influence the individual's relationships with others and the world. The family is the primary context in which the self is formed.

The family is the primary context in which the self is formed. It is the family that provides the individual with a sense of identity, values, and beliefs. The family's structure and processes have a profound impact on the individual's sense of self. The family shapes the individual's identity, values, and beliefs, and these in turn influence the individual's relationships with others and the world. The family is the primary context in which the self is formed.

The family is the primary context in which the self is formed. It is the family that provides the individual with a sense of identity, values, and beliefs. The family's structure and processes have a profound impact on the individual's sense of self. The family shapes the individual's identity, values, and beliefs, and these in turn influence the individual's relationships with others and the world. The family is the primary context in which the self is formed.

The family is the primary context in which the self is formed. It is the family that provides the individual with a sense of identity, values, and beliefs. The family's structure and processes have a profound impact on the individual's sense of self. The family shapes the individual's identity, values, and beliefs, and these in turn influence the individual's relationships with others and the world. The family is the primary context in which the self is formed.

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista

Adriana Fernandes Souza¹

Charlotte Emanuele da Silva Sousa²

Introdução

Na conjuntura política do Brasil de 2016, presencia-se um retrocesso em relação aos direitos do povo brasileiro e às conquistas da classe trabalhadora, um momento de fortes desmontes e desmobilizações das construções políticas, metodológicas, civilizatórias e emancipatórias, principalmente no que se refere às conquistas para os povos do campo, das florestas e das comunidades tradicionais.

Dentre as ações do presidente ilegítimo em exercício que atingem diretamente esse público, está a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o fim do Plano Safra, assinado em maio/2016 e que tinha 30 bilhões destinados para a política da agricultura familiar (com destaque para ações direcionadas à juventude e às mulheres).

Passaram as cinco pastas (secretarias) relacionadas à Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a responsabilidade da Casa Civil, sob a administração do ruralista Elizeu Padilha (PMDB).

¹Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Linguagens, FUP-2013. Especialista em Agroecologia pelo curso Residência Agrária - UnB/ENFF/Pronera/CNPq, FUP-2015. Integrante do grupo de pesquisa Modo de Produção e Antagonismos Sociais - UnB desde 2010. Educadora do EJA - Projovem Campo Saberes da Terra, 2015-17, em andamento. Integrante da equipe pedagógica do Residência Agrária Jovem/UnB-FUP/MDA/Incra/CNPq, 2015-17, em andamento. Integrante do grupo de pesquisa Terra em Cena: teatro, audiovisual e Educação do Campo.

²Tecnóloga em Agroecologia IFB-2013. Especialista em Agroecologia do curso Residência Agrária - UnB/ENFF/Pronera/CNPq, FUP-2015. Integrante do grupo de pesquisa Terra em Cena: teatro, audiovisual e Educação do Campo.

Correlacionadas às estratégias neoliberalistas, por tabela assiste-se à extinção de secretarias estratégicas que atendiam a esse mesmo público via Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea)³, como a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Outro grande retrocesso foi a aprovação em outubro de 2016 de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Quando publicaram a nova legislação da Educação em novo formato, anularam todos os parágrafos incluídos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 envolvendo o ensino médio e fundamental, e transformaram em não obrigatórios os componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Música e Cultura Afrobrasileira.

Diante de tais retrocessos políticos⁴, somam-se outras medidas: não é mais garantida a universalidade do ensino básico nem a gratuidade do ensino público básico, e não é mais obrigação do Estado garantir educação infantil para todos. Infringindo e afrontando a Constituição de 1988, ao tratar dos artigos 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento do Estado na saúde e na educação, fortalece a privatização, a mercantilização e a educação como mercadoria e não mais como direito.

Neste artigo, busca-se visibilizar o processo formativo contra-hegemônico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária: Matrizes Produtivas da Vida no Campo - 2013/15, ofertado pela Universidade de Brasília e vivenciado por um grupo de cinquenta (50) profissionais do campo, cuja turma recebeu o nome de "Marias da Terra".

³O Pronea nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, promovendo a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, com a alfabetização e escolarização de jovens e adultos, a formação de educadores para escolas do campo, a formação de profissionais de nível médio, superior, pós-graduação lato sensu (Especialização Residência Agrária) e stricto sensu. Foi instituída uma política pública de Educação do Campo pelo Decreto 7.352, de 4/11/2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino para beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Crédito Fundiário e dos projetos executados pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Inkra.

⁴Partindo de uma breve análise, neste ano de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o presidente em exercício, ao assumir, consolidou os desmontes políticos com as Propostas de Emenda à Constituição que retiram os direitos dos trabalhadores e reformam a Previdência, além de medidas contra o sistema público de educação.

Está registrada aqui parte das experiências a partir do olhar de duas mulheres negras militantes de movimentos sociais do campo, uma do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a outra do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR), moradoras no território de Planaltina do Distrito Federal, com o foco central na consolidação da Comuna Panteras Negras.

As ações da Comuna Panteras Negras do Assentamento da Reforma Agrária Pequeno Willian têm como foco as mulheres negras e representam um espaço no qual a utilização da terra não é realizada somente por um núcleo familiar, mas pautada pelos princípios políticos do MST. De acordo com essa lógica, coloca-se em construção um ambiente que possa acolher mulheres negras militantes e estudantes, embasadas no companheirismo, na solidariedade, para assim possibilitar um espaço humanizado de fortalecimento, produção do conhecimento e da arte.

As demandas das lutas dos movimentos sociais do campo sempre tiveram um contexto de estratégias, incluindo bandeiras de lutas, tais como: Educação do Campo, democratização da terra, reconhecimento da cultura dos povos do campo, das comunidades tradicionais e das florestas, a emancipação política das mulheres e da juventude camponesa, equidade de gênero e a consolidação da Reforma Agrária Popular.

Essas lutas buscam a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora camponesa com o objetivo da transformação social e da busca por uma sociedade justa e igualitária. Elas são *protagonizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, num esforço por uma política de Educação que atenda às especificidades da realidade e aos interesses sociais e políticos dos povos do campo, tendo como desdobramento a conquista da Educação do Campo.*

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação, desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais (CALDART, 2012, p. 259).

Na Educação do Campo, os princípios educativos estão para além da sala de aula, diretamente relacionados e vinculados à vida, ao trabalho e à cultura popular, direcionando o conhecimento para a emancipação humana. A conexão da teoria e da prática é a base estruturante do processo

formativo, o que é possível com o sistema de alternância, valorizando cada camponês e camponesa, relacionando sua vida com a prática pedagógica e a escola, com a vida de cada sujeito.

Nesse contexto da Educação do Campo, o Residência Agrária da UnB, em sua estrutura pedagógica, trabalhou os processos formativos em sistema de alternância, com dois tempos de ensino (Tempo Universidade e Tempo Comunidade). Portanto, na universidade, o acesso ao conhecimento acadêmico, e na Comunidade, a integração da teoria somada ao conhecimento popular e às práticas das intervenções dos estudantes.

A estrutura educacional proposta nos cursos de Residência Agrária é de natureza contra-hegemônica, visto que proporciona aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo a possibilidade de se dedicarem também à vida acadêmica. O que favorece essa situação é principalmente a lógica do ensino em alternância, com a ciranda infantil, espaço destinado a acolher as crianças com educadores(as) preparados, permitindo aos pais e às mães a conciliação de trabalho e estudo.

Desse modo, ampliam-se criticamente as concepções teóricas dos profissionais em formação, aliando as dinâmicas do cooperativismo às práticas agroecológicas nas comunidades e nos territórios vivenciados.

Portanto em última instância, a intencionalidade principal do Programa Residência Agrária é constituir-se em política capaz de estimular a produção do conhecimento sobre e para o campesinato, no âmbito das Ciências Agrárias, nas universidades públicas com base na pesquisa e extensão em áreas de Reforma Agrária (MOLINA, 2009, p. 19).

Este artigo busca explicitar os resultados da trajetória formativa das experiências e ações políticas das mulheres inseridas no curso, tornando visível a importância da educação quando vinculada à realidade dos sujeitos em formação.

Em tal contexto, a educação tem a função social de romper uma lógica de exploração do trabalho, empoderando⁵ os sujeitos em formação,

⁵O empoderamento ocorre quando, a partir dos processos de formação política nos movimentos sociais, o ser envolvido, empossado de uma consciência emancipatória e libertadora, assume seu protagonismo como sujeito, ou seja, adquire poder a partir de uma consciência política.

contribuindo com a organização social, produtiva e cultural da vida nas comunidades envolvidas, e articulada às estratégias de lutas dos movimentos sociais, resultando em uma educação emancipatória.

A explicitação do confronto principal em que se move a Educação do Campo que, embora sejam muitos e diversos os seus sujeitos, é o camponês o sujeito coletivo que identifica, na sua especificidade, o polo da contradição assumida. Vivendo sob o capitalismo, os camponeses confrontam sua lógica fundamental com a da exploração do trabalho pelo capital, resistindo em um modo distinto de produzir, de organizar a vida social e de se relacionar com a natureza (CALDART, 2012, p. 261).

No curso, as mulheres, em especial, se fizeram protagonistas ao romperem o silêncio e ao reagirem às posturas machistas naturalizadas de um colega logo nos primeiros dias de aula, buscando uma lógica de entendimento e de equidade de gênero debatida nos movimentos.

Organizando uma assembleia das mulheres, trazendo o incômodo das ações, promovendo alterações na metodologia pedagógica, a coordenação política do Residência Agrária buscou inserir nos estudos o debate sobre o feminismo, que foi trabalhado como disciplina em 2013-14 e veio potencializar o coletivo em formação na escolha do nome da turma, "Marias da Terra".

Por consequência, alguns nos territórios dos(as) educandos(as) realizaram em 2014 seminários que abordaram a questão do feminismo e a mulher na Reforma Agrária. Em âmbito nacional, foi promovido o Seminário Conexões IV: Feminismo, Campesinato e Luta de Classes, com temas de debates e exposição de trabalhos sobre a trajetória do feminismo na luta de classes, as mulheres nas revoluções, o feminismo e a questão agrária, violências, resistências e organização das mulheres.

Ações contra-hegemônicas nas práticas formativas da Turma "Marias da Terra"

Um curso em que 70% dos participantes são mulheres não as torna necessariamente protagonistas. O diferencial é se tratar de uma turma com

bagagem política adquirida nos processos formativos das lutas em seus movimentos sociais de origem, nos quais as discussões e a formação se dão em uma perspectiva da igualdade de gênero e a valorização das mulheres, com as lutas pautadas pelas companheiras, inserindo as demandas femininas.

Nas formas organizativas, os movimentos sociais do campo organizam os núcleos de famílias (núcleos de base), que distribuem seus membros nos setores operativos (educação, saúde, produção, cultura, comunicação, gênero, formação e outros), com divisão de tarefas e trabalhos coletivos nos espaços decisórios, nas coordenações e instâncias diretivas dos movimentos, e estabelecem a participação de 50% de mulheres.

Com a luta para romper com as heranças do patriarcado⁶, intrínseca no meio rural, as mulheres dos movimentos sociais do campo passam a ter reações imediatas às práticas naturalizadas machistas, na busca por legitimar o seu protagonismo na conquista da terra e dando visibilidade ao trabalho feminino, o que fez diferença para as mulheres do curso.

Considerando os avanços políticos das mulheres na Reforma Agrária⁷ com relação às conquistas da posse da terra, em muitos casos a mulher ainda é mantida em situações de exclusão e discriminação.

Apesar disso as desigualdades entre homens e mulheres persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder em bases econômicas⁸. Historicamente as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade.

⁶Sistema no qual o homem é o único provedor do núcleo familiar e a mulher vive em uma condição de submissão, situação muito frequentemente encontrada no campo.

⁷São exemplos de avanços: o acesso e a titularidade da terra; ganhos na área da saúde (com centros de referência em saúde do trabalho voltados para o campo e florestas); Programa de Ações Integradas Brasil sem Miséria; aumento do limite de venda da agricultura familiar para merenda escolar previsto em leis; ampliação de crédito rural com elevação da participação das mulheres; linha exclusiva para as trabalhadoras com o Pronaf Mulher; ampliação do acesso à creche; plano de enfrentamento à violência contra a mulher do campo; programa de documentação civil com foco na mulher.

⁸Esta análise embasa-se nos diferentes processos sociais, documentos (programas, projetos e relatórios técnicos), estudos (MDA), por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), e nas diretrizes e agendas propostas no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003 e nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II, produzidos a partir de 2004.

de como agricultoras familiares e assentadas da Reforma Agrária (BUTTO et al., 2008, p. 21).

O direito à posse e ao controle da terra contribui processualmente para a ampliação da autonomia da mulher, e o modelo da agricultura camponesa e familiar se contrapõe ao padrão hegemônico da agricultura patronal. Entretanto, ainda se observa que no núcleo familiar existem muitas mulheres que se encontram em condições de submissão e superexploração de sua força de trabalho, permanecendo em uma condição histórica de invisibilidade.

Essa é uma prática arcaica com a qual a Reforma Agrária busca romper por meio de processos formativos que buscam a equidade de gênero, que vão desde a forma da estrutura organizativa do movimento ao acesso a cursos da Educação do Campo e a cursos formais.

Um despertar feminista: as mulheres da Turma “Marias da Terra”

A forma como se estrutura a nossa sociedade atual e o ensino tradicional condiciona a entrada e a permanência no mundo intelectual apenas daqueles que são habilitados em face das exigências seletivas desta sociedade, e têm como base os abismos sociais entre as classes e raças/etnias.

A disputa por um lugar no espaço intelectual e acadêmico se faz necessária e é uma luta permanente, pois ainda é um lugar pouco ocupado por mulheres negras e em permanente disputa, no qual, quando se adentra, é necessária a consciência de precisar romper com os paradigmas e preconceitos de que ser uma mulher negra é ser menos.

Dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atual para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva ideia de que ela está nesse planeta principalmente para servir aos outros (HOOKS, 1995, p. 5).

Como mulheres negras e mães, pertencentes à classe trabalhadora camponesa, o não lugar na vida acadêmica estaria predestinado a nós, e entrar na academia, especialmente no curso de Residência Agrária, desencadeou diversos processos particulares e coletivos, compondo o que aqui chamamos de um “processo gradual do despertar”.

Uma parte das pessoas que fez essa formação ainda não havia acessado cursos da Educação do Campo que não contemplam os debates em relação às questões de gênero/raça tão recorrentes no meio rural, porém as abordagens sobre a Agroecologia (um dos eixos de formação) permitiram um diálogo mais fortalecido e enfatizaram o protagonismo dessas mulheres do campo.

Esse eixo de formação foi estratégico para fortalecer as ações das mulheres com estudos sobre Agroecologia e sua ligação com os movimentos sociais do campo. No eixo Cultura, os trabalhos com o Teatro do Oprimido permitiram um vasto leque de possibilidades de atuação, uma vez que o não lugar e a invisibilidade não seriam mais um destino para as mulheres negras admitidas no Residência Agrária.

Além das vivências e dos estudos que possibilitaram acessar conhecimentos estratégicos para a formação e as intervenções realizadas nas comunidades, a luta também seria para que outras mulheres se conscientizassem e rompessem com esse processo, assumindo o protagonismo de suas vidas.

São recorrentes os estudos que apontam que as moradoras negras do campo e da cidade pertencentes à classe trabalhadora ocupam os lugares de menos ou nenhum protagonismo na sociedade capitalista. Assim, a nossa luta não é focada em apenas um oponente, pois, além do capital, o sexismo e o racismo se apresentam como adversários, o que torna a luta no mínimo tripla, pois a mulher negra já é duplamente discriminada, por ser mulher e ser negra.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras segue um padrão estabelecido nos primeiros dias da escravidão. Como escravas o trabalho compulsório obscurecia todos os outros aspectos da existência das mulheres. Parece, pois, que o ponto de partida para uma investigação da vida das negras sob a escravidão seria uma avaliação de seus papéis como trabalhadoras (DAVIS, 2013, p. 10).

Dessas reflexões vem o despertar: não é por que estamos entre “os nossos” que estamos protegidas. “A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial que perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem na cidade como as que vivem no campo” (MST, 2015). A partir desse despertar, vem a resistência e o protagonismo contra o ataque às mulheres do curso.

A lógica da violência é rompida pelas mulheres da turma “Marias da Terra”, assumindo um protagonismo ímpar e possibilitando sua maior participação no conjunto de ações, que acabam conseguindo romper as correntes que as mantinham atreladas à submissão, à opressão, e que outrora aceitavam a condição da invisibilidade.

Os galanteios e olhares maliciosos, as brincadeiras machistas naturalizadas, as falas discriminatórias lançadas no início do curso foram considerados inaceitáveis por essas mulheres, o que significou um momento estratégico que acabou revertendo qualitativamente para a convivência dos dois anos juntos, a partir de uma assembleia reivindicada e realizada pelas mulheres.

As mulheres do curso se colocam como protagonistas, enfrentando outras lutas paralelas, pois muitas delas, quando entram nos cursos de alternância, enfrentam grandes conflitos nos seus núcleos familiares. Seus companheiros têm dificuldade de entender como se estrutura o sistema de alternância, o que levou muitas a terem de fazer escolhas: assumir o trabalho dobrado ao retornar para suas casas no Tempo Comunidade⁹ ou até mesmo se separar de seus maridos.

Os trabalhos produzidos nas comunidades e as ações nos territórios resultaram em experiências concretas, não porque os homens julgaram que seria importante destacar o valor das mulheres, mas em razão de elas promoverem ações contra-hegemônicas, mais fortalecidas e estimuladas, com base na luta dos

⁹Muitos dos esposos/companheiros, partindo de uma lógica machista, afirmam que suas mulheres estão “à toa” durante o Tempo Escola e deixam propositalmente acumular o que para eles é obrigação da mulher, como roupas e casa sujas, principalmente quando eles ficam com os filhos em idade escolar. Em muitos casos, ocorre até violência doméstica, por acreditarem que elas estão “procurando macho”. Infelizmente, em alguns casos, as mulheres acabam desistindo de estudar, porém há situações positivas, quando, nos casos de violência, as mulheres decidem pela separação por compreenderem seu papel na sociedade e a importância da sua formação.

seus movimentos sociais e nos princípios formativos do curso, no qual a realidade do sujeito favorece as práticas nas comunidades e as intervenções femininas.

Comuna Panteras Negras: o processo na perspectiva do feminismo negro

A Comuna Panteras Negras é uma parcela (gleba) do Assentamento da Reforma Agrária Pequeno Willian do MST, localizado em Planaltina/DF, local em que nos desafiamos a colocar em prática um projeto que começou a sua construção como um sonho em 1999, período em que dentro do movimento eram realizados debates políticos sobre as “Comunas” e sobre como consolidar essa experiência no MST.

O Assentamento Pequeno Willian foi construído com glebas individuais, ou seja, a titularidade da terra é de um representante da família, o que ocorre normalmente em todas as áreas dos assentamentos da Reforma Agrária. As parcelas atendem às demandas de uma única família, propõe-se a coletivização de uma gleba individual, rompe-se com uma lógica e ressignifica-se o uso da terra para atender a demandas de um coletivo.

Na trajetória dos vinte e dois anos das lutas do MST no Distrito Federal, algumas iniciativas foram realizadas, porém sem resultados concretos. Entretanto, alguns militantes mantiveram a perspectiva de criar as condições de construir uma “comuna” e, assim, começaram a estruturar o projeto que se desdobrou nas Panteras Negras e o resultado começou a se consolidar em 2013, quando oficialmente foi constituído o assentamento e as vinte e duas famílias receberam suas parcelas.

A parcela que foi destinada a uma militante negra do MST teve seu nome inspirado na luta dos *Black Panthers Party* (Partido dos Panteras Negras), que se desenvolveu na Califórnia (EUA) entre 1966 e 1982. Era um grupo revolucionário extraparlamentar socialista marxista, que surgiu na defesa dos moradores negros contra os atos de brutalidade da polícia. Lutava pelos direitos da população negra e era um grupo de defesa da resistência armada contra a opressão dos negros, o que é para a Comuna um referencial: o am-

paro e o fortalecimento das mulheres negras, rompimento com o abuso do poder hegemônico contra as mulheres.

A Comuna foi pensada como uma parcela com autonomia de organização, mas não desvinculada das decisões e dos encaminhamentos políticos do MST na luta pela Reforma Agrária. Conta com moradias além do núcleo familiar beneficiário, com construções alternativas, como a bioconstrução¹⁰, organizadas aproximadamente na forma de raio de sol, com uma área comum no centro e as moradias ao redor de um núcleo, fortalecendo a segurança, ressignificando a convivência social e produtiva do coletivo.

A Reforma Agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamenta numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2014, p. 33).

A estrutura organizativa da Comuna Panteras Negras foi projetada com dois focos estratégicos: primeiro, um espaço de suporte às mulheres negras militantes/estudantes do MST; segundo, trabalhos com atividades culturais e de pesquisa com práticas agroecológicas, destacando a implantação de uma unidade demonstrativa¹¹ de sistema agroflorestal integrado¹², visando à autossustentação das famílias da comuna em parcerias com os movimentos e organizações sociais campo/cidade, instituições de ensino e comunidade local.

São desenvolvidos trabalhos com o Teatro Político, saraus literários, formação de incentivo à autonomia das mulheres e jovens, além de cursos

¹⁰Construções que utilizam o resgate de técnicas milenares, como a taipa de mão, experimentos com hiperadobe (terra colocada em um saco específico e reciclagem de paletes).

¹¹Um dos projetos de intervenção para os estudantes do Residência Agrária nas comunidades era a implantação de unidade demonstrativa de um SAF no território de Planaltina/DF.

¹²Forma de produção nas práticas agroecológicas que desenvolve de forma consorciada e integrada com a natureza plantios de árvores frutíferas, exóticas e hortaliças.

de bordado, audiovisual com a juventude para produção de documentários, reciclagem de pneus, produção artesanal com fibras de bananeiras e espaço de formação política e pesquisas no âmbito das experiências agroecológicas.

Com a formação teórica e as práticas realizadas priorizando o resgate dos mutirões¹³, encontra-se em desenvolvimento uma unidade demonstrativa de um Sistema Agroflorestal (SAF) e compostagens orgânicas, oficinas de fossas ecológicas (bacia de evapotranspiração e fossa séptica), reservatório de água, de ferrosolocimento e reaproveitamento ecologicamente sustentável da água cinza com círculos de bananeiras.

No espaço da Comuna Panteras Negras, contamos com a biblioteca "Carolina Maria de Jesus"¹⁴, que, desde o tempo de acampamento em barracos de lona, visa possibilitar o acesso da comunidade em geral e dos estudantes ao conhecimento.

Diante do processo dialético de construção, enfrentamos vários desafios para consolidar um projeto que tem por objetivo refuncionalizar a lógica de organização das conquistas na Reforma Agrária, atendendo de uma forma revolucionária e humana, possibilitando o acesso a técnicas de autocuidado com as mulheres.

No atual momento de crise política e social, em meio a tanta violência contra a mulher e as populações negras e pobres, é urgente a demanda por espaços que sejam instrumentos de luta e acolham o ser humano, principalmente as mulheres negras, e que promovam a consciência política e o amor, para o fortalecimento dessas lutadoras.

¹³Forma tradicional e cultural de trabalho camponês que reúne várias pessoas para um trabalho comum. Como exemplos, encontramos nos plantios, nas colheitas e nas construções das moradias, quando os camponeses exercem uma forma de autogestão e realizam trocas de serviços entre si, fortalecendo seus vínculos sociais. O mutirão é momento de muita alegria e fartura, quando todos se reúnem, porém, com o avanço da tecnologia, vem perdendo sua força ao longo do tempo.

¹⁴Homenagem à escritora negra Carolina Maria de Jesus (1914-1977), de grande importância para a literatura brasileira, que escreveu seis romances, mais de cem poemas e sessenta e sete crônicas. Nascida em Minas Gerais, era favelada e catadora em São Paulo, registrava o seu cotidiano em cadernos achados no lixo. Seus diários transformaram-se no livro "Quarto de despejo", o de maior sucesso dentre outros que publicou.

Como mulheres camponesas negras, militantes e estudantes, afirmamos que a luta que enfrentamos contra o sistema forjado na herança da escravidão e do patriarcalismo tende a nos anular, invisibilizar e adoecer, colocando-nos no limiar da vulnerabilidade social.

A luta das mulheres tem questionado a sociedade sobre a ação destrutiva desse projeto que está em curso e tem provocado o debate da necessidade de organização e unidade da classe trabalhadora, além de ser uma convocação para a resistência popular... As mulheres lutadoras têm consciência de que precisamos construir instrumentos de luta que contribuam com processos de elevação da consciência, cultura e organizações das populações (MST, 2015, p. 11).

Na luta pela Reforma Agrária, são inúmeros os desafios que surgem: a conquista da terra para ter onde viver com a família com qualidade, produzir a autossustentação, o acesso à saúde, à educação, a créditos, a projetos, entre outros. Contudo, para as mulheres que vivem no enfrentamento direto com a herança patriarcalista, os desafios são maiores.

Quando a mulher é a chefe da família, há um estranhamento naturalizado e as discriminações são intensificadas, os assédios, violência e inúmeros questionamentos do tipo "pra quê uma mulher sozinha quer terra?". Essas abordagens machistas pioram ainda mais se essa mulher é negra, militante e estudante.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores de supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65).

A crença segundo a qual o "homem é o único provedor do núcleo familiar" ainda se mantém fortemente enraizada como herança do patriarcado neste modelo capitalista de sociedade.

Em decorrência da unidade evidenciada entre as mulheres dos movi-

mentos sociais do campo no território de Planaltina, ligadas pela luta e pelo Residência Agrária, as suas ações conjuntas para executarem as tarefas de militantes e estudantes, e para proporem a consolidação da Comuna demandaram esforços coletivos de todas. O grupo teve de se unir pela militância na luta pelo fim da violência contra as mulheres a fim de colocar em prática o uso coletivo da parcela por mulheres negras militantes e estudantes. A maior estratégia utilizada foi a participação direta nas ações e a continuidade dos estudos.

É uma experiência que possibilita tentar novas formas de organização, nas quais surgem processos construtivos para a transformação social e em que as questões da vida estão sob questionamentos, uma estratégia que impacta o meio em mudança na consolidação das possibilidades das reações sociais.

Na Comuna Panteras Negras, prioriza-se o compromisso político com a luta pela terra, com a luta de classe, contra o racismo e o combate à violência contra a mulher, em um local onde mulheres e homens possam viver com dignidade, sem opressão e preconceito, sem discriminação de qualquer ordem étnico-racial e sexual, em que a terra é compartilhada. É um projeto feito de gente disposta a transformar propostas convencionais em resgates de práticas milenares para a produção da vida e valorização da humanidade na coletividade.

Conclusão

As experiências vivenciadas nos cursos da Educação do Campo trabalham em sistema de alternância com dois tempos formativos (Tempo aula na Escola/Universidade e Tempo Comunidade), como se estrutura o curso Residência Agrária-DF, pois, se não compartilhadas, passam por ações isoladas. O processo formativo contribui para a emancipação humana, principalmente quando mulheres antes invisibilizadas adquirem consciência e autoconfiança nos processos de lutas nos movimentos sociais e nos espaços de formação educacional, Contribui ainda quando essas mulheres desafiam-se a entrar em enfrentamento com uma lógica machista e patriarcal herdada do sistema capitalista e assumem um posicionamento político concreto, com ações pautadas nas experiências e fortalecidas pela construção de uma unidade e autonomia feminina.

Uma vez que esses processos são dinâmicos e móveis no tempo e no espaço, a formação em sistemas de alternância incentiva as ações nos tempos paralelos e integrados à formação acadêmica. A experiência da Comuna Panteras Negras no território de Planaltina traz tanto a questão negra quanto fortalece o debate feminista, que ainda são trabalhados de forma marginalizada pela academia e pelo poder estatal. Portanto, os registros favorecem uma melhor compreensão dos processos emancipatórios e revolucionários nos quais as mulheres negras buscam inspiração e passam a ser protagonistas nos espaços acadêmicos e nas esferas sociais de um poder hegemônico constituído a partir da herança escravagista e estão intrinsecamente ligados à opressão em razão da classe, do gênero e da etnia.

Referências

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. 10 p.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 5. ed. - São Paulo: Civilização Brasileira, 1988 (Coleção Teatro Hoje, Volume 27).

BUTTO, A.; LOPES, A. (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010, 240 p.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: _____ et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOOKS, B. Intelectuais negras. Tradução de Marcos Santarrita. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2/1995.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. Residência Agrária: concepções e estratégias. In: _____ et al. (Orgs.). **Educação do Campo e educação profissional: a experiência do Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Programa agrário do MST - Lutar, construir Reforma Agrária Popular**. VI Congresso Nacional do MST. 3. ed. - São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

_____. Setor de Gênero. In: **Caderno de Formação**. Paraná: Lunagraf, 2015.

SAFFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades**. 3. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Andhressa Araújo Fagundes¹

Rita Fagundes²

Tatiana Canuto Silva³

Josefa Adriana Leal⁴

Introdução

Inúmeros foram os avanços da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil nos últimos anos. Os resultados do relatório *The State of Food Insecurity in the World*, publicado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2014), demonstram que o Brasil saiu do mapa da fome depois de muitas décadas em que expressiva parcela da população padecia desse mal. O Brasil foi um dos países que mais cooperaram para alcançar a meta do 1º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM): erradicar a extrema pobreza e a fome. Entre os anos 2002 e 2014 o país apresentou a maior redução no número de indivíduos subalimentados no mundo (BRASIL, 2015a).

¹Doutora em Nutrição Humana e Docente Adjunta do Departamento de Nutrição (UFS). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão vinculados ao Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

²Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Foi coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS).

³Mestranda do Departamento de Nutrição (UFS). Participou da atividade de extensão do Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

⁴Especialista em Residência Agrária (UFS). Médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

A SAN teve o seu conceito ampliado em 2003 na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a incorporação de dimensões fundamentais que não eram até então consideradas. Passou a congregar questões relativas à produção e disponibilidade de alimentos (suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade), ao aspecto nutricional e à preocupação com a promoção da saúde (BRASIL, 2010a):

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base: práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O aparato normativo legal da SAN existente atualmente no Brasil foi resultado de vários processos de lutas e conquistas de diferentes áreas, para que não ficasse restrito à questão da qualidade sanitária dos alimentos. Com êxito, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída em 2006, define SAN como a efetivação do direito ao acesso frequente e perdurável a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem prejudicar outras necessidades primordiais. Esse dispositivo legal dispõe ainda que a alimentação adequada é um direito fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2006).

Muitas iniciativas foram implementadas em matéria de segurança alimentar e nutricional no Brasil, tais como: a implantação em 2010 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a efetivação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), voltado para monitorar e avaliar as políticas públicas de SAN do país; a ampliação da cobertura e do número de políticas sociais e melhoria do acesso dos brasileiros aos alimentos; a redução da prevalência de insegurança alimentar domiciliar. Apesar de todas essas medidas e dados favoráveis, a SAN ainda se apresenta como um instigante (e parece que inesgotável) tema para debates e articulação, com necessidade de avanços e adequações em vários aspectos. Isso se deve especialmente por envolver, no seu contexto, diferentes setores responsáveis pelas intervenções, políticas e programas, dentre os quais a saúde, a agricultura, o desenvolvimento

social, a educação, a economia, desenvolvimento agrário e outros setores (BRASIL, 2010a, 2010b, 2015a, 2015b).

No que se refere ao setor saúde, há uma convergência de esforços entre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), promulgada em 1999 e revisada em 2012, e a PNSAN, bem como uma progressiva articulação e cooperação entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e dos agravos em saúde e de seus determinantes sociais (BRASIL, 2012, 2010c).

Os enfoques que nortearam a construção do conceito de SAN no Brasil – os aspectos socioeconômico e de saúde/nutrição – ainda delineiam as ações do setor de saúde para a SAN (BRASIL, 2012), reconhecendo o papel essencial desse setor no processo de articulação intersetorial, do diagnóstico e monitoramento da situação alimentar e nutricional e da promoção da alimentação adequada e saudável.

A garantia da SAN demanda que o direito à saúde seja respeitado e efetivado para que seja alcançada a alimentação e a nutrição adequadas, sendo, portanto, indissociáveis a SAN e a saúde (ALVES; JAIME, 2014). A alimentação é um dos determinantes da saúde e um direito de todos os indivíduos, ao passo que a vulnerabilidade e situações de insegurança alimentar e nutricional acabam por recair sobre o setor saúde.

Por se tratar de um conceito amplo e complexo, vários são os indicadores recomendados e utilizados para a mensuração das situações de insegurança alimentar: a) disponibilidade de alimentos (informações sobre transporte, produção e comercialização de alimentos); b) acesso (aspectos socioeconômicos e culturais); c) consumo (condições de saúde e nutrição); d) utilização biológica de alimentos (indicadores de acesso a serviços sociais, de saneamento básico e de saúde); e) cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; f) cálculo do consumo alimentar; g) quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; h) antropometria (avaliação de peso/estatura por faixa etária para o cálculo do estado nutricional); i) Escala Brasileira de InSegurança Alimentar - EBIA (PANELLI-MARTINS et al., 2007; ANJOS; BURLANDY, 2010; BRASIL, 2014; AZEVEDO; RIBAS, 2016; KEPPEL; SEGALL, 2011).

A EBIA é um instrumento validado para mensurar a situação de SAN domiciliar pela autopercepção da população quanto ao acesso a alimentos qualitativa e quantitativamente nos últimos 90 dias antes da pesquisa e a sensação de medo de sofrer restrição alimentar em um futuro próximo (BRASIL, 2014; AZEVEDO; RIBAS, 2016).

Recomenda-se a utilização associada desses indicadores com análise conjunta para a melhor interpretação da situação de SAN, em especial quando se deseja mensurar os efeitos sobre a saúde e a nutrição dos indivíduos. Indicadores como iniquidade territorial, renda *per capita* das famílias, escolaridade, condição de trabalho e acesso ao trabalho formal são exemplos que conferem mais clareza aos resultados e auxiliam em uma interpretação mais concreta da situação.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2013, que utiliza a EBIA, mostram uma redução da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) nos domicílios brasileiros no período entre 2004 (45%) e 2013 (33%) (BRASIL, 2014). Os dados revelam ainda que, em 2004, 16 estados do Brasil tinham aproximadamente 8% da sua população em IAN Grave, zerando essa classificação em 2013 (BRASIL, 2014, 2015c).

No caso particular de Sergipe, a última avaliação constatou prevalência global (independentemente do grau) de 32,7% de insegurança alimentar. Mesmo com avanços e melhorias, ainda fica clara a concentração de populações que padecem da insegurança alimentar: a prevalência de insegurança aumenta para 40% nos domicílios rurais e atinge 37% dos domicílios com rendimento mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (BRASIL, 2014).

Com toda essa trajetória, sabe-se atualmente que o déficit nutricional não é a única expressão da Insegurança Alimentar. Nas últimas décadas, observou-se uma ágil transição demográfica, epidemiológica e nutricional influenciando diretamente os padrões de saúde e consumo alimentar de toda a população brasileira. A obesidade e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como hipertensão, diabetes, doenças coronarianas e outras, são igualmente situações consequentes dessa expressão (BRASIL, 2014, 2012).

No entanto, além do estado nutricional (déficit/desnutrição ou excesso de peso) e da fome e miséria, há outros elementos que afetam e violam o

Direito Humano a uma Alimentação Adequada (DHAA), configurando uma situação de Insegurança Alimentar (IAN): acesso inadequado à água e ao saneamento de qualidade; consumo de alimentos de má qualidade sanitária e/ou contaminados por falta de controle da utilização de agrotóxicos e transgênicos; acesso negado ao usufruto das terras tradicionais (BURITY et al., 2010); doenças associadas à má alimentação; consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde; estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente; bens essenciais com preços abusivos; imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural (PEIXOTO, 2014).

Segundo Azevedo e Ribas (2016), o Brasil basicamente ignora o referencial tradicional e o local de produção e consumo com indescritível dificuldade de fomentar e promover sistemas de produção familiar e soberania alimentar. Os autores completam que ainda não se identifica a erosão cultural da dieta e dos sistemas alimentares, tampouco a contaminação química e genética dos alimentos como elementos de insegurança alimentar. De algum modo, esses elementos até já estão presentes, mas não há a força necessária para realizar efetivas avaliações e sua publicização para intervenções cabíveis.

No Brasil, 70% dos alimentos *in natura* consumidos estão contaminados por produtos e aditivos químicos, sendo o primeiro país no *ranking* de consumidores de agrotóxicos do mundo, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (CARNEIRO et al., 2012). As doenças associadas ao uso/consumo de agrotóxicos e de outros defensivos químicos são inúmeras: diversos tipos de câncer, imunodepressão, doença de Parkinson, depressão e outros distúrbios neurológicos, autismo, aborto, esterilidade, problemas congênitos e respiratórios, alergias, algumas formas de anemia e resistência a antibióticos (AZEVEDO; RIBAS, 2016). Esses são exemplos demonstrando que, para além da avaliação do estado nutricional, o consumo de alimentos e produtos não saudáveis apresenta uma estreita relação com o processo saúde-doença que resulta em situações de IAN.

Nesse contexto, a Agroecologia se apresenta como ferramenta e estratégia fundamentais para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SCHUTTER, 2012). Sevilla Guzmán define Agroecologia como

[...] manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que represente alternativas ao atual modelo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno [...] que pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social (2011, p. 11).

Pensando nesses aspectos, no diálogo entre essas temáticas e na formação dos estudantes, os professores do eixo Saúde no Campo do Curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS) planejaram uma ação de pesquisa e extensão visando contribuir de forma interdisciplinar com uma comunidade tradicional quilombola. A ação buscou contemplar a recomendação de se utilizar diferentes indicadores em uma análise conjunta para melhor interpretar a situação de SAN e contribuir com a comunidade.

Notas sobre a Comunidade de Sítio Alto e as populações quilombolas

A comunidade de Sítio Alto fica localizada a sete quilômetros do centro do Município de Simão Dias, agreste sergipano. Recebeu essa denominação por estar situado no alto de um morro. As famílias não sabem informar há quanto tempo residem no local: "Minha bisavó nasceu aqui, minha avó, minha mãe. Somos daqui". Desde 2011, a comunidade luta para ser reconhecida como quilombola. Em 2014, representantes da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária visitaram a comunidade e se reuniram com as famílias. Entretanto, embora tenha sido reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares, ainda não foram realizadas as demais etapas do procedimento, a área ainda não foi demarcada e a comunidade ainda não possui o título definitivo da propriedade. É oportuno destacar que a luta pelo reconhecimento é recente, pois a população não tinha conhecimento de seus direitos nem que havia

uma legislação específica que a reconheceria como um grupo socialmente diferenciado (FAGUNDES et al., 2016).

O Brasil tem 25% do seu território ocupado por povos e comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas, seringueiros, dentre outros – representando quase cinco milhões de pessoas. Sabe-se da existência de inúmeros desses agrupamentos no território brasileiro, embora apenas uma minoria possua o título definitivo de propriedade, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (CAMBUY, 2006).

Todas as regiões brasileiras apresentam áreas com remanescentes de quilombos. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, há 2.401 comunidades quilombolas certificadas no Brasil; destas, 31 estão localizadas no estado de Sergipe (BRASIL, 2016). Esses povos enfrentam continuamente barreiras para o acesso ao território, terra e políticas públicas, além da dificuldade de manter os seus modos de sobrevivência, uma vez que se constituem como pilares para a produção e a reprodução de seus saberes tradicionais (BRASIL, 2006).

A principal ocupação dos moradores de Sítio Alto está relacionada à agricultura. Não existe tratamento de esgoto e não há abastecimento público de água encanada. Entretanto, desde 2007 os moradores não precisam mais caminhar quilômetros em busca de água, o que é motivo de riqueza, segundo eles. A partir de mutirões e da doação de materiais viabilizados pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), foi construída uma cisterna em cada casa para armazenar a água da chuva. Todavia, a água armazenada só é suficiente para o consumo doméstico, de modo que as famílias só podem plantar no período de chuva. Para além das dificuldades enfrentadas durante os períodos de estiagem, os lotes das famílias são muito pequenos, fato que contribui para sua insegurança alimentar e nutricional. Uma moradora do local, ao se referir ao tamanho do seu quintal, declarou: “falta uma vara para uma tarefa”, o que significa que o lote não tem sequer três mil metros quadrados, ou seja, tem menos de 0,3 hectares (FAGUNDES et al., 2016).

Método: planejamento e realização da ação de extensão

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe foi resultado do fomento da chamada pública entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi idealizado com o objetivo de associar a tríade ensino, pesquisa e extensão (rural) numa perspectiva problematizadora, dialógica e participativa para os beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e profissionais que desenvolvessem atividades educacionais e técnicas em assentamentos da Reforma Agrária de Sergipe.

A metodologia de base utilizada na Residência foi a Pedagogia da Alternância, que propõe a conjugação de distintas experiências formativas ao longo do tempo e em diferentes espaços. Assim, o curso de especialização em Residência Agrária da UFS foi realizado em momentos e espaços distintos e complementares, divididos em Tempo Universidade (conteúdo teórico, técnico-científico), Tempo Comunidade (atividades de intervenção e experimentação prática em assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas) e Tempo Síntese (reuniões para avaliação do desempenho e articulação entre o Tempo Universidade e Comunidade, buscando pensar a relação da teoria e da prática, numa perspectiva não só de problematizar a realidade, mas de propor meios para transformá-la).

O Tempo Universidade foi proposto em oito eixos temáticos: 1. Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; 2. Metodologia científica; 3. Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; 4. Política, legislação e Estado; 5. Agroecologia, produção e sustentabilidade; 6. Práticas agroecológicas; 7. Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; 8. Agroindústria e cooperativismo. A Agroecologia foi o eixo orientador do curso, considerando elementos no processo educativo que versaram sobre a questão agrária, produção, comercialização, consumo e saúde (FAGUNDES et al., 2016).

Além das aulas teóricas e práticas, a coordenação do curso buscou o desenvolvimento de atividades complementares à formação, tais como visitas

técnicas, intercâmbios, cursos, oficinas e seminários, com o envolvimento dos discentes e parceiros, de forma interdisciplinar.

Partindo do fato de o curso ter a Agroecologia como eixo central, levando em consideração a compreensão que temos dessa área – prática, movimento e campo do conhecimento – e entendendo que não é possível pensar em saúde sem pensar na produção dos alimentos, foi elaborada uma atividade de vivência que ao mesmo tempo pudesse contribuir com a formação dos educandos e também com a comunidade a partir de uma parceria com o Núcleo de Estudos e Vivência Agroecológicas (EVA), o Departamento de Nutrição e o Departamento de Geografia, os dois últimos da UFS.

Uma das alunas do Curso de Residência Agrária, Josefa Adriana Leal dos Santos, médica da Equipe de Saúde da Família do município de Simão Dias/SE, sinalizou a possibilidade de realizar a atividade do Tempo Comunidade no povoado de Sítio Alto em Simão Dias, cumprindo o objetivo de atender a uma comunidade com demandas de saúde, nutrição e de cultivo. A proposta era perfeita para contemplar a temática de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conceitos abrangentes e prioritários, em termos das políticas públicas atualmente, e um dos Direitos Sociais fundamentais incorporados à Constituição Federal em 2010 (BRASIL, 2010a).

Conforme explicitado, sabe-se que as condições nutricionais estão intimamente ligadas aos resultantes de saúde de uma população, além de serem indicadores da situação de SAN. Conhecer a realidade das comunidades e identificar tais indicadores são ações fundamentais para orientar os indivíduos a viverem melhor e buscarem condições para a superação dos principais problemas identificados.

Com esse pressuposto, foi realizado um contato prévio com a líder da comunidade de Sítio Alto, D. Josefa Santos de Jesus, que confirmou o desejo e a necessidade de a população local receber essas ações. Após uma visita ao local realizada pela Coordenação Pedagógica do Residência Agrária, juntamente com os professores responsáveis pelo Eixo de Saúde no campo, foi decidido pela realização de uma atividade interdisciplinar de vivência e imersão de três dias. Assim,

foram contemplados, além de discentes do Curso da Residência Agrária, alunos do curso de graduação em Nutrição e representantes do Departamento de Geografia e do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA).

O objetivo foi alinhar a demanda a uma vivência prática, visando ao atendimento à população e à interação entre a academia e a comunidade, fomentando benefícios para o processo ensino-aprendizagem dos envolvidos.

As ações propostas buscaram conhecer a situação nutricional, as condições de saúde, a percepção de Insegurança Alimentar das famílias (EBIA), as demandas por orientações de cultivo, plantio, além das tradições, dos hábitos e cultura da comunidade. Ademais, como objetivo macro, visaram contribuir com a população.

A preparação para a realização da atividade contou com a participação de todos os envolvidos, contemplando planejamento, organização da logística e da infraestrutura para os dias em campo. Cada departamento ficou responsável por realizar a seleção dos alunos interessados e com disponibilidade para participar da atividade durante os três dias, considerando o número máximo de 30 pessoas (capacidade do ônibus para o deslocamento e dos recursos financeiros para a hospedagem). Foi elaborado um comunicado com informações sobre a atividade e, no caso dos estudantes de graduação, cada um ficou com a atribuição de fazer o seu próprio seguro de vida, recomendado para atividades externas à universidade.

De forma articulada, os departamentos envolvidos elaboraram os formulários e questionários para o trabalho de campo, bem como treinamento dos discentes para padronização da coleta dos dados e atendimento à população. Foram elaboradas algumas cartilhas com temáticas sobre saúde, nutrição e agroecologia para serem socializadas com as famílias.

Foi produzida uma camiseta com a logomarca da ação, visando à melhor identificação da equipe de trabalho. O ônibus para a viagem e acompanhamento durante o período da atividade, com deslocamento entre Aracaju/Simão Dias/Aracaju e diariamente entre Simão Dias/Sítio Alto/Simão Dias, foi concedido pela UFS.

As refeições foram realizadas na própria comunidade, com a aquisição prévia dos gêneros alimentícios e organização com algumas mulheres da comunidade para a preparação das refeições (lanche da manhã, almoço e lanche da tarde). Cada participante foi orientado a levar seu próprio *kit* refeição: prato, talheres e copo, evitando gerar lixo com descartáveis e/ou onerar as despesas do domicílio que recebeu a equipe para as refeições.

Foram organizados dois pontos de atendimento na comunidade: a igreja, na parte mais alta do povoado, onde foram atendidos predominantemente os adultos e idosos, e a creche, na parte mais baixa, onde foram atendidas as crianças e os adolescentes. Foi providenciado um carro de som para a divulgação das atividades, convidando toda a comunidade para participar, em importante articulação com a equipe local de saúde da família.

Os equipamentos antropométricos e clínicos foram cedidos pelo Departamento de Nutrição da UFS e foram previamente calibrados. Parte dos insumos necessários para a coleta capilar de sangue foi cedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Simão Dias por meio da equipe de saúde de Sítio Alto, e outra parte foi adquirida com o apoio financeiro do Curso de Residência Agrária.

As ações realizadas foram as seguintes (FAGUNDES et al., 2016):

- ✓ Avaliação socioeconômica;
- ✓ Investigação (entrevistas) sobre as tradições e a cultura locais;
- ✓ Autopercepção sobre a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Avaliação nutricional antropométrica (peso e estatura);
- ✓ Avaliação clínica de adultos e idosos (aferição da pressão arterial);
- ✓ Avaliação bioquímica capilar (glicemia) de adultos e idosos;
- ✓ Triagem de anemia (capilar) em população em risco: crianças e gestantes;

- ✓ Rodas de conversa sobre Educação Alimentar e Nutricional com encorajamento e orientações a respeito do aleitamento materno e alimentação infantil;
- ✓ Orientações de higiene, manipulação e conservação dos alimentos, com ênfase na Alimentação Escolar;
- ✓ Sessão de cinema infantil na escola;
- ✓ Oficina prática de compostagem e armazenamento de sementes;
- ✓ Orientações nutricionais e médicas individualizadas;
- ✓ Encaminhamento à equipe de saúde local;
- ✓ Visitas domiciliares para acessar a população com impossibilidade de participar da ação;
- ✓ Socialização da tradição e cultura da comunidade.

Resultados

Durante a vivência, a pesquisa identificou que 84,9% da população avaliada de Sítio Alto apresentavam algum tipo de insegurança alimentar, segundo os critérios da EBIA. Desse total, 40,3% apresentavam insegurança alimentar leve (quando há preocupação ou incerteza com o acesso futuro aos alimentos para a família) e 43,6%, moderada ou grave (quando se nota redução na quantidade de alimentos). Esses resultados ajudaram a compreender que os alimentos cultivados nos lotes pelas famílias não representam a principal fonte de alimentação. A aquisição de alimentos depende diretamente da renda da família para comprá-los.

O distanciamento da produção alimentar local e do fornecimento de alimentos para a população tem impacto nos hábitos e cultura alimentar quilombola, uma vez que originalmente a compra de alimentos não faz parte de seus hábitos. A aquisição de gêneros alimentícios em supermercados da ci-

dade expõe a comunidade aos produtos industrializados e ultraprocessados, ricos em açúcares, sódio, gorduras e calorias, que agravam a vulnerabilidade alimentar (FAGUNDES et al., 2016; BRASIL, 2012).

A insegurança alimentar em Sítio Alto condiz com a realidade das demais comunidades quilombolas brasileiras, fato observado em censo constatando que mais da metade da população quilombola apresentava características de insegurança alimentar (BRASIL, 2011b).

Trata-se de uma comunidade rural, com baixo nível de escolaridade: 66% dos entrevistados afirmaram saber ler e escrever, aproximadamente 70% tinham entre alfabetização e Ensino Fundamental I (até 5º ano). A principal ocupação é o trabalho na terra com 54% de agricultores ou lavradores, sendo a maioria em situação formal de trabalho temporário, autônomo ou desempregado.

Apesar de 98% relatarem ter alguma plantação em casa, a resposta se referia a gêneros complementares (hortaliças e leguminosas), insuficientes para garantir a alimentação da família. A ocupação da maioria dos homens e mulheres é o trabalho temporário na pulverização de agrotóxicos e colheita de milho em propriedades vizinhas. Sobre os programas sociais de transferência de renda, 84% declararam receber algum auxílio social e 69,2%, o Programa Bolsa Família.

A comunidade avaliada apresentou considerável consumo de alimentos industrializados: embutidos, guloseimas, bebidas açucaradas e alimentos pré-preparados, além de excessivo consumo de açúcar (8 kg/mês±4,6), óleo (2,7 litros±1,28) e sal (1,44 kg/mês).

O perfil nutricional da comunidade Sítio Alto convergiu com os demais dados, expressando as duas faces da Insegurança Alimentar e Nutricional: na infância, a desnutrição com baixo peso e baixa estatura (8%); na vida adulta, o excesso de peso (36% com sobrepeso e 8% com obesidade).

A partir do diálogo e das demandas da comunidade, foram realizadas oficinas de compostagem e armazenamento de sementes crioulas. Com a participação de adultos e crianças da comunidade, a oficina de compostagem foi iniciada com uma rodada de apresentações por meio de uma dinâ-

mica, seguida de conversa com as orientações sobre compostagem, além de atividade prática com a montagem de uma pilha de composto. Ao final, todos os participantes receberam uma cartilha com as orientações sobre o manejo no processo de compostagem.

A oficina de Armazenamento de Sementes contou inicialmente com a participação de mulheres da comunidade e, em seguida, alguns homens e crianças foram se aproximando da roda, motivados pela curiosidade. A metodologia da oficina foi baseada em um roteiro de perguntas relacionadas ao tema, para conhecer as experiências e a realidade local, e compreender o conhecimento dos participantes sobre Agroecologia, Sementes Crioulas e também sobre o uso e o consumo de agrotóxicos. Muitos já conheciam a Agroecologia e afirmaram que cultivavam sementes crioulas.

Verificou-se que as famílias de Sítio Alto, ao tempo que conhecem e fazem uso de várias ervas medicinais, desconhecem muitas das tecnologias sociais (como biodigestor, fossa séptica, fogão agroecológico, dentre outras) que poderiam melhorar as condições de produção e a situação alimentar e nutricional.

Retorno à população

No momento dos atendimentos, os casos de maior necessidade receberam orientações individualizadas e foram encaminhados para a equipe de saúde e de assistência social do município responsável pela comunidade.

Algumas atividades educativas foram realizadas no final das tardes de atendimento, visando atender de forma coletiva os principais problemas que estavam sendo identificados: orientações sobre aleitamento materno e alimentação infantil, tendo em vista o expressivo número de gestantes e lactantes; roda de conversa sobre alimentação saudável, considerando as informações identificadas na coleta de dados sobre o consumo alimentar dessa população. Foi ainda realizado um treinamento sobre manipulação e conservação de alimentos com as merendeiras, além das oficinas de plantio e cultivo.

A equipe do Programa Saúde da Família esteve presente colaborando com as avaliações e com a mobilização da comunidade. O perfil nutricional

e as avaliações realizadas estão sendo úteis para a equipe, de modo que os resultados obtidos durante a atividade do Tempo Comunidade não ficaram restritos aos dias da ação.

A participação de integrantes da equipe do Programa Saúde da Família possibilitou que algumas pessoas fossem atendidas imediatamente, sem que precisassem esperar um agendamento futuro. Como exemplo, aquelas com pressão arterial elevada que necessitavam de medicação, a partir das aferições realizadas durante a ação, já saíam com orientações, receituário e até mesmo com agendamento de consulta para acompanhamento do problema encontrado.

Com relação aos problemas de nutrição, parte das atividades realizadas durante o Tempo Comunidade foi de cunho educativo, buscando-se com isso ampliar o conhecimento da população sobre os alimentos que deveriam ser consumidos e os que deveriam ser evitados. Diante dos casos de sobrepeso e obesidade, assim como os de baixo peso e ou baixa estatura para a idade, foram realizadas avaliações individuais e atividades coletivas.

Pensando no combate à obesidade identificada durante a ação, posteriormente foram realizadas várias palestras com a população adulta, objetivando informar o quanto a obesidade e o sobrepeso contribuem de forma negativa para a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM). Nesse quesito, a médica da equipe solicitou ajuda de um educador físico que faz parte da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) para contribuir com orientações especializadas para a realização de atividade física de acordo com a idade e a necessidade. Porém, apesar do êxito com casos isolados, a médica relatou a necessidade de a equipe persistir com o trabalho educativo relacionado ao estilo de vida e ao controle dessas doenças. Por outro lado, foram observadas algumas dificuldades em relação às orientações sobre uma dieta saudável, tanto em relação ao respeito à cultura local, mas principalmente pelo fato de que a escolha dos alimentos, na maioria dos casos, fica à mercê do pouco recurso econômico e natural disponível.

Só havia um atendimento médico por mês para todas as idades. Depois da ação conjunta de pesquisa e extensão, percebeu-se que havia uma grande demanda para discutir e tratar os desvios de nutrição na população infantil, de modo que a médica passou a fazer dois atendimentos mensais na

comunidade, sendo um deles direcionado a contemplar as demandas específicas das crianças.

Levando em consideração a frequente queixa dos pais em relação à falta de apetite de muitas crianças, o atendimento agora se inicia com uma palestra com o objetivo de fortalecer hábitos alimentares saudáveis e horários regulares dentro do contexto e da possibilidade das famílias, estimulando-as a substituir os alimentos industrializados por alimentos *in natura*. Posteriormente, ocorrem os atendimentos individuais. A questão da nutrição também continuou sendo abordada com grupos de gestantes. Além de pontuar e socializar informações sobre a alimentação adequada e saudável durante a gestação, a equipe deu ênfase à importância do aleitamento materno exclusivo às crianças até o 6º mês de vida.

Os casos detectados de anemia foram estudados e receberam o devido tratamento. Entre eles, chamou atenção o de uma criança que era completamente assintomática e apresentou valor bastante reduzido de hemoglobina, detectando-se anemia ferropriva. A criança apresentou boa recuperação depois do tratamento. Esse foi um diagnóstico considerado importante pela equipe do Programa Saúde da Família, tendo em vista que, se a atividade do Residência Agrária não tivesse ocorrido, o caso poderia ter passado despercebido, aguardando a sintomatologia e podendo ter graves consequências para ela.

A partir das aferições de pressão arterial e glicemia capilar, foram diagnosticados novos casos de Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial Sistêmica, que passaram a receber orientações e acompanhamento de acordo com os protocolos do Ministério de Saúde.

Muitos são os desafios para enfrentar outros problemas de saúde também detectados e que estão relacionados diretamente com a situação de saúde, como o consumo de água sem tratamento adequado, falta de saneamento básico, entre outros, que foram encaminhados às respectivas secretarias responsáveis.

A pedido da comunidade, os resultados do trabalho foram compilados em uma publicação impressa intitulada "Cultura, Tradições e Segurança Alimentar da Comunidade de Sítio Alto, Sergipe", contando a história da comunidade, com destaque para as composições musicais do samba de coco e das danças de roda, que retratam como era a vida e o cotidiano das famílias

dessa comunidade, com levantamento sobre a história alimentar, as ervas medicinais e outras identificações culturais. Foram registrados os relatos da experiência de intervenção, com socialização dos dados levantados durante as ações de saúde e de agroecologia do Tempo Comunidade. O material foi bastante ilustrado com fotografias das ações realizadas e da comunidade (paisagem, cisternas, plantações, domicílios, escola, igreja e outros). A publicação foi entregue à comunidade e recebida com muita comemoração. Com o objetivo de sensibilizar os órgãos competentes, esse material foi entregue também a todos os integrantes da equipe da Saúde da Família local, à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde de Simão Dias.

A coordenação do Residência Agrária - UFS também organizou a gravação de um vídeo que contemplou momentos de várias ações Tempo Comunidade, incluindo a de Sítio Alto. A partir desse material, houve a socialização dos resultados no encerramento do curso com os demais alunos da turma e envolvidos que não puderam participar da ação.

Considerações finais

O breve levantamento do aspecto teórico aqui apresentado mostrou os avanços na produção de indicadores e nos métodos de avaliação da SAN no Brasil, bem como os resultados positivos alcançados nos últimos anos. Por outro lado, apresentou a reflexão sobre a necessidade de realizar avaliações e ações mais abrangentes, contemplando as diferentes dimensões dessa temática, em especial a produção.

As atividades realizadas em Sítio Alto tiveram a proposta de abranger a SAN, contemplando diferentes áreas, e possibilitaram a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras que vivenciam cotidianamente a “arte da prática”, juntamente com os docentes e discentes do curso de Residência Agrária, profissionais locais e demais envolvidos de forma bastante satisfatória.

Trabalhos de campo trazem benefícios para as comunidades e fundamentalmente para os discentes, que têm a oportunidade de vivenciar a prática profissional, agregando ao seu conhecimento teórico uma visão mais ampla e madura de diferentes contextos e realidades socioculturais. No caso específico da atividade de extensão, considera-se a contribuição para a formação de profissionais mais sensíveis às diferentes situações e ao uso de indicadores para avaliar condições de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de uma população com um olhar que se estende da produção ao consumo de alimentos, associado aos aspectos socioculturais.

Referências

ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. A política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(11): 4331-4340, 2014.

ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 19-30, 2010.

AZEVEDO, E.; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas, 29(2):241-251, mar./abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a.

_____. **Lei nº 11.346, 15 de dezembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006b.

_____. Casa Civil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília: Consea, 2010a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-1/relatorio-consea.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7.272, 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010b.

_____. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Sisan: Diagnóstico de Implantação no Âmbito Estadual**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010c. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrazil/doc/Documento-base-Diagnostico-SISAN.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo quilombolas**. Brasília. 2011b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=421420&idtema=79>>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar - 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Mapa SAN 2014: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015a.

_____. Casa Civil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). **Indicadores e principais resultados do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Caisan, 2015b. Disponível em: <<http://issuu.com/informecaisan/docs/indicadoreseprincipaisresultadosdop>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **A atual agenda de Segurança Alimentar e Nutricional e suas perspectivas**. Brasília/DF: CAISAN, 2015c.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estados: Sergipe**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=se>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CARNEIRO, F. F. et al. (Orgs.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

FAGUNDES, A. A.; FAGUNDES, R.; MENEZES, S. **Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto, Simão Dias, Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: agendas convergentes**. Brasília: FAO, 2015. Disponível em: <<http://issuu.com/informecaisan/docs/indicadoreseprincipaisresultadosdop>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

FAO - The State of Food Insecurity in the World. **Strengthening the enabling the enabling environment for food security and nutrition**. Rome, FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 16(1), p. 187-199, 2011.

PANELLI-MARTINS, B. E.; SANTOS, S. M. C.; ASSIS, A. M. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas/SP, vol. 1, n. 21, p. 6581, 2008.

PEIXOTO, A. **Segurança alimentar e nutricional**. Textos de estudos legislativos. Senado Federal: 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SCHUTTER, O. **A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Brasília: MDA, 2012.

SEVILLA-GUZMÁN, E. As bases sociológicas da agroecologia. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. FCA/UNESP, Botucatu: **Anais**. CD-ROM. v.1, 2001.

Figura 1: Dinâmica de reconhecimento de sementes



Fonte: Foto de Rita Fagundes.

Figura 2: Coleta para exames



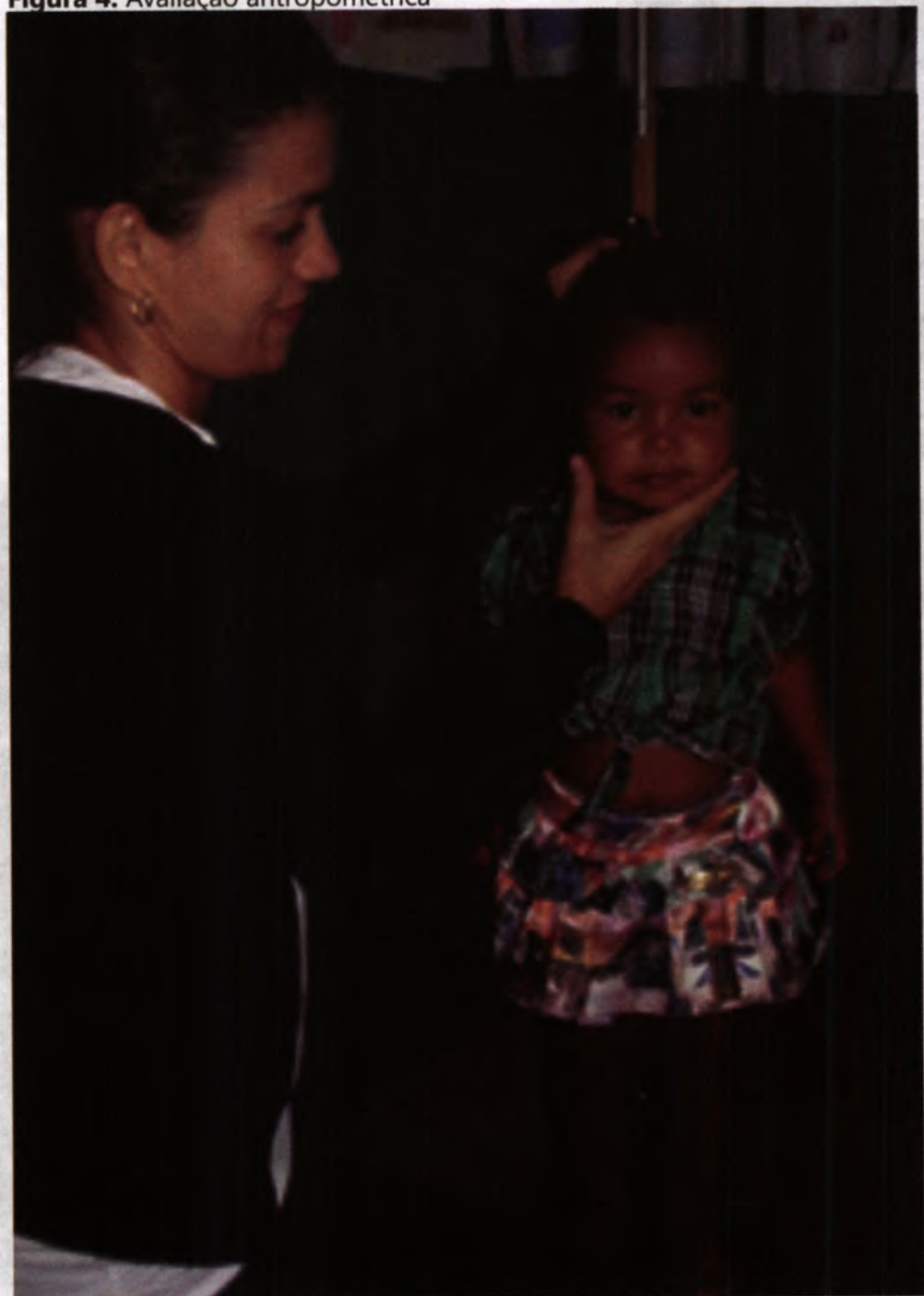
Fonte: Foto de Danielle Góes.

Figura 3: Produção de materiais de divulgação das atividades



Fonte: Foto de Wagner Araújo.

Figura 4: Avaliação antropométrica



Fonte: Foto de Rita Fagundes.

EIXO 4

**FEIRAS DA
REFORMA AGRÁRIA,
AGROECOLOGIA E
RELAÇÃO CAMPO E
CIDADE**

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Barbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária

Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

*Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani,
Daniel Mancio e Andrea Matheus*

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Bárbara Loureiro Borges¹

Fábio Ramos Nunes²

Introdução

O presente trabalho busca apresentar um processo de evolução do agronegócio a partir do avanço do capital financeiro no campo brasileiro. À medida que aumenta a área plantada e a produtividade de *commodities* agrícolas, há uma inversão no processo de produção de alimentos para atender às demandas da população. A fim de superar esse modelo de produção é necessário propor uma nova estrutura de organização do campo, em que a agroecologia e a soberania alimentar sejam elementos fundantes.

O artigo apresenta ainda a proposta de construção de feiras como forma de comercialização que aproxime os camponeses dos trabalhadores da cidade por meio de uma relação de comércio mais justa para ambos os lados, buscando a construção de novas relações sociais, políticas e organizativas entre os trabalhadores do campo e da cidade.

¹Militante do MST. Engenheira Florestal. Especialização no curso "Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social". Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader/UnB).

²Militante do MST. Administrador. Especialização no curso "Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social". Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader/UnB).

Para essa finalidade, destaca-se o papel do Residência Agrária no processo de formação e qualificação de profissionais, e o esforço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na busca de alternativas não apenas determinadas pelo lucro, mas também no sentido de promover o diálogo com a sociedade sobre o novo modelo de Reforma Agrária que busque a reestruturação do campo, baseado na produção de alimentos para suprir as necessidades do povo brasileiro. A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST constitui elemento fundamental para a garantia da soberania alimentar.

O curso “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo, formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social” foi realizado no período de 2013 a 2015 na Universidade Brasília - Faculdade UnB Planaltina. Teve como objetivo qualificar profissionais com atuação em assentamentos rurais e comunidades tradicionais do Distrito Federal, nordeste Goiano, noroeste Mineiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com o sistema de alternância, o curso contou com etapas em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), articulando processos formativos e educativos. A proposta de qualificação contou ainda com três eixos³ de formação: (1) Formação Política, Pesquisa e Cooperação; (2) Agroecologia e Organização de Assentamentos; (3) Cultura, Arte e Comunicação.

No TU, a organicidade interna da turma baseava-se nos núcleos de base envolvendo estudantes dos dois eixos de habilitação e de diferentes regiões. No TC, os estudantes se organizavam em Núcleos Territoriais (NTs) com o intuito de articular o ambiente de estudo com a prática nas comunidades. As ações nos Núcleos Territoriais proporcionaram o desenvolvimento de experiências importantes para o processo de formação e organização dos camponeses, destacando a criação de Escolas Itinerantes de Formação, que romperam o período formal do curso e continuam a funcionar.

O processo de construção do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno é mais recente e parte do acúmulo histórico de organização dos movimentos sociais do campo e do legado

³Eixo 1 era comum a todos os estudantes, os eixos 2 e 3 foram ministrados em paralelo, como habilitações, mas com atividades de integração entre Agroecologia e Cultura.

de organização territorial implementada no Curso Residência Agrária. Esse processo surge da parceria entre o MST e entidades públicas e privadas, e está em fase de organização produtiva nos assentamentos e acampamentos.

Assim, o Circuito será implementado em quatro territórios (quatro etapas) que tiveram a atuação do Residência. A primeira etapa, Planaltina/DF – NT Planaltina, foi realizada entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2016. No decorrer do primeiro semestre de 2017, serão realizadas as seguintes etapas: Etapa Brazlândia/DF – NT Brazlândia, Etapa Unaí/MG – NT noroeste Mineiro e Etapa Formosa/GO – NT nordeste Goiano.

Agronegócio e a inversão da produção no campo

O avanço do capital financeiro sobre o campo brasileiro baseia-se na otimização dos lucros com investimentos em grandes empresas capitalistas dos setores agroalimentar e florestal, seja por aquisição ou arrendamento das terras, utilizando-se de uma acumulação primitiva permanente ou acumulação via espoliação para exploração das terras e dos recursos naturais.

As opções empresariais consideradas pelo agronegócio como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano. O efeito de tais estratégias é o uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem recorrentemente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses (CARVALHO, 2013).

Dados estatísticos evidenciam o aumento na concentração da terra em grandes propriedades no Brasil. De acordo com Carvalho (2013, p. 32), “de 2003 a 2010, as grandes propriedades ampliaram a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares”. Apesar do aumento da quantidade desses imóveis e do apoio de políticas públicas, diminuiu o número de grandes propriedades consideradas produtivas.

A acumulação via espoliação é resultante, segundo Carvalho (2013, p. 34), “de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado”, financiando o agronegócio e considerando que a exploração dos trabalhadores, a degradação do meio ambiente e a desnacionalização do campo são iniciativas necessárias para o progresso capitalista, desconsiderando, portanto, a reprodução social dos povos da terra e a soberania alimentar. Andrade e Gomes Júnior (2014, p. 55) apontam que “os temas de acesso aos alimentos sempre se subordinaram à lógica dos interesses do mercado em detrimento da lógica da satisfação das necessidades humanas”.

Esse modelo de produção aumenta a quantidade de produtos destinados à exportação em detrimento da produção de gêneros alimentícios que visam garantir as necessidades da população. Andrade e Gomes Júnior (2014, p. 61) afirmam que “já em 2006, a produção de soja, milho e cana-de-açúcar como principais *commodities* brasileiras representavam 495 milhões de toneladas produzidas, enquanto as culturas tradicionais, somente 22,7 milhões de toneladas”.

A comparação das participações das áreas plantadas de milho entre 1990 e 2012 no Brasil e regiões, nas respectivas áreas totais plantadas com lavouras temporárias, mostra que, em termos nacionais, houve uma redução nessa proporção no período em consideração. No entanto, o aumento da participação na região Centro-Oeste, com os ganhos de produtividade que acompanharam a expansão do milho naquela região (ainda com solos não exauridos), foi um fator que garantiu o incremento da produção nacional (TEIXEIRA, 2014).

No caso da soja, dados da Tabela 1 apontam que, de 1990 a 2012, houve um aumento expressivo na produção desse item no Brasil, em especial nas regiões com potencial para expansão da fronteira agrícola. No ano de 2012, a região Norte apresentou um aumento de 48 vezes na produção de soja em comparação com o ano de 1990. Do mesmo modo, na região Nordeste houve um aumento de 27 vezes e na Centro-Oeste, 5,4 vezes no período comparado.

Tabela 1:
Soja - Produção - Brasil e regiões 1990 e 2012 (toneladas)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	19.897.804	44.392	225.502	1.685.994	11.500.593	6.441.323
2012	65.848.857	2.135.471	6.099.400	4.640.455	17.962.829	35.010.702

Fonte: IBGE apud TEIXEIRA, 2014, p. 47

Na contramão das *commodities*, a produção dos alimentos que compõem a base da alimentação popular está perdendo espaço nos plantios nacionais. De acordo com Teixeira (2014, p. 31), "a área plantada com trigo, arroz, feijão e mandioca que, no conjunto, correspondia a 32% da área total em 1990 declinou para 15% em 2012. Em sentido oposto, a área plantada com soja passou de 25% para 40%".

O pressuposto de que a Revolução Verde⁴ seria imprescindível para acabar com a fome não é aceitável, tendo em vista que priorizou a produção de *commodities* para exportação. Além disso, o fim das políticas de estocagem de alimentos aliado à redução da área de plantio desses gêneros volatiliza os preços de produtos necessários à alimentação da população, como a inflação do preço do feijão em 2016.

O modelo de produção agrária atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe dá sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho. O agrotóxico é uma expressão de seu potencial morbígeno e mortífero que transforma os recursos públicos e os bens naturais em janelas de negócios (CARNEIRO, 2015).

No contexto da "economia verde", a proposta de "desenvolvimento" baseada na transgenia se apresenta como capaz de minimizar os efeitos am-

⁴O modelo da Revolução Verde tinha por objetivo impulsionar a produtividade agrícola e atualizar o latifúndio atrasado para que ele pudesse continuar a produzir para a exportação (MOURA, 2010), gerar excedentes na produção agrícola que pudessem ser transferidos a outros setores econômicos, adquirindo bens de capital e de consumo de origem industrial (KAY, 2002).

bientais nocivos da Revolução Verde. Todavia, trata-se de mais um engodo, posto que o agroquímico faz parte do pacote tecnológico, da venda casada de semente geneticamente modificada e do agrotóxico para o qual é resistente. Graças à soja transgênica, o Brasil passou a recordista mundial no mercado de agrotóxicos (CARNEIRO, 2015).

O cenário do mercado de agrotóxicos, atualizado para 2010, mostra que naquele ano houve um crescimento de 190%. As maiores empresas que controlam esse mercado são multinacionais instaladas no Brasil: Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow (CARNEIRO, 2015).

Além disso, a engenharia genética, por meio da revolução biotecnológica, estimula a concepção de semente como mercadoria e a dominação do mercado pelas grandes empresas que detêm a tecnologia, tornando os produtores reféns da lógica implantada. As sementes deveriam ser consideradas patrimônio comum da humanidade, porém, como descreve Lacey (2008, p. 211), "quando são submetidos a alterações pela engenharia genética, os produtos tornam-se propriedade privada".

A agroecologia surge como a alternativa ao modelo de produção do agronegócio, mas é necessário o entendimento de sua importância, por produtores e consumidores, nos diversos estágios de organização da produção. Há a necessidade de aprofundar o estudo e a difusão de práticas alternativas de produção de alimentos em escala para alimentar a sociedade, aumentando a soberania dos povos. A agroecologia é a alternativa necessária.

Altieri (2012, p. 104) afirma que "a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade".

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012).

Nesse sentido, a agroecologia abrange os elementos dos agroecossistemas complexos, com uma preocupação com o meio ambiente e as atividades humanas necessárias ao desenvolvimento da produção, tornando-a sustentável. Assim, diversas técnicas e estratégias são utilizadas para redução de impactos ambientais e para minimizar a dependência de insumos externos à unidade produtiva.

Ademais, a diversificação dos agroecossistemas proporciona melhoria da qualidade de vida das famílias a partir da ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis para o consumo. Outro fator importante é a possibilidade de aumento da renda familiar constante, tendo em vista a variedade de produtos que permite superar desafios, como a sazonalidade, por exemplo.

A agroecologia é uma alternativa fundamental para contrapor o modelo de produção convencional, que visa unicamente ao lucro, deixando de lado as relações sociais e ambientais. É uma ferramenta que atende aos anseios da agricultura camponesa, melhorando a qualidade de vida a partir da disponibilidade de alimentos saudáveis e da geração de emprego e renda para as famílias do campo.

Reforma Agrária Popular e produção de alimentos saudáveis

O modelo de produção capitalista, além de dominar o processo de produção de riquezas e de mercadorias agrícolas para o mercado financeiro, também é responsável pelo aumento da concentração de terras nas mãos dos empresários capitalistas. Tendo em vista a superação desse modelo, surge a necessidade de repensar não somente a matriz tecnológica, mas também um amplo processo de redistribuição das terras para uma reestruturação do campo, onde haja uma nova relação com a terra por meio da produção de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades da sociedade.

A Reforma Agrária, de acordo com Stedile, "é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir

o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (2012, p. 657). Porém, há que se pensar numa Reforma Agrária que supere a simples redistribuição da terra para reprodução em escala menor do modelo do agronegócio nas pequenas unidades familiares.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no programa agrário aprovado no VI Congresso Nacional em 2014, referindo-se a essa mudança de natureza, propõe que

[...] precisamos defender agora um novo projeto de Reforma Agrária, que seja popular. Não basta ser uma Reforma Agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial (MST, 2014).

A Reforma Agrária deve integrar relações amplas entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade, em uma compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2014).

A construção de uma nova natureza da luta pela Reforma Agrária depende de resultados conquistados a partir da definição de novos desafios. Um deles se relaciona diretamente com o objetivo do presente trabalho, que se dedica a apresentar alternativas ao agronegócio e uma nova forma de se relacionar com a sociedade. Assim, conforme apresentado no Programa Agrário do MST (2014), “a Reforma Agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda a população; objetivo que o modelo do capital não consegue alcançar”.

No contexto da Reforma Agrária Popular, os assentamentos devem ser organizados de forma a potencializar a cooperação agrícola nas suas mais diversas formas, buscando o aumento da produtividade e a melhora das condições de vida para garantir a permanência das famílias no campo

com dignidade. Na Reforma Agrária Popular, deve ser assegurado aos camponeses e camponesas o direito à soberania alimentar, assumindo o controle da produção e da distribuição dos alimentos. Assim, segundo Stedile e Carvalho (2012, p. 720), “soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los”.

O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantido o acesso a eles em qualquer época do ano e para que a produção desses alimentos seja adequada ao bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares (STEDILE; CARVALHO, 2012).

A soberania alimentar dá prioridade à produção e ao beneficiamento de alimentos pelas economias locais e à sua distribuição por mercados locais e nacionais, outorgando o poder de produção e oferta alimentar aos camponeses, aos agricultores familiares, aos pescadores artesanais e às diversas formas de pastoreio tradicional. Além disso, trata a produção alimentar, a distribuição e o consumo, assim como o modelo tecnológico, com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica (STEDILE; CARVALHO, 2012).

Na busca por um comércio mais justo, tanto para os camponeses que produzem quanto para os consumidores na cidade, o MST vem buscando alternativas que não sejam apenas determinadas pelo lucro, mas que dialoguem com a sociedade sobre o novo modelo de Reforma Agrária que busque a reestruturação do campo, baseado na produção de alimentos para suprir as necessidades do povo brasileiro. Ademais, a soberania alimentar constitui elemento fundamental da Reforma Agrária Popular, pois, como afirmam Stedile e Carvalho (2012, p. 721), “supõe novas relações sociais livres da opressão e das desigualdades entre os homens e mulheres, entre povos, entre grupos étnicos, entre classes sociais e entre gerações”.

No entanto, o alcance da soberania alimentar vem sendo cada vez mais ameaçado. Para Steel (2008), as mudanças de processamento e distribuição dos alimentos a partir da revolução industrial foram decisivas para o afastamento da sociedade e da natureza, contribuindo de forma decisiva para a invisibilidade dos alimentos. Com o deslocamento da produção de

alimentos para as margens, tanto em relação à geografia quanto na relação com as pessoas, os alimentos passaram a ser adquiridos em “pré-pontos”. Ao mesmo passo, a população foi gradualmente deixando de ter conhecimento sobre a procedência e as formas de distribuição dos alimentos.

Em busca da superação da divisão entre homem e natureza, entre campo e cidade, entendida por Foster (2005) como um processo de ruptura metabólica⁵, é que se inserem as estratégias de comercialização direta entre os camponeses e consumidores, como uma forma de reconexão entre o homem e o meio natural. Entre essas estratégias se destacam as Feiras da Reforma Agrária, as quais trazem na sua concepção que toda a idealização e construção sejam realizadas pelos próprios camponeses, a fim de levar para a cidade as dimensões da vida no campo.

Feiras da Reforma Agrária: o campo e a cidade se encontram

Como parte do processo de construção de iniciativas que visam à reconexão entre a cadeia da produção, processamento e distribuição de alimentos, bem como uma forma de reagir aos contextos em que os conhecimentos locais e as relações de proximidade vêm se erodindo (FONTE, 2008), é que os movimentos camponeses e de luta pela terra se desafiam a realizar grandes feiras nas cidades. Além da participação em feiras de ocorrência periódica, realizam-se feiras de caráter político e cultural mais abrangentes, envolvendo um número maior de assentados e acampados de vários municípios e até de diferentes estados.

As feiras da Reforma Agrária se inserem na estratégia de construção da Reforma Agrária Popular ao permitirem e fortalecerem o diálogo direto e a construção de relações sociais, políticas e organizativas entre os trabalhadores do campo e da cidade.

⁵O conceito de metabolismo, segundo Foster (2005, p. 201), foi utilizado por Karl Marx como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza”.

Geralmente, essas feiras são realizadas em locais centrais nas cidades, onde circula um grande percentual de pessoas diariamente, sobretudo de baixa renda, como praças, locais próximos a rodoviárias de ônibus e estações de metrô. Esse fator corrobora com a proposição do Programa Agrário do MST, que afirma ser papel dos camponeses a produção de alimentos saudáveis para atender a todo o conjunto da população como uma premissa de soberania e segurança alimentar. Nessa perspectiva, os alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos produzidos pelos camponeses podem ser levados à população mais pobre da cidade a preços justos e acessíveis.

Essa tem sido uma preocupação nas estratégias alimentares e de abastecimento, especialmente em questões relacionadas à saúde, tanto no que se refere à disponibilidade e acesso de todas as camadas da população aos alimentos em quantidades adequadas, quanto ao crescimento da ingestão de comidas ricas em calorias e gorduras e na contaminação de alimentos por agrotóxicos e aditivos alimentares (CRUZ et al., 2016).

A formação de preços acessíveis se dá com a eliminação da figura do atravessador e seu papel de especulação e revenda de alimentos. Além de permitir ao consumidor acessar um produto de qualidade e a preço acessível, a feira também permite ao produtor um maior ganho direto, posto que não há ação de atravessadores. É importante ainda destacar que a venda direta, realizada pelo próprio agricultor na feira, eleva a autoestima e traz empoderamento a esses sujeitos ao verem sua produção valorizada e reconhecida.

Contudo, a concretização da possibilidade de se levar essa produção de alimentos à cidade esbarra em muitos fatores que ocorrem em todo o processo de desenvolvimento do assentamento, como o acesso à terra, ao crédito, aos fatores de produção disponíveis, à cooperação agrícola, às políticas de comercialização. Assim, o cumprimento de determinação da Constituição Federal de destinar terras que não cumprem a função social para a Reforma Agrária deve ser o primeiro passo para superar essas contradições, mas deve vir acompanhado de uma política efetiva de fortalecimento da agricultura camponesa como alternativa ao agronegócio.

Desse modo, as feiras também se constituem um espaço de luta, resistência e pressão política desses movimentos, que visam envolver toda a sociedade na luta pela Reforma Agrária defendida pelo Movimento Sem Terra. Essa luta se insere no combate ao modelo do capital, tanto no campo, a partir das disputas por terra, controle das sementes, da tecnologia, da biodiversidade, dos bens da natureza, quanto na cidade, a partir da luta por mudanças estruturais que atendam aos interesses e necessidades do povo brasileiro. Desse modo, as feiras constituem instrumentos para apresentar à cidade o projeto de sociedade que os movimentos sociais defendem, baseado numa sociedade justa, igualitária, em que não haja opressores nem oprimidos.

Outro desafio colocado pelas feiras é o de levar para a cidade as dimensões da vida no campo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados e acampados de Reforma Agrária e todo o papel da mídia de massas em criminalizar esses movimentos sociais, as feiras permitem que a sociedade faça sua própria leitura sobre a produção camponesa e os pilares da Reforma Agrária Popular, como educação, cultura, lazer e saúde.

Em outubro de 2015 foi realizada a primeira Feira Nacional da Reforma Agrária na cidade de São Paulo, reunindo 800 produtores e 80 cooperativas de 23 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Durante a feira, foram comercializadas 220 toneladas de alimentos, e estima-se que circularam nos quatro dias cerca de 150 mil pessoas. A Feira Nacional representou a diversidade do Brasil, a expressão cultural camponesa e a cultura organizativa dos movimentos sociais.

Para a assentada da Reforma Agrária e feirante Divina Moura, representante da Cooperativa Mista do Vale da Esperança – COOPERVAL, de Formosa (GO), a feira nacional de São Paulo foi de grande importância para os assentados de Reforma Agrária. Ela comenta:

Foi muito bom ver que o Brasil inteiro estava ali, ver o Nordeste, que, mesmo com toda a distância até São Paulo, levou caminhões carregados de frutas. E o melhor: todo mundo vendeu tudo que levou. O público gostou muito, fazia fila nas barracas. Essas feiras têm que continuar se repetindo e se ampliando.

Em diversos estados também vêm sendo realizadas feiras municipais e estaduais com o objetivo de materializar a Reforma Agrária Popular, debater com a cidade o papel da soberania alimentar, a produção saudável e a diversidade de alimentos.

É nesse contexto e a partir desse acúmulo que o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno (MST/DFE) também vem construindo a proposta do Circuito de Mostra Cultural e Feira da Reforma Agrária Popular. Esse circuito tem como objetivos fortalecer a organização produtiva e política das famílias assentadas da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, difundir a Cultura Popular nas suas mais diversas formas de expressão e fortalecer o diálogo entre os trabalhadores do campo e da cidade.

Para alcançar tais objetivos, serão realizadas feiras e mostras culturais nos municípios onde está concentrado o maior número de acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, bem como locais que expressem a vida cotidiana dos trabalhadores da cidade. Dessa forma, no Distrito Federal as feiras serão realizadas nas regiões administrativas com o propósito de inserir e contemplar os moradores desses locais na rede de interações da produção de alimentos e cultura popular, sujeitos esses que por vezes são excluídos do polo cultural concentrado na região central de Brasília. Nos municípios do Entorno também foram escolhidos locais onde circula e se encontra a classe trabalhadora, possibilitando um espaço de confraternização plural e de intercâmbio de experiências entre o campo e a cidade.

Além de todas essas medidas, o Circuito está sendo construído com uma metodologia própria que prevê a realização de seminários regionais de organização e uma jornada de agitação e propaganda no período que antecede a sua realização.

O seminário regional é o momento de apresentação da proposta e discussão com o conjunto das lideranças assentadas e representantes dos empreendimentos solidários (grupos informais, associações e cooperativas), tendo como objetivo principal envolver os próprios atores locais na realização da feira.

Quanto às Jornadas de Agitação e Propaganda, serão realizadas em

locais de grande circulação de cada município participante do circuito como forma de divulgar a atividade e colocar para a sociedade as temáticas da vida do campo, da produção de alimentos saudáveis, das contradições do modelo do agronegócio, entre outros temas ligados à questão agrária. Dessa forma, a jornada se configura como uma ação pedagógica que vai instrumentalizar, em diferentes expressões de linguagem, o debate sobre a Reforma Agrária Popular para os habitantes da cidade, possibilitando que eles questionem o posicionamento hegemônico posto pela sociedade capitalista sobre a Questão Agrária. Essas jornadas são fundamentais para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora.

Para que a jornada seja exitosa, deverá ser utilizada uma linguagem simples e clara que seja acessível ao público a ser atingido. Em outras palavras, para cada público, contexto e condição de atuação serão utilizados métodos e instrumentos específicos de agitação e propaganda, como teatro, música, rádio, estêncil, faixas, entre outros.

Outra característica do processo de construção e realização do Circuito diz respeito à própria cultura organizativa dos movimentos sociais camponeses, que têm na sua organicidade e nos seus princípios elementos determinantes para que a proposta de fato contribua com a construção da Reforma Agrária Popular. Assim, os setores e coletivos organizados pelo MST são fundamentais para garantir a realização da feira.

Assim, cabe ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente a organização da produção nas áreas de acampamentos e assentamentos e dos produtos a serem comercializados (levantamento de quantidade, diversidade), padronização de embalagens, tamanho e preço. Assim como são tarefas específicas do Setor de Educação articular a participação das escolas do campo e da cidade próxima ao local de realização da feira, organizar a ciranda infantil, criar espaços temáticos de apresentação das experiências do MST no tema da educação.

O Setor de Saúde organizará o espaço para atendimento de possíveis emergências com profissionais qualificados da área, bem como montará um espaço temático para apresentar as experiências em produção de fitoterápicos, hortos medicinais e campanhas de ações preventivas.

A criação da identidade visual do circuito, dos materiais gráficos, a divulgação e produção de materiais, como entrevistas, textos e vídeos, são demandas para o Coletivo de Comunicação. Por outro lado, a organização das apresentações culturais de música, teatro, literatura, cineclube, bem como a ornamentação do espaço com elementos da cultura camponesa serão executadas pelo Coletivo de Cultura. É importante destacar que toda a dimensão cultural do circuito tem como pressuposto a articulação e a valorização da cultura popular local em contraponto à produção dos grandes espetáculos midiáticos.

A fim de levar ao público do campo e da cidade temas centrais do debate da questão agrária, serão realizados seminários, oficinas, cineclubes. Entre os temas a serem trabalhados estão o debate da soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis, o uso de agrotóxicos e seu impacto no meio ambiente e na saúde, a indústria cultural, o feminismo popular e a consciência negra.

Devido à sua característica regional, as feiras também permitem oferecer alimentos de cultivo tradicional de determinadas regiões, refletindo hábitos de consumo peculiares e preservando características específicas de sua produção. Para tanto, serão montados espaços de culinária típica e regional, em que pratos serão preparados e comercializados no próprio local. Esse espaço traz um sentido expressivo no encontro da cidade com o campo, ao remontar hábitos alimentares e produtos por vezes já esquecidos em razão do padrão alimentar industrializado e restrito da população urbana. Para Guivant (2003), a alimentação é fundamental para satisfazer necessidades biológicas, mas também possui um significado cultural que produz identidades sociais e caracteriza estilos de vida.

Conforme afirma Steel (2008), o papel da alimentação nas sociedades atuais deve ser repensado, de modo que não apenas a comida ganhe visibilidade, mas também possa criar condições para reflexão sobre a origem e o modo de produção e distribuição desses alimentos.

Na primeira etapa do Circuito, realizada na Praça São Sebastião, no Centro Histórico de Planaltina, entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2016, já é possível identificar o resultado positivo da interação dos diversos ato-

res que estiveram envolvidos no processo de construção do evento. Foram comercializadas mais de 12 toneladas de alimentos produzidos de forma agroecológica nos assentamentos de Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, entre industrializados e *in natura*, como hortifrúti, pães, geleias, queijos, doces, artesanatos, mudas medicinais e frutíferas, entre outros.

A cultura popular foi representada na feira por apresentações musicais de viola caipira, grupos de catira, *hip hop*, samba de roda e coco, em contraponto à cultura de massa. As atividades de formação contaram com seminários, oficinas e cineclubes com temas sobre a alimentação saudável, o papel da mulher na sociedade e as formas de violência enfrentadas, participação da juventude, cultura e comunicação popular.

No espaço de culinária típica e regional foram montadas aproximadamente dez barracas, nas quais os assentamentos comercializaram pratos típicos da região, como a galinhada com pequi.

Os espaços da Ciranda Infantil e o Cantinho da Saúde também contaram com atividades específicas. A Ciranda Infantil, além de se ater ao cuidado com as crianças dos assentamentos e acampamentos, também preparou atividades pedagógicas e formativas para esse público, como apresentação de mamulengo, teatro, palhaços e brincadeiras populares. Por sua vez, o Cantinho da Saúde contou com o espaço de cuidado médico e oficinas de práticas populares em saúde alternativa.

A comercialização de mais de 100 variedades de alimentos saudáveis pelos 200 feirantes presentes e as demais atividades culturais e formativas que compuseram a programação da feira contribuíram para aprofundar o diálogo com a sociedade sobre a necessidade do fortalecimento da Reforma Agrária como contraponto ao modelo hegemônico de produção. Tal modelo prioriza a produção de *commodities* com uso indiscriminado de agrotóxicos, causando enormes prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana.

A escolha da Região Administrativa de Planaltina esteve alinhada às denúncias de aumento da intoxicação da população do DF por agrotóxicos. Em audiência pública sobre o tema, realizada no dia 1º de dezembro de 2016 na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa) revelou que o uso de agrotóxicos por unidade plantada (hectare) no DF subiu 63%, ao mesmo tempo que o registro de intoxicações a cada 100 mil pessoas cresceu 3.519% entre 2008 e 2013.

Desse modo, as feiras da Reforma Agrária constituem ferramenta fundamental de diálogo do campo com a cidade, sobretudo nas dimensões culturais e da produção de alimentos. Para o alcance da soberania alimentar, é necessário que esse debate ocupe um papel central na vida e na cultura da população urbana, ao passo que é fundamental que o controle sobre a produção esteja nas mãos dos próprios camponeses, a fim de que toda a população tenha acesso a esses alimentos todos os dias, em quantidade e qualidade suficientes para viver com dignidade e saúde.

Considerações finais

As feiras da Reforma Agrária oferecem à cidade uma produção saudável, diversificada e socialmente justa, considerando os sujeitos que a produzem e os que a consomem. A primeira etapa do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, com a exposição de alimentos saudáveis e as mostras culturais associando a viola caipira, o samba de raiz e o *hip hop*, possibilitou espaços de confraternização e de intercâmbio de experiências entre o campo e a cidade.

Tendo em vista a organização produtiva das famílias assentadas, prevê-se que as feiras possam ser instrumentos importantes para criar processos de perenização em locais permanentes, consolidando canais de comercialização direta. Espera-se ainda a criação e o fortalecimento dos coletivos de produção nos assentamentos e acampamentos, bem como o fortalecimento das cooperativas e entidades representativas das famílias.

Destaca-se ainda que as feiras da Reforma Agrária são iniciativas importantes para impulsionar o debate sobre as contradições do modelo capitalista de produção agrícola baseado no lucro das grandes empresas, ao mesmo tempo que ressaltam a necessidade do fortalecimento do modo de produção camponês com base na matriz tecnológica da agroecologia.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, E. R.; GOMES JÚNIOR, N. G. Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil: da insuficiência à inadequação do consumo alimentar. In: ABRA. Soberania Alimentar e Reforma Agrária. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2014. p. 53-66.
- CARNEIRO, F. F. (Org.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: ABRA. Agronegócio e realidade agrária no Brasil. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2013. p. 31-43.
- CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v.1.
- FONTE, M. Knowledge, food and plave: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v.48, n.3, p. 200-222, 2008.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**. v.6, n.2, p. 63-81, 2003.
- KAY, C. Reforma Agrária, industrialización y desarrollo: ¿Por qué Ásia Oriental superó a América Latina? **Debate agrário: analisis y alternativas**, Lima, n.34, p. 45-94, 2002.
- LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MST - MOVIMENTOS DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: MST, 2013.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEEL, C. **Hungry city**. How food shapes our lives. London: Chatto & Windus, Vintade, 2008.

TEIXEIRA, G. Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil. In: ABRA. Soberania alimentar e Reforma Agrária. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2014, p. 27-52.

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária

Haroldo de Souza¹

Fernando Michelotti¹

Ayala Lindabeth Dias Ferreira²

O curso de especialização em "Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia" foi ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) em parceria com a Via Campesina, por meio de seu Instituto de Agroecologia Latino Americano - IALA Amazônico. O currículo foi organizado em três eixos temáticos: questão agrária amazônica – projetos hegemônicos e contra-hegemônicos; desenvolvimento do campo/assentamentos; agroecologia e diálogo de saberes. Inspirados na pesquisa-ação-participante, os estudos em cada um dos temas procuraram combinar apropriação de elementos teóricos e conceituais, diagnóstico e problematização dos processos sociais em andamento na região onde o curso se realiza, e elaboração de propostas de ação com vistas à consolidação do campesinato e da Reforma Agrária³.

¹Docentes da Unifesspa. Coordenação do Residência Agrária – Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia.

²Militante do MST / Via Campesina e da Coordenação Político-Pedagógica do IALA Amazônico.

³Para uma descrição mais aprofundada do projeto político-pedagógico do curso e seus princípios organizadores, inclusive o de agroecologia, que dialoga diretamente com a temática abordada neste texto, ver o artigo "Ressignificando Resistências e Apontado Caminhos" neste livro.

Este artigo procura abordar um tópico específico trabalhado no eixo temático “desenvolvimento do campo/assentamentos”: a comercialização dos produtos dos assentamentos em feiras nas cidades. A referência empírica analisada no curso foi a participação de agricultores do Assentamento Palmares II, onde se localiza o IALA Amazônico, na Feira dos Produtores Rurais do município de Parauapebas/Pará. A partir dessa experiência, o texto foi organizado em 3 tópicos: (i) aspectos teóricos e metodológicos mobilizados no curso de especialização para o estudo sobre feiras; (ii) a relação do assentamento Palmares II com a Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas; (iii) o reconhecimento da importância da Feira pelo IALA Amazônico e as perspectivas futuras.

Aspectos teóricos e metodológicos mobilizados no curso de especialização para o estudo sobre feiras

O ponto de partida dos estudos do eixo “Desenvolvimento do Campo/Assentamentos” foram as unidades de produção camponesas e seus sistemas de produção. Seguindo a tradição de Alexander Chayanov⁴, atualizada por Costa (2000) e Carvalho (2005), buscou-se promover uma apropriação por parte dos educandos do curso de que cada unidade de produção, nos seus diferentes momentos, encerra características específicas, tanto em função de suas condições produtivas e reprodutivas internas, como em função das relações sociais, econômicas e políticas que estabelecem com a sociedade local/regional. Procurou-se evidenciar nesses estudos a diversidade de expressões do campesinato a partir de Godoi, Meneses e Marin (2009), desautorizando qualquer perspectiva homogeneizante como base para os projetos de pesquisa-ação.

⁴Para aprofundamento sobre esse autor pode ser consultada uma publicação mais recente, organizada por Horácio Martins de Carvalho, denominada ‘Chayanov e o Campesinato’. Segundo o organizador, “o estudo de Chayanov, ainda que tratando do campesinato e suas circunstâncias na Rússia da década de 1920, é por demais relevante como contribuição teórico-prática para todos aqueles que desejam compreender, não apenas historicamente, mas também no contexto contemporâneo, a dinâmica da economia camponesa no Brasil a partir de observações microeconômicas. Chayanov já sugeria que seria necessário outro paradigma analítico que proporcionasse categorias teóricas pertinentes para dar conta das problemáticas dos camponeses nas sociedades capitalistas [...]” (CARVALHO, 2014, p. 7).

Desdobraram-se desses estudos diferentes trabalhos de campo sobre os sistemas de produção familiar nos assentamentos e acampamentos do entorno do IALA que foram base tanto para a continuidade dos estudos do eixo "desenvolvimento do campo/assentamento" como do eixo "agroecologia e diálogo de saberes". No caso do primeiro eixo, priorizaram-se reflexões sobre certas características e dinâmicas gerais da organização social das famílias assentadas, bem como suas demandas para se consolidarem nos assentamentos do sudeste paraense.

Os trabalhos de campo realizados pelos educandos como parte desses estudos buscaram compreender as formas de organização social do assentamento Palmares II, observando as relações que as famílias estabelecem entre si para fortalecerem suas ações políticas, cooperarem nas suas atividades econômicas ou desenvolverem múltiplas formas de sociabilidade, mediadas ou não pelas instâncias organizativas dos movimentos sociais. Para além das relações no interior do assentamento, procurou-se conhecer as relações que essas famílias e suas organizações estabelecem com a sociedade regional, buscando compreender os "impactos do assentamento", nos termos de Medeiros e Leite (1998).

As relações do assentamento com seu entorno constituem o que Leite (1995) chama de "região do assentamento". Nessa região, a criação do assentamento intensifica disputas de múltiplas ordens, traz novas reivindicações e necessidades, e intensifica a execução de políticas públicas em decorrência das ações políticas das famílias assentadas e suas organizações. O curso de especialização procurou criar atividades de pesquisa-diagnóstico na região, com as quais os educandos pudessem conhecer com um mais de profundidade os impactos do assentamento Palmares II a partir de quatro dimensões apontadas em Leite (1995), Medeiros e Leite (1997; 1998): (i) poder local; participação política e políticas públicas; (ii) organização social e produtiva; (iii) dimensões ambientais e territoriais; (iv) alterações demográficas e condições de vida.

Para Medeiros e Leite (1997), essas relações evidenciam o assentamento como "ponto de chegada", mas também como "ponto de partida". "Ponto de chegada" porque é consequência de um longo processo de luta

pela terra e enfrentamento da concentração fundiária que transforma um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos e novos atores em cena. No curso de especialização, essa leitura do assentamento permite um diálogo com os estudos desenvolvidos no eixo temático denominado “Questão Agrária Amazônica – projetos hegemônicos e contra-hegemônicos”, em que as lutas pela terra e território têm centralidade.

Ao mesmo tempo, o assentamento é “ponto de partida”, uma vez que as famílias de agricultores e suas organizações, ao conquistarem a terra, passam a implementar projetos técnico-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna ao assentamento e sobretudo entrar num jogo de disputas políticas visando à sua reprodução na relação com o Estado. No caso do assentamento Palmares II, essas relações tensas e conflitivas incluem outros atores sociais, como a mineradora Vale, pois o assentamento está no entorno da Serra dos Carajás, onde há intensa atividade mineral.

Os estudos sobre as relações do assentamento Palmares II com a sociedade local evidenciaram a importância da participação de vários assentados na Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas, que passou a ser foco de atenção do curso de especialização. Na preparação para o estudo específico dessa relação entre assentados e a sociedade regional por meio de sua participação na feira foram selecionados autores que permitem compreender as diferentes dimensões envolvidas nesse processo.

Nesses estudos, procurou-se chamar atenção para a importância das feiras como possibilidade de melhoria da apropriação econômica dos resultados da produção dos assentamentos pela eliminação de intermediários da cadeia mercantil (INHETVIN, 2000). Outro aspecto relevante considerado foi o favorecimento da diversificação produtiva em função da possibilidade de comercialização de múltiplos produtos que respeitam a sazonalidade da produção, o que fortalece a perspectiva de produção agroecológica (MICHELOTTI; SOUZA; ALMEIDA, 2010). Considerou-se ainda a interação entre os assentados e a população urbana, o que fortalece laços políticos de apoio à Reforma Agrária, além de uma identidade cultural regional expressa pelo

artesanato, comidas típicas, músicas, danças e sotaques (SOUSA, 2000). Por fim, foi observada a própria sociabilidade entre agricultores (MASCARENHAS, 2008), criando a possibilidade de diálogos e trocas de experiências entre agricultores de diferentes localidades.

Do ponto de vista econômico, trabalhos como os de Inhetvin (2000), Dürr (2002) e Gomes (2007) embasam a perspectiva de que não bastam os estudos quantitativos sobre a mensuração de preços e quantidades ofertadas e demandas dos produtos, devendo ser privilegiados os estudos das relações sociais e econômicas que os diferentes agentes envolvidos no processo de comercialização estabelecem entre si. Assim, privilegia-se a identificação das estruturas e dos agentes presentes nos circuitos mercantis, o funcionamento desses mercados e as condições de comercialização entre camponeses, capital mercantil e consumidores, analisando quais são os mecanismos que levam à apropriação efetiva de parte da renda agropecuária por cada um desses agentes.

Para além dos aspectos econômicos, no curso de especialização procurou-se criar indicadores, não necessariamente quantitativos, que fossem capazes de refletir as dimensões político-organizativas e técnico-produtivas envolvidas nos processos de produção-circulação. Com isso, os educandos puderam analisar a capacidade inovativa proporcionada pelos projetos de assentamento nesses aspectos e refletir sobre os assentamentos e seus impactos locais/regionais.

A relação do Assentamento Palmares II com a Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas

No caso do estudo das relações de comercialização do assentamento Palmares II, houve destaque para a organização social e produtiva dos agricultores em dois circuitos diferentes: nos pontos de venda na agrovila do assentamento e na Feira dos Produtores Rurais na sede do município de Parauapebas.

Embora o foco deste artigo esteja na relação do assentamento com a feira municipal, as atividades mercantis na agrovila do assentamento Palmares II também são bastante significativas, com comercialização de pro-

duros olerícolas, grãos, frutas, mandioca e seus derivados, leite e produção agropecuária. Essa intensidade explica-se não apenas pela quantidade de moradores na vila, estimada em 5.000 pessoas, como pela dinâmica econômica que ela possui. Cerca de metade dessas pessoas é assentada com seus familiares, uma vez que o assentamento possui 517 famílias, todas com casa na agrovila. Além disso, em função de sua proximidade com a sede municipal (cerca de 22 km), sua posição estratégica como local de acesso para outras localidades rurais, sejam assentamentos, sejam locais de trabalho ao longo da Estrada de Ferro Carajás, e ainda pela sua própria infraestrutura social (escolas, posto de saúde, cooperativa de transporte alternativo), a vila atrai diferentes moradores não assentados, compondo a outra metade de moradores temporários ou pessoas que circulam com frequência pelo local.

O outro circuito mercantil enfatizado no curso é o da Feira do Produtor de Parauapebas, na qual há uma participação significativa de agricultores do Assentamento Palmares II, viabilizada a partir do atendimento, pela prefeitura municipal, de serviços de transporte por caminhões que circulam no assentamento para buscar os assentados e seus produtos. O acesso a essas rotas de transporte resolve um dos principais gargalos para os agricultores, que é a capacidade de deslocar sua produção. Nos estudos citados na primeira parte deste artigo, o acesso ao transporte da produção é um dos mecanismos significativos de apropriação mercantil na Amazônia, que subordina os agricultores aos demais agentes de intermediação.

Os educandos da especialização analisaram dados de uma pesquisa mais sistemática sobre a comercialização na Feira Municipal de Parauapebas realizada nos anos de 2008 e 2009. A Tabela 1 abaixo mostra que, entre julho e dezembro de 2009, os agricultores do Assentamento Palmares II que tiveram participação na feira levaram um total de 69 produtos diferentes, sendo 5 de origem animal, 6 tipos de grãos, 25 tipos de frutas (*in natura* ou processadas, obtidas em cultivos ou extrativismo), 28 produtos olerícolas e 5 derivados da mandioca. A maior parte desses produtos tinha sido obtida em sistemas de produção terra-intensivos, ou seja, geraram renda agrícola por unidade de área mais elevada, indicando possibilidades de desenvolvimento da agricultura sem aumentar as pressões de desmatamento no assentamento.

Tabela 1:
Diversidade de itens comercializados na Feira do Produtor Rural de Parauapebas entre Julho e Dezembro de 2009.

Tipos de Produtos	Quantidade e Variedade de Itens Produzidos
Produtos Animais	05 Frango calpira, ovo calpira, queijo cozido, queijo cru e requeijão.
Grãos	06 Amendoim, fava verde, fava seca, feijão seco, feijão verde e milho seco.
Frutas	25 Abacate, açaí, acerola, azeite de babaçu, banana, buriti, cacau, caju, castanha, coco seco, coco verde, cupuaçu, graviola, goiaba, jaca, jenipapo, limão, mamão, manga, maracujá, murici, noni, pocan, polpa de fruta e tamarindo.
Olerícolas	28 Abóbora, abobrinha, alface, almeirão, açafraão, batata-doce, cebola, cheiro-verde, chicória, corante, couve, hortelã, inhame, jambú, jiló, mastruz, maxixe, milho verde, pepino, pimenta-de-cheiro, pimenta-do-reino, pimentão, quiabo, rúcula, salsa, tomate, vagem e vinagreira.
Mandioca e Derivados	05 Farinha branca, farinha puba, mandioca, tapioca e tucupi.

Fonte: Sec. Munic. de Prod. Rural de Parauapebas/PA organizado por Souza, 2010.

Um desdobramento dessa observação da diversidade de produtos comercializados pelo conjunto do assentamento refere-se à diversificação de cada unidade familiar de produção. Conforme a Tabela 2, o acompanhamento da comercialização de 42 agricultores-feirantes do Assentamento Palmares II que tiveram participação ativa na feira durante o período de julho a dezembro de 2009 mostrou que 14,3% se especializaram em apenas um tipo de produto, enquanto 21,4% se dedicaram a dois tipos de produtos, 38,5%, a três tipos de produtos e 26,2%, a quatro tipos de produtos. Assim, para cerca de 64,7% desses agricultores-feirantes, a diversificação produtiva da Palmares como um todo está sendo acompanhada também por uma maior diversificação do seu próprio sistema de produção familiar, permitindo comercializar entre três e quatro tipos de produtos diferentes.

Tabela 2:
Diversidade de tipos de produtos comercializados por agricultor

	N° Agricultores	Quantidade de Agricultores que Comercializam Cada Tipo de Produto de Origem Vegetal			
		Olerícolas	Frutas	Mandioca e Derivados	Grãos
1 tipo	6	0	2	4	0
2 tipos	9	3	6	3	4
3 tipos	16	13	15	13	4
4 tipos	11	11	11	11	11
Total	42	27	34	31	19
1 tipo	14,3%	0%	5,9%	12,9%	0,0%
2 tipos	21,4%	11,1%	17,6%	9,7%	21,1%
3 tipos	38,1%	48,1%	44,1%	41,9%	21,1%
4 tipos	26,2%	40,7%	32,4%	35,5%	57,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Sec. Munic. de Prod. Rural de Parauapebas/PA organizado por Souza, 2010.

Os três principais tipos de produtos que aparecem na lista de comercialização da feira e que também apontam tendências de diversificação produtiva são frutas, produtos olerícolas e mandioca e seus derivados. Conhecer essas tendências foi importante para os educandos do Residência Agrária, em conjunto com o IALA, construir seus projetos de ação de maneira a fortalecer a agroecologia em diálogo com as necessidades e potencialidades dos agricultores assentados.

No caso da “mandioca e seus derivados”, que estiveram presentes na lista de 31 (73,8%) dos agricultores-feirantes da Palmares II, mostra a importância elevada para todos os tipos de agricultores da classificação proposta no estudo. A mandioca é um produto da roça tradicionalmente cultivada na região, sendo mais rústica que os demais itens (arroz, milho e feijão) e portanto pode ser produzida em condições menos favoráveis de fertilidade do solo. Por isso, ela tem sido bastante importante em áreas que haviam sido transformadas em pastagens e estão passando por uma reconversão para áreas de cultivo.

No assentamento Palmares II, a importância da mandioca vem sendo reforçada por uma parceria com a Secretaria Municipal de Produção Rural, que tem disponibilizado máquinas e implementos agrícolas para preparo do solo em antigas áreas de pastagem para substituição por plantio agrícola. No entanto, esse crescimento do plantio de mandioca, assim como a diversificação produtiva como um todo, não pode ser explicado apenas por acesso a uma determinada tecnologia. É significativo também o conjunto de ações voltadas à adaptação do sistema técnico de produção dos agricultores assentados em Palmares II, vinculado à sua força organizativa em grupos de famílias que acabam por se organizar pela lógica da atividade produtiva e se aproximar do debate da organização social do assentamento como um todo. Dessa forma, tem-se fortalecido o debate sobre a diversificação da produção com um horizonte estratégico, fortemente vinculado ao debate da agroecologia.

Em relação aos demais tipos de produtos que compõem a pauta da diversificação produtiva e comercialização na feira, especialmente olericultura e fruticultura, não há a mesma presença de organização social e nem o acesso às políticas públicas como no caso da mandioca. Por isso, os educandos do Residência Agrária e o IALA priorizaram projetos de ação que estimulassem esse tipo de produção e colaborassem com a criação de referenciais técnicos baseados na agroecologia para essas linhas. Como exemplo, surgiram dois projetos de experimentação agroecológica na área do IALA servindo como ponto de diálogo com os demais agricultores: uma horta mandala, que dialogou com os agricultores que desenvolvem produção olerícola, e um sistema agroflorestal com alta diversidade de frutas, que dialoga com os agricultores que produzem e comercializam frutas na feira.

A partir das reflexões anteriores, indica-se que as possibilidades de comercialização de um leque diversificado de produtos na Feira do Produtor Rural de Parauapebas se mostraram um importante fator de estímulo à diversificação e complexificação da produção, parte fundamental do projeto agroecológico do campesinato na região. Considera-se que a simplificação dos sistemas de produção por meio da pecuarização das unidades de produção familiar é uma das principais formas de subordinação do campesinato ao capital na fronteira amazônica. A produção em Palmares II apresentou uma

elevada diversidade e a importância de diferentes tipos de produtos, sobretudo aqueles não ligados à pecuária bovina, revelando um possível caminho de construção de maior autonomia produtiva.

A partir do acesso a esses dados quantitativos obtidos em pesquisas anteriores, os educandos dos cursos construíram roteiros de pesquisa de entrevistas com os agricultores-feirantes e com os consumidores, refletindo e atualizando informações sobre as dinâmicas da feira. Essas dinâmicas de comercialização puderam ilustrar o que destaca Wilkinson (1997) sobre o fato de a reprodução e o futuro dos sistemas produtivos familiares dependerem menos da competitividade fincada nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais. Na verdade, o futuro dos sistemas produtivos familiares depende de forma mais predominante do surgimento de agentes comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas regionais a partir do reconhecimento desses sistemas e suas potencialidades como propulsores do desenvolvimento.

Os debates e reflexões sobre as relações entre assentamento e seu entorno também permitiram, para além das questões do abastecimento e comercialização de produtos e suas relações com a produção, destacar a importância das feiras por apresentarem muitos elementos da cultura local. Numa região de migração recente, como o caso de Parauapebas/PA, a feira expressa muito bem essa diversidade de origens culturais do campesinato local e da identidade regional em construção.

O reconhecimento da importância da feira pelo IALA Amazônico e as perspectivas futuras

A participação dos assentados na Feira de Produtores Rurais de Parauapebas recebia pouca atenção do setor de produção do MST no assentamento Palmares II. A partir de entrevistas com lideranças desse setor foi possível identificar dois motivos para tanto: trata-se de uma iniciativa da prefeitura municipal com pouco diálogo com o movimento, sendo realizada à margem das instâncias organizativas do assentamento; os produtos comercializados

na feira não representam uma produção de larga escala no assentamento, sofrendo com isso certa invisibilidade como atividade produtiva relevante.

Os estudos dos educandos da especialização contribuíram para fortalecer o debate, encampado pelo IALA, sobre a importância da feira para os assentados. Um grupo de educandos chegou a cogitar a possibilidade de promover uma feira na vila do assentamento como parte de seu projeto de pesquisa-ação, relacionando as pesquisas sobre a feira urbana e sobre os pontos de comercialização na própria agrovila. Apesar de não ter sido possível realizar esse projeto no âmbito de uma atividade do curso de especialização, dada a sua complexidade, a ideia ficou registrada e passou a ser mais bem refletida pelo conjunto do IALA.

Três fatores concorreram para uma maior consolidação dessa ideia, a ponto de no momento atual ela ter sido adotada pela associação do assentamento, que está buscando recursos e parcerias para viabilizá-la. Um desses fatores foi a transformação no projeto da Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas, em função de mudanças de orientação política da prefeitura municipal na última gestão (2013 – 2016). Os outros dois fatores foram os estímulos positivos das experiências de realização de feiras da Reforma Agrária pelo MST no âmbito nacional e estadual, bem como de uma experiência específica de realização de uma feira agroecológica.

As transformações na Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas estão associadas à construção de uma nova estrutura física para o seu funcionamento. A inauguração da obra, que era uma demanda antiga dos feirantes e usuários para a melhoria das condições de realização da feira, levou a última gestão municipal a buscar associá-la a uma mudança no funcionamento da feira de maneira a transformá-la em um grande centro de abastecimento municipal. De acordo com esse projeto, todo produto deveria ter uma marca e embalagem específicas, vinculadas a uma pessoa jurídica (empresa, cooperativa ou associação). Além disso, cada vendedor deveria ter uma relação específica de produtos a serem comercializados, mantidos com a mesma escala durante todo o ano, inclusive havendo separações físicas no interior da feira entre as barracas de diferentes produtos.

Todas essas alterações, apesar de ainda não terem sido totalmente implementadas, vêm indicando uma tendência de inviabilização da participação direta dos agricultores na feira, que poderá ser dominada por atravessadores. A tentativa de vincular os produtos a entidades jurídicas, mesmo que cooperativas ou associações, e a padronização de cada barraca em um único tipo de produto inviabilizam a participação mais direta dos agricultores que levam a diversidade de sua produção à feira. Para garantir uma escala mínima durante todo o ano, independentemente da sazonalidade de cada produção, dificilmente um único agricultor pode garantir a manutenção da barraca em um sistema de produção agroecológica, a menos que adote sistemas capital-intensivos que permitam produzir de forma dissociada das condições edafoclimáticas locais (estufas, sistemas de irrigação, etc.) e na forma de monocultivos especializados, o que o afasta de uma produção agroecológica diversificada. Outra possibilidade é o agricultor passar a comprar de outros produtores, inclusive de outras regiões, para garantir a capacidade de entrega, tornando-se ele mesmo um atravessador.

À medida que algumas dessas medidas foram sendo implementadas, especialmente a separação das barracas em áreas específicas por produtos, muitos produtores começaram a se sentir desestimulados a participar da feira. Como exemplo, se uma pessoa levava à feira diferentes produtos, como farinha de mandioca, verduras e frutas do seu quintal, ovos e galinhas caipiras, no novo projeto de feira já não poderia comercializar todos esses produtos na mesma barraca, pois correspondem a seções diferentes. Assim, alguns começaram a buscar alternativas de comercialização e outras feiras livres têm surgido nos bairros mais populares da cidade. Essa dinâmica serviu de referência para fortalecer a possibilidade de criação de uma feira de produtores na própria vila do assentamento Palmares II.

Além dessa situação específica do município de Parauapebas, o MST em seu conjunto tem ampliado o reconhecimento da importância das feiras. A prática de realização de feiras de produtores, que tem uma importância histórica no Nordeste brasileiro, tem ganhado evidência também em outras regiões, levando à realização da primeira Feira Nacional da Reforma Agrária em 2015. Essas iniciativas estão em consonância com a perspectiva da “Reforma Agrária Popular” proposta pelo MST em seu último congresso na-

cional, reconhecendo que, em uma sociedade globalizada e hegemônica por mercados universalizados e impérios agroalimentares baseados em altos índices de produtividade e tecnologia, faz-se necessária a busca da construção de estratégias próprias de comercialização por parte dos camponeses.

Essa incorporação do debate sobre feiras no conjunto do movimento tem refletido positivamente no MST/Pará, e algumas experiências concretas têm sido realizadas. Em 2014, o Núcleo de Agroecologia do Campus Rural de Marabá do IFPA mobilizou parceiros para a realização de uma feira agroecológica que mostrou as possibilidades e potencialidades de uma ação desse tipo. O IALA bem como outros movimentos sociais participaram do projeto que também contou com parceria da da Emater e da Unifesspa, por meio do seu Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo e do projeto Residência Agrária. A feira foi incorporada como atividade da Jura – Jornada Universitária de Apoio à Reforma Agrária e contou com a participação de vários educandos tanto do IFPA como da Unifesspa, inclusive os da turma de especialização Residência Agrária.

Essa feira agroecológica foi muito bem-sucedida, tanto do ponto de vista econômico, pois toda a produção foi comercializada, como do ponto de vista político e cultural, uma vez que houve apresentação de artistas, debates e panfletagens que marcaram a importância da Reforma Agrária e da produção de alimentos saudáveis diante de um público amplo de moradores da cidade. Após essa experiência, o MST realizou outras feiras que também foram bem-sucedidas, destacando-se a Feira Estadual realizada em 2015 e a Feira do Aniversário de 22 anos do Assentamento Palmares II em 2016. Além dessas, outras feiras menores têm acontecido de forma espontânea durante a realização de eventos em que os agricultores têm trazido seus produtos para expor e comercializar.

Todos esses elementos têm contribuído para a valorização das feiras de produtos dos assentamentos como espaços de importância econômica, por permitirem a venda direta, e como espaços políticos e culturais, por criarem laços entre produtores e consumidores, fortalecendo o debate sobre a Reforma Agrária, a produção de alimentos saudáveis e a diversidade social e cultural do campesinato.

Do ponto de vista da pesquisa-ação, inspiradora do curso Residência Agrária em sua parceria com o IALA Amazônico, o exemplo é ilustrativo de suas potencialidades. Atividades de pesquisa realizadas pela universidade, por meio de seus cursos e projetos, contribuem para um conhecimento mais aprofundado da realidade e um estímulo ao debate e reflexão de alternativas para sua transformação. Mesmo que os desdobramentos desse processo, como as feiras e a relação produção-comercialização a partir delas, extrapolam a realização do curso em si, eles desencadearam um processo mais amplo de debate entre movimento social, IALA e universidade, que continua em curso e pode levar à construção de uma feira na agrovila do assentamento, sob controle dos próprios assentados e suas organizações.

Referências

CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, F de A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA – UFPA, 2000.

DÜRR, J. A comercialização de produtos da agricultura familiar: o caso de Cameté. **Paper do NAEA nº 162**. Fevereiro de 2002.

GODOI, E. P.; MENESES, M. A. de; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo / Brasília: Ed. Unesp/NEAD, 2009. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro, 2 v.

GOMES, D. M. de A. **Cadeia de comercialização de produtos de floresta secundária dos municípios de Bragança, Capitão Poço e Garrafão do Norte – Pará**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

INHETVIN, T. Produção camponesa e redes mercantis em Capitão Poço. In: COSTA, F. de A. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense**: o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000. p. 155-272.

LEITE, S. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, A. et al. (Ogs.). **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MASCARENHAS, G. **Feiras livres**: informalidade e espaço de sociabilidade. Colóquio Internacional, 2008. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/site_coloquio/mesa2_05.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2009

MEDIROS, L. S. de; LEITE, S. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. In: **CPDA/Debates**, 4, dezembro, 1997.

_____. Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: TEIXEIRA, F. C., COSTA, L. F., SANTOS, R. N. (Orgs.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MICHELOTTI, F.; SOUZA, H. de; ALMEIDA, A. P. de O. Estratégias de comercialização e reprodução camponesa no sudeste paraense: a participação do assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA. In: **Anais do 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Curitiba, julho de 2010.

SOUSA, J. R. de. Uma etnografia do Mercado do João Paulo. In FERRETTI, S. (Org). **Reeducando olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000. p. 117-134.

SOUZA, H. **A reprodução socioeconômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010, 175 p.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, 1997. p. 25-50.

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro¹

Débora Franco Lerrer²

Introdução

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos foi um dos 36 projetos selecionados pelo Edital CNPq/MDA/INCRA 26/2012 e tinha por objetivo reeditar as experiências dos cursos de "Residência Agrária" ocorridos em meados dos anos 2000. Os cursos agora são voltados para um público estudantil vinculado diretamente a assentamentos de Reforma Agrária e a movimentos sociais do campo, e não mais a estudantes de Agronomia e demais Ciências Agrárias.

Um dos critérios de seleção dos candidatos ao curso de especialização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) era o seu projeto de "intervenção" nas áreas de assentamento, o qual deveria se adequar a uma das quatro linhas temáticas do curso. A primeira delas era "Fomento à organização para acesso a mercados institucionais", como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³. As demais linhas eram: "Agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nos assentamentos rurais"; "Formação de educadores e novas metodologias para a Educação do Campo"; "Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural".

¹Licenciada em Educação do Campo pela UFRRJ. Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos pela UFRRJ.

²Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ.

³Este programa será explicado com mais detalhes ao longo do artigo.

De setembro de 2013 a dezembro de 2015, foram realizadas quatro etapas de Tempo Escola e cinco etapas de Tempo Comunidade. Todos os alunos tiveram orientadores vinculados a diferentes departamentos da UFRRJ, bem como pesquisadores da Embrapa Agrobiologia, e foram estimulados desde o início a pensar no desenvolvimento de seus projetos de intervenção, que foram sistematizados em 18 monografias.

Durante a seleção, que teve entre seus critérios a demonstração de vínculo com a área em que se desenvolveria a intervenção, foi selecionada uma liderança do Assentamento Prefeito Celso Daniel, Marcela Medeiros de Castro, coautora deste artigo. Assim como a maioria dos integrantes do Curso de Residência Agrária, Marcela tinha acabado de se graduar na primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo realizado na UFRRJ.

A partir do processo de intervenção desenvolvido pela aluna, que antes do curso já estava envolvida na organização dos assentados para a venda de seus produtos ao PNAE do município de Macaé, este artigo visa refletir sobre os potenciais de construção de conhecimento que esse tipo de experiência voltado para assentados de Reforma Agrária pode promover.

A proposta desenvolvida pela aluna tinha como objetivo geral analisar as estratégias que estavam viabilizando a inserção dos agricultores do assentamento no PNAE. Como é de praxe em qualquer curso de pós-graduação, Castro tinha uma proposta inicial diferente quando se candidatou à seleção do curso da Rural. Seu projeto original era averiguar porque nem todos os assentados participavam da cooperativa existente no assentamento, a Coopemac (Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial da Agricultura Familiar dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Assentamento Prefeito Celso Daniel), que até então era o único modo de os agricultores assentados venderem sua produção para o mercado institucional. Logo em 2013, primeiro ano do curso, saiu uma portaria modificando as regras do programa, permitindo a agricultores familiares organizados em apenas uma associação, mas munidos de DAP (Declaração de Aptidão), venderem sua produção para a merenda escolar. Assim, como esse entrave já não existia mais e ser ou não ser da cooperativa não fazia diferença, a pesquisa voltou-se mais para a descrição de como os assentados vinham acessando o programa.

Castro já vinha atuando desde 2011 como mediadora na negociação entre a Prefeitura Municipal de Macaé e os assentados, a fim de que estes começassem a fornecer seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, cumprindo a Lei nº 11.947/2009. Esse dispositivo legal, promulgado no ano de 2009, constitui uma das inovações mais marcantes dos governos federais petistas em termos de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), abriu espaço para que esse segmento de agricultores historicamente marginalizados das políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro pudesse ser inserido nas compras institucionais do Estado.

Como já acompanhava o processo de implantação da lei no município representando os assentados nas negociações com técnicos da prefeitura para viabilizar a inserção de seus vizinhos no programa, Castro teve facilidade em obter dados nas Secretarias de Educação e de Agricultura do Município que permitiram uma visualização mais global do impacto do programa em Macaé.

Este artigo visa dialogar não só com os dados que a aluna acabou construindo na sua monografia de finalização de curso na UFRRJ, mas pretende ainda refletir sobre esse caso de objetificação de uma prática política específica no ambiente de um curso de "Residência Agrária", de modo a propor uma discussão sobre as virtualidades desse tipo de curso na organização política de setores do campesinato brasileiro, particularmente os assentados de Reforma Agrária.

Assim, este artigo parte da experiência de orientação conduzida pela Profa. Débora Lerrer para a construção da monografia elaborada por Marcela Castro, descrevendo inicialmente o processo que ambientou a relação acadêmica para depois apresentar o conteúdo obtido pela pesquisa desenvolvida pela aluna do Curso de Residência Agrária. Logo, ele claramente se divide em duas vozes. A primeira procura contextualizar de forma mais abrangente o PNAE e as dinâmicas dessa política associadas aos requisitos de pesquisa e formalização de um curso voltado para o atendimento de um público de assentados da Reforma Agrária. A segunda voz é parte do conteúdo da pró-

pria monografia, que descreve o PNAE e a forma como vem se dando o acesso a esse programa no Assentamento Celso Daniel, trazendo dados que possibilitam a representação científica dessa experiência, de modo que ela própria possa ser objeto de reflexão tanto dos atores envolvidos mais diretamente com ela, como de um público interessado na avaliação dessa determinada política pública. De qualquer modo, como o artigo é fruto de uma relação de orientação acadêmica, ambas as vozes são afetadas pela experiência trocada entre docente e aluna para a concretização do trabalho.

PNAE e a agricultura familiar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social federal direcionado para a educação, criado em 1954, atendendo na época apenas a algumas escolas da região Nordeste (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Até 1994, as compras para esse que ainda é o maior programa de alimentação brasileiro eram totalmente centralizadas, ou seja, algumas empresas participavam da licitação pública e seus produtos, processados e industrializados, eram distribuídos por todo o território nacional. Além de os alimentos muitas vezes chegarem vencidos e impróprios para o consumo, não contemplavam os hábitos alimentares dos alunos das diferentes regiões do país. A partir de 1994, houve a descentralização da gestão da alimentação escolar, que passou a ser assumida pelos municípios, o que viabilizou “a elaboração e o planejamento de cardápios mais de acordo com o hábito alimentar das comunidades e a participação da sociedade civil através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)” (SPINELLI; CANSEQUI, 2002 apud ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Hoje o programa funciona a partir da transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Cabe aos estados e municípios complementar os recursos, além de cobrir os custos operacionais.

Apesar das conexões que o PNAE tem com a agricultura familiar, sobretudo a partir da descentralização do uso de seus recursos, somente a partir de 2009, com a Lei 11.947/2009, é que se conectou institucionalmente a alimentação escolar com a agricultura familiar local ou regional. A partir dela, os municípios brasileiros passaram a ser obrigados a gastar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE com a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. A lei criou um mercado específico e garantido para a agricultura familiar e um grande incentivo para a auto-organização do setor, do qual participam os assentados da Reforma Agrária, como os vizinhos de Castro.

A cada ano é feito um cálculo do recurso necessário tomando por base o número de alunos matriculados na rede municipal. Desde 2009, 30% desse total tem de ser usado na compra de alimentação produzida por agricultores familiares da região, podendo, se for o caso, utilizar 100% dos recursos na compra de produtos desse público específico.

A partir da implementação da lei, alguns estudos como o de Esquerdo e Bergamasco (2014), indicam uma melhora substancial na diversificação dos produtos das merendas escolares municipais, que passaram a incluir mais legumes, verduras e frutas frescas. Além disso, o programa representa um grande incentivo para que os agricultores familiares dos municípios se dediquem a esse tipo de produção, que passa a ter comercialização garantida, com grande impacto no fortalecimento dessa categoria de produtores rurais. A partir do trabalho das autoras, Castro buscou os dados da Prefeitura de Macaé relativos aos gastos com o programa.

Para quem produz, a Lei 11.947/2009 abriu mais um mercado, o da alimentação escolar, no qual o agricultor familiar pode atuar como fornecedor. Ao todo, atualmente são 47 milhões de alunos, distribuídos em 190 mil escolas da Rede Pública de Ensino em todo o Brasil (BRASIL, 2011). Esquerdo e Bergamasco (2014, p. 8) observam que a lei "abriu a oportunidade para um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar". O trabalho das autoras também demonstra que "o fornecimento dos alimentos oriundos da agricultura familiar local pode contribuir para a melhoria da

qualidade da alimentação escolar e promoção do desenvolvimento local”, conclusões que, como veremos a seguir, podem também ser retiradas da monografia de Castro.

O Assentamento Celso Daniel

Localizado onde antes havia a Fazenda Cabiúna, a área do atual Assentamento Celso Daniel foi vistoriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1998, constatando que, além de ser improdutivo, havia pessoas que viviam na área trabalhando sem receber salário e menores empregados no corte da cana. Como decorrência da vistoria, foi decretada a desapropriação do imóvel no mesmo ano. Apesar do indicativo legalmente amparado de que se tratava de uma área que poderia ser desapropriada para fins de Reforma Agrária, a fazenda só se tornou assentamento depois que famílias sem-terra ocuparam a área, fenômeno que se repetiu em 85% das áreas reformadas no país desde a década de 80 (FERNANDES, 2010). Em 2002, famílias organizadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio das Ostras, com o apoio da Fetag/RJ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro), excedentes do Assentamento Cantagalo constituído no município, ocuparam a área localizada em Macaé, a fim de pressionar pela sua desapropriação.

A Fazenda Cabiúna era propriedade do Grupo Othon, de grande poder político e econômico na região. A ocupação foi feita com cerca de 300 pessoas, mas logo o acampamento cresceu, chegando a ter 700 ocupantes. Em 2003, depois da ocupação dos sem-terra, a ação de desapropriação parada desde 1998 começou a andar, e em 2005, depois de três anos de acampamento, as famílias conseguiram a imissão de posse na área, que contemplou a instalação de 201 famílias.

Assim como acontece em todos os assentamentos do país, as políticas públicas que deveriam ser implementadas só chegaram depois de muita pressão e luta dos assentados, inclusive a própria divisão de lotes. A demora do INCRA foi

tanta que os assentados resolveram eles mesmos contratar um topógrafo para dividir a área e, em seguida, tiveram de lidar com a mudança de localização de seus lotes, quando, enfim, o INCRA promoveu a demarcação oficial.

Um dos efeitos políticos da criação de assentamentos, além da distribuição do ativo terra para famílias pobres, é a integração política desse grupo social de maneira mais permanente. É comum que os assentados passem a ter uma grande atividade política no município onde são implantados seus assentamentos. No caso dos agricultores do Celso Daniel, área que se divide em dois municípios, os assentados foram os responsáveis pela fundação da Associação e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carapebus, município que até então não tinha essa entidade de representação de classe.

Foi a partir dessas entidades que os assentados começaram a lutar pelas políticas públicas que deveriam ser automaticamente destinadas a eles, mas que, dado o caráter conservador da política agrária brasileira (CARTER, 2010), somente são garantidas se eles próprios se organizarem para ocupar órgãos públicos como o INCRA, como foi o caso em novembro de 2007, para garantir o crédito fomento, destinado à sua instalação na área e à compra de ferramentas. Os assentados tiveram que ficar dois meses ocupando a sede do INCRA, tendo inclusive passado o Natal daquele ano por lá, já que o crédito de instalação só saiu no dia 30 de dezembro.

A ciência e a luta social

Em meio a uma crise epistemológica que, segundo Boaventura de Souza Santos, constitui um período de transição paradigmática, emerge com cada vez mais força em ambientes voltados para pesquisa da sociedade contemporânea a questão de reverter o conhecimento construído sobre uma determinada realidade social para colaborar de algum modo para problematizar e contribuir com a ação das populações locais. Santos sintetiza muito bem essa disposição quando formula sua proposta de se construir uma “ciência prudente para uma sociedade decente” (1995). Em outras palavras,

muito mais do que apenas pensar no resultado das pesquisas científicas é importante pensar no impacto que esse conhecimento pode ter e se ele pode ser revertido e tornado útil para os grupos sociais geralmente usados como “objetos” das pesquisas.

Como o curso da UFRRJ teve como proposta inicial facilitar a intervenção em alguma área ou movimento social, já estava dado que não se esperava uma neutralidade axiológica dos estudantes, já que eram assentados nas áreas objetos de seus projetos ou eram ativistas de alguns dos movimentos sociais que integraram o curso (MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, CPT - Comissão Pastoral da Terra e MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores).

Por outro lado, como não eram pessoas estranhas a essas realidades sociais, a maioria delas não vivenciou o estranhamento recorrente pelo qual passam os pesquisadores geralmente oriundos da classe média urbana que desenvolvem suas pesquisas em assentamentos da Reforma Agrária ou em outras comunidades camponesas com o fim de obtenção de algum grau acadêmico, de graduação ou pós-graduação. Logo, os alunos do curso de Residência Agrária estavam além da metodologia da “observação participante”. O grande desafio que se apresentava a eles era justamente buscar esse distanciamento da realidade na qual estavam inseridos com o propósito de construir algum conhecimento que minimamente sistematizasse a experiência que eles viviam e, quem sabe, trazer à tona algum dado que pudesse contribuir com os processos sociais, econômicos e políticos vivenciados por suas comunidades. Geralmente, quando estamos muito inseridos em algum processo social, é difícil manter o distanciamento, pois a experiência e a familiaridade com o vivido não favorecem o giro epistemológico que faz com que observemos, através de algumas lentes conceituais, aspectos e dimensões de uma determinada realidade social que depois de sistematizadas podem ser generalizadas e consideradas interessantes de ser conhecidas por um grupo mais abrangente de leitores.

A coautora deste trabalho teve de empreender esse processo e, assim, contar um pouco de sua história e de onde vive na monografia de final de curso. Ela também foi orientada a pesquisar o programa tanto em alguns artigos, especialmente o de Esquerdo e Bergamasco, como no próprio *site* do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar), que distribui para todas as prefeituras do país os recursos que serão usados para a compra de merenda escolar.

Na monografia, Castro primeiramente descreveu o histórico do assentamento e da luta pela terra que a Fetag/RJ, organização que integra desde 1999, e que havia promovido a ocupação da área. A seguir, ela apresentou um histórico do PNAE, como o Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) passou a funcionar a partir de 2009 e, por fim, como os assentados do "Celso Daniel" estavam acessando esse programa em Macaé, os produtos que entregavam e o que isso representa em termos globais para o grupo em relação às compras para alimentação escolar do município. O problema que Castro acompanhou e acompanha em sua atuação nessa pesquisa e no assentamento é como superar as enormes dificuldades e "entraves" enfrentados pelos agricultores para acessar uma política pública que tem por objetivo fortalecê-los, evitando, assim, que os assentados acabem por vender seus lotes ou sua força de trabalho na região por falta de alternativas.

Para a autora da pesquisa, tratava-se de viabilizar que a maioria dos assentados se integrasse a essa política. O dado que ela pôde construir para concretizar o trabalho acadêmico exigido pelo curso, a "monografia", foi viabilizado por sua inserção política nas negociações, o que lhe facilitou o acesso aos dados municipais sobre essa experiência. Embora a sistematização que empreendeu da história do assentamento e do PNAE tenha várias lacunas, típicas de um estudante com dificuldade de construir esse distanciamento epistemológico do familiar, os dados construídos no miolo do trabalho, que serão reproduzidos na próxima seção deste capítulo, promovem a visibilidade de uma dimensão da experiência que, em si, fortalece sua própria continuidade ao descrever como se dá o processo de venda de seus produtos para a prefeitura, quais produtos foram entregues, algumas

das dificuldades enfrentadas pelos assentados e o que a produção do assentamento representa dentro da cota de 30% que a Prefeitura de Macaé deve obrigatoriamente comprar da agricultura familiar.

Chamadas públicas e a aquisição de produtos da agricultura familiar

As compras municipais para o PNAE são feitas mediante chamadas públicas, que substituem a necessidade de se realizar uma licitação. O agricultor familiar pode participar da chamada pública de forma individual ou por meio de suas organizações, sejam elas informais ou formais, como associações e cooperativas. Para tanto, o agricultor familiar deve ser reconhecido formalmente, mediante Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA e o PNAE.

Inicialmente, a Lei 11.947/2009 previa como limite máximo de venda dos produtos da agricultura familiar o valor de R\$ 9.000,00 por DAP, ou seja, por agricultor ao ano. Em julho de 2012, esse limite máximo foi aumentado por meio da Resolução nº 25, que alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano (FNDE, 2009).

Os preços dos produtos contratados no âmbito da Chamada Pública devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado, sendo previamente definidos por pesquisa realizada pela Entidade Executora. Dessa forma, aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de chamada pública permanecem em estreita consonância com os princípios jurídicos que regem as aquisições feitas pela Administração Pública (PNAE/2014).

O procedimento da chamada pública poderá ser ampliado até a

totalidade dos recursos da alimentação escolar repassados pelo FNDE, desde que voltados para a aquisição de produtos da agricultura familiar e em conformidade com as mesmas normas apresentadas.

Mensalmente, as informações referentes a todo o processo de aquisição de gêneros públicos para a alimentação escolar devem ser publicadas em órgão de divulgação oficial ou quadro de avisos de amplo acesso. As Entidades Executoras precisam publicar os editais de chamada pública para alimentação escolar em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação ou ainda, caso haja, em seu endereço na internet.

De acordo com o *site* do FNDE, "a publicação pode ser feita também em outros locais com potencial de divulgação das chamadas. Por exemplo, em sindicatos e entidades da agricultura familiar, rádios comunitárias locais e jornais de grande circulação regional, estadual ou nacional".

No ano de 2010, os agricultores familiares do assentamento Prefeito Celso Daniel, juntamente com a Coopemac, iniciaram uma articulação com as Secretarias de Educação e de Agroeconomia de Macaé para implementar a Lei 11.947/2009. A primeira reunião realizada teve por objetivo apresentar o PNAE aos agricultores, esclarecer as dúvidas, mapear os produtos que já eram cultivados no assentamento, em que período e a quantidade. Nessa reunião, os agricultores demandaram a necessidade de a prefeitura disponibilizar maquinários, técnicos agrícolas e sementes para que os assentados pudessem se estruturar e iniciar a produção. As máquinas da Secretaria de Agricultura já atendiam aos assentados, era só intensificar o atendimento aos 14 assentados que estavam se propondo a fornecer para o PNAE.

A Coopemac trabalhou inicialmente com apenas 14 agricultores que estavam documentados com a DAP, eram sócios da cooperativa e já trabalhavam com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A Coopemac, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Celso Daniel e a Secretaria de Agroeconomia de Macaé elaboraram um projeto de implantação de um modelo produtivo de 1 hectare em cada um dos 14 lotes sem o uso de agrotóxicos, a partir de demanda dos próprios agricultores. Cada módulo

tinha por objetivo implantar a produção orgânica com meios alternativos de algum produto escolhido pelo agricultor em um prazo de três meses. O modelo produtivo tinha por finalidade desenvolver a produção com baixo custo e alta produtividade de abóbora, aipim, alface, banana, batata-doce, beterraba, cebolinha, cenoura, couve, feijão-de-corda, feijão-preto, inhame, maracujá, quiabo, salsa, tomate e vagem, visando à sua venda para o PNAE.

Para conseguirem entregar sua produção para o PNAE, os agricultores, junto com a associação de produtores rurais do assentamento Prefeito Celso Daniel, solicitaram ao INCRA a DAP física dos agricultores (Declaração de Aptidão ao Pronaf), pois a que havia sido fornecida a eles era provisória e iria expirar em um ano. Com essas DAPs, a Coopemac obteve a DAP jurídica.

A seguir, os cooperados, juntamente com a Secretaria de Agroeconomia, realizaram uma reunião com a Secretaria de Educação e a nutricionista do Município de Macaé, Dina Reis, apresentando o interesse dos agricultores de participar do PNAE. Tendo em mãos o mapeamento da produção, Dina elaborou o cardápio incluindo os produtos da agricultura familiar local. Como um dos itens que estava sendo ofertado pelos agricultores era feijão-de-corda e este não fazia parte do cardápio, foi necessário um teste de aceitação. O produto foi enviado para as escolas, foi bem-aceito e passou a ser incluído no cardápio da merenda escolar. Todo o processo durou cerca de um ano de organização interna dos assentados e de negociação com o município.

Os agricultores da Coopemac só começaram a vender para o PNAE a partir de 2011. Naquele ano, o repasse do FNDE à Macaé foi de R\$ 2.451.600,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais). Seriam destinados à compra de produtos da agricultura familiar, no mínimo, R\$ 735.480,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais). A primeira chamada pública foi publicada no dia 30 de junho de 2011, que a Prefeitura Municipal de Macaé realizou com o objetivo de chamar e registrar gêneros alimentícios destinados ao atendimento do PNAE. A cooperativa assinou seu primeiro projeto de venda no valor de R\$ 281.000,00 (duzentos e oitenta e um mil reais), beneficiando 14 cooperados do assentamento.

Durante a execução do contrato, os agricultores tiveram de obedecer ao cronograma de entrega uma vez por semana. Toda terça-feira entregavam seus produtos na Secretaria de Agroeconomia para que fossem pesados, selecionados e entregues às escolas. Em 2011 Macaé tinha 107 escolas municipais, mas somente 42 foram atendidas com os produtos da agricultura familiar, todas da área urbana em razão da facilidade de acesso. As escolas rurais ficaram de fora e continuaram recebendo alimentos de uma empresa terceirizada do município de Macaé, a Qualivita.

O primeiro ano de entrega foi marcado por dificuldades. Faltava transporte para levar os produtos até o galpão da Secretaria de Agroeconomia, além de profissionais para selecionar e pesar os produtos. Os próprios assentados realizavam o trabalho junto com servidores das Secretarias de Agroeconomia e de Educação.

Para os agricultores serem pagos, a Coopemac preenchia as notas fiscais em nome da cooperativa, contendo todos os produtos e as encaminhava para o setor responsável da prefeitura. No entanto, várias vezes as notas retornavam, pois não cumpriam com as normas exigidas, como, por exemplo, alguma diferença de peso no produto de um mês ao outro. Por esse motivo, os agricultores chegaram a ficar até cinco meses sem receber o pagamento por seus produtos. Diante de tais dificuldades, um dos sócios da cooperativa foi designado para fazer um curso que o capacitasse a emitir notas fiscais manuais. Posteriormente, a prefeitura exigiu nota fiscal eletrônica e ele teve de fazer um outro curso para atender à nova regra. Os atrasos nos pagamentos aos agricultores permaneceram, mas os 14 envolvidos nessa primeira experiência cumpriram com o contrato de entrega dos produtos⁴.

No final do ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Macaé publicou a segunda chamada para o PNAE voltada para a agricultora familiar. O montante enviado pelo FNDE foi de R\$ 2.763.792,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e três mil e setecentos e noventa e dois reais), 30% do qual representava o valor de R\$ 829.137,60 (oitocentos e vinte e nove mil, cento e trinta

⁴O entrave com o pagamento dos produtos entregues continuava ainda em 2015, ano de conclusão da monografia.

e sete reais e sessenta centavos). A cooperativa assinou seu segundo contrato no valor de R\$ 452.653,20 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), mais da metade do recurso e agora integrando um total de 29 agricultores assentados.

No ano de 2013, o FNDE repassou R\$ 3.366.948,00 (três milhões, trezentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e oito reais) ao município de Macaé para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo 30% desse valor R\$ 1.010.844,00 (um milhão e dez mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), destinados à compra dos produtos da agricultura familiar para atender ao PNAE. A cooperativa assinou seu terceiro contrato, no valor de R\$ 599.206,71 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e seis reais e setenta e um centavos), beneficiando 30 agricultores do assentamento Prefeito Celso Daniel (Prefeitura Municipal de Macaé, Contrato nº 059/2014). Isso quer dizer que mais assentados foram-se integrando aos PNAE e o contrato da cooperativa continuou representando mais da metade da cota destinada para a agricultura familiar, mesmo o valor tendo crescido de 2011 a 2013.

Até o ano de 2012, a norma estabelecida pela Resolução 38 do FNDE dizia que, no caso dos municípios cujo repasse anual fosse superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como era o caso de Macaé, a entidade executora deveria adquirir gêneros alimentícios de organizações formais, no caso, cooperativas e associações. A partir da Resolução 26, de 17/6/2013, em seu artigo 30, foi determinado que os estados, o Distrito Federal, municípios e escolas federais, cujo valor do repasse do FNDE fosse superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano, a entidade executora, a prefeitura ou os governos estaduais poderiam aceitar propostas de organizações com DAP jurídica e física, desde que fosse previsto na chamada pública. Dessa forma, a nova resolução alterou o limite anterior de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

A Secretaria de Agroecologia de Macaé e os assentados (em assembleia geral) decidiram que iriam apoiar os grupos informais e as pessoas individuais que, por algum motivo, tivessem o desejo de fazer sua comercialização dessa forma, não deixando de apoiar a Coopemac, que vinha entre-

gando seus produtos desde 2011. Assim, 7 assentados fizeram seus projetos individuais e um grupo informal com 4 pessoas realizou seus projetos coletivos. Isso totalizou 41 agricultores do Assentamento Prefeito Celso Daniel participando do PNAE em Macaé.

Em 2014, o repasse do FNDE foi de R\$ 3.417.600,00 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil e seiscentos reais), com 30% correspondendo ao valor de R\$ 1.025.280,00 (um milhão, vinte e cinco mil e duzentos e oitenta reais). Os 41 assentados movimentaram um montante de R\$ 820.000,00, ou seja, quase 80%.

Tabela 1: Itens comercializados pelos agricultores do Assentamento Celso Daniel e seus respectivos valores em 2014

ITENS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	UNIDADES	QUANTIDADE ESTIMADA PARA EXERCÍCIO DE 2014	PREÇO R\$
01	ABACATE	KG	2.500	5.31
02	AB OBORA	KG	13.00	2.02
03	AIPIM	KG	17.500	2.99
04	ALFACE	KG	21.375	5.44
05	ALHO	KG	1.750	10.17
06	ARROZ INTEGRAL	KG	400	3.17
07	BANANA-D'ÁGUA	KG	20.000	2.31
08	BANANA PASSA	KG	4.750	17.63
09	BANANA-PRATA	KG	73.125	2.85
10	BATATA-DOCE	KG	17.500	4.98
11	BATATA-INGLESA	KG	7.500	1.97
12	BETERRABA	KG	4.875	2.99
13	CAQUI	KG	4.000	3.72
14	CEBOLA	KG	5.000	2.16
15	CEBOLINHA	KG	17.100	11.23
16	CENOURA	KG	4.875	3.26
17	CHUCHU	KG	2.550	3.07
18	COUVE	KG	5.700	4.24
19	DOCE DE BANANA	KG	2.250	13.50
20	FEIJÃO-PRETO	KG	13.500	5.20
21	GOIABA IN NATURA	KG	8.000	8.00
22	INHAME	KG	3.400	6.81
23	IOGURTE	LITRO	37.500	7.25
24	MAMÃO FORMOSA	KG	19.000	3.21
25	MANGA TOMMY	KG	2.000	3.58
26	OVO CAPIRA	DÚZIA	18.00	5.56
27	PIMENTÃO VERDE	KG	3.150	3.71
28	POLPA DE GOIABA	KG	9.500	8.48
29	POLPA DE MANGA	KG	9.500	10.49
30	POLPA DE MORANGO	KG	9.500	12.40
31	QUEIJO MINAS	KG	4.200	19.38
32	SALSA	KG	16.245	11.23
33	TANGERINA PONCÃ	KG	3.000	2.03
34	TOMATE	KG	6.800	3.21
35	QUIABO	KG	1.500	5.97

Fonte: Chamada Pública - 2014 da Secretaria de Educação de Macaé.

Conclusão

Em seu trabalho, Castro reúne e organiza dados, e reflete sobre as razões pelas quais a maioria de seus vizinhos ainda não participava do PNAE em 2014, questão que sempre a acompanhou desde o início de seu projeto. Ao final, ela efetivamente consegue elencar alguns dos motivos. Segundo a autora do estudo, “alguns acham que não precisam participar de reuniões para comercializar, logo ficam sem apoio necessário para se inserir ao PNAE, pois estão distantes dos debates sobre a questão”. Outra dificuldade apontada é a produção em escala, visto que o assentamento tem solo degradado pela monocultura da cana-de-açúcar e às vezes sofre com falta de chuvas, o que compromete a produção. “Por conta disso, muitos agricultores têm medo de assinar contrato e depois não conseguirem produzir” (CASTRO, 2015).

Apesar disso, em 2014, como vimos, 41 agricultores, ou seja, 20% dos assentados do Celso Daniel que estavam há menos de 10 anos em uma área degradada por décadas de plantio de cana, foram responsáveis pela entrega de 80% dos produtos oriundos da agricultura familiar para o PNAE de Macaé. Esses assentados somente puderam chegar a tal resultado a partir da iniciativa de sua organização, uma vez que em 2010 procuraram a Prefeitura de Macaé e sua Secretaria de Agroeconomia demandando projetos de apoio que viabilizassem a produção a ser entregue para a merenda escolar. A primeira entrega propriamente aconteceu em 2011. No entanto, em pouco mais de três anos, os assentados já eram responsáveis pela maioria dos produtos da agricultura familiar que estavam sendo adquiridos pelo município de Macaé, apesar dos enormes entraves e dificuldades que sempre enfrentaram ao longo desses anos, tanto para se estruturarem para produzir e garantir uma oferta “firme” de produtos para as escolas municipais, como para lidarem com a burocracia inerente a essas políticas públicas e receberem seu pagamento.

É interessante observar que a minoria dos assentados de uma área localizada perto da sede de um município conhecido por ser um dos pilares da indústria petrolífera do Rio de Janeiro, portanto, de grande renda, pode oferecer 80% da cota que tem de ser adquirida da agricultura familiar para a merenda escolar das escolas municipais. Assim, se as 201 famílias do Assen-

tamento Celso Daniel conseguissem superar os "entraves" que estão em seu caminho para se integrarem ao programa, relacionados à sua organização interna e às exigências burocráticas de qualquer política pública, é bem possível que grande parte da merenda escolar das escolas municipais de Macaé, e não só 30%, fosse constituída de alimentos frescos, saudáveis e diversificados, oriundos da agricultura familiar.

Além da melhora substancial da qualidade alimentar da merenda, essa experiência promove a ampliação da renda de populações subalternas do meio rural brasileiro. É importante ressaltar: quando essas populações até então marginalizadas economicamente são inseridas e têm acesso a recursos e ativos viabilizados pelo Estado, como a própria terra, crédito, como o Pronaf, e compras institucionais viabilizadas pelo PAA e o PNAE, promove-se também uma distribuição de renda de impacto no conjunto da economia municipal, pois essas populações, ao disporem de mais recursos financeiros, geralmente acabam gastando-os na própria região. Convém ainda frisar que mais do que apenas melhorar a atividade econômica dos assentados, essa dinâmica viabilizada pelas políticas públicas do Estado fortalece a própria opção profissional de ser agricultor. Desse modo, muitos dos assentados possuem filhos que, observando o resultado concreto e monetário da dedicação a esse tipo de atividade profissional, tendem a colocar essa alternativa como uma de suas opções profissionais, o que significa uma considerável autonomia em face das oscilações do mercado de trabalho brasileiro.

Referências

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEISS, B. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009., Belo Horizonte, **Anais...** CD-ROM.

BRASIL **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. DOU de 17.6.2009. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, D. G. de; CASTRO, V. M. de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável**. 2014. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/3801511>.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **O processo de implantação da Lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do circuito das frutas-SP**. 2012. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1A/04_Vanilde_Esquerdo.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 161-197.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar - 2014**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SANTOS, B. de S. **Toward a new common sense**. Nova York: Routledge, 1995.

SCHULTZ, O. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**. 2014. Disponível em: <http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/JULHO_ANEXO_1_DAP_CURSO_NORMAS_GERAI_SLIDES.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TRINDADE, J. **Gêneros da agricultura familiar reforçam qualidade da merenda municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.macaie.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/generos-da-agricultura-familiar-reforcaram-qualidade-da-merenda-municipal>>.

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

Ana Manuela Chã ¹

Carla Tatiane Guindani ²

Daniel Mancio ³

Andrea Matheus ⁴

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo dos seus 33 anos de luta pela terra, contribuiu com o assentamento e a organização de cerca de 350 mil famílias. A conquista da terra é uma questão central para a alteração do modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, que se caracteriza pela concentração fundiária - menos de 1% dos proprietários detém mais de 45% das terras (IBGE, 2006), pela degradação ambiental e pela exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Com o avanço do agronegócio na agricultura brasileira como modelo hegemônico, a Reforma Agrária clássica realizada em vários países do mundo com o objetivo de desenvolver as forças produtivas e conseqüentemente alterar a estrutura fundiária teve seu ciclo esgotado e se encontra "bloquea-

¹Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp/IPPRI/TerritoriAL); Coletivo de Cultura do MST.

²Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenação do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST.

³Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas/CEUNES/UFES; Agrônomo, com Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, Mestrado e Doutorado em Solos e Produção Vegetal; Coordenação do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST/ES.

⁴Engenheira Agrônoma e Mestre em Agricultura Orgânica pela UFRRJ; Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

da” (MST, 2014). O agronegócio desenvolveu as forças produtivas abrindo mão da segurança e soberania alimentar do povo brasileiro. Apoiando-se apenas na produção voltada para o mercado externo de matérias-primas e commodities, aprofundou ainda mais a dependência econômica em relação aos países centrais (MANCIO, 2012). As monoculturas e o uso excessivo de agrotóxicos são elementos fundantes desse modelo que degrada ambientalmente e exclui socialmente.

Desse modo, a luta pela Reforma Agrária se insere em um momento histórico que exige nova abordagem da organização social. A Reforma Agrária tem agora o papel de desenvolver as forças produtivas em outra concepção, que aponte para a superação do modelo hegemônico de agricultura no campo, o agronegócio, indo além da mera redistribuição de terras.

Desse modo, além da reorganização da estrutura fundiária sob a lógica da agricultura familiar e camponesa, desconcentrando terra e renda, e gerando trabalho a atores antes relegados (jovens e mulheres), impõe-se a contingência de produzir alimentos saudáveis em quantidade e qualidade para toda a sociedade, enfrentando o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, que tem como premissa apenas a produção de lucros.

Nessa nova perspectiva de atuação e organização política da luta pela Reforma Agrária, o MST construiu a concepção de Reforma Agrária Popular. O termo traz em seu conteúdo a clareza de que a luta pela Reforma Agrária deve ser compreendida por todos, no campo e na cidade, como uma luta comum. A produção de alimentos saudáveis, a conservação da natureza e da biodiversidade se tornam pautas comuns para todos os trabalhadores e trabalhadoras, e impõe novos desafios aos assentamentos: construir dentro de cada lote familiar agroecossistemas que tenham uma expectativa de produção baseada nos princípios da agroecologia e da cooperação. Além disso, o conceito traz consigo também o desafio do necessário diálogo com a sociedade, mostrando que, além da produção de alimentos saudáveis, a organização dos territórios de Reforma Agrária abarca a produção de cultura, de arte, de conhecimentos, de organização, de educação, de saúde, de novas relações de gênero e de solidariedade.

Para Silva (2016), a proposta de Reforma Agrária Popular incide sobre questões fundamentais dos camponeses e camponesas, diretamente relacionadas com as necessidades de toda a sociedade, portanto a construção dessa proposta possui um caráter popular.

As feiras da Reforma Agrária, sobretudo as nacionais, cumprem o papel de dialogar e disponibilizar para a sociedade em geral, especialmente a das cidades, “os Frutos da Reforma Agrária” na sua forma mais ampla, passando pela produção de alimentos saudáveis e ampliando para a produção de uma cultura que objetiva a construção de uma nova sociedade, pautada pelos valores humanistas e não pelo mercado.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as experiências de realização das Feiras Nacionais da Reforma Agrária no contexto estratégico da luta do MST no atual momento histórico repleto de desafios, e apontar os próximos passos a serem dados no panorama da Reforma Agrária Popular.

O papel dos assentamentos no contexto da Reforma Agrária Popular

A luta pela implantação da Reforma Agrária Popular conta com grandes desafios a serem enfrentados com o intuito de alcançar a missão a que ela se propõe, composta de dois pontos fundamentais e indissociáveis: 1. produzir alimentos saudáveis de forma massiva para atender às necessidades do povo brasileiro e 2. recuperar e proteger os bens naturais, como a terra, as sementes, a biodiversidade, a água e as matas existentes nesses territórios. Destaca-se ainda a necessidade de ampliação do diálogo com a sociedade, denunciando as mazelas do capitalismo, sobretudo no contexto rural, e anunciando um novo projeto de desenvolvimento para o campo como parte do processo de construção de uma sociedade justa.

As consequências desastrosas do atual modelo de agricultura apontam para a urgência da construção de outras bases de desenvolvimento que

considerem a necessidade e a implementação de mudanças estruturais das quais a Reforma Agrária possa fazer parte, indo além da simples política de criação de assentamentos.

A crescente contradição ocasionada pelo modelo agrícola convencional, que leva ao descompasso entre a produção de alimentos e as necessidades básicas da população, é um ponto central. Os sistemas agroalimentares são dominados por empresas transnacionais comandadas por grandes corporações, sendo totalmente globalizados e voltados para a geração de lucro e acumulação de capital (CAPORAL, 2009).

As ações voltadas para o fortalecimento desses sistemas agroalimentares resultam na subordinação da agricultura familiar camponesa às grandes cadeias agroindustriais, fragilizando diversas dimensões (econômica, cultural, política, produtiva, dentre outras) das famílias agricultoras (PETERSEN, 2012).

Por outro lado, na perspectiva da Reforma Agrária Popular, os assentamentos devem constituir-se instrumentos de democratização da terra, mas sobretudo “territórios” de enfrentamento ao modelo hegemônico do capital no campo, denominado agronegócio. Os assentamentos, como força política e social, devem construir na prática as possibilidades de novas relações sociais de produção, ancoradas em outros valores que vão contra a lógica dominante de acúmulo irrestrito de capital em detrimento da vida.

Além disso, a transição agroecológica é um dos desafios centrais enfrentados pelo MST na construção das estratégias da Reforma Agrária Popular, mostrando-se necessário desenvolver novas formas de produzir, novas formas de se relacionar com a natureza, compreendendo o processo de coevolução homem/ambiente (ALTIERI, 1999).

As potencialidades e os desafios no contexto dos assentamentos passam necessariamente pela compreensão do cenário da questão agrária brasileira e da realidade sociocultural das famílias, dadas as condições estruturais e ambientais que limitam o processo de instalação e desenvolvimento dessas comunidades. Compreender os assentamentos como territórios, segundo Me-

deiros e Leite (2002), implica em perceber as diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que são forjadas como um processo e que geram impactos concretos na região em que estarão inseridos.

Tais assentamentos representam a possibilidade de acesso à terra, diminuição do êxodo rural, geração de emprego, renda, melhoria das condições de vida de famílias antes marginalizadas, por meio da educação, saúde, participação política, novas relações de gênero, maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares. Além disso, abre-se a possibilidade de circuitos alternativos de comercialização, entre eles os circuitos curtos, nos quais o produtor de alimentos se encontra com os consumidores por meio de vendas diretas (LEITE et al., 2007), como nos casos das feiras.

Assim, novos arranjos e práticas sociais surgem em tal contexto, e quando se incorpora o elemento da ação coletiva e da cooperação no cotidiano das famílias assentadas, a exemplo dos núcleos de produção, da criação de cooperativas, implantação de unidades agroindustriais, organização da comercialização e da formação política, verifica-se a ampliação da capacidade de resistência e o fortalecimento político-organizativo e econômico desses territórios.

Experiências de produção de alimentos em assentamentos de Reforma Agrária com base na diversificação do sistema produtivo têm sido consideradas estratégias de resistência a partir do estabelecimento de outra relação com o agroecossistema, entre produtores e consumidores (ALMEIDA, 1999).

O esforço por compreender o projeto de Reforma Agrária Popular que vem sendo concebido e construído tem a intenção de fornecer subsídios dos diversos aspectos que contribuem para a compreensão da importância de instrumentos político-organizativos e de resistência. Dentre esses instrumentos, surgem as Feiras da Reforma Agrária organizadas pelo MST, que vêm ocorrendo em âmbito nacional e que têm cumprido importante papel no sentido de pautar o debate da Reforma Agrária Popular, mostrando para a sociedade os "Frutos da Reforma Agrária" e fortalecendo a relação campo/cidade.

As experiências realizadas

Uma das principais diretrizes das Feiras Nacionais é apresentar e debater com a sociedade a necessidade e importância do projeto de Reforma Agrária Popular como instrumento de democratização do acesso à terra e de garantia das condições produtivas e de vida das famílias assentadas. Tal projeto pode garantir a produção de alimentos saudáveis e acessíveis à população, proteger o meio ambiente e enfrentar o modelo do agronegócio.

De forma geral, as Feiras Nacionais se orientam basicamente por cinco aspectos: 1. exposição e comercialização de produtos da Reforma Agrária com qualidade, quantidade e preços justos; 2. confecção, comercialização e degustação de pratos típicos de cada região nos espaços "Culinária da Terra"; 3. seminários formativos proporcionando a socialização de conhecimentos, a capacitação técnica e política, e o debate em torno de temas relacionados com a construção de um novo modelo de produção para o campo e a Reforma Agrária Popular; 4. apresentação cultural das famílias camponesas interagindo com as apresentações culturais que são produzidas pelos trabalhadores, trabalhadoras e jovens urbanos, ocasião em que todos trazem consigo um histórico de produção de arte e cultura que muitas vezes é ignorada e até mesmo desvalorizada; 5. diálogo e troca de experiências entre os feirantes e entre os consumidores.

Desde 2015 o MST já realizou três Feiras com caráter nacional e que tiveram representação dos 24 estados onde o movimento popular está organizado, envolvendo a participação de assentamentos, acampamentos, associações e cooperativas. Todas as edições tiveram grande presença de consumidores, visitantes, incluindo organizações sociais, redes de consumidores e de produtores dos locais em que foram realizadas.

A primeira e a maior dessas experiências organizadas pelo MST ocorreu em outubro de 2015 na cidade de São Paulo, no Parque da Água Branca, reunindo 800 agricultores e agricultoras e cerca de 150 mil consumidores e visitantes durante os quatro dias do evento. Ao todo, foram comercializadas 220 toneladas de produtos, com uma diversidade de cerca de 800 itens e a

participação de 80 entidades, entre cooperativas e associações de diversos acampamentos e assentamentos ligados ao MST de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal.

A II Feira Nacional ocorreu em junho de 2016 na cidade de Maricá, estado do Rio de Janeiro, durante o Festival Internacional da Utopia, organizado por redes culturais e movimentos sociais em parceria com a Prefeitura Municipal de Maricá. O evento reuniu cerca de cinco mil pessoas de 36 países com o intuito de debater temas centrais (meio ambiente, economia, cultura, relações humanas e Estado) na visão da construção de um mundo mais justo e igualitário.

As atividades aconteceram em espaços como a Tenda dos Pensadores (palestras), Encontro Internacional de Teatro, Encontro Internacional da Juventude e Tenda da Diversidade. Foi nesse contexto de internacionalismo que ocorreu a Feira Nacional da Reforma Agrária e Economia Solidária, com a participação de 200 agricultores e agricultoras de diversos assentamentos e cooperativas do MST de sete estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e integrantes de organizações vinculadas à Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro, comercializando mais de 90 toneladas de produtos.

A terceira experiência ocorreu em julho de 2016 na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, durante o Festival Nacional de Arte e Cultura do MST, que teve por objetivo apresentar as expressões de arte e cultura surgidas no processo de luta e resistência das famílias sem terra.

A atividade teve a participação de cerca de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais oriundos de 19 estados do Brasil, e reuniu eventos como a I Mostra Nacional de Poesia "Versando Rebeldia" e o II Festival Nacional de Música da Reforma Agrária, com o tema "Da luta brotam vozes de Liberdade", além de ter contado com a participação de aproximadamente 58 mil visitantes durante os cinco dias do evento.

A realização da Feira Nacional da Reforma Agrária no contexto do Festival possibilitou a exposição e a comercialização de mais de 160 tonela-

das de produtos, das áreas de assentamentos, acampamentos e 32 cooperativas e associações de 14 estados do país vinculadas ao MST.

Nos espaços de exposição e comercialização instalados nas Feiras Nacionais encontra-se uma diversidade de produtos, incluindo agroecológicos e orgânicos, tais como: in natura (olerícolas, hortaliças, grãos, frutas, ervas medicinais), processados (doces, compotas), agroindustrializados (arroz, sucos, cachaça, feijão, café, mel, derivados da cana e do leite), fitoterápicos/fitocosméticos (xampus, condicionadores, pomadas, óleos essenciais).

Como expressão da diversidade produtiva e alimentar, destacam-se ainda as barracas de “Culinária da Terra”, espaços onde são elaboradas e servidas comidas típicas regionais produzidas com alimentos dos assentamentos e acampamentos. Esses espaços reforçam o caráter cultural e político da feira e trazem consigo saberes, tradições e identidade das famílias camponesas.

Por outro lado, os seminários formativos realizados discutem temas relacionados à importância da produção de alimentos saudáveis, aspectos da cooperação, agroindustrialização, comercialização, educação, cultura, dentre outros temas que permeiam o cotidiano dos assentamentos. Os seminários são abertos para a sociedade e organizados em oficinas e debates, permitindo que as Feiras sejam também um espaço de formação, troca de saberes e práticas culturais.

As formas de organização cultural têm sido diversas, em geral contemplando pequenos palcos perto dos espaços da culinária da terra, ou das próprias barracas de comercialização, apresentações itinerantes de teatro, artes circenses e música, exposições de artes plásticas e fotografias, palcos maiores onde foram realizadas apresentações musicais ao final da tarde ou à noite.

A integração entre feira de produtos agrícolas e atividades culturais não foi algo que surgiu com as Feiras Nacionais. Processos semelhantes já haviam sido experimentados pelo MST nas Semanas Nacionais da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária (2002 - RJ, 2004 - PE, 2008 - PA) e nos V e VI Congressos Nacionais do MST, respectivamente em 2007 e 2014, em Brasília.

No último Congresso Nacional do MST (2014), a Feira da Reforma

Agrária, realizada em Brasília, assumiu um caráter verdadeiramente nacional, com a organização de cinco grandes tendas/espços de cada região do Brasil, que possibilitaram a celebração e o intercâmbio da diversidade cultural por meio da música, das comidas típicas, da ornamentação, do artesanato, etc.

Essa experiência permitiu a quem visitou a feira conhecer um pouco do modo de vida dos camponeses e camponesas de cada localidade do país, verificar a existência de influências de culturas muito distintas e também tomar conhecimento dos enormes desafios colocados, nomeadamente o de fugir da lógica homogeneizante da cultura globalizada em todas as dimensões da vida.

O sucesso e os limites de cada uma dessas experiências aportaram uma série de reflexões e ensinamentos que serviram de orientações para a organização das Feiras Nacionais subsequentes, mesmo que cada uma tenha tido suas especificidades.

Na I Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em São Paulo, deu-se destaque para as expressões artísticas da região Sudeste, onde a cultura camponesa de raiz está em permanente diálogo com as expressões artísticas de caráter mais urbano. Muitos parceiros da Reforma Agrária se juntaram a essa grande festa, trazendo, por exemplo, além das folias de reis, o rock pelas cordas da viola caipira, o hip hop, que denuncia as mazelas do agronegócio, e as brincadeiras de roda ressignificadas pelo espaço urbano.

No caso da Feira da Reforma Agrária que integrou o Festival da Utopia em Maricá, a organização das atividades culturais foi fortalecida com a participação de grupos internacionais, mas a diferença de idioma não afastou os consumidores que se encantaram com a apresentação de teatro do oprimido do grupo de atores-camponeses indianos Jana Sanskriti em pleno espaço da feira, entre muitas outras atividades.

Em Belo Horizonte, a Feira da Reforma Agrária serviu de cenário para um grande festival de música e de poesia popular, compondo uma grande celebração da cultura da classe trabalhadora e apontando para a realidade possível de um mundo mais humano, soberano e justo.

As Feiras da Reforma Agrária e o diálogo com a sociedade

Em diversos estados nos quais o MST está organizado há algum tempo já ocorrem feiras estaduais e regionais, sempre muito bem-aceitas pela população das cidades. Entretanto, a primeira experiência em São Paulo foi um marco histórico para o MST. A realização de uma feira nacional em uma das principais cidades do país causou algum receio inicial, pois a entidade não tinha tradição na organização de atividades dessa natureza e porte, além da participação em pequenas feiras de orgânicos. Surpreendentemente todos os espaços propostos e organizados durante a Feira foram bem-aceitos pela população, que compareceu e participou massivamente. Entre outros elementos, a feira conseguiu colocar na pauta o debate sobre a importância da Reforma Agrária Popular para a produção de alimentos saudáveis para a sociedade.

A realização de Feiras Nacionais em espaços onde ocorrem debates no campo político, econômico, ambiental e cultural, a exemplo do Festival Internacional da Utopia em Maricá/RJ e do Festival de Arte e Cultura da Reforma Agrária em Belo Horizonte/MG, foi considerada muito oportuna e fundamental, uma vez que o tema da alimentação saudável se insere no contexto da cultura e resistência camponesa e é avaliado pelo MST como um ato político.

No caso de Maricá, a feira conseguiu atrair a atenção de participantes do mundo todo que, além de poderem ver, comprar e saborear produtos da Reforma Agrária, puderam também estabelecer relações para além das fronteiras brasileiras, dialogando a partir da experiência concreta da produção e comercialização.

Outro aspecto significativo percebido nas Feiras Nacionais foi o processo da organização produtiva das famílias assentadas e acampadas, cuja missão e grande desafio prévio constituía na necessidade de se prepararem para ter produção suficiente para expor e comercializar diretamente com o consumidor.

Neste ponto, é importante destacar que o processo envolve desde o planejamento e organização da produção nos assentamentos, acampamentos, associações e cooperativas, para que seja possível colher os produtos

nos períodos certos, como no caso de hortifrúti, até a qualificação dos processos agroindustriais e de comercialização. Em tal contexto, percebeu-se também a preocupação dos agricultores com a aparência dos produtos, a embalagem e o desenvolvimento de marcas próprias e rótulos.

Observa-se que todo esse esforço acumula-se para além do “evento feira” e consolida uma vontade, um anseio das famílias em construir essas relações e desenvolver a produção nas mais diferentes esferas, inclusive nos aspectos de gestão e cooperação ⁵. Isso faz com que as feiras não sejam meros “eventos” e sim processos que acumulam no desenvolvimento e organização produtiva e cultural das famílias sem terra.

As feiras revelam a diversidade produtiva dos assentamentos e reforçam a importância da agroecologia, uma vez que proporcionam a valorização de práticas agrícolas que se fundamentam em uma lógica contrária à dos pacotes da agricultura convencional e contribuem para a valorização do conhecimento dos camponeses e camponesas e para a produção diversificada de alimentos. Além disso, permitem trazer a lume a possibilidade de produção de alimentos socialmente justa, ambientalmente saudável e direcionada às necessidades de alimentação humana.

Tais aspectos fomentam na sociedade o debate sobre a necessidade de uma matriz produtiva e tecnológica do ponto de vista da soberania e da segurança alimentar, que esteja na contramão da lógica produtiva do agro-negócio que preza pelas grandes monoculturas e o uso intensivo de insumos químicos sintéticos e agrotóxicos.

⁵Vale ressaltar que a busca por organizar a produção por meio da cooperação, aprofundando os processos de gestão, é um grande desafio estabelecido pelo MST, que busca a formação de jovens de todo o Brasil a partir dos cursos que promove. O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) desenvolvem um papel fundamental nesse processo, pois têm como objetivo “educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST” (ITERRA, 2001, p. 5). Destaca-se aqui o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), que já está em sua 16ª turma, tendo formado cerca de 800 técnicos. A escola está localizada na cidade de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul.

A comercialização a partir da visão das Feiras Nacionais é compreendida como um ato de afirmação social e política da identidade camponesa e possibilita o debate sobre a importância da diversificação de canais de comercialização. Os produtos são comercializados diretamente por quem planta e produz, valorizando alimentos oriundos dos mercados locais, fortalecendo arranjos produtivos regionais que reduzem os custos e os impactos sociais e ambientais da produção e comercialização, e melhorando a qualidade do alimento ofertado à sociedade.

Na relação direta estabelecida com o consumidor, sem a presença dos chamados atravessadores⁶, os agricultores e agricultoras sentem-se valorizados pela aceitação dos produtos e pela troca de experiências proporcionada, uma vez que ocorre a divulgação da produção de alimentos e da realidade social, cultural e organizativa dos assentamentos de Reforma Agrária. Consequentemente, isso favorece a elevação de sua autoestima e afirmação da identidade camponesa.

No processo de realização das feiras, os produtos não comercializados são organizados e destinados à doação para entidades e/ou comunidades urbanas que se articulam com o MST, como a Associação das Mulheres da Comunidade da Pedreira em Belo Horizonte, em que cerca de 40 famílias organizadas foram contempladas com os produtos da feira ali realizada. A solidariedade constrói unidade entre trabalhadores do campo e da cidade e cria condições para romper com preconceitos e com a própria estigmatização/criminalização sofrida pelo MST por meio da mídia tradicional, comprometida com os projetos das elites.

Em outras situações, como em Maricá, os produtos não comercializados diretamente foram negociados com o mercado local (restaurantes, lanchonetes, etc.), assim como vendidos para entidades públicas a fim de atender a demandas das escolas, hospitais e comunidades carentes, propiciando também a relação com os trabalhadores urbanos.

⁶Comerciantes intermediários que compram produtos dos agricultores e os revendem para outros comerciantes (varejistas) ou diretamente aos consumidores, apropriando-se de parte da renda fruto do trabalho da família. Essa relação comercial retira do agricultor a chance de aferir preços justos para os produtos.

Nas três feiras realizadas, a participação das mulheres foi predominante, representando cerca de 60% dos feirantes/expositores. A participação dos jovens também foi expressiva, com cerca de 30% do total de participantes/expositores de até 29 anos (CABRA, 2015).

Nesse aspecto, as feiras demonstram ser importantes espaços de participação desses sujeitos – mulheres e jovens – que muitas vezes não aparecem nas relações de produção, apesar de historicamente serem fundamentais na produção de alimentos diversos e saudáveis, assim como artesanatos e fitoterápicos, gerando trabalho cooperado e renda familiar. Tais aspectos reforçam a importância das mulheres e jovens na construção da soberania e segurança alimentar, no debate político e cultural e no processo organizativo das famílias sem terra.

O trabalho cooperado desenvolvido por meio das cooperativas, associações e grupos coletivos no processo de produção, organização e agroindustrialização dos produtos/alimentos contribui significativamente para a geração de trabalho e renda para famílias assentadas.

Esse processo, fruto do acúmulo organizativo das famílias vinculadas ao MST, esteve fortemente representado por diversas experiências desenvolvidas em todo o Brasil e indica a importância do fomento ao trabalho cooperado, no sentido de avançar na transformação das relações produtivas e humanas.

As Feiras Nacionais trouxeram ainda como resultado o incentivo à realização de diversas feiras da Reforma Agrária em âmbito estadual e regional em estados que ainda não tinham essa tradição, irradiando a concepção de feiras com características mais amplas do que apenas a comercialização de produtos. Isso pode ser percebido com as várias feiras estaduais que ocorreram em mais de 10 estados no ano de 2016, buscando, acima de tudo, grandes festas da cultura brasileira. Cultura é aqui entendida no sentido mais original da palavra, do cultivo da terra, da produção agrícola que daí advém, mas também de toda a organização da vida, da cultura da preparação da comida, da partilha dos conhecimentos, das expressões artísticas e festivas dos povos.

Ao realizar as feiras, tanto em âmbito local quanto nacional, o MST procura consolidá-las como expressões de um novo projeto de sociedade, de caráter coletivo, popular, não só para o campo, mas também para as cidades, propondo uma profunda reflexão e ruptura com os valores e padrões de vida impostos pela sociedade capitalista.

Desse modo, as feiras da Reforma Agrária buscam ser espaços de reafirmação da coletividade, dos vínculos entre as tradições, os costumes e a modernidade entre o campo e a cidade, da urgência de uma relação harmoniosa com o meio ambiente e entre os seres humanos, do alimento como cultura e não como mercadoria.

Historicamente, as feiras sempre cumpriram um papel para além das trocas comerciais. Revelaram-se também como pontos de encontro, locais de afirmação de identidades, de celebração e festejos. São espaços do convívio, da prosa, das rodas de conversa e de música, de representação do mundo rural, onde não é possível separar as dimensões do trabalho, do sagrado, do doméstico, do lúdico e do político (VILLAS BÔAS; CHÃ, 2016).

No que diz respeito especificamente às feiras realizadas pelo MST, a organização da dimensão cultural, artística e formativa tem-se destacado. Esses eventos constituíram-se espaços privilegiados de integração, dialogando diretamente com o imaginário e as memórias de boa parte da população urbana que tem suas raízes no meio rural. Por tudo isso, a cultura, a arte, a produção e a culinária presentes nas feiras da Reforma Agrária não são algo à parte, um adorno ou um chamariz para atrair consumidores. São parte integrante do projeto de Reforma Agrária Popular e por isso fazem parte de uma cultura de luta e de resistência, parte de um projeto de sociedade que conecta passado, presente, futuro; campo e cidade; mulheres, homens e outras dimensões da diversidade sexual e de gênero; crianças, jovens, adultos e idosos, numa construção coletiva da vida (MST, 2016).

Considerações finais

As Feiras Nacionais da Reforma Agrária, tema deste artigo, ocorreram em um cenário de profunda crise política, econômica e social no Brasil, em que se consumava um golpe de Estado, a partir do qual um governo ilegítimo seria alçado ao poder, iniciando um processo violento e veloz de retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e de acirramento da criminalização dos movimentos sociais e das iniciativas de construção de poder popular.

O setor do agronegócio, como modo de produção hegemônico, apesar das contradições em que essa mesma crise o coloca, apoia e se fortalece com esse novo momento político.

Nas cidades, embora ainda subsistam algumas formas de feiras livres, os espaços privilegiados de comercialização da produção agrícola são os grandes supermercados, e as feiras/festas associadas a esse modelo de produção são agora os grandes eventos agrícolas - exposições agropecuárias, rodeios, festas temáticas, etc. Esses eventos cumprem com o importante papel de fortalecer a imagem do setor como projeto único para o campo brasileiro e reafirmar a total integração da cadeia produtiva com o sistema financeiro, a mídia, a cultura, reafirmando os valores do individualismo, empreendedorismo e consumismo (CHÁ, 2016).

Por isso, a grande afluência de participantes do campo e da cidade faz com que as feiras da Reforma Agrária tornem-se espaços de resistência popular, de confrontação, de ruptura e superação do modelo hegemônico de produção, o agronegócio, a manifestação do capitalismo no campo. São espaços que propõem a criação e reafirmação da possibilidade de outras formas de sociabilidade e de fortalecimento da organização social contra as medidas regressivas à democracia, numa perspectiva de construção de um projeto popular.

Fortalecer a agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis e diversificados com base nos princípios da agroecologia é uma demanda da sociedade do campo e da cidade. As Feiras da Reforma Agrária organizadas pelo MST estão comprometidas com esses aspectos e, portanto,

estabelecem um importante diálogo com a sociedade em geral, mostrando “os Frutos da Reforma Agrária”. Demonstram a alimentação com diferentes cores, cheiros, sabores, saberes e musicalidades, entre as várias outras formas de expressão da complexidade e riqueza da cultura camponesa.

A realização das Feiras Nacionais tem representado a construção de um espaço de luta e de expressão da identidade camponesa, que se manifesta pela organização das famílias, organização da produção na diversidade dos alimentos e cuidado com a terra, da música/dança, da troca de conhecimentos, dentre outros aspectos que materializam o contexto da Reforma Agrária Popular ainda em construção.

A partir das experiências realizadas e das avaliações internas do MST, percebe-se que as Feiras são uma estratégia acertada e, portanto, a opção é por mantê-las nacionalmente, realizando-as todos os anos, tornando-as parte da identidade do MST na relação campo/cidade, no diálogo sobre os alimentos saudáveis e sobre a cultura brasileira. Além disso, as feiras devem ser estimuladas em todos os estados e regiões como mais um mecanismo para denunciar as mazelas do agronegócio e anunciar a agricultura camponesa, diversa, rica, culturalmente complexa e bonita, mostrando os frutos da Reforma Agrária e disputando o projeto de desenvolvimento do campo nos territórios.

Referências

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 216 p.

CABRA - CASA BRASILEIRA DE PESQUISA E COOPERAÇÃO. **Feira Nacional da Reforma Agrária**: relatório narrativo, 2015. Não publicado.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009, 27 p.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/144217>>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006** - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. RJ, 2009.

ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. Instituto de Educação Josué de Castro. Projeto pedagógico. **Cadernos do Iterra**, Veranópolis, v. 1, n. 2, mai. 2001.

LEITE, S. P. et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2007.

MANCIO, D.; MOREIRA, R. C. A dependência latino-americana e a reprimarização da economia. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS, L; LEITE, S. (Coords.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais**: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ. Relatório de Pesquisa. Convênio CPDA – UFRRJ/FINEP, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **O programa agrário do MST**. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

_____. Coletivo de Cultura do MST. **O MST e a cultura**: balanço histórico e desafios atuais. 2016, Mimeo.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. - São Paulo: Expressão; Rio de Janeiro: ASPTA, 2012. 400 p.

SILVA, D. N. L.; MARINHO, G. Férias de la Reforma Agraria del MST- Alagoas: la construcción de un nuevo proyecto de sociedad. **Revista América Latina en Movimiento**, n. 512. Ecuador, 2016.

VILLAS BÔAS, R. L.; CHÃ, A. M. Agronegócio e indústria cultural: as formas do showbusiness da oligarquia rural brasileira. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária**: Brasil, América Latina e Caribe. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.



Posfácio

As Organizadoras e os Organizadores

Neste Posfácio, busca-se destacar algumas reflexões apresentadas nos vários capítulos que compõem este livro e que permitem a elaboração de algumas sínteses relacionadas às perguntas analíticas que organizam a pesquisa “Educação do Campo e Educação Superior: uma análise de práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da educação e das ciências agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”, realizada no âmbito do Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Essas reflexões expressam elaborações teórico-metodológicas, bem como sua materialização nas experiências concretas de realização dos cursos de especialização desenvolvidos como uma ação do Programa Residência Agrária, apresentadas e analisadas nos diferentes capítulos do livro. Nesse processo, busca-se chamar atenção para aspectos que evidenciam como os cursos aqui apresentados construíram concepções e caminhos para superar os desafios apresentados à Educação do Campo, fortalecendo-a como uma prática contra-hegemônica na formação de profissionais de ciências agrárias, incidindo na disputa por projetos e sentidos para o campo e seu desenvolvimento.

Como pensar a contra-hegemonia como categoria que perpassa a leitura deste material? No volume I do livro, hegemonia foi definida, a partir de Gramsci, como “a contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo dominante e os interesses dos grupos subordinados” (MOLINA et al., 2014, p. 258), apresentando-se como uma relação pedagógica no conjunto da sociedade civil, mediada pelos indivíduos que organizam e difundem a concepção de mundo de uma classe social. Nessa perspectiva, contra-hegemonia relaciona conhecimento, política e educação, pois implica na articulação entre transformação social, alteração das relações de poder e a consolidação de uma nova concepção de mundo.

Se a hegemonia implica em relações instáveis entre os interesses dos grupos dominantes e dominados, ela deve ser analisada como uma síntese contraditória de processos de dominação e resistência, que leva Ceceña (2005)

a considerar que, para a análise do conflito social contemporâneo, devem ser desenvolvidos conceitos-síntese, como hegemonia-emancipação, evitando tanto a leitura dissociada dos processos hegemônicos que invisibilizam as resistências quanto a idealização de processos de resistência que ignoram as poderosas forças que a eles se opõem. Ao contrário disso, como parte da pesquisa de práticas formativas contra-hegemônicas, este livro objetiva contribuir com o desafio de dar visibilidade ao intenso e inovador processo de elaboração de políticas públicas de Educação do Campo a partir do protagonismo do campesinato no conteúdo e no desenho dessas políticas forjadas a serviço de determinado projeto de campo e de nação. A ênfase desse projeto incide nos processos de organização da agricultura que se orientam pela agroecologia e pela soberania alimentar, buscando superar nessas práticas agrícolas as duas leis fundamentais do capital – exploração do homem pelo homem e exploração da natureza –, além de explicitar o tamanho e a dimensão internacional do modelo agrícola hegemônico pelo agronegócio.

Ceceña considera que a subversão da hegemonia capitalista como unidade indissolúvel de força e persuasão passa pela geração de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa à visão dominante. Ainda de acordo com a autora (2005), a construção dessa visão de mundo alternativa deve necessariamente considerar a totalidade social, incorporando todas as dimensões da vida, reconhecendo o cotidiano e a comunidade, tanto como espaços em que se reproduzem as relações de dominação, como em que se forjam os sentidos e concepções alternativas, ampliando, portanto, determinada visão que considera apenas os processos econômicos como relevantes para promoção da transformação social.

A compreensão da totalidade dos processos sociais exige considerarmos que

[...] as relações de produção, as questões políticas, os elementos socioculturais existentes num determinado contexto histórico são fundamentais para a constituição de uma formação social. Deste modo, não existe uma relação de determinação e, sim, de reciprocidade dialética entre estrutura e superestrutura. Numa formação social

há uma interação dialética constante entre as relações sociais e as atividades humanas que promovem mudanças significativas. Assim, na história, os homens constituem experiências de classe, por meio da luta de classes, definem seu lugar na sociedade. No embate da luta de classes, além das questões econômicas e políticas, também se estabelecem ideias, valores, normas e sentimento que são fundamentos para a constituição de uma formação histórica e social. Segundo Gramsci, o homem inteiro é modificado na medida em que são modificados seus sentimentos, suas concepções e as relações das quais o homem é a expressão necessária. Desse modo, a luta econômica não pode ser desvinculada da luta política e ideológica, até porque a supremacia de um determinado grupo social se efetiva como domínio e direção moral e intelectual (MARTINS; NEVES, 2013, p. 344).

A partir dessa perspectiva, é que um primeiro passo para a afirmação do Residência Agrária como processo contra-hegemônico de formação parte da definição de sua concepção teórica e epistemológica, bem como da seleção de seus conteúdos e métodos. No Prefácio deste livro, Roseli S. Caldart ressalta que os projetos Residência Agrária que compõem esta obra expressam certas escolhas que privilegiam a apreensão da materialidade da vida real com base em uma perspectiva relacional. Evita-se, assim, uma leitura da realidade determinada por estruturas sem sujeito ou fragmentada em múltiplos agentes em ação desconexa. Além disso, essas relações, em muitos casos, expressam determinações teóricas e históricas fundamentais na busca da construção da totalidade colocada como horizonte do processo de produção de conhecimento desenvolvido nos cursos.

Tal concepção de produção do conhecimento, que privilegia leituras relacionais de construção da totalidade, nos permite tanto identificar as determinações fundamentais que a explicam quanto captar o seu movimento contraditório como uma tendência geral que aprofunda a compreensão de cada uma dessas relações constituintes. Dessa forma, a totalidade não se coloca como uma síntese homogeneizadora, mas como a expressão articuladora de uma heterogeneidade de processos e de sujeitos que a compõem e permanentemente a transformam. Reforça-se, assim, a possibilidade de que os cursos possam produzir conhecimento para a interpretação crítica da

realidade contemporânea, em especial em sua dimensão agrária e social, e simultaneamente reconhecer e fortalecer politicamente os sujeitos capazes de transformar essa mesma realidade.

Nesse processo de produção de conhecimento, que não perde de vista a totalidade da vida social e suas principais determinações, e que também propõe a explicitação das múltiplas relações que a compõem e são transformadoras dessa mesma totalidade, emerge a centralidade do trabalho, como nos chama a atenção Clarice A. dos Santos no primeiro capítulo do livro. Para a autora, a estratégia de formação profissional centrada no polo do trabalho, que embasa a Educação do Campo aqui tratada, revela a negação de uma formação voltada apenas às necessidades de produção e reprodução do capital e permite que sejam vislumbradas pretensões de formação humana transformadora e emancipatória em suas múltiplas dimensões.

As reflexões de Clarice A. dos Santos aprofundam as reflexões teóricas dessa concepção de formação centrada no polo do trabalho ao ressaltar sua materialização pela vinculação aos processos produtivos. Tal ideia, como destaca a autora, não se confunde com a mera preparação profissional imediata, tampouco com a negação da importância dos processos formativos mais gerais presentes no conjunto da vida, do trabalho, da cultura, das lutas e da organização social. A vinculação da formação aos processos produtivos, para a autora, é indireta e mediata, mas fundamental, pois revela “a forma como se organiza o processo produtivo – o que se produz, como se produz e como se organizam os processos de trabalho” que explicitam tanto o trabalho e a produção quanto fatores ontológicos da condição humana, assim como o caráter alienante que o trabalho assume sob a hegemonia do capital.

Esses argumentos deixam clara a importância da relação entre trabalho e processo produtivo para a compreensão da totalidade da vida social. No entanto, é necessário enfatizar, como o fazem Coronil (2005) e Lander (2007), que para Marx o processo social de produção implica em uma relação indissociável entre capital, trabalho e terra, entendida em seu sentido mais amplo, como natureza geradora, respectivamente, de lucro, salário e renda da terra. Para os autores, como a renda da terra se refere à distribuição e

não à criação de mais-valia, a teoria social tendeu a se dedicar muito mais às relações contraditórias entre capital e trabalho, secundarizando o papel da terra/natureza no processo de produção social. Portanto, de uma maneira geral, mas em especial na análise do trabalho e da produção camponesa, as relações com a terra e a natureza não devem ser negligenciadas.

Quando o processo de produção capitalista é tomado também em sua dimensão espacial e não apenas em sua dimensão histórica, as relações “trinitárias” entre capital, trabalho e terra tendem a ser evidenciadas explicitando não apenas as tensões e lutas de classes em torno da produção e apropriação da mais-valia, mas também em torno da dominação e apropriação da terra/natureza e conseqüentemente da renda da terra. São esses tipos de preocupação com a dimensão espacial da produção capitalista que levaram David Harvey a buscar conexões entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria imperialista marxista, para refletir como o capitalismo produz o espaço (HARVEY, 2006), e, nesse âmbito, mantém processos permanentes de acumulação primitiva em que os bens comuns, dentre eles a terra/natureza, são expropriados e convertidos à condição de mercadoria (HARVEY, 2012).

A expropriação camponesa, como parte de processos mais gerais de acumulação por espoliação, não se coloca apenas como um momento histórico originário do capitalismo, mas como um processo permanente contra o qual os camponeses lutam para resistir. Dado seu caráter indissociável dos processos mais gerais de acumulação do capital, as lutas de resistência camponesa não se colocam como lutas residuais de sobrevivência de uma classe extemporânea, mas como uma luta que enfrenta um dos pilares de sustentação da própria acumulação capitalista e, portanto, integra o conjunto das lutas para a destruição e superação do sistema do capital.

Nessa perspectiva teórica, o espaço se apresenta como totalidade abstrata mais geral na qual estão implícitas as relações entre capital, trabalho e terra/natureza. No entanto, são outras categorias analíticas a ele relacionadas que permitem recortes mais concretos e específicos de processos e relações particulares que compõem essa totalidade, como o conceito de território. Para Haesbaert (2014), embora não seja dissociado de suas várias

dimensões naturais, materiais e simbólico-culturais, o território expressa sobretudo as relações espaciais de poder, tanto político como econômico. Para os movimentos camponeses que lutam pela apropriação da terra, o território é uma necessidade para sua existência, bem como um trunfo político para sua ação, conformando o que Fernandes (2005) denominou de movimentos socioterritoriais.

O capítulo 1 deste livro, elaborado por Clarice A. dos Santos, trata explicitamente da vinculação das relações de poder que medeiam a existência dos sujeitos nos territórios com os processos formativos e educativos. Para a autora, uma formação centrada no polo do trabalho não deve apenas levar à compreensão da importância do trabalho como força ontológica da condição humana, mas deve igualmente contribuir, em uma perspectiva emancipatória, para a superação da alienação do trabalho imposta pela hegemonia capitalista. Para isso, um projeto educativo construído nessa direção deve estar vinculado a um projeto de campo que aponte rupturas com a ordem socio-metabólica do capital, a exploração e a alienação do trabalho. Todavia, como alerta a autora, por mais revolucionária que seja a concepção de educação e de campo presente nesses projetos, "estará sempre sujeita às armadilhas da ordem do capital a ele subjugada (ainda que aparentemente se anuncie o contrário) se não estiver sob o comando dos trabalhadores e de suas organizações de classe", se não estiver, portanto, vinculada à perspectiva de subversão das relações de poder hegemônicas pelos agentes do capital.

Para Clarice A. dos Santos, essa subversão das relações de poder e de criação de uma contra-hegemonia, que leva à ruptura com a ordem socio-metabólica do capital, no caso dos camponeses, passa pela capacidade não apenas de apropriação da terra como propriedade econômica, mas a partir dela como expressão das disputas territoriais. Conforme a autora, a ruptura com o modelo hegemônico precisa atender a dois requisitos:

- a) desenvolver a capacidade de mobilizar todos os recursos disponíveis (políticos, econômicos, laborais e formativos);
- b) organizar os processos de trabalho e cooperação de maneira a que sirvam à produção de riqueza e promoção humana e social das comunidades em equilíbrio com a natureza.

A perspectiva apresentada vincula a luta pela terra, como ação dos movimentos socioterritoriais camponeses por sua apropriação, com as disputas territoriais por projetos de campo e de sociedade que sejam emancipatórios da alienação e da exploração do trabalho e da vida, envolvendo múltiplas dimensões, políticas, econômicas, socioculturais e ecológicas. Enfatiza ainda a importância dos territórios camponeses e sua vida cotidiana não apenas como espaços de resistência política, mas como fontes alternativas de produção de conhecimentos e sentidos de mundo.

Reconhecer esses territórios e seus sujeitos como produtores de conhecimento é um elemento-chave nas concepções dos cursos de Residência Agrária, implicando na incorporação de uma série de perspectivas metodológicas que fortaleçam essa relação dialógica das universidades com tais espaços. A alternância de tempos e espaços formativos é a base dessa relação na Educação do Campo, porém assumindo grande riqueza e diversidade de formas nos cursos de Residência Agrária.

Os capítulos que compõem o *Eixo 1: Práticas Pedagógicas, Territórios Camponeses e Organização Social* trazem contribuições sobre como os cursos têm aprimorado a alternância pedagógica e estreitado as relações entre universidade e territórios camponeses. A articulação das ações dos educandos por meio de Núcleos Territoriais (NT) específicos e articulados com Escolas Itinerantes de Formação (EIF), experimentados no curso da UnB, é um excelente exemplo. Além deles, os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e as Oficinas de Diálogos de Saberes da UFC, os grupos e projetos de pesquisa-ação da Unifesspa e IALA, o diagnóstico socioagroambiental da UFPA, e os Estágios Interdisciplinares de Residência Agrária (EIRA) e Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEP) da UFG indicam buscas na organização metodológica dos cursos de maneira a fortalecer os vínculos com os territórios no processo formativo.

O contato, a vivência, o reconhecimento e o diálogo com os camponeses em seus territórios se mostram fundamentais para provocar a universidade no sentido de estar atenta aos múltiplos temas e dimensões produzidos na vida cotidiana desses territórios e nas lutas de seus sujeitos. Os capítulos

organizados no *Eixo 2: Matrizes Tecnológicas* e no *Eixo 3: Agroecologia, Saúde, Feminismo, Sementes e o Processo de Geração da Vida* mostram isso com clareza. Neles estão presentes as dimensões materiais e simbólicas da vida do campo por meio da agroecologia, da alimentação e da cultura, mas também o reconhecimento da diversidade de identidades, em especial das mulheres e da juventude, que constroem ativamente o cotidiano e a luta camponesa. Como afirmam Gema G. S. L. Esmeraldo, Andrea M. Camurça e Lígia A. Viana, abrindo-se ao diálogo com os sujeitos do campo, suas lutas e seu cotidiano, a formação crítica na Educação do Campo vai fomentando uma cultura de resistência, levando à incorporação de outros temas reveladores das estruturas de dominação e relações de poder.

Para Arroyo (2014), a subversão material da vida cotidiana e a destruição de formas ancestrais de viver, que poderíamos reconhecer como processos de expropriação, como o ocultamento, silenciamento, alienação intelectual e inculcação de uma falsa consciência para a legitimação da exploração e subalternização, configuram as pedagogias de subalternização. Por isso, as pedagogias contra-hegemônicas devem passar tanto pela articulação entre pedagogias conscientizadoras e esclarecedoras que expõem a brutalidade dos processos de subalternização como pela construção de outras pedagogias originadas nas lutas de resistência, de sobrevivência e de construção de outro projeto de sociedade. Estas seriam as pedagogias da produção do viver baseadas em "matrizes mais coladas à materialidade da produção das existências na fábrica, no campo, no trabalho, nas lutas e mobilizações sociais" (ARROYO, 2014, p. 82).

Ao destacar a construção da pedagogia da produção do viver, Arroyo (2014) reafirma a centralidade do trabalho como forma de o trabalhador fazer-se a si mesmo e humanizar-se, além de resistir às formas concretas e históricas de trabalho alienante e desumanizador. Nas lutas pela produção da vida, que passam pela luta da emancipação do trabalho a partir da (re)apropriação das condições de existência (terra, educação, cultura), retoma-se "a positividade formadora, pedagógica do trabalho" (p. 89). Ao insistir na materialidade do trabalho na produção da existência, o autor também reafirma a relação dialé-

tica entre trabalho e cultura, evidenciando que “o trabalho determina a cultura e a cultura determina o trabalho” tornando-o trabalho humano (p. 101).

A relação dialética trabalho – terra – cultura, como matrizes formadoras, é chave para se pensar a formação profissional em ciências agrárias, reconhecendo que “as tecnologias fazem parte da cultura material e simbólica, ambas intimamente ligadas à criatividade humana, à produção da vida, ao trabalho produtivo material que sempre será um ato humano, intelectual, simbólico, cultural” (ARROYO, 2014, p. 106). O reconhecimento dessa relação leva o autor a indicar a busca pelas virtualidades formadoras baseadas na indivisível unidade material/técnica/cultural, na articulação entre a produção material da técnica e a produção simbólica, base das manifestações culturais, como um desafio central para cursos da Educação do Campo, como os de Residência Agrária.

Essas reflexões reforçam que o projeto de campo e de sociedade não pode ser reduzido à sua dimensão produtiva, o que não significa, ao contrário, que o processo produtivo deixe de se constituir em um dos elementos-chave de explicitação e conformação das relações sociais mais gerais, bem como das relações que a sociedade estabelece com a natureza. A importância dos processos produtivos para a construção de projetos de campo e projetos educativos a ele vinculados está no centro das contribuições de José M. Tardin e Dominique M. P. Guhur no capítulo 2, explicitando reflexões sobre a agroecologia, que a colocam como categoria central e estruturante da formação contra-hegemônica de profissionais de ciências agrárias no âmbito da Educação do Campo.

Tardin e Guhur analisam o percurso histórico de construção da agroecologia desde as primeiras contribuições de cientistas preocupados com os estudos dos sistemas agrários até sua incorporação como marco político e conceitual dos movimentos sociais da CLOC/Via Campesina. A construção do conceito de agroecologia envolve tanto a crítica às relações sociometabólicas do capital, por seu caráter explorador e destruidor da natureza e da condição humana, como a afirmação de possibilidades de sua superação pela ação consciente do campesinato na construção de outras formas de relação

no interior da sociedade e de relação da sociedade com a natureza, baseadas na concepção de sustentabilidade da vida. Evitando leituras idealizadas da natureza e do próprio campesinato, os autores propõem uma reflexão orientada pela economia política marxista, que confronte as dinâmicas hegemônicas da relação capital e natureza com as lutas políticas do campesinato reveladoras de sua constituição como sujeito político contemporâneo, mas que carrega as marcas de sua história de longa duração, expressa na sua ancestralidade, produtora de cosmovisões e culturas próprias, anterior ao próprio capitalismo e, portanto, não totalmente subordinada a ele.

Do ponto de vista político, os problemas ambientais gerados pela relação metabólica sociedade-natureza sob hegemonia do capital têm ficado cada vez mais evidentes, alcançando amplo reconhecimento. No entanto, o enfrentamento dessa problemática tem sido colocado em bases radicalmente distintas, desde o aprofundamento da mercantilização da natureza e da busca de soluções para esses problemas que os colocam como fonte de acumulação do capital, até sua superação pela constituição de outra ordem sociometabólica, orientada por outros valores e pela emancipação do trabalho e da sociedade em suas múltiplas dimensões. A clareza dessas disputas em torno da problemática ambiental implica em distintas opções políticas e na identificação de quais são os processos e os sujeitos sociais capazes de levá-las adiante, assim como nas bases teóricas e epistemológicas que as fundamentam. As escolhas não são neutras e tampouco seus resultados mostram-se indiferentes.

Nessa perspectiva, as bases teóricas e epistemológicas expressam formas de saber que não podem ser dissociadas das relações de poder. O reconhecimento dessas relações entre saber e poder permite aos autores dos artigos que integram esta obra problematizarem a categoria "diálogo de saberes", tão cara à agroecologia. Como provoca Roseli S. Caldart no Prefácio deste livro, o reconhecimento da existência das várias formas, sujeitos e lugares da produção de conhecimento não deve significar apenas a defesa da convivência e respeito entre elas, de modo a deixar intacta a hegemonia do modo capitalista de produção de conhecimento, mas apontar para sua

superação em direção a uma ciência “que se vincule aos desafios de construção de uma república do trabalho”. Na mesma direção, Clarice A. dos Santos afirma em seu texto que o projeto educativo dos camponeses, assim como o dos trabalhadores em geral, deve contribuir para libertar a ciência de sua obrigação de servir ao capital.

Tardin e Guhur tratam do diálogo de saberes como uma interlocução entre as cosmovisões indígenas e camponesas entre si, e com a leitura crítica do materialismo histórico e dialético. Cabe ressaltar que esse diálogo não consiste em opção arbitrária dos autores, mas no desdobramento das próprias decisões políticas dos movimentos de luta camponesa organizados na CLOC/Via Campesina em busca de compreensão da agroecologia não como uma idealização da natureza em si, mas como parte das relações mais gerais entre capital, trabalho e natureza no conjunto do processo social de produção e das lutas pela sua transformação.

Essa perspectiva é uma negação da agroecologia como mera matriz tecnológica, por reforçar uma leitura de que a matriz técnico-científica desenvolvida sob hegemonia do capital implica em certo desenvolvimento das forças produtivas que não está dissociada das relações sociais de produção. Observando-as de forma indissociável, o desenvolvimento da matriz produtiva do capital passa necessariamente pelo aprofundamento da exploração e alienação do trabalho, assim como pela homogeneização e simplificação extrema da natureza – o que, no limite, leva à sua destruição. Em ambos os casos, e de forma combinada, é um desenvolvimento que aprofunda o controle do trabalho e da natureza pelo capital em sua intencionalidade última de geração, apropriação e acumulação de mais-valia. Para Tardin e Guhur, a transformação radical na direção de sua superação passa pela libertação da produção dos ditames do capital, para a qual as cosmovisões e culturas indígenas e camponesas são fundamentais como portadoras de outras visões de mundo e conhecimentos tecnológicos ancestrais, que devem ser reconhecidos como ponto de partida para a construção das bases para uma “restauração revolucionária da ruptura metabólica da relação sociedade-natureza” (FOSTER, 2005 citado por Tardin e Guhur neste livro).

Para além da interação de saberes com o materialismo dialético, o desenvolvimento da agroecologia como ciência e como tecnologia pressupõe outros diálogos possíveis e necessários. Várias construções científicas que buscaram romper com a ciência positivista podem ser fontes dessa construção agroecológica. Outra contribuição decisiva de José M. Tardin e Dominique M. P. Guhur se dá na mobilização e problematização de um diálogo crítico das diferentes construções conceituais originadas nas ciências naturais, especialmente na química dos solos e plantas, na biologia e na ecologia, nas ciências sociais, em especial na economia ecológica e na ecologia política, bem como na produção alternativa da ciência agrônoma em busca de uma agricultura orgânica, biodinâmica, sustentável, permacultural. No entanto, o reconhecimento das possibilidades de diálogo crítico com essas várias fontes de conhecimento na construção das bases teóricas da agroecologia como ciência e tecnologia não os leva a negligenciar ou subalternizar a importância dos conhecimentos ancestrais indígenas e camponeses e suas outras epistemologias, tampouco a dimensão política da agroecologia e sua organização como movimento social.

Essas reflexões propostas por Tardin e Guhur estão presentes de diferentes formas na construção das experiências de cursos de Residência Agrária que trataram diretamente da agroecologia e da alimentação/soberania alimentar. Além dos cursos desenvolvidos pela Unifesspa e IALA, analisados no Eixo 1, e da UFPB, UFC e UFS, analisados no Eixo 2, todos os capítulos do *Eixo 4: Feiras da Reforma Agrária, Agroecologia e Relação Campo e Cidade* aportam reflexões sobre como a agroecologia e a questão dos alimentos extrapolam a produção do campo e, por intermédio da circulação e abastecimento das cidades, ampliam sua dimensão política e cultural, incidindo diretamente na luta pela hegemonia de outro projeto de campo e de sociedade.

As reflexões presentes nos capítulos que compõem o Eixo 4 traduzem a politização da agroecologia e da Reforma Agrária quando os camponeses, com base nas Feiras, explicitam sua crítica ao modelo hegemônico de produção e circulação de alimentos, além de se colocarem como sujeitos capazes de apresentar e materializar uma concepção alternativa a ele. Assim, as Fei-

ras se mostram como objeto de estudo de cursos de especialização, objeto e resultado de práticas de extensão rural e como espaços políticos de diálogo e afirmação, juntamente com outros segmentos da sociedade, da concepção de campo dos movimentos socioterritoriais. Como afirmam Ana M. Chã, Carla T. Guindani, Daniel Mancio e Andrea C. Matheus no artigo deste livro "As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular", a legitimação da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST exige um

[...] necessário diálogo com a sociedade, mostrando que, além da produção de alimentos saudáveis, a organização dos territórios de Reforma Agrária abarca a produção de cultura, de arte, de conhecimentos, de organização, de educação, de saúde, de novas relações de gênero e de solidariedade.

Os elementos teóricos e epistemológicos de formação profissional, bem como sua materialização em práticas políticas e pedagógicas nos cursos do Programa Residência Agrária apresentados e analisados nos diferentes capítulos deste livro, expressam a busca por uma outra formação, ao questionarem a concepção hegemônica de mundo em suas múltiplas expressões, aprofundando a análise crítica e favorecendo a emergência de temas que explicitam com clareza seus limites e contradições. Ao mesmo tempo, mostram-se comprometidos com o fortalecimento das lutas políticas dos camponeses em suas dimensões materiais e simbólicas.

Como parte dessas lutas em defesa dos camponeses e seus territórios, insere-se o enfrentamento à própria hegemonia da produção de conhecimento no interior das universidades. Como afirmam Sônia B. Magalhães e Laura A. Ferreira, cursos como o Residência Agrária, mesmo que marginais na institucionalidade universitária, fortalecem a crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento, seus conteúdos, métodos e instrumentos de validação, assim como seu caráter excludente. Para além da crítica, apresentam e disputam, mesmo que em condições desiguais de poder, outras possibilidades e sentidos políticos e epistemológicos da educação superior, questionando a universidade sobre qual conhecimento deve ser produzido, como e para quem.

Ademais, como mostram os capítulos agrupados no *Eixo 1: Práticas Pedagógicas, Territórios Camponeses e Organização Social*, essa perspectiva ganha legitimidade à medida que esses cursos se convertem em experiências de longa duração, institucionalizando-se na forma de cursos, núcleos e grupos de pesquisa pautados pelo diálogo entre acadêmicos, camponeses e movimentos sociais do campo. Ganham legitimidade não só pela produção acadêmica que são capazes de gerar, ilustrada pelas expressivas listas de monografias e artigos apresentados em muitos dos capítulos deste livro, mas também por contarem com outros espaços de validação do conhecimento produzido, como as próprias comunidades camponesas. Legitimam-se ainda por proporem outras formas de vivência cotidiana que modificam o espaço da universidade pela arte, pela mística, subvertendo hierarquias e tornando-a mais aberta e acessível aos excluídos, como bem expressa Maria Inês E. da Costa no artigo "Arte, Cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o Confronto com o Instituído":

[...] em meio à dureza das ciências agrárias e dos pretensos donos de um "lugar" específico para o fazer cultural, houve enfrentamento, estranhamento, desde a linguagem (conhecimento, linguagem e palavra escrita) até a prática social. No entanto, a presença das bandeiras (dos movimentos sociais), do movimento popular, da beleza e da estética da luta foi tecendo relações com o espaço percebido, concebido e vivido.

Se as compreensões teóricas e epistemológicas aqui sintetizadas apontam direções, conteúdos e perspectivas mais gerais para o Residência Agrária, elas só ganham sentido real na materialidade concreta de realização dos seus cursos. Nesse processo, colocam-se desafios e exigências de criatividade pedagógica na forma de currículos e metodologias que constroem práticas pedagógicas e metodológicas inovadoras. As reflexões extraídas da materialidade dos cursos aqui apresentados, em sua procura por aliar a formação crítica e reflexiva de profissionais para atuarem no campo, a produção de conhecimento sobre e para o campo e o fomento a uma ação transformadora da realidade agrária podem apontar possíveis caminhos a serem problematizados e experimentados na construção da Educação do Campo.

Referências

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CECEÑA, A. E. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: _____. (Org.). **Hegemonias e emancipações no séc. XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 35-69.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismos e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 50-62. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, jan./jun. 2005, p. 14-34.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 125-160.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.

LANDER, E. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: ATÍLIO, B.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires, São Paulo: Clacso, Expressão Popular, 2007, p. 201-234.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 51, p. 341-359, jun.2013.

MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). Posfácio. In: _____. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: NEAD, 2014, p. 255-285.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

